

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**A CONSTITUIÇÃO DO *ETHOS* NA ARGUMENTAÇÃO:  
UM ESTUDO DOS MARCADORES DISCURSIVOS NO  
ENSAIO JORNALÍSTICO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Deise Redin Mack**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2012**

**A CONSTITUIÇÃO DO *ETHOS* NA ARGUMENTAÇÃO: UM ESTUDO DOS MARCADORES DISCURSIVOS NO ENSAIO JORNALÍSTICO**

**por**

**Deise Redin Mack**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Letras.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr. Ivani Cristina Silva Fernandes**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2012**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Mack, Deise Redin

A CONSTITUIÇÃO DO ETHOS NA ARGUMENTAÇÃO: UM ESTUDO DOS MARCADORES DISCURSIVOS NO ENSAIO JORNALÍSTICO /

Deise Redin Mack.-2012.

171 p.; 30cm

Orientadora: Ivani Cristina Silva Fernandes  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2012

1. Ethos 2. Linguística da Enunciação 3. Argumentação 4. Marcadores Discursivos 5. Ensaio Jornalístico I. Fernandes, Ivani Cristina Silva II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Artes e Letras  
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**A CONSTITUIÇÃO DO *ETHOS* NA ARGUMENTAÇÃO: UM ESTUDO  
DOS MARCADORES DISCURSIVOS NO ENSAIO JORNALÍSTICO**

elaborada por  
**Deise Redin Mack**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Letras**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**



**Prof.<sup>a</sup> Ivani Cristina Silva Fernandes, Dr.**  
(Presidente/Orientadora)



**Prof.<sup>a</sup> Vera Lúcia Pires, Dr. (UNIRITTER)**



**Prof.<sup>a</sup> Eliana Rosa Sturza, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, 08 de março de 2012.

**DEDICO este trabalho**

Aos meus pais, **Zilda e Roberto**,  
por me darem a vida  
e por terem sempre me apoiado;

Aos meus irmãos, **Joice e Rodrigo** (de direito) e **Anizer** (de fato),  
por existirem e por fazerem com que  
eu adore chamá-los assim;

Ao meu namorado, **Carlos Alberto**,  
pelo amor incondicional,  
pela compreensão em todos os momentos,  
e pelo incentivo constante;

E aos meus **alunos**,  
por serem a razão pela qual  
busco o aperfeiçoamento profissional.

## **AGRADECIMENTOS**

À Prof.<sup>a</sup> Ivani Cristina Silva Fernandes, por ter acreditado em mim, pela forma maravilhosa como me orientou, permitindo que eu errasse tantas vezes no intuito de fazer com que eu mesma elaborasse minhas perguntas e encontrasse minhas respostas, na construção do conhecimento científico, e pela sempre atenta leitura das versões desta dissertação.

Ao Prof. Anderson Salvaterra Magalhães, por ter participado do meu exame de qualificação de mestrado, lendo o texto-base da dissertação e fazendo suas considerações, as quais, certamente, foram essenciais para que pudéssemos dar prosseguimento ao trabalho.

Às colegas de Grupo de Pesquisa, Gabriela, Heloísa, Paula e Valéria, pelas discussões teóricas, pelo companheirismo. E à Rosamaria, por já (quase) fazer parte do grupo.

À Irene e ao Jandir, pela dedicação com que realizam seus trabalhos e atenção que dedicam, principalmente, a nós, alunos de pós-graduação.

Aos professores e colegas da Linha de Pesquisa Língua, Sujeito e História, pela acolhida e pelas valiosas contribuições para meu amadurecimento teórico.

Às professoras Vera Lúcia Pires, Eliana Rosa Sturza e Graziela Lucci de Angelo, por terem tão gentilmente aceitado o convite para compor a banca de avaliação final desta dissertação de mestrado.

À Universidade Federal de Santa Maria e ao Programa de Pós-Graduação em Letras, pela oportunidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo apoio financeiro.

*“A vontade de Deus é que recebamos tudo por Maria”.*

*São Bernardo*

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A CONSTITUIÇÃO DO *ETHOS* NA ARGUMENTAÇÃO: UM ESTUDO DOS MARCADORES DISCURSIVOS NO ENSAIO JORNALÍSTICO**

AUTORA: DEISE REDIN MACK

ORIENTADORA: IVANI CRISTINA SILVA FERNANDES

Local e Data da Defesa: Santa Maria, 8 de março de 2012.

O presente estudo tem por objetivo compreender, sob a perspectiva teórica da Linguística da Enunciação, a constituição do *ethos* na argumentação, em particular no ensaio jornalístico, por meio dos efeitos de sentido produzidos pelos marcadores discursivos. A problemática sobre a qual nos debruçamos é uma das formas de refletir a questão das relações entre forma e sentido na enunciação do sujeito. No entanto, tendo em vista que a enunciação é um acontecimento único e irrepetível, nossa análise fica restrita ao seu produto: o enunciado. É na materialidade linguística, configurada em nosso estudo pelos marcadores discursivos, que o sujeito se marca, e é através dela, também, que podemos identificar um perfil discursivo desse sujeito, ao qual chamamos *ethos*. Como embasamento teórico e metodológico para esta investigação, centramo-nos, basicamente, nos estudos de Ducrot (1987), Martín Zorraquino e Portolés Lázaro (1999), Fernandes (2005), Amossy (2008), Maingueneau (2008) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Para o desenvolvimento desta pesquisa, analisamos os efeitos de sentido produzidos pelos marcadores discursivos em um *corpus* composto por 25 ensaios do colunista Cláudio de Moura Castro e 25 de Roberto Pompeu de Toledo, publicados na revista *Veja*, nos anos de 2008 e 2009. Identificando que há uma disparidade muito grande em relação ao uso desses elementos entre um e outro conjunto de textos, avaliamos em que medida tais mecanismos linguísticos, sendo empregados ou não, influenciam como guia para esboçar um *ethos* discursivo que emerge dessa materialidade. A importância deste trabalho reside, em primeiro lugar, no fato de que buscamos contribuir com os estudos enunciativos, ao passo que o fizemos em interface com a argumentação, refletindo sobre a importância da materialidade linguística nessa prática. Ademais, nosso estudo se volta a um dos gêneros de mídia impressa que mais ganha destaque em uma das mais conhecidas revistas de circulação nacional, sendo muitas vezes usados como material didático no ensino de língua.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Ethos*; Linguística da Enunciação; Argumentação; Marcadores Discursivos; Ensaio Jornalístico.

## ABSTRACT

Master's Degree Dissertation  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria

### **THE CONSTITUTION OF *ETHOS* IN THE ARGUMENTATION: A STUDY OF DISCURSIVE MARKERS IN THE JOURNALISTIC ESSAY**

AUTHOR: DEISE REDIN MACK

ADVISER: IVANI CRISTINA SILVA FERNANDES

Place and Date of Defense: Santa Maria, March 8, 2012.

The present study aims to understand, in light of the theoretical perspective of Enunciation Linguistics, the establishment of *ethos* in the argumentation, especially in journalistic essay, through the effects of meaning produced by discursive markers. The issue on which we concentrate is one of ways to reflect the question of the relationship between form and meaning in the enunciation of the subject. However, given that the enunciation is a singular and unrepeatable event, our analysis is restricted to their product: the utterance. It is in the linguistic materiality, set in our study by the discursive markers, which mark the subject, and through it, too, that we can identify a discursive profile of this subject, which we call *ethos*. As theoretical and methodological foundation for this research, we focus primarily on studies of Ducrot (1987), Martín Zorraquino and Portolés Lázaro (1999), Fernandes (2005), Amossy (2008), Maingueneau (2008) and Perelman and Olbrechts-Tyteca (2005). For the development of this research, we analyze the effects of meaning produced by discourse markers in a *corpus* consisting of 25 trials of columnist Claudio de Moura Castro and 25 of Roberto Pompeu de Toledo, published in *Veja* magazine, in the years 2008 and 2009. Identifying that there is a very wide disparity in the use of these elements from one to another set of texts, we assessed to what extent these linguistic devices, being or not being employed, influence as a guide for drafting a discursive *ethos* that emerges from this materiality. The importance of this work lies, in the first place, in the fact that we seek to contribute to enunciative studies, in interface with argumentation, reflecting on the importance of linguistic material in this practice. Moreover, our study turns to one of the genres of print media that most stands out in one of the best-known national magazines and often used as teaching material in teaching language.

**KEYWORDS:** *Ethos*; Enunciation Linguistics; Argumentation; Discursive Markers; Journalistic Essay.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema da produção de sentidos (MARI, 2008, p. 100) .....	23
Figura 2 – Esquema da Teoria Polifônica da Enunciação de Ducrot (1987) .....	28
Figura 3 – O <i>ethos</i> conforme Ducrot (1987) .....	30

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Ocorrência dos Marcadores Discursivos no <i>corpus</i> da pesquisa ...	63
TABELA 2 – Ocorrência dos Conectores .....	64
TABELA 3 – Ocorrência dos Estruturadores da Informação .....	64
TABELA 4 – Ocorrência dos Reformuladores .....	65
TABELA 5 – Ocorrência dos Operadores Argumentativos .....	65
TABELA 6 – Ocorrência dos Marcadores Conversacionais .....	66

## LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Ensaio de Cláudio de Moura Castro .....	122
ANEXO B – Ensaio de Roberto Pompeu de Toledo .....	147

## SUMÁRIO

RESUMO .....	8
ABSTRACT .....	9
LISTA DE FIGURAS .....	10
LISTA DE TABELAS .....	11
LISTA DE ANEXOS .....	12
CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	14
1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS .....	18
1.1 Linguística da Enunciação: um olhar na direção dos sentidos .....	18
1.2 A construção do <i>ethos</i> discursivo na argumentação sob o foco enunciativo .....	27
1.3 Os marcadores discursivos como marcas do locutor no enunciado .....	38
1.4 Ensaio jornalístico: a enunciação de um gênero de mídia impressa .....	47
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	52
2.1 Definição do método .....	55
2.2 Composição do <i>corpus</i> .....	57
2.3 Etapas do desenvolvimento da pesquisa .....	58
3 A CONSTITUIÇÃO DO <i>ETHOS</i> A PARTIR DOS EFEITOS DE SENTIDO PRODUZIDOS PELO EMPREGO DE MARCADORES DISCURSIVOS NO ENSAIO JORNALÍSTICO .....	61
3.1 A questão do emprego dos marcadores discursivos no <i>corpus</i> da pesquisa .....	61
3.1.1 Tipos de marcadores discursivos empregados no <i>corpus</i> da pesquisa .....	64
3.2 Descrição do locutor nos ensaios de Cláudio de Moura Castro ....	67
3.2.1 Análise de alguns representantes dos conectores .....	68
3.2.2 Análise de alguns representantes dos marcadores conversacionais .....	83
3.3 Descrição do locutor nos ensaios de Roberto Pompeu de Toledo	87
3.3.1 Análise de algumas ausências dos conectores .....	87
3.3.2 Análise de alguns representantes dos marcadores conversacionais .....	96
4 O <i>ETHOS</i> NA ARGUMENTAÇÃO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA DE ANÁLISE .....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	118

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Para conhecer as coisas, há que dar-lhes a volta. Dar-lhes a volta toda.”

(José Saramago, “Janela da alma”,  
Direção de João Jardim e Walter  
Carvalho. Brasil. 2002. Color. 73 min.  
Documentário)

A presente dissertação propõe uma reflexão sobre questões de ordem enunciativa a partir da análise da produção de sentidos instaurados por elementos linguísticos durante o processo argumentativo. O trabalho tem por base teórica e metodológica a Linguística da Enunciação. A perspectiva enunciativa permite que entendamos melhor a dinâmica que envolve a emergência de um perfil do sujeito, o *ethos* discursivo, por meio de mecanismos linguísticos empregados no momento da enunciação e recuperados por meio da análise de seu produto: o enunciado. Acreditamos que o *ethos* que emerge do enunciado tem sua constituição marcada, na argumentação, entre outros elementos, pelos marcadores discursivos, empregados em maior ou menor quantidade.

Sendo assim, no intuito de comprovar ou não essa hipótese, propusemo-nos, como objetivo desta pesquisa, a compreender a constituição do *ethos* discursivo, a partir dos efeitos de sentido relacionados aos marcadores discursivos, em ensaios jornalísticos que os empregam em maior ou menor quantidade. Para tanto, a pesquisa foi realizada tendo por base um *corpus* formado por 50 textos do gênero textual ensaio, pertencentes ao domínio discursivo jornalístico<sup>1</sup>, publicados na revista brasileira *Veja*, durante os anos de 2008 e 2009. Desses textos, 25 são do economista Cláudio de Moura Castro e 25 do jornalista Roberto Pompeu de Toledo. Os ensaios coletados para compor o *corpus* encontram-se disponíveis, para consulta, no anexo do trabalho.

A escolha do *corpus* desta pesquisa se baseia em alguns parâmetros. Em primeiro lugar, quanto à opção pelos referidos ensaístas, essa se deu em virtude de

---

<sup>1</sup> Marcuschi (2008) estabelece uma distinção conceitual entre tipo textual, gênero textual e domínio discursivo, a qual adotamos neste estudo, por nos parecer bastante coerente, tendo em vista a existência das mais variadas correntes teóricas sobre gênero. Para o autor, o termo *tipo textual* corresponde às sequências linguísticas que compõem um texto; *gênero textual* refere-se aos textos propriamente ditos, agrupados por apresentarem características de estilo, estrutura e/ou função entre si; e *domínio discursivo* diz respeito a um âmbito maior de agrupamento dos gêneros de acordo com uma determinada prática discursiva.

que, numa primeira observação, ainda que não analítica, mas intuitiva, percebemos um emprego pouco significativo, em termos quantitativos, de marcadores nos ensaios de Pompeu de Toledo, em comparação, por exemplo, aos de Moura Castro. Com isso, tentamos ampliar as considerações e o entendimento sobre o uso desses mecanismos a partir de uma perspectiva enunciativa (levando em conta, portanto, a produção de sentidos) bem como sobre a construção do *ethos* discursivo.

Em segundo lugar, julgamos ser o ensaio jornalístico, enquanto organizador de discursos de base argumentativa, compatível com os propósitos de desenvolvimento desta pesquisa, já que, dentre os gêneros jornalísticos de opinião, ele recebe uma seção de destaque nas revistas, com colunistas específicos, que dedicam, a cada semana, um texto para publicação. Preferimos escolher textos jornalísticos porque são frequentemente divulgados e acessados pela população em geral se comparados aos produzidos pela ciência ou em situações cotidianas de comunicação. Desse modo, cabe ao cientista da língua, tendo em vista a especialidade teórica que domina, explorar essas materialidades na busca de uma maior compreensão de seu funcionamento e de possibilidades de produção de sentidos.

Por fim, nossa opção por esse *corpus* analítico refere-se ao fato de que a revista *Veja*, enquanto veículo de comunicação escrita, é publicada no país desde 1968, o que mostra certa tradição desse veículo no meio jornalístico. Além disso, conforme dados do *site História e Rankings*<sup>2</sup>, a publicação *Veja* lidera a lista das revistas com maior circulação (com 1.098.642 exemplares comercializados mensalmente no Brasil). Diante dessa realidade de vendas/leitura, é muito provável que a *Veja* seja entendida como uma das revistas formadoras de opinião em determinados contextos sócio-históricos. Seus leitores em potencial são de nível socioeconômico médio-alto e grau de instrução médio e superior.

Procuramos deixar evidente, em nosso texto, a consciência imbricada na epígrafe que introduz estas considerações iniciais, ou seja, reconhecemos que este trabalho não dará conta de todos os questionamentos que podem suscitar o nosso objeto, o *ethos* discursivo, porque não conseguimos, e talvez nunca se consiga, “dar-lhe a volta toda”. Isso porque cada olhar lançado sobre determinado objeto envolve um pesquisador diferente, ancorado por uma teoria diferente, envolvendo,

---

<sup>2</sup> Disponível em <<http://historiaserankings.blogspot.com/2008/12/ranking-de-jornais-e-revistas-de-brasil.html>>.

também, diferentes enunciações. Mesmo assim, acreditamos que as discussões presentes nesta dissertação podem contribuir para os estudos linguístico-enunciativo-discursivos no sentido de reforçar a ideia de compreensão do texto não como um conjunto de frases, mas como uma enunciação a que subjaz um processo de apropriação da linguagem do qual emergem sentidos. Posteriormente, poderá colaborar com uma parcela teórica, também, no ensino de Língua Portuguesa, em especial com a leitura e produção textual. Comumente, os marcadores discursivos são entendidos como elementos de coesão, mas acreditamos que eles também são orientadores de sentidos e materialidade linguística que pode esboçar uma imagem de sujeito, ou seja, um *ethos*.

Esta dissertação se estrutura em quatro capítulos, além das considerações iniciais e finais, das referências bibliográficas e dos anexos. Como considerações iniciais, procuramos apontar, basicamente, as motivações, os objetivos, a pertinência, os parâmetros teóricos e metodológicos e os limites do trabalho.

O primeiro capítulo, *Pressupostos Teóricos*, constitui uma retomada de alguns estudos já desenvolvidos sobre a enunciação, a argumentação, o *ethos*, os marcadores discursivos e o ensaio jornalístico, que fundamentam nossas reflexões, bem como nosso posicionamento diante das teorias recuperadas e nossa compreensão acerca dos conceitos que norteiam a análise e a discussão do objeto de investigação.

O segundo, *Procedimentos Metodológicos*, explicita o modo como procedemos à definição do método, à coleta e à análise do *corpus*. Apontaremos, nesse capítulo, todos os passos seguidos para o desenvolvimento da pesquisa.

O terceiro capítulo, *A constituição do ethos a partir dos efeitos de sentido produzidos pelo emprego de marcadores discursivos no ensaio jornalístico*, trata sobre o uso dos marcadores discursivos associado aos valores que tais elementos assumem na materialidade dos textos que compõem o *corpus* da pesquisa. É o momento da análise do *corpus*, em que identificaremos quais marcadores foram mais recorrentes e se houve um emprego mais significativo desse mecanismo linguístico por parte de algum dos locutores. Também discutiremos quais os efeitos de sentido produzidos por tais elementos linguísticos. Enfim, nessa seção serão trabalhadas, com o auxílio do *corpus* analítico, as questões que encaminharam e nortearam a pesquisa.

No quarto e último capítulo, *O ethos na argumentação: considerações a partir de uma perspectiva enunciativa de análise*, procuraremos estabelecer relação entre os resultados obtidos no capítulo anterior, no sentido de apresentar as conclusões a que chegamos a partir da análise dos dados coletados no que diz respeito à imagem de sujeito que as escolhas linguísticas ajudam a compor.

Nas considerações finais, sintetizamos alguns resultados obtidos com esta investigação, bem como lançamos algumas hipóteses suscitadas a partir da problemática que envolve esta dissertação. Há, ainda, na sequência, a apresentação das referências bibliográficas aqui utilizadas e os anexos, contendo todos os textos que compõem o *corpus* deste trabalho.

# 1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Neste capítulo, procuramos realizar uma reflexão, de cunho teórico, sobre os principais conceitos empregados no desenvolvimento desta pesquisa. Torna-se necessária essa revisão da literatura para que possamos, com base nela, explicitar o nosso posicionamento diante desses postulados. Buscamos relacionar a constituição do ethos discursivo, sob o olhar da Linguística da Enunciação, à presença de marcadores discursivos, sobretudo no ensaio jornalístico. Começamos pelo que é mais amplo, para chegar, enfim, à especificidade da materialidade linguística envolvida na produção dos sentidos no gênero textual em análise.

## 1.1 Linguística da Enunciação: um olhar na direção dos sentidos

Não é possível tratar de assuntos linguísticos sem que façamos referência ao *Curso de Linguística Geral*<sup>3</sup>, de Ferdinand de Saussure, publicado originalmente em 1916. Esse texto é considerado obra fundadora da Linguística, enquanto ciência, e apresentou alguns pontos que fizeram com que, mais tarde, se pensasse na enunciação. O linguista genebrino, por uma questão metodológica, privilegia o estudo da língua em detrimento da fala. Mesmo assim, é possível notar que Saussure não desconsidera a fala, apenas não a toma como objeto da ciência que pretendia estabelecer. O *Curso* coloca em oposição língua (social) e fala (individual, língua em uso), centrando seus estudos naquela, passível de explicação por si mesma, já que a Linguística deveria ser uma ciência autônoma. Desse modo, para

---

<sup>3</sup> Não é de nosso interesse discutir, neste estudo, as questões de autoria do *Curso de Linguística Geral*, em decorrência de ser uma publicação póstuma, compilada por alguns alunos do curso que Saussure ministrou em vida. Para isso, é possível consultar, por exemplo: BOUQUET, S. De um pseudo-Saussure aos textos saussurianos originais. In: **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 25, n.º 1, p. 161-75, jan./jun. 2009; SARGENTINI, V. M. O.; BARONAS, R. L. O Curso de Linguística Geral: apontamentos de uma leitura da Análise do Discurso. In: **Revista do GEL**, São José do Rio Preto, v. 4, n.º 2, p. 43-52, 2007. Mencionamos o *Curso*, neste momento, unicamente porque o entendemos como um dos textos fundadores das ciências linguísticas, a partir do qual muitas teorias surgem mesmo que seja para tratar de aspectos que não foram trabalhados nessa obra.

Saussure, existiria a Linguística propriamente dita (cujo objeto é a língua) e a Linguística da Fala, da qual não se ocupou (SAUSSURE, [1916] 2006).

É importante que façamos referência a esse aspecto fundador do *Curso*, já que, a partir dos pressupostos saussurianos, muitas teorias foram formuladas. Esse é o caso da Linguística da Enunciação, doravante LE, que tem sua origem pautada na discussão de algumas ideias saussurianas, como a arbitrariedade do signo linguístico, a distinção entre língua e fala. No entanto, a LE é um campo de pesquisa que, ao mesmo tempo em que se filia às ideias de Saussure, não as segue de forma estrita, a começar pelo seu objeto de estudo – a enunciação – que incorpora, em seu escopo, tanto a língua quanto a fala e uma relação entre o signo linguístico que não é arbitrária, mas necessária.

Na tentativa de situar os estudos enunciativos e de consolidá-los no Brasil, Flores e Teixeira (2008), em *Introdução à Linguística da Enunciação*, afirmam que a LE se configura como um campo de estudos que abrange várias teorias. Inclusive, muitas das teorias que se incorporam à LE não foram pensadas para serem constituidoras desse campo de estudos. São as pesquisas científicas, *a posteriori*, principalmente a brasileira, que identificam nelas um caráter enunciativo de abordagem da língua e as colocam nesse campo. Flores e Teixeira (2008) assinalam que as teorias da enunciação assim se caracterizam por dois fatores primordiais.

Em primeiro lugar, as teorias enunciativas se aproximam pelo fato de possuírem em sua base, de alguma forma, as ideias saussurianas, como o par conceitual língua/fala e a noção de sistema, por exemplo. Essa tradição saussuriana a que se referem os autores se explica por dois fatores já discutidos anteriormente, a saber: as teorias da enunciação ampliam, de certa forma, os estudos saussurianos, considerando a fala intrinsecamente ligada à língua; e entendem que é no/pelo sistema linguístico, na/pela estrutura da língua, que o sujeito se marca. Em segundo lugar, essas teorias formam um campo de pesquisa porque contribuem para os estudos que tratam da enunciação.

Temos encontrado, em nossos referenciais teóricos, a afirmação de que a Linguística da Enunciação é um campo de estudos que abarca o trabalho de diferentes representantes, os quais formulam teorias diversas, mas dentro de uma linha de pensamento análoga, a começar por Bally, passando por Bakhtin, Jakobson, Benveniste, Ducrot e Authier-Revuz, conforme apontam Flores e Teixeira

(2008). Tendo em vista o conjunto de perspectivas enunciativas que formam a LE, essa é, conforme Cremonese (2007), uma área cujo tratamento não é homogêneo. Para a autora,

embora, inegavelmente, haja um objeto no campo proposto, a *enunciação*, ele é abordado de inúmeras formas, o que podemos verificar na reunião em um único dicionário, de múltiplos autores que, de uma forma ou de outra tratam da enunciação. (CREMONESE, 2007, p. 47)

O dicionário a que se refere Cremonese é o *Dicionário de Linguística da Enunciação*, que viria a ser publicado por Flores et al (2009), a partir da revisão epistemológica aprofundada sobre as teorias enunciativas, realizada por essa autora em sua dissertação de mestrado, por nós referida. No Brasil, esse dicionário tem sido uma referência teórica de grande importância quando se pensa em Enunciação. Nele, estão organizados termos da área, cujas definições têm base nos estudos dos teóricos mencionados no parágrafo anterior, além de Bréal, Charaudeau, Culioli, Flahault, Fuchs, Greimas, Hagège. Nesse sentido, relacionando os pontos comuns entre as teorias incluídas no dicionário, em termos gerais, é possível concluir que a enunciação é entendida como o processo individual de uso da língua, colocada em funcionamento, relacionando forma e sentido no tempo e no espaço. Como produto desse processo, temos o enunciado, a partir do qual é possível recuperar a instância da enunciação, tendo em vista que ele é a sua referência material.

Para discutir enunciação, devemos lembrar que é Émile Benveniste, sem dúvida, o criador da LE, embora não o pretendesse ser<sup>4</sup>. O axioma de que *o homem está na língua* perpassa e norteia os seus estudos. O teórico afirma que enunciação “é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, [1970]1989, p. 82)<sup>5</sup>. Dessa afirmação depreendemos que a enunciação compreende não só a língua, mas também a fala. Todavia, o fato de

---

<sup>4</sup> Para saber mais sobre o pensamento benvenistiano, as circunstâncias de sua origem, de seu desenvolvimento e a repercussão de seu trabalho nas demais teorias enunciativas, recomendamos, por exemplo, as seguintes leituras: DOSSE, F. **História do estruturalismo**: o canto do cisne, de 1967 a nossos dias. São Paulo: Ensaio, 1994; **Letras de Hoje**, v. 39, n. 138, dez. de 2004; **Letras**, n.º 33, jul./dez. 2006.

<sup>5</sup> A obra a que nos referimos (*Problemas de Linguística Geral II*) foi publicada originalmente em 1974. Entretanto, em nosso estudo, faremos referência à edição brasileira a que tivemos acesso. O texto do qual extraímos a citação intitula-se “O aparelho formal da enunciação”, de 1970.

contemplar esta última não faz da Enunciação<sup>6</sup>, conforme alerta Flores et al. (2008), uma Linguística da Fala, visto que o que ela prevê é tanto a língua quanto a fala imbricadas. Como bem conclui Cremonese (2007, p. 50), a distinção entre o sintagma Linguística da Fala – que aparece, embora não seja desenvolvido, no Curso de Linguística Geral – e a Linguística da Enunciação reside no fato de que esta “coloca o sujeito *no* linguístico. Isso não é feito, no entanto, sem mudança em relação à noção de fala tal qual proposta por Saussure”. É no que tange a questão do sujeito que a Enunciação se desprende da Linguística Estrutural para ser uma nova abordagem.

No processo de enunciação, é fundamental a presença do sujeito que enuncia. Benveniste ([1958] 1995)<sup>7</sup> afirma que a linguagem é característica do homem e que a intersubjetividade lhe é intrínseca. Assinala também que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, [1958] 1995, p. 286). Observa-se aí que a linguagem é condição e meio para a constituição do sujeito. Se a subjetividade, para Benveniste ([1958] 1995, p. 286), “é a capacidade do locutor para se propor como sujeito”, é através da linguagem e nela que isso acontece. Portanto, segundo o autor, o sujeito marca-se linguisticamente mediante o uso das categorias de pessoa, tempo e espaço.

Além disso, de acordo com Benveniste ([1958] 1995, p. 286), “a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste”. Assim, a intersubjetividade se faz presente, uma vez que existe um “eu” porque se está dirigindo a um “tu”, em alocução. Segundo Benveniste, é nesse diálogo que a categoria de pessoa se instaura. Desse modo, a questão do sujeito em Benveniste é vista como uma questão linguística, o sujeito da enunciação apropria-se da língua e a coloca em funcionamento, fazendo com que surja o sujeito do enunciado. Verifica-se, com isso, que o sujeito pensado por Benveniste é um sujeito linguístico.

O linguista da enunciação, por sua vez, ao passo que compreende que a língua não está dissociada da fala, considera fundamentalmente a participação do sujeito no processo enunciativo, sua representação é fator central da análise linguística. Para Fernandes (2007, p. 1), de certo modo, “quando um interlocutor

---

<sup>6</sup> A palavra “enunciação”, em nosso trabalho, está grafada em maiúscula quando nos referimos ao campo teórico e, em minúscula, quando tratamos do processo em si.

<sup>7</sup> É sabido que a obra referida, *Problemas de Linguística Geral I*, teve sua publicação original em 1966. Entretanto, em nosso estudo, faremos referência à edição brasileira a que tivemos acesso. Já o texto dessa publicação a que nos referimos é de 1958, “Da subjetividade na linguagem”.

recupera um sentido enunciativo, também recupera um perfil do sujeito que enuncia”.

Assumir a postura de linguista da enunciação, portanto, é reconhecer que a enunciação é constituidora de um processo em que é necessário um sujeito que enuncia e que deixa marcas linguísticas no enunciado. Entretanto, não é o sujeito o seu objeto, mas a representação dele no enunciado.

Acreditamos que, a partir da análise enunciativa, em particular por meio de mecanismos linguísticos presentes no enunciado, seja possível identificar elementos que guiem um esboço da imagem do sujeito também como um efeito de sentido que emerge do enunciado. Assim, provavelmente, pela maior ou menor frequência de uso dos marcadores discursivos no ensaio jornalístico, é possível mostrar uma tendência em relação à expressão da subjetividade, que emerge do enunciado, configurada pela imagem do enunciador.

Porém, a grande dificuldade que encontramos, ao pensar enunciativamente os marcadores discursivos, diz respeito ao que aponta Cremonese (2007). Para a autora, a LE não parte dos mecanismos linguísticos em busca dos efeitos de sentido, mas de uma recorrência no uso de elementos do sistema. Como a enunciação é sempre única, é da ordem do irrepetível, também é único o uso desses elementos a cada enunciação. Assim, muitos podem ser os mecanismos linguísticos que estarão em foco na análise enunciativa. Nossa referência é, portanto, o enunciado, já que é seu produto.

Desse modo, entendemos que, embora cada uso seja único a cada enunciação, alguns elementos, como os marcadores discursivos, possuem, na sua essência, alguns traços que são recorrentes. No caso dos marcadores, muitos foram os trabalhos lançados, na tentativa de mapear alguns desses possíveis sentidos, como veremos mais adiante neste capítulo. Com isso, queremos dizer que é possível incidir a análise sobre essas estruturas levando em conta algumas possibilidades de valores, no intuito de pensar, de forma orientada, os efeitos de sentido que emergem dos enunciados a cada nova enunciação.

Acerca do objeto da LE, muitos pesquisadores<sup>8</sup> corroboram a ideia de que a determinação da caracterização de certo mecanismo linguístico como tal é a análise

---

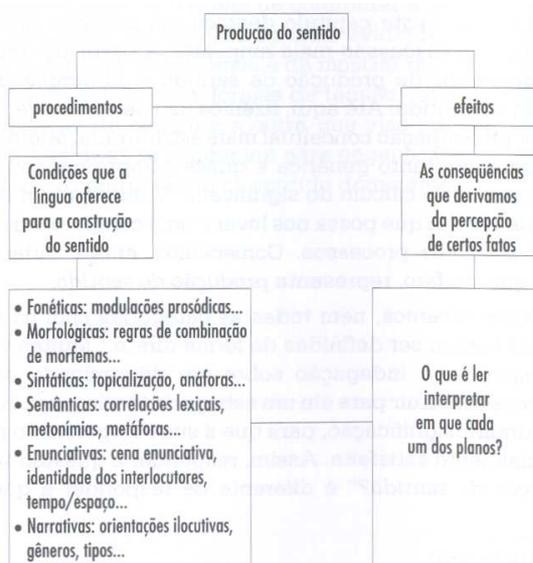
<sup>8</sup> Uma das obras brasileiras que se preocupa em discutir as inúmeras possibilidades de análise enunciativa, tendo em vista o olhar do observador sobre o objeto, é *Enunciação e Gramática*, publicada por Flores et al. (2008).

enunciativa dos fenômenos linguísticos feita pelo pesquisador. É um olhar sobre o sentido que o linguista da enunciação lança sobre o objeto.

O ponto de vista que a LE toma para tratar da enunciação é, conforme Flores et. al. (2009), o do sentido. Mais ainda, acrescentaríamos, é um ponto de vista sobre os efeitos de sentido. Para Fiorin (2010, p. 20),

o discurso mostra que certas formas apresentadas pelo sistema como absolutamente estáveis mudam, dadas certas condições (de ordem discursiva, é evidente), de lugar, adquirem novos valores, geram novos significados – enfim, engendram o que aqueles que trabalham com o discurso aprenderam a chamar efeitos de sentido.

Sobre a produção de sentidos, Mari (2008, p. 92) afirma que “nenhum sentido é dado, (...) mas produzido”. Segundo o autor, estaria na base dessa produção de sentidos um processo e um produto, representados conforme o esquema a seguir:



**Figura 1 – Esquema da produção de sentidos (MARI, 2008, p. 100)**

De acordo com o que propõe Mari (2008) nesse esquema, os recursos linguísticos estão diretamente relacionados com o direcionamento da análise e interpretação que se faz de um discurso, como prevê também a LE. Sendo assim, salientamos que, de acordo com Flores (2010), a LE não é um nível de análise

linguística, ela é, sim, uma perspectiva de análise que incide em cada um dos níveis, separadamente ou inter-relacionados. Conforme a proposta de Flores (2010, p. 400), “qualquer fenômeno linguístico de qualquer *nível* (sintático morfológico, fonológico, etc.) pode ser abordado desde o ponto de vista da enunciação”.

Dessa forma, em pesquisas que têm por base os pressupostos teóricos da Enunciação, como é o caso da nossa, não é possível haver sempre uma metodologia fixa/rígida de análise, pois cada *corpus* faz surgir um objeto diferente para cada pesquisador diferente. Nesta dissertação, apresentamos uma análise que incide sobre o *ethos*, levando em conta presença ou não de marcadores discursivos na materialidade linguística. Precisamos pensar em um dispositivo de análise que trate da exploração desses elementos. E acreditamos que talvez não consigamos aplicá-lo novamente da mesma forma com outro objeto e em outro *corpus*.

Portanto, a metodologia adotada para analisar enunciativamente varia, mas o ponto de vista permanece voltado aos efeitos de sentido que emergem da materialidade em qualquer nível linguístico, conforme o que dispuser cada *corpus* e de acordo com o olhar de cada pesquisador. A metodologia utilizada neste estudo, a fim de analisar nosso objeto, será abordada de modo mais específico no capítulo seguinte.

Dentre as teorias que fazem existir um campo de estudos da enunciação, adotaremos, em nossa pesquisa, a perspectiva empreendida por Oswald Ducrot, seguindo, assim, a concepção de enunciação e enunciado que propõe o teórico, além das suas formulações sobre locutor. No entanto, devido ao fato de que Ducrot está a todo o momento refletindo sobre seu pensamento, basear uma pesquisa em seus estudos exige cautela quanto ao momento de sua teoria ao qual nos referimos. O axioma de que *a argumentação está na língua* passa por várias fases em sua teoria.

Flores e Teixeira (2008, p. 64) propõem, para fins didáticos, uma cronologia dos estudos ducrotianos. Segundo os autores, uma primeira fase seria a dos estudos sobre a pressuposição e os atos de linguagem. Uma segunda fase seria quando formulou a *Teoria da Argumentação na Língua* e se dedicou às palavras que organizam o enunciado e à teoria polifônica. Posteriormente, numa terceira fase, mantém a teoria da argumentação a partir na noção de *topos*, que significa um comum argumentativo. Na quarta e última fase, em que está atualmente, desenvolve

uma nova versão da teoria da argumentação na língua, introduzindo as concepções de modificadores realizantes/desrealizantes e a teoria dos blocos semânticos.

No desenvolvimento deste trabalho, estamos recorrendo à segunda fase de seus estudos, na qual Ducrot desenvolve a ideia de que o discurso é constituído por diversas “vozes” que são organizadas por um locutor, este último marcando-se na língua e por meio dela, criando uma imagem de si, e produzindo sentidos a partir da materialidade. Essa teoria encontra-se, principalmente, no texto “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”, presente na obra *O dizer e o dito* (1987).

Mas, no que concerne aos conceitos já mencionados (enunciação e enunciado), Ducrot diverge, por exemplo, de Benveniste, quando trata a enunciação como o “acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado” (DUCROT, 1987, p. 168) e não como “ato” (BENVENISTE, [1958] 1995, p. 82). Sendo assim, de acordo com Barbisan (2006, p. 34),

a Teoria Enunciativa de Émile Benveniste, partindo de conceitos saussurianos, não rejeita a distinção entre língua e discurso, ao contrário, as associa, pois, ao situar o sujeito como centro de referência, busca explicar como o aparelho formal da enunciação marca a subjetividade na estrutura da língua. A noção de enunciação é, para Benveniste, centrada no sujeito, que, ao se apropriar do aparelho formal da língua, enuncia sua posição de sujeito, marcando-se como eu, instaurando o tu e o ele em seu discurso. (...) Já a Teoria da Argumentação na Língua propõe não um sujeito da linguagem, mas um eu locutor produtor de discurso para um tu interlocutor. Nessa relação, o locutor marca sua posição, em seu discurso, argumentando em relação ao que está sendo dito.

Com a concepção de enunciação que propõe, Ducrot trata da argumentação enquanto encadeamento de enunciados, em que um vai se constituindo em relação aos outros. É evidente que o teórico não desconsidera que a enunciação tem, em sua origem, um sujeito falante que diz algo a alguém. Mas, para que possamos pensar no sentido, segundo ele, é necessário extrair dessa origem o próprio sentido de uma interação. Quando optamos, portanto, pela teoria enunciativa que faz Ducrot, o fizemos justamente pelo privilégio dado aos sentidos produzidos pela enunciação e pela forma como trata a origem dessa enunciação e sua relação com o *ethos*.

Cabe, neste momento, destacar que esse termo será recuperado em nossa pesquisa porque pode representar o conjunto de enunciadores que o locutor assume

em cada um de seus discursos (DISCINI, 2008). O sujeito não pode controlar os sentidos produzidos pelo seu discurso, mas é inevitável que uma imagem de si possa ser traçada, mesmo que levemente, por meio das marcas de sua enunciação contidas no enunciado. A essa imagem é que chamamos *ethos*, conforme explicitaremos na seção seguinte. Como a materialidade selecionada para o desenvolvimento de nossa pesquisa envolve textos de dois colunistas, os quais serão analisados comparativamente, a noção de *ethos* nos é apropriada na medida em que a empregamos tanto para fazer referência ao perfil de um enunciador, quanto ao de um conjunto de enunciadores.

Ao longo do desenvolvimento de sua teoria, Ducrot formula e reformula conceitos. Seguindo a origem estruturalista, Ducrot define os conceitos aos pares e em oposição uns aos outros, como frase e enunciado (unidades linguísticas de nível elementar), texto e discurso (unidades linguísticas de nível complexo) e significação e significado. Frase e texto são concebidos como unidades abstratas/teóricas, enquanto enunciado e discurso, unidades concretas/observáveis.

De acordo com Ducrot (1987, p. 164), frase “é um objeto teórico, entendendo por isso, que ele não pertence, para o lingüista, ao domínio do observável, mas constitui uma invenção desta ciência particular que é a gramática”. Já o enunciado é “o que o lingüista pode tomar como observável (...), considerado como manifestação particular, como ocorrência do *hic et nunc* de uma frase”<sup>9</sup> (DUCROT, 1987, p. 164). Assim, o enunciado não preexiste à enunciação, já que ocorre no *aqui* e no *agora*, o que existe anteriormente é apenas a frase. Fora da língua existem apenas frases, os enunciados é que fazem parte da cadeia discursiva, quando a língua está funcionando.

Desse modo, também, Ducrot afirma que um discurso é um “fenômeno observável, é constituído de uma seqüência linear de enunciados” (DUCROT, 1987, p. 164). E o texto pode ser entendido, por analogia, como o constructo teórico do discurso.

Ademais, Ducrot (1987) trata de valores semânticos, apontando que significação refere-se à frase e ao texto, enquanto o sentido refere-se ao enunciado e ao discurso. A significação constitui instruções para a construção dos sentidos no âmbito enunciativo. Se, como dissemos anteriormente, é sobre o sentido que incide

---

<sup>9</sup> Grifos do autor.

a análise enunciativa, é por essa razão, também, que seguimos Ducrot, já que os sentidos da enunciação podem ser sinalizados por meio do enunciado.

A seguir, abordaremos mais especificamente a questão do *ethos* discursivo na argumentação, enquanto efeito de sentido construído na enunciação.

## 1.2 A construção do *ethos* discursivo na argumentação sob o foco enunciativo

No que diz respeito à responsabilidade pelo aparecimento de um enunciado, ela está, de acordo com Ducrot (1987), no locutor, enquanto organizador de vozes que compõem o discurso, por isso polifonia da enunciação<sup>10</sup>. O teórico postula que existem, no enunciado, três entidades diferentes: a do sujeito empírico, a do locutor, e a do enunciador.

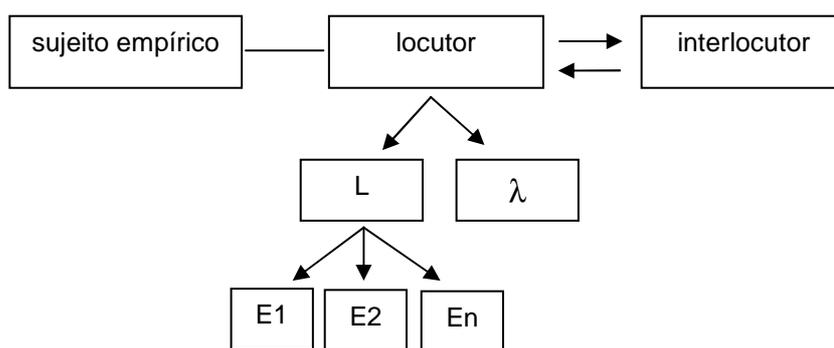
O *sujeito empírico*, que, para Ducrot, numa perspectiva enunciativa, não é alvo de investigação, é efetivamente o autor do texto produzido. O *locutor*, como já foi mencionado, é o que tem a responsabilidade sobre o enunciado. Já o *enunciador* é o ponto de vista assumido pelo locutor em determinado texto (DUCROT, 1987). O sujeito, portanto, é representado de diferentes formas no sentido do enunciado e a enunciação pode ser atribuída a um ou mais sujeitos, por isso teoria polifônica.

Empregamos, em nosso estudo, a noção de locutor enquanto tal, proposta por Ducrot, porque ela está vinculada à ideia de um forjar discursivo, no qual não é o autor empírico o responsável pelo discurso, mas uma entidade criada para assumir essa responsabilidade, para organizar as “vozes”, que são os enunciadores, no momento da enunciação.

Poderíamos representar a relação entre as três entidades existentes no enunciado (sujeito empírico, locutor e enunciador), baseados em Ducrot, da seguinte forma:

---

<sup>10</sup> De acordo com Gomes da Silva (2011), o termo *polifonia* tem sua origem nas canções populares medievais, adentrando nas igrejas com a Reforma Protestante, onde se tornou uma importante e tradicional expressão musical. Segundo a autora, na música sacra, a polifonia designa reunião de vozes que soam diferentemente em oposição ao canto gregoriano que se possui um caráter homofônico. A polifonia suscitou a formação de orquestras, óperas, concertos, enfim, sendo consagrada como linguagem musical de maior utilização. Por fim, a autora afirma que “a noção de polifonia se refere a uma partitura musical, na qual diferentes vozes interagem entre si, constituindo uma só composição” (GOMES DA SILVA, 2011, p. 69).



**Figura 2 – Esquema da Teoria Polifônica da Enunciação de Ducrot (1987)**

São elementos do discurso apenas aqueles unidos pelas flechas (na Figura 1). Do mesmo modo que o locutor é estritamente linguístico, entendemos que também o é o interlocutor. Segundo Ducrot (1987), em sua teoria, encontram-se duas formas de polifonia. A primeira é caracterizada pela existência de “dois locutores distintos em caso de ‘dupla enunciação’” (DUCROT, 1987, p. 191), isto é, quando identificamos duas enunciações, uma implícita e uma explícita, num mesmo enunciado. Uma enunciação é de responsabilidade do locutor enquanto ficção discursiva (L), que está no nível do dizer, e a outra é a “voz” de um locutor enquanto ser no mundo ( $\lambda$ ), que é a origem do enunciado, que representa discursivamente o ser empírico, identificável por meio de L, e que está no nível do dito.

A segunda forma de polifonia é a que nos ajuda a entender a multiplicidade de sentidos que muitos enunciados possuem. Ela é verificável também por intermédio de L, quando este apresenta os enunciadores, posicionamentos/pontos de vista (E1, E2, En), assumindo-os ou não. Assim, na constituição do discurso, o locutor enquanto ficção discursiva (L), ou simplesmente locutor, introduz um ou mais enunciadores, coordenando-os/organizando-os, e, depois, explicita a relação que assume diante deles, o que nos ajuda a perfilar uma imagem desse locutor. Neste trabalho, acreditamos que os marcadores discursivos podem ser uma das referências materiais/linguísticas das “vozes” presentes no discurso. Em virtude disso, quando, neste trabalho de mestrado, investigamos de que forma o locutor seleciona e organiza esses pontos de vista na dinâmica argumentativa, de modo a persuadir o interlocutor, o fazemos na busca de uma compreensão do *ethos*.

O locutor, sendo uma ficção construída no e pelo discurso, é, portanto, o sujeito do enunciado<sup>11</sup>. Em contrapartida, a enunciação é dirigida a uma outra figura discursiva, construída num processo de co-enunciação, o qual chamamos de interlocutor. Ressaltamos que a opção por esse par conceitual (locutor/interlocutor) está fundamentada no fato de que nos filiamos à Teoria Polifônica da Enunciação, de Ducrot, na qual são chamados enunciadores as “vozes” outras que subjazem ao discurso do locutor, além da voz aceita por este.

A partir disso, recuperamos, em nossa pesquisa, a questão do *ethos*, que tem origem pragmática<sup>12</sup>, mas tratando-o de forma enunciativa, associado-o ao locutor e tomando-o como efeito de sentido que emerge do enunciado, porque pode ser uma das consequências dos procedimentos de produção de sentidos. O *ethos*, como era entendido na Retórica, estava relacionado ao caráter do “orador”. Ele era construído tendo em vista seu “auditório”, já que se tratava de uma relação de aproximação na tentativa de persuadir. Nos estudos enunciativos, a noção de *ethos* não está relacionada a orador e auditório, mas às categorias linguístico-discursivas de locutor e interlocutor. Considerando que a organização das vozes pelo locutor é um colocar em funcionamento a língua, é provável que isso seja feito com uma certa tendência enunciativa, consciente ou inconscientemente, a qual revela uma imagem desse locutor.

Essa tendência enunciativa que se delineia é, conforme Fernandes (2008, p. 224), “a recorrência de uma ou algumas estruturas linguísticas que caracterizam a forma de dizer em um discurso oral ou escrito”. Como dissemos, em nosso estudo, a tendência enunciativa de uso dos marcadores discursivos poderá nos auxiliar na perfilação do *ethos*.

De acordo com Amossy (2005), foi Ducrot quem integrou o termo *ethos* aos estudos enunciativos, por meio da Teoria Polifônica da Enunciação. Com relação ao

---

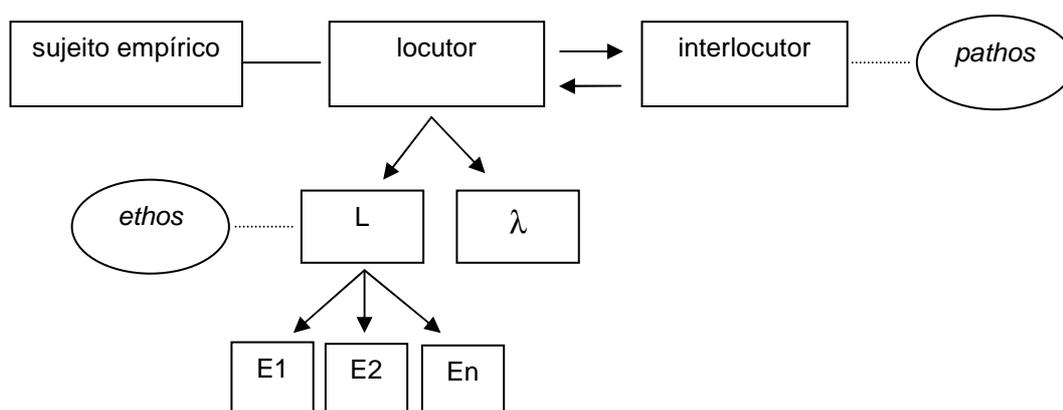
<sup>11</sup> Sobre o sujeito da enunciação, cujo estudo não é foco deste trabalho, consultar: FLORES, V. N. Sujeito da enunciação e/ou sujeito do enunciado? Exterioridade e interioridade teórica no campo da Linguística da Enunciação. In: VII CELSUL – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul. 2008, Pelotas. **Anais do VII Círculo de Estudos Linguísticos do Sul – Estudos da Linguagem**. Pelotas: EDUCAT, 2008. p. 87 -104.

<sup>12</sup> Nossa pesquisa se caracteriza por lançar um olhar de base enunciativa sobre assuntos tradicionalmente abordados desde uma perspectiva pragmática, como o *ethos*, a argumentação e os marcadores discursivos. Cabe esclarecer que essas duas correntes de pensamento linguístico se aproximam e se distanciam no mesmo ponto. Isso porque ambas trabalham com o “uso”, mas a Pragmática trata do uso a partir da intenção de um sujeito psicobiológico e a Enunciação enfatiza o uso a partir das formas e dos efeitos de sentido produzidos por um sujeito forjado na e pela enunciação.

*ethos*, Ducrot, inspirado na Retórica aristotélica, associa o locutor a uma imagem de si na busca da persuasão e não ao que enuncia sobre si. Nas palavras de Ducrot (1987, p. 189), o *ethos*

não se trata de afirmações auto-elogiosas que ele pode fazer de sua própria pessoa no conteúdo do seu discurso, afirmações que podem ao contrário chocar o ouvinte, mas da aparência que lhe confere a fluência, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, os argumentos. (...) O *ethos* está ligado a L, o locutor enquanto tal: é enquanto fonte da enunciação que ele se vê dotado [*affublé*] de certos caracteres que, por contraponto, tornam esta enunciação aceitável ou desagradável. O que o orador poderia dizer de si, enquanto objeto da enunciação, diz, em contrapartida, respeito a  $\lambda$ , o ser no mundo, e não é este que está em questão na parte da retórica de que falo.

A partir dessa afirmação de Ducrot, podemos verificar a estreita relação que se estabelece entre o *ethos* e a argumentação, uma vez que determinado *ethos* pode contribuir positiva ou negativamente para a argumentação, ou, pelo menos, exercer influência sobre ela. E, para melhor visualizarmos a que entidade discursiva está relacionado o *ethos*, elaboramos a seguinte representação:



**Figura 3 – O *ethos* conforme Ducrot (1987)**

Na Figura 3, ligamos o *ethos* ao locutor enquanto tal (L), organizador dos enunciadores no discurso, e o *pathos* ao interlocutor, mas com linhas pontilhadas, visto que não são entidades, mas uma imagem do locutor – *ethos* – e “as emoções”

geradas pelo discurso desse locutor – *pathos*. Sendo L o produtor do enunciado, a potencialidade de uma argumentação se vincula também ao *ethos* desse locutor.

Maingueneau (2008) aponta que, em estudos sobre essa instância discursiva, remonta-se, geralmente, à *Retórica* de Aristóteles, porque nela há a primeira elaboração conceitual de *ethos*, conhecida entre os linguistas. No entanto, como afirma o autor, no mundo contemporâneo, a Retórica está entre nós através das mais diversas disciplinas, com interesses distintos. Para Maingueneau (2008, p. 13), Ducrot, ao integrar o *ethos* aristotélico a uma conceituação enunciativa, a qual transcrevemos acima, associou o termo “à própria enunciação e não a um saber extra-linguístico sobre o locutor”, já que, como dissemos anteriormente, Ducrot concebe a enunciação como aparecimento de um enunciado.

Em virtude de ser uma construção discursiva, conforme Maingueneau (2008), o locutor não precisa dizer de si, pois no momento do aparecimento do enunciado uma representação de si é feita e, posteriormente, pode ser identificada por meio da materialidade linguística presente no enunciado. Nesse sentido, um perfil dessa imagem – *ethos* – é esboçado na materialidade linguística, através da própria enunciação (MAINGUENEAU, 2008). Acerca disso, segundo Ducrot (1987), por ser o *ethos* mostrado e não dito, ele revela muito mais do locutor do que aquilo que este deixa explícito sobre si.

Para Amossy (2005, p. 137), o *ethos* é uma “imagem de si [locutor] construída no discurso”. Também Fiorin (2008, p. 139) compartilha dessa ideia quando afirma que o *ethos* é “um sujeito construído pelo discurso e não uma subjetividade que seria a fonte de onde emanaria o enunciado, de um psiquismo responsável pelo discurso”.

Diante disso, entendemos que o *ethos* pode emergir de sentidos vários que se produzem na enunciação, mas não ser uma entidade que precede a ela. Como, em nosso trabalho, estamos visando à compreensão do *ethos* não só como efeito de sentido, mas também como parte da argumentação, recordamos que Ducrot postula que essa materialidade, “se coloca a serviço do *ethos*”, e desse modo, contribui também com a argumentação (DUCROT, 2008, p. 39).

Ao tratar da argumentação, precisamos, primeiramente, voltar às suas origens, para que, em seguida, possamos entender em que medida ela se faz presente em nossa dissertação. Nesse sentido, é sabido que o homem se faz homem em meio aos outros, a partir da figura do outro. E essa natureza faz com que

a argumentação seja inata a ele. Em virtude disso, a necessidade que o homem tem de expor o seu ponto de vista e, por vezes, fazer com que o outro adira ao seu posicionamento há muito se faz presente em nossa sociedade. Tão antigos, quanto às disputas argumentativas, são os estudos retóricos que teorizam e tentam desvendar, compreender e categorizar os entornos das práticas sociais que buscam a persuasão.

Nos primórdios dos estudos argumentativos, o foco do pensamento eram as disputas dialéticas, em que a vitória seria daquele que usasse argumentos lógicos, verdadeiros e sustentáveis para fazer com que o oponente se contradissesse ou reconhecesse, mesmo que a contragosto, as ideias do adversário. Ao longo dos séculos analisaram desde a figura do orador dirigindo-se a um auditório até a imagem de um locutor, construída discursivamente na relação com seu interlocutor. Em nossa perspectiva de entendimento sobre a argumentação, não são as ideias que devem persuadir, mas a forma como a argumentação está organizada linguisticamente.

A argumentação tem sido pensada a partir de perspectivas pragmáticas. Entretanto, quando nos referimos à natureza argumentativa do homem o fazemos apenas para indicar a origem dessas discussões. Seu mito fundador indica que tenha surgido em meio à reclamação de direito de propriedade de terras confiscadas. Dessa forma, está intimamente ligada à defesa de um posicionamento. Desde a tradição greco-latina, a argumentação sempre teve vinculação com a “lógica, ‘a arte de pensar corretamente’, à retórica, ‘a arte de bem falar’, e à dialética, ‘a arte de bem dialogar’”. Esse conjunto forma a base do sistema no qual a argumentação foi pensada, por Aristóteles na sua *Retórica*” (PLANTIN, 2008, p. 9). Assim, é possível verificar que a argumentação foi concebida originalmente no âmbito pragmático. Todavia, nosso intuito é associá-la à enunciação, porque a vemos construída linguisticamente na e pela enunciação do sujeito. Acreditamos que a argumentação é resultado da união entre forma e sentido, ela emerge da materialidade na enunciação.

Aristóteles postula que a Retórica é “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (ARISTÓTELES, 2005, p. 95). A origem etimológica de persuasão está em *persuadere*, palavra latina que, entre outras acepções, significa “levar”, “convencer”, “conduzir” alguém a acreditar ou a

aceitar algo (HOUAISS, 2007). Mais adiante, veremos que cada um desses sinônimos implica uma postura diferenciada diante da argumentação.

Mas, antes disso, para que possamos entender como a argumentação está configurada nos dias de hoje, precisamos traçar um panorama do fim do século XIX ao início do século XX, cujo período ficou marcado, na história da argumentação, como crucial. Dentre muitos estudiosos, Plantin (2008) é um dos que pode nos auxiliar nessa tarefa de cunho retrospectivo. De acordo com o autor, nesse período em que o pensamento positivista vigorava, a Retórica foi “violentamente criticada como disciplina não científica e eliminada do currículo da universidade republicana, à época em seus primeiros anos” (PLANTIN, 2008, p. 13). Isso porque a Retórica estava atrelada meramente ao discurso rebuscado, sem conteúdo propriamente dito. Apenas a história da Retórica foi digna de estar no meio acadêmico, visto que, de acordo com o pensamento positivista, “o método histórico é o método positivo por excelência, capaz de produzir o conhecimento científico no campo das humanidades” (PLANTIN, 2008, p. 13).

Ademais, o autor afirma que dois fatores principais contribuíram para a deslegitimação da Retórica. O primeiro foi o de que os jesuítas dispensaram a educação baseada nesse saber (retórico) que era considerado retrógrado, dando lugar à história literária. Além disso, devido à ascensão da língua francesa, foi preciso excluir os exercícios retóricos praticados em latim dos colégios jesuítas. O segundo está ligado ao fato de que a lógica deixou de ser entendida como a arte de bem pensar, de bem organizar um discurso em língua natural, para ser a arte de bem calcular, um ramo da matemática. Assim, mais tarde, a lógica tornou-se uma disciplina independente, e, com isso, a argumentação foi mais uma vez afetada, já que a lógica fazia parte dessa disciplina. Segundo Plantin (2008), os estudos da argumentação permaneceram apenas nos campos do Direito, tratando de alguns poucos aspectos, e da Teologia, no âmbito da filosofia neotomista.

Em meados do século XX, a Retórica recuperou o espaço acadêmico ocupado pelo positivismo. Surgia uma Nova Retórica. Mas, de acordo com Reboul (2004), essa Nova Retórica estava, primeiramente, voltada à elocução apenas, às figuras de linguagem, com um caráter mais literário. Dessa época fazem parte Jean Cohen e Roland Barthes, entre outros (REBOUL, 2004).

Já com a publicação dos trabalhos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (em 1958), o caráter argumentativo da Retórica foi retomado. No *Tratado da*

*Argumentação*, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) revisitam os caminhos traçados por Aristóteles, enfocando sua discussão no que diz respeito às provas aristotélicas (*ethos* – “caráter moral do orador”, *pathos* – “modo como se dispõe o ouvinte” e *logos* – o próprio discurso)<sup>13, 14</sup>, destacando que é em conjunto com a figura do interlocutor que a argumentação se desenvolve.

No *Tratado*, os autores apresentam uma possibilidade de visão sobre os tipos de argumentos, afirmando que estes relacionam-se entre si por processos de associação ou dissociação. Assim, é possível visualizar argumentos associativos – em que a união de argumentos provoca “uma solidariedade que visa, seja estruturá-los, seja valorizá-los positiva ou negativamente um pelo outro” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 215) – e dissociativos – em que os argumentos são separados, distinguindo-os e valorizando-os.

Segundo os autores, os argumentos associativos podem ser de três tipos. O primeiro deles são os argumentos *quase-lógicos*, comparáveis ao raciocínio formal, lógico ou matemático e, por isso, têm aparência demonstrativa. São argumentos quase-lógicos a *contradição*, a *incompatibilidade*, o *ridículo*, a *redução ao absurdo*, a *ironia*, a *identidade* e a *definição*. O segundo tipo, argumentos *baseados na estrutura do real*, corresponde aos argumentos que se baseiam na representação de uma suposta realidade para estabelecer relações entre os argumentos. Fazem parte desta categoria argumentos *causais*, *pragmáticos*, de *fins e meios*, de *inércia* (de desperdício, de direção, de superação), de coexistência entre *a pessoa e seus atos*, de *autoridade* e de *dupla hierarquia*. E o terceiro tipo são os argumentos *que fundamentam a estrutura do real*, os quais são identificáveis por se motivarem na realidade. Estes se dividem em argumento por *exemplo*, por *ilustração*, *modelo* e *antimodelo*, por *analogia* e por *metáfora*.

Segundo Reboul (2004, p. 88), a obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) “é realmente uma teoria do discurso persuasivo”. Por isso, a presença de seus estudos em nosso trabalho: pela descrição exaustiva e bastante elaborada e detalhada de tipos de argumentos que o *Tratado* apresenta, o que pode nos auxiliar

---

<sup>13</sup> Na instância enunciativa, o sujeito enunciador e o sujeito enunciatário são imagens construídas discursivamente. Neste trabalho, tomando como base os pressupostos retóricos e enunciativos, *ethos* corresponde à imagem do locutor; *pathos*, são as emoções geradas no interlocutor pelo discurso do locutor; e *logos*, diz respeito ao próprio discurso.

<sup>14</sup> Mantivemos, neste trabalho, a terminologia grafada como estava em Aristóteles. Além disso, também empregaremos, para nos referir a essas categorias, os adjetivos *ético* (relativo a *ethos*) e *patêmico* (relativo a *pathos*), comumente utilizados nas teorias enunciativas e discursivas atuais.

na análise do corpus desta pesquisa e porque nessa obra se discutem questões da ordem de uma construção argumentativa que levam em conta o *ethos*, o *pathos* e o *logos*. Embora privilegiemos, neste momento, o estudo do *ethos*, por uma questão metodológica, sabemos da sua relação inerente de constituição com as demais categorias.

Segundo Mosca (2004, p. 130), *ethos*, *pathos* e *logos* “são argumentos, constituindo provas intrínsecas para chegar à convicção, à persuasão. A argumentação só é considerada cumprida quando chega a persuadir o outro, o público, enfim, não bastando a simples apresentação das razões”. É em virtude de considerar essas categorias que a questão perelmaniana, para Mosca (2004), contempla a afetividade, ou seja, as emoções estão presentes no processo argumentativo. Essas emoções (implícitas ou explícitas) de que trata a autora estariam relacionadas ao senso comum dos interlocutores, sendo aceitas de modo consensual.

As emoções das quais tratamos no nosso estudo não são, porém, aquelas do sujeito empírico, mas as que são construídas linguisticamente no discurso, são tidas como efeitos. Embora não usaremos diretamente em nossa análise, estamos abordando a questão das emoções em virtude de que elas nos ajudam a entender a dinâmica da constituição do *ethos* discursivo na argumentação linguística pela relação estabelecida com o *pathos*. De acordo com Charaudeau (2010), é preferível empregar o termo *pathos* (além de efeito patêmico e patemização) em vez de emoção porque o que há no discurso é um efeito de emoção e não a emoção em si (própria do sujeito empírico).

De acordo com Mari e Mendes (2007), as emoções no discurso foram tratadas pela Estilística, em que as manifestações linguísticas eram guiadas pela afetividade, trabalhando a língua de tal modo que favorecesse determinados efeitos de sentido. Além da Estilística, Jakobson considerou as emoções quando propôs as funções da linguagem e determinou que uma delas seria a emotiva, na qual pode ser verificada a expressão do sujeito em relação ao que enuncia, mesmo que seja artificial. Mas, conforme Mari e Mendes (2007), essas perspectivas incidiam sobre o enunciado, apenas, e não sobre a enunciação. É no âmbito da enunciação que se manifestam, de fato, as emoções. O enunciado vai ser a forma material que teremos para nos aproximar das condições enunciativas do tratamento dessas emoções, aqui entendidas como efeitos patêmicos. Não poderiam, então, os marcadores

discursivos colaborar para a construção dos efeitos patêmicos no discurso, fazendo com que emane do enunciado um *ethos* do locutor, por meio, por exemplo, dos marcadores discursivos? É o que tentaremos discutir a partir da análise do *corpus* da pesquisa.

Mosca (2004) ressalta que “os gêneros discursivos, por sua vez, irão impor determinadas escolhas que poderão variar segundo o momento, as circunstâncias e as finalidades”. Em alguns, inclusive, houve, por muito tempo, e ainda há a tentativa de esconder e até mesmo ocultar as emoções, como os gêneros do domínio jornalístico, tentando cumprir com o caráter objetivo no tratamento da comunicação social. Sobre a busca de um caráter mais objetivo nesses gêneros, Mari e Mendes (2007, p. 153) apontam que

o papel da emoções pode parecer tão importante para as questões de sentido, que já fomos ensinados a construir certas práticas discursivas, evitando a emoção, buscando neutralidade, a parcialidade para permitir que certos gêneros sejam vacinados contra a emoção. Existe alguma coisa relacionada ao homem que possamos dela excluir a emoção?

Para Mari e Mendes (2007, p. 153), referindo-se a Benveniste, “o fato de ser a enunciação um *aparelho formal* também não pode ser visto como impedimento *a priori* de manifestações da emoção”<sup>15</sup>. Nesse sentido, em toda a enunciação há a presença da emoção na relação intersubjetiva do “eu” com o “tu”. Conforme mencionamos na primeira seção deste capítulo, não há enunciação de um “eu” sem a presença de um “tu” a quem ela se dirige. É por isso que ressaltamos que para a identificação do *ethos* produzido por determinado locutor, é preciso levar em conta também o seu interlocutor, para quem ele enuncia, em que tempo e em que espaço.

Como, de modo geral, a Enunciação entende que o locutor é construído tendo em vista o seu interlocutor, é necessário, também, para saber controlar o efeito patêmico, vislumbrar o interlocutor. Dessa forma, quando um perfil de locutor é moldado na e pela língua no momento da enunciação, projeta-se também uma imagem de interlocutor. Para se perfilar o *ethos* do locutor, é necessário levar em conta os efeitos patêmicos desejados no interlocutor, na relação espaço-temporal.

---

<sup>15</sup> Grifos dos autores.

Assim como a enunciação se dá em co-construção, também se constituem de forma co-enunciativa as imagens do locutor e de seu interlocutor.

Seguindo nossa reflexão sobre o *ethos* e sua importância para o estudo enunciativo da argumentação, destacamos que ainda no século XX, a partir de 1970, os estudos da argumentação passaram a ter um momento lógico-linguístico. Assim a argumentação começou a ser vista como possibilidade de organizar as pesquisas da linguagem, como, por exemplo, nos trabalhos de Ducrot (a argumentação na língua) e Grize (estudo das operações lógico-discursivas).

Com Anscombe e Ducrot (1994), coloca-se, em primeiro plano, o conceito de marcadores relacionado à argumentação. Em sua teoria, os autores concebem a argumentação como elemento inerente à língua, porque são os próprios elementos linguísticos os que condicionam a dinâmica discursiva e não os fatos que tais elementos representam (PORTOLÉS, 1998). Dessa forma, o sentido do enunciado se apresenta na continuidade do discurso, nas instruções dadas por tais partículas para a interpretação dos enunciados posteriores. Portanto, a *Teoria da Argumentação na Língua*, de Anscombe e Ducrot também estará na base de nossa pesquisa, já que consideramos que não são os fatos que persuadem, mas a forma como esses fatos são trabalhadas na língua, isto é, como são organizados por meio da língua, com quais recursos linguísticos. Reforçamos que a argumentação se constrói no plano da língua e não no das ideias, porque é na língua e pela língua que ela ganha materialidade e produz sentidos. Um argumento só faz sentido se colocado em funcionamento no discurso.

A fim de melhor esclarecer como consideramos a questão enunciativa da argumentação, apontamos que encontramos, em Ducrot (2008), uma distinção entre a argumentação retórica e a argumentação linguística. Para o autor, a argumentação retórica compreende as ferramentas usadas para persuadir, ultrapassando, por vezes, o nível linguístico, ao passo que na argumentação linguística, ou somente argumentação, a persuasão é estritamente discursiva. As provas aristotélicas são vistas pelo teórico não como produto de um raciocínio, mas como resultado de um encadeamento linguístico.

Neste momento, parece-nos adequado retomar os termos sinonímicos da persuasão apresentados no início de nossa reflexão. Diferentemente do modo como pensava Aristóteles, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 30) afirmam que “persuadir é mais que convencer”. Amparamos essa ideia também no que afirma

Grize (2008), de uma outra perspectiva. Segundo o autor, há “una estrecha relación entre *demonstrar y calcular, probar y convencer, y argumentar y persuadir*, sin por ello dejar de subrayar la presencia de “vencer” en convencer y de “suave” en persuadir, de modo que el ámbito de la convicción no coincide con el de la persuasión”<sup>16,17</sup> (GRIZE, 2008, p. 43). Para nós, persuadir implica a produção de efeitos patêmicos no interlocutor e convencer implica a demonstração, a apresentação de provas e razões. Consequentemente, o convencimento, ao contrário da persuasão, pressupõe a aceitação do argumento do locutor, mas sem uma mudança de opinião por parte do interlocutor.

Enfim, nesta seção, tratamos da constituição do *ethos* na argumentação. No tópico seguinte, sistematizaremos alguns conhecimentos sobre os marcadores discursivos abarcando aqueles que julgamos mais apropriados para fundamentar teoricamente o nosso estudo.

### 1.3 Os marcadores discursivos como marcas do locutor no enunciado

Os marcadores discursivos têm sido estudados em vários âmbitos, mas, predominantemente, desde uma perspectiva pragmática. No Brasil, o estudo dos marcadores discursivos teve origem na Análise da Conversação, com Marcuschi (1989) e Risso, Silva e Urbano (2006), por exemplo. Nessa mesma direção encontram-se os estudos de Castilho (1990, 1992, 1993, 1996), acerca do português falado. No entanto, esses trabalhos se fazem sobre discursos orais, ao contrário de nossa pesquisa que tem como base o texto escrito, por motivos já mencionados nas considerações iniciais.

Não se pode deixar de lembrar que, para o texto escrito, alguns trabalhos tocaram os estudos dos marcadores discursivos. Moura Neves (2011), em sua *Gramática de Usos do Português*, assim como Guimarães (2002) na obra *Texto e Argumentação*, trata de muitos marcadores, apresentando seus usos, mas não

---

<sup>16</sup> Grifos do autor.

<sup>17</sup> “Uma estreita relação entre *demonstrar e calcular, probar e convencer, e argumentar e persuadir*, sem por isso deixar de destacar a presença de “vencer” em convencer e de “suave” em persuadir, de modo que o âmbito da convicção não coincide com o da persuasão” (livre tradução).

propõe uma classificação a esses elementos, nem mesmo os caracteriza e/ou conceitua como marcadores discursivos, quando comparados a outros estudos.

Também Koch (1993), em *Argumentação e Linguagem*, havia se preocupado com esses mecanismos quando tratou dos operadores argumentativos, mas também não propôs uma conceituação nem uma classificação para esses estudos e não utiliza a expressão *marcadores discursivos*. Mais recentemente, em *Linguagem e Interação*, Koch (2007) apresenta uma nova discussão acerca desses recursos linguísticos, sendo que alguns até se aproximam do que aqui estamos tratando como marcadores conversacionais. Mesmo assim, apesar de ser uma obra de grande valor para os estudos linguísticos, não abarca um número tão variado de possibilidades de marcadores discursivos.

Nesse sentido, não foi possível restringir-nos ao referencial teórico brasileiro no que tange aos elementos nos quais estamos interessados neste estudo. Encontramos, todavia, nos estudos espanhóis, uma referência que nos parece mais apropriada, uma vez que Martín Zorraquino e Portolés Lázaro (1999), na *Gramática Descriptiva del Español*, organizada por Bosque e Demonte, propõem uma definição e uma classificação para esses elementos, dando-nos um suporte teórico mais amplo.

São desconhecidos ainda estudos enunciativos acerca dos marcadores discursivos. Portanto, mesmo sendo ainda um estudo pragmático, tentaremos pensar de modo enunciativo a formulação proposta por Martín Zorraquino e Portolés Lázaro (1999), já que, para os autores, os marcadores orientam as inferências no momento em que são utilizados na enunciação e nas demais enunciações que surgem cada vez que o enunciado é lido/ouvido. O termo inferência é próprio da teoria desses autores, que tem como base os estudos de Ducrot, para referirem-se aos sentidos vários que têm uma enunciação vista desde a perspectiva pragmática. Mas, quando nos referirmos a inferências, em nossa análise, estaremos nos remetendo a uma dentre possibilidades de sentido dentre tantas outras resultante dos inúmeros enunciadores que subjazem à enunciação do locutor e que estão presentes na materialidade linguística.

A noção de marcadores discursivos comporta expressões linguísticas que ultrapassam os níveis morfológico e sintático de classificação. Como não há tantos trabalhos sobre marcadores no Brasil e o de Martín Zorraquino e Portolés Lázaro (1999) apresenta definição e proposta de classificação para esses elementos não

muito enfocados pelas gramáticas normativa e descritiva, é a esses autores que nos filiamos para empreender nossa pesquisa. Segundo Martín Zorraquino e Portolés Lázaro (1999, p. 4057), os marcadores discursivos são

unidades lingüísticas invariables, no ejercen una función sintáctica en el marco de la predicación oracional – son, pues, elementos marginales – y poseen un cometido coincidente en el discurso: el de guiar, de acuerdo con sus distintas propiedades morfosintácticas, semánticas y pragmáticas, las inferencias que se realizan en la comunicación.<sup>18</sup>

A identificação desses elementos se dá em nível de enunciado. Já dissemos anteriormente que, assim como Ducrot, compreendemos enunciado como o produto da enunciação. Na busca de especificar um pouco mais o conceito, trazemos para a nossa dissertação também o que propõe Fernandes (2005), com base nos estudos de García (2002), para textos de mídia impressa como a carta do leitor, o comentário, a crônica e o editorial. Sua contribuição se dá no momento de delimitarmos a extensão de um enunciado durante a análise. Segundo Fernandes (2005), o enunciado, na modalidade escrita, está compreendido entre ponto (.), ponto de interrogação (?), ponto de exclamação (!), ponto e vírgula (;) ou dois pontos (:), quando estes dois últimos comportarem-se como ponto<sup>19</sup>. Não há, em nosso *corpus*, a utilização de dois pontos como delimitação de enunciado. Ele apenas serve para completar ou reformular um sentido anterior e introduzir exemplos ou citações. Mas o ponto e vírgula, muitas vezes, encerra um enunciado com significação completa, para que se inicie outro<sup>20</sup>. Observemos o seguinte recorte extraído do *corpus* da pesquisa.

---

<sup>18</sup> “Unidades lingüísticas invariáveis, não exercem uma função sintática no marco da predicção oracional – são, pois, elementos marginais – e têm uma incumbência coincidente no discurso: o de guiar as inferências que se realizam na comunicação de acordo com suas diferentes propriedades morfosintáticas, semânticas e pragmáticas” (livre tradução).

<sup>19</sup> Como a delimitação do enunciado é uma problemática bastante complexa, o recuso formal é o mais adequado nesse contexto, tendo em vista que precisamos afirmar em que momento determinado mecanismo linguístico é marcador (conectando enunciados) ou é conector intraoracional (unindo termos dentro de um mesmo enunciado). As marcas formais estão subordinadas a que o enunciado tenha significação completa, isto é, a que disponha de instruções para a construção dos sentidos no âmbito enunciativo (Ducrot, 1987).

<sup>20</sup> A significação de que tratamos aqui corresponde ao valor semântico da frase, enquanto unidade abstrata/teórica, em oposição ao sentido, enquanto unidade concreta/observável, que diz respeito ao valor semântico do enunciado, de acordo com Ducrot (1987, 1988). Segundo o autor, a significação constitui instruções para a construção dos sentidos no âmbito enunciativo.

- (1) [1] O desterro conservador poderia durar oito, dez anos, calculou a mulher; [2] e, quando voltassem ao poder, lembrariam dele? [3] Dona Cláudia "olhou fixa para ele" e proclamou: "Batista, você nunca foi conservador!".

(Roberto Pompeu de Toledo, 11/02/2009, Nº 28)

Nesse fragmento, os enunciados 1 e 2 estão delimitados por ponto e vírgula, mas cada um forma uma unidade de significação. Já o enunciado 3, não se encerra com a presença dos dois pontos, pois estes introduzem uma citação, para que se complete a sua significação.

Para eleger determinado elemento como marcador discursivo, é preciso observar algumas características. Para tanto, apoiamo-nos em Martín Zorraquino e Portolés Lázaro (1999), a fim de apontar quais seriam esses traços, os quais constituirão, para o nosso estudo, os critérios de definição dos marcadores discursivos. Para ser um marcador, portanto, as unidades linguísticas precisam:

a) Ser elementos exteriores ao enunciado: por não possuírem função sintática, os marcadores não estão integrados no enunciado e, assim, possuem, conseqüentemente, certa mobilidade entre os segmentos desse enunciado;

b) Estar gramaticalmente fixados como uma estrutura invariável;

c) Relacionar enunciados: os marcadores discursivos relacionam enunciados não necessariamente contínuos, mas somente enunciados, não unem, portanto, partes de um mesmo enunciado;

d) Guiar inferências: ao relacionar os enunciados, os marcadores possuem a característica de guiar inferências, pois apontam para determinadas possibilidades de sentido no momento da enunciação.

Para Martín Zorraquino e Portolés Lázaro (1999, p. 4078), os marcadores, ainda que possam assumir valores diferentes em cada enunciação, possuem somente um significado: o significado processual, em detrimento de um significado

conceitual. Esse “significado de processamento”, como chamam os autores, corresponde a uma série de “instruções semânticas”, que orientam as inferências e que fazem existir um grupo concreto de marcadores. São três, essencialmente, os tipos de instruções semânticas: *instruções sobre o significado de conexão*, *instruções argumentativas* e *instruções sobre a estrutura informativa*. Vejamos cada uma delas e quais grupos de marcadores elas abarcam.

A primeira dessas instruções se refere àqueles marcadores que relacionam diretamente dois ou mais enunciados. Os *conectores* e os *reformuladores* apontam diretamente para outro enunciado. Observemos o seguinte fragmento extraído do *corpus* da pesquisa:

- (2) Pesquisa recente indicou que 80% dos professores da rede pública estavam insatisfeitos e com sua auto-estima chamuscada. Já em uma pesquisa com escolas privadas de todo o Brasil, verifiquei que 80% dos professores estavam satisfeitos. **Ou seja**, com níveis salariais parecidos, as escolas privadas – não apenas as de elite – atraem melhores professores e os mantêm contentes.

(Cláudio de Moura Castro, 13/02/2008, Nº 1)

No recorte 2, o reformulador “ou seja” introduz uma nova forma de estruturação para o expresso nos enunciados anteriores (a relação do salário do professor com a sua valorização). Desse modo, o reformulador aponta para o significado reformulativo da conexão desse último enunciado com os anteriores.

De forma menos explícita, também os *estruturadores da informação* e os *marcadores conversacionais*, remetem aos enunciados a que se conectam. A seguir, apresentaremos dois fragmentos que poderão nos servir de exemplo.

- (3) Há as escolas dos grotões, há as escolas das cidades médias e pequenas e, finalmente, há as escolas conflagradas das periferias urbanas e favelas.

(Cláudio de Moura Castro, 21/01/2009, Nº 13)

- (4) Em nosso tempo, um valor altamente apreciado é a morte que nos poupe da angústia, ou do susto, ou do pânico, de saber que se está morrendo. É uma espécie de ludíbrio que aplicamos na morte. **O.k.**, você chegou. Mas nem nos demos conta disso. A visita foi humilhada por um anfitrião que nem olhou para sua cara.

(Roberto Pompeu de Toledo, 07/10/2009, Nº 45)

No recorte 3, por exemplo, “finalmente” é um estruturador, que situa o enunciado que introduz (“há as escolas conflagradas das periferias urbanas e favelas”) numa escala de apresentação de argumentos. Essa estruturação/ordenação produzirá determinados efeitos quando analisarmos um recorte como esse no conjunto dos textos, um tom, um matiz enunciativo.

Já o recorte 4 apresenta o marcador conversacional “O.k.”. Esse marcador, ao introduzir um enunciado caracterizado por um discurso indireto livre (o locutor se dirige à morte), aponta para uma marca da oralidade, o que fará emergir alguns efeitos de sentido ao aparecer numa materialidade de modalidade escrita.

Observemos, agora, o último recorte que usaremos no intuito de exemplificar essa primeira instrução, à qual compreendem, ainda, os *operadores argumentativos*:

- (5) Das empresas bem administradas afloram conselhos proveitosos para as escolas: clareza ao definir (poucas) metas e assegurar que sejam compartilhadas (por diretores, alunos e professores); avaliação dos processos; e a regra pétrea de que é preciso tomar providências quando os resultados não correspondem ao esperado. Nada disso fere a sacrossanta nobreza da educação nem a complexidade e a delicadeza dos seus processos. **De fato**, as melhores escolas seguem tal figurino.

(Cláudio de Moura Castro, 09/04/2008, Nº 3)

No caso 5, o marcador “de fato” demonstra a posição do locutor frente a uma outra enunciação<sup>21</sup>. Ele introduz um enunciado diretamente relacionado aos anteriores, já que, apresenta a adjetivação “melhores” para as escolas que seguem o modelo apresentado nesses enunciados.

Passemos, então, para a segunda instrução. Ela diz respeito à capacidade de argumentação de um enunciado, que pode favorecer determinadas construções e comprometer outras. Os enunciados podem ter variável “força argumentativa”, segundo Martín Zorraquino e Portolés Lázaro (1999), e sua organização permite que

---

<sup>21</sup> Nesse caso, o marcador aponta para uma dupla enunciação. Teríamos, primeiramente, um locutor  $\lambda$ , ao qual se atribuiria o enunciado [Eu digo que] *As melhores escolas seguem tal figurino*. E, em seguida, temos o enunciado atribuído ao locutor L, marcado pelo “de fato”, que aceita e reforça o posicionamento de  $\lambda$ .

se construa a argumentação em ordem crescente ou decrescente. Observemos os recortes 6a e 6b:

(6a) Nomes em "son" e "ton" hoje abundam, nos gramados, como estrelas no céu. Tempos atrás, mais característicos eram os apelidos de duas sílabas, Pelé, Didi, Dida, Pepe, Telê, alegres e infantis. Os terminados em "son" e "ton", **ao contrário**, são nomes severos, que evocam chefes guerreiros. Tanto eles se multiplicam que para escalar as seleções não foi preciso ir além de um restrito universo.

(Roberto Pompeu de Toledo, 25/02/2009, Nº 29)

(6b) Raramente se veem reviravoltas de tal magnitude. De campeão do biocombustível, o Brasil tornou-se o maior torcedor mundial pela sobrevivência do petróleo. Para a universalização do uso do álcool como fonte de energia, mobilizamos boa parte de nossas forças, dos produtores de cana-de-açúcar ao Itamaraty, até dois anos atrás. Era o tempo em que reinava a palavra "etanol". O auge desse período foi a visita do então presidente George W. Bush ao Brasil, em março de 2007, ocasião em que o presidente Lula recorreu ao melhor de sua lírica para cantar as maravilhas do álcool combustível, e ouviu respostas simpáticas do americano. Um pouco mais tarde naquele mesmo ano, **no entanto**, uma outra palavrinha faria seu triunfal ingresso em cena – "pré-sal". Uma fabulosa quantidade de petróleo havia sido descoberta nos mares brasileiros.

(Roberto Pompeu de Toledo, 09/09/2009, Nº 43)

Nessas ocorrências, ambos os marcadores introduzem um enunciado que se opõe aos anteriores quanto à argumentação (seja a evolução dos nomes de jogadores de futebol, que eram formados por duas sílabas, para nomes maiores, geralmente terminados em "son" e "ton", em 6a, seja na mudança de valorização do petróleo em detrimento do álcool, em 6b). É possível perceber que esses conectores marcam posicionamentos opostos, em que a aceitação de um deles implica a reavaliação de outro. Entretanto, isso só poderá ser verificado quando analisarmos as dinâmicas entre sentido e inferências, no encadeamento desses enunciados.

Finalmente, a última instrução versa sobre o emprego de alguns marcadores que organizam o discurso, assinalando e introduzindo novos tópicos e comentários. Destacam-se, nesse caso, os *estruturadores da informação*, como podemos compreender por meio do recorte 7.

- (7) Circulam pelo menos quatro escolas de pensamento. Há uma que afirma ser a leitura um processo global. Aprende-se a ler frases inteiras, blocos de palavras. Ao lidar com um assunto palpitante, tudo dá certo. Esse é o método exaltado pelos gurus e adotado quase universalmente. Outra escola afirma que o melhor é metodicamente aprender sons e letras. É o método fônico, neto do velho bê-á-bá. Uma terceira seita fica entre as duas anteriores. Adota o processo fônico, mas acha necessário contar uma história interessante, em paralelo à tarefa mecânica de aprender a associar sons e garranchos no papel. **Por último**, há um grupo agnóstico, que afirma que, não importa o método, tudo depende do professor. Cada grupo cita seu guru favorito, e a discussão patina.

(Cláudio de Moura Castro, 12/03/2008, Nº 3)

Nesse caso, verificamos que o marcador “por último”, assim como os outros de sua categoria, distribui os argumentos nos enunciados. Em uma série de quatro escolas de pensamento sobre a alfabetização, o locutor apresenta cada uma delas de modo organizado, situando o interlocutor quanto a essas correntes. O estruturador assinala o final da série de enumerações, implicando determinados efeitos.

Essas instruções estão presentes, em nosso estudo, porque é a partir delas que se determinam as principais funções dos marcadores no discurso. E é a partir das “funções discursivas que desempenham as unidades analisadas” (MARTÍN ZORRAQUINO; PORTOLÉS LÁZARO, 1999, p. 4080) que é possível estabelecer uma classificação dos marcadores discursivos. Segundo o estudo desses autores, e de García (2002) e Fernandes (2005), é possível distinguir cinco grupos de marcadores. São eles:

a) os **Estruturadores da Informação**, que apontam para a organização informativa de um conjunto de enunciados. Nesse grupo, há a subclasse dos *Comentadores* (ênfaticam a apresentação de um novo enunciado em relação ao conjunto), dos *Ordenadores* (marcam a introdução de um enunciado com os demais, destacando o lugar que ocupa entre eles, podendo caracterizar uma numeração, marcar um espaço, fazer a abertura, dar continuidade ou encerrar uma enumeração) e dos *Digressores* (introduzem um enunciado, cujo conteúdo se relaciona tangencialmente com o conjunto dos demais enunciados);

b) os **Conectores**, que unem enunciados semanticamente relacionados. São subclasses dos conectores: *Aditivos* (conectam enunciados que se orientam argumentativamente em direção à mesma conclusão), *Contra-argumentativos* (introduzem argumentos que superam ou pelo menos atenuam os apresentados nos enunciados anteriores) e *de Causalidade* (estabelecem uma relação de causa e consequência entre os enunciados que conecta);

c) os **Reformuladores**, que introduzem o enunciado que vem a explicar ou retificar os enunciados anteriores. Como subclasses, os reformuladores podem ser *Explicativos* (inserindo um esclarecimento ou uma explicação para o enunciado anterior), *de Retificação* (apresentam um enunciado que retifica o anterior, produzindo um efeito de reorganização da argumentação), *de Distanciamento* (referem-se a um enunciado anterior, refutando-o e reformulando o que havia sido exposto) ou *Recapitulativos* (inserem um enunciado que de certa forma retoma um ou mais enunciados anteriores, podendo manter a mesma orientação argumentativa);

d) os **Operadores Argumentativos**, que condicionam as possibilidades argumentativas do enunciado em que estão, mas sem relacioná-lo, pelo menos não de maneira explícita, com o anterior. Os operadores podem ser *de Reforço Argumentativo* (introduzem enunciados que estabelecem relação de reforço argumentativo com os anteriores), *de Concretude* (apresentam uma exemplificação para um argumento exposto no enunciado anterior) ou *Aditivos* (adicionam um reforço argumentativo, integrando-o com os demais argumentos);

e) os **Marcadores Conversacionais**, que introduzem sequências discursivas conversacionais. Podem ser da subclasse *de Modalidade Epistêmica* (declaram certa evidência em relação ao enunciado anterior ou orientam sobre a fonte do enunciado), *de Modalidade Deôntica* (marcam o posicionamento do locutor em relação ao exposto anteriormente, de aceitação ou não), dos *Enfocadores da Alteridade* (marcam o estabelecimento de uma relação com o interlocutor) ou dos *Metadiscursivos Conversacionais* (introduzem enunciados autônomos, destacando turnos, assim como faz a pontuação, e, por vezes, trazendo marcas da oralidade na modalidade escrita).

Diante da importância dos marcadores discursivos na dinâmica enunciativa, tendo em vista sua característica primordial de estabelecer relações de sentido entre enunciados, e de uma realidade de uso desses elementos bastante diversa entre grupos de ensaios diferentes, compreendemos esses mecanismos linguísticos como um possível indício desse fenômeno enunciativo. E é sobre esses fatores que sustentamos a questão que norteia nossa pesquisa.

Na seção a seguir, buscaremos entender como se configura o ensaio jornalístico enquanto enunciação de um discurso de mídia impressa e já que é sobre ele que trabalharemos o delineamento do *ethos* na questão dos marcadores discursivos na argumentação.

#### **1.4 Ensaio jornalístico: a enunciação de um gênero de mídia impressa**

Não é possível iniciar uma discussão sobre o ensaio jornalístico, sem que retomemos a sua origem literária. A crítica literária aponta que foi Michel Eyquem de Montaigne quem criou o gênero ensaio, assim denominando-o. Obra publicada em 1580, *Ensaio* é um livro constituído de pequenas composições sobre temas variados, tanto formais quanto informais. Segundo Gómez-Martínez (1997), quando Montaigne publicou *Ensaio*, tinha consciência do seu pioneirismo enquanto inovação na arte literária. No mesmo século, outra referência autoral e basilar para o gênero foi Francis Bacon. Gómez-Martínez (1997) afirma que esses autores apresentaram possibilidades distintas de ensaios, prevalecendo naquele a intuição poética e neste a intuição retórica, ou seja, em Montaigne, o ensaio era mais voltado à estética literária e, em Bacon, à defesa de um posicionamento.

Conforme Álvarez (1994), o ensaio é uma das formas de manifestação da argumentação. Álvarez (1994, p. 40) define-o, ainda o tomando como um discurso do campo literário, “ligado a la reflexión libre, al discurrir en libertad y, por ello, es el instrumento idóneo del que se vale la cultura en su constante evolución”<sup>22</sup>. Segundo a autora, então, através desse gênero, há a manifestação da opinião do sujeito

---

<sup>22</sup> “Ligado à reflexão livre, ao discorrer em liberdade e, por isso, é o instrumento idôneo do qual se vale a cultura em sua constante evolução” (livre tradução).

empírico sobre determinado assunto e a sua defesa de modo a contribuir com uma reflexão a mais sem o objetivo de ser estanque. Mas, também outros gêneros de opinião podem apresentar essa característica, como é o caso do *artigo*, cuja discussão apresentaremos na sequência.

Ainda pensando em como é visto o ensaio no campo literário, algumas características podem levar à identificação de um discurso como pertencente a esse gênero. Com base em Gómez-Martínez (1997) e Álvarez (1994), sistematizamos as principais delas, quais sejam:

a) trata de temas da atualidade. O ensaio é um discurso enunciado a partir da provocação gerada por um tema recente;

b) é breve, geralmente em torno de uma página, e possui caráter inacabado. Essa característica não aponta o ensaio como um gênero incompleto, inconcluso, mas se refere ao fato de que o ensaísta não pretende esgotar as discussões sobre o tema tratado, apenas lançar seu ponto de vista num tom reflexional. A essa característica se refere também a de que o locutor não precisa ser especialista no assunto, pois, frequentemente, interpreta dados investigados pelo especialista. Ademais, o ensaio pode ser retomado posteriormente, dando continuidade cronológica à reflexão;

c) faz uso de citações imprecisas, revelando não uma preocupação com uma estrutura científica, mas a busca pela persuasão que tende ao uso do argumento de autoridade;

d) também pode esboçar a subjetividade do locutor;

e) não possui estrutura formal rígida/com um modelo.

Além desses aspectos, outro é fundamental na compreensão do ensaio no campo literário, tanto para Álvarez (1994) quanto para Gómez-Martínez (1997), a saber: a importância dada ao interlocutor. Observemos o que cada autor afirma sobre isso. Mas ressaltamos que ambos os teóricos se pronunciam desde uma perspectiva literária. Assim, devemos transpor termos como “autor” para “locutor” e

“leitor” para “interlocutor” para podermos extrair a essência de suas contribuições para nossa discussão, de cunho enunciativo.

En todo momento el autor tiene presente la idea de que está participando en un hecho comunicativo, en donde el receptor desempeña un papel importantísimo, ya que constituye el punto de destino de su propia meditación. Esto explica las reiteradas alusiones a los lectores como si se intentara abrir un diálogo.<sup>23</sup> (ÁLVAREZ, 1994, p. 40-41)

Una de las funciones primordiales del ensayo es la de sugerir al lector. Ello, sin embargo, presupone la existencia de un lector dispuesto a proyectar en su propio mundo interior lo que para él se inicia en el ensayo.<sup>24</sup> (GÓMEZ-MARTÍNEZ, 1997, Capítulo 16)

Tanto Álvarez, quanto Gómez-Martínez, apesar de estarem fazendo suas considerações inseridos no âmbito da Literatura, tratam de algo que na enunciação é fundamental: a inter-relação entre locutor e interlocutor. Como já assinalamos anteriormente, tanto um quanto o outro são necessários para que haja enunciação. De acordo com o que podemos identificar nesses fragmentos de Álvarez e Gómez-Martínez, no ensaio, portanto, há, normalmente, algumas referências linguísticas ao interlocutor, permitindo-nos identificar o papel co-enunciativo deste. Buscaremos identificar, no capítulo 4, se, nos ensaios selecionados para compor o *corpus* desta dissertação de mestrado, há também essas referências, e se elas são feitas por meio de marcadores discursivos. Nesse sentido, podemos dizer que, também na enunciação através do ensaio, o interlocutor é a razão do forjar discursivo de um determinado locutor, emoldurando, assim, um *ethos*.

Atualmente, o ensaio não é um gênero predominantemente literário, mas que se encontra, também, nos âmbitos acadêmico, do qual não trataremos, e jornalístico, ao qual pertencem os textos reunidos no *corpus* desta pesquisa.

Conforme Beltrão (1980), é possível chamar de gênero opinativo aquele em que um ponto de vista é expresso, ou seja, a opinião é o juízo que se faz do

---

<sup>23</sup> “Em todo momento, o autor tem presente a ideia de que está participando em um fato comunicativo, no qual o receptor desempenha um papel importantíssimo, já que constitui o ponto de destino de sua própria meditação. Isso explica as reiteradas alusões aos leitores como se tentasse abrir um diálogo” (livre tradução).

<sup>24</sup> “Uma das funções primordiais do ensaio é a de sugerir ao leitor. Isso, no entanto, pressupõe a existência de um leitor disposto a projetar em seu próprio mundo interior o que para ele se inicia no ensaio” (livre tradução).

assunto. Do gênero opinativo fazem parte tanto o artigo quanto o ensaio, cada qual com particularidades que os diferenciam em relação à estrutura e profundidade. Contudo, nem todos os autores que tratam dos gêneros de opinião concordam com essa diferenciação.

Melo (2003, p. 128) aponta que o artigo, por sua concisão e oportunidade, presta-se mais à publicação no jornal, sob o risco de ter seus argumentos superados pela própria evolução dos acontecimentos. Enquanto isso, o ensaio, por ser mais longo e exigir argumentação documentada, figura geralmente nos cadernos culturais ou científicos (cujo compromisso com a atualidade não é tão rigoroso), tendo lugar mais apropriado nas revistas especializadas ou nos periódicos cuja circulação é espaçada.

Explica também Melo (2003) que existe a discussão em torno da possibilidade de o ensaio, a rigor, poder ser considerado gênero jornalístico, já que o fato de um texto ser publicado em um jornal ou uma revista não lhe confere caráter jornalístico. Há que se ver, como exemplo dessa relação do ensaio com a literatura, os livros *Em outras palavras*, de Lya Luft, que reúne textos publicados pela escritora originalmente na revista *Veja*, e *São Paulo Século XXI*, de Fausto Chermont, no qual se encontram textos do articulista Roberto Pompeu de Toledo, também elaborados para a revista *Veja*. Assim, um ensaio publicado em um veículo jornalístico impresso pode ser um gênero do jornalismo, como também uma expressão da Literatura, como já foi dito. O autor admite, porém, que o ensaio de apreciação, de cunho descritivo, impressionista, pessoal corresponde à crônica; e o ensaio de julgamento, regular, metódico, dentro de uma estrutura formal de explanação, discussão e conclusão, em linguagem austera, aproxima-se mais do artigo (MELO, 2003, p. 128).

De acordo com Beltrão (1980), o ensaio possui uma estrutura bastante semelhante à do artigo, motivo pelo qual muitas vezes se confundem esses dois gêneros jornalísticos. O autor acrescenta que enquanto texto essencialmente argumentativo, o valor da argumentação no ensaio assume papel decisivo na estruturação. Beltrão (1980) conceitua, portanto, o ensaio por oposição ao artigo. Ele afirma que ao contrário do artigo, em que a argumentação baseia-se no próprio conhecimento e sensibilidade do articulista, a argumentação do ensaio apoia-se em fontes que se legitimam pela sua credibilidade documental. Ao primeiro atribuem-se julgamentos mais ou menos provisórios, porque escrito enquanto os fatos ainda estão se configurando. Já o segundo apresenta pontos de vista mais definitivos,

alicerçados com solidez, porque tem compreensão mais abrangente do fato e pretende sistematizar o seu conhecimento.

Ademais, de acordo com Medeiros (2008), o ensaio é um gênero híbrido, que cumpre uma função argumentativa num contexto sócio-histórico, já que reflete o momento em que está inserido e remete à comunidade discursiva de quem e para quem se dirige. Concordamos com a autora no diz respeito à relação que se estabelece entre o ensaio e o contexto sócio-histórico de sua argumentação, pois sabemos da função de manifestação de inquietações cotidianas que tem assumido historicamente esse gênero.

No entanto, não nos preocupamos com sua caracterização como um gênero híbrido ou não, ou com os limites que circundam esse e outros gêneros jornalísticos, como fazem os estudiosos supracitados neste item, pois acreditamos que o ensaio não se define pela sua forma, mas pela sua composição que traz observações de determinado locutor sobre fatos observados a sua volta. Tomando como ponto central o fato de que o ensaio é um discurso de mídia impressa, ele deve abarcar o ponto de vista do locutor e também do veículo de comunicação social no qual é veiculado e considerando os possíveis interlocutores dessa enunciação.

Enfim, diante da retomada teórico-conceitual que tentamos esboçar neste capítulo como um todo, passaremos a examinar quais marcadores discursivos aparecem no *corpus* da pesquisa e, principalmente, quais considerações de ordem enunciativa podem ser feitas em virtude de determinadas ocorrências no que diz respeito ao *ethos* do locutor de cada um dos conjuntos de ensaios que constituem o *corpus* analítico deste trabalho. No capítulo que segue, apresentaremos os procedimentos metodológicos utilizados na realização da pesquisa em andamento, no intuito de responder aos nossos questionamentos iniciais sobre o papel dos marcadores discursivos na argumentação enquanto um dos possíveis elementos linguísticos que favorecem a constituição do *ethos*.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No capítulo anterior, enfatizamos que a Linguística da Enunciação é a perspectiva teórica na qual fundamentamos este estudo. Apontamos também que essa vertente não apresenta um método pré-estabelecido ou fixo de análise, pois cada teoria enunciativa pode possuir, ou não, seu método particular, de acordo com as materialidades que toma como objeto. De acordo com Flores et al. (2008), “cada teoria enunciativa constrói recursos metodológicos próprios sem que isso implique algum tipo de generalização ao campo”. Em contrapartida, como discutimos anteriormente, o ponto de vista da Enunciação é um só e recai sobre os sentidos. Desse modo, ao assumirmos a perspectiva enunciativa em nosso trabalho, buscamos entender o que as marcas linguísticas nos revelam sobre os sentidos da enunciação do sujeito. Nosso objeto de estudo não é, portanto, o conteúdo do enunciado, mas são os sentidos da enunciação do sujeito no enunciado com uma orientação argumentativa.

Acreditamos que a argumentação se constrói no plano da língua e não no das ideias, pois é na língua e pela língua que ela ganha materialidade e produz sentidos. Com essa afirmação, reforçamos nosso entendimento sobre a forma de pensar a análise enunciativa. A análise enunciativa leva em conta sempre o trabalho com a língua no momento da enunciação, não abarca uma discussão sobre as ideias que estão sendo trabalhadas nem sobre as intenções do sujeito, mas sim sobre a materialidade linguística e as possibilidades de sentido que dela emergem.

Neste capítulo, explicitaremos o encaminhamento metodológico que adotamos, o qual faz de nosso estudo uma pesquisa, ao mesmo tempo, qualitativa e quantitativa, orientada por um eixo analítico-descritivo-interpretativo. Dizemos ser esta uma pesquisa quantitativa na medida em que consideramos a quantidade de marcadores empregados em um número considerável de ensaios jornalísticos, a fim de delinear uma tendência enunciativa de utilização dos marcadores, o que poderá nos revelar um perfil de *ethos* discursivo do locutor, ou seja, pelas marcas linguísticas, o locutor se marca como sujeito, deixando mostrar uma imagem de si. Além disso, a pesquisa é também qualitativa para que possamos lançar uma

interpretação sobre os dados, buscando os efeitos de sentido produzidos por eles, verificando sua contribuição na construção do *ethos*.

Nosso dispositivo analítico é composto por três categorias, a saber: categoria de análise – os marcadores discursivos, categoria de descrição – o locutor – e categoria de interpretação – o *ethos*. Nesse sentido, ao passo que analisamos os efeitos de sentido produzidos pelo uso ou pela ausência dos marcadores no *corpus* da pesquisa, vamos descrevendo o locutor que se mostra nos enunciados para, posteriormente, interpretar uma possibilidade de *ethos* que emerge e é construído nessa e por essa materialidade linguística. Salientamos, ademais, que as duas últimas categorias, de descrição e de interpretação, não podem ser dissociadas, visto que, ao mesmo tempo em que se descreve o locutor, a partir dos elementos linguísticos presentes no enunciado, vai-se moldando um perfil desse locutor, o seu *ethos*.

Para empreender a análise tomaremos como parâmetro alguns referenciais teóricos como as gramáticas normativa e descritiva adotadas para nos auxiliar nessa tarefa, visto que não existe uma gramática enunciativa. Aliás, não existe, até o momento, uma gramática enunciativa, pelo menos não nos moldes de uma normativa, tendo em vista o caráter irrepetível da enunciação. Como já tratamos num momento anterior neste trabalho, se cada enunciação é única, são únicos também os usos dos mecanismos linguísticos e seus efeitos de sentido. A gramática normativa nos dá um parâmetro estruturalista da língua e a descritiva nos aponta um olhar funcionalista/semântico-pragmático.

É importante iniciar a análise a partir dessas gramáticas, em primeiro lugar porque é nelas que estão sistematizadas as regularidades do uso da língua e, em segundo lugar, porque entendemos que um estudo enunciativo dos marcadores discursivos revelará mais sobre esses elementos do que o que está contemplado nesses referenciais, levando em conta também as particularidades que cada enunciação apresenta em relação à forma. Em um deles – a gramática normativa – a perspectiva de *enunciado* não é considerada. Já no outro – a gramática descritiva – trata-se de enunciado, mas em nenhum momento se chega à enunciação. Nem sempre é eficaz a noção de *intenção* empregada nesses estudos. Acreditamos que é preciso ir além do processo cognitivo e refletir sobre os efeitos de sentido produzidos por determinadas estruturas linguísticas no âmbito da enunciação.

Ressaltamos, ainda, que não queremos, de modo algum, desconsiderar essas teorias. Pelo contrário, estamos recorrendo a elas porque procuramos ampliá-las, na busca da compreensão linguístico-enunciativo-discursiva. E reconhecemos a importância desses trabalhos para a ciência linguística de tal forma, nesse sentido, partimos da descrição da forma gramaticalizada e seguimos para a análise dos sentidos de determinada forma na enunciação.

Cabe, ainda, um esclarecimento sobre a opção pelas gramáticas que empreenderemos nesta dissertação – Rocha Lima (1982) e Moura Neves (2011). Dentre tantas excelentes possibilidades, optamos por esses referenciais de consulta, quando do desenvolvimento das análises em nossa pesquisa, considerando alguns fatores. Quanto à gramática normativa, lembramos que Carlos Henrique da Rocha Lima é um dos mais tradicionais gramáticos da Língua Portuguesa, sendo também um dos criadores da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), e que sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* é a única gramática brasileira que se define como “normativa”. Quanto à gramática descritiva, salientamos que Maria Helena de Moura Neves, respeitada linguista, elaborou a primeira gramática descritiva brasileira, a sua *Gramática de Usos do Português*, tornando-se referência nos estudos descritivos.

Além das gramáticas, recorreremos a alguns dicionários de partículas – Santos Ríó (2003), Rodríguez (2009) – e obras que se dedicaram a analisar marcadores discursivos – Portolés (1998), Briz (1998), García (2007), Fernandes (2005). Salientamos que nenhum desses estudos possui também caráter enunciativo, eles são todos de cunho pragmático. Mas, como dito, devido à escassez de estudos, tentaremos fazer uma leitura enunciativa desses materiais que já existem e que são referências em seus campos teóricos. Trabalhamos fundamentalmente com materiais em Língua Espanhola pela consistência teórica dos trabalhos.

Quanto aos valores atribuídos a esses mecanismos da língua, existem alguns estudos que tratam desse aspecto e nos quais vamos nos basear para realizar a análise do nosso *corpus* de pesquisa e que serão apresentados na metodologia. Mais especificamente sobre os *conectores* e os *marcadores conversacionais*, foco de nossas discussões neste momento, os textos de García (2007) e Bríz (1998) trazem contribuições essenciais para o nosso trabalho.

García (2007), por exemplo, aponta valores que alguns conectores podem expressar. A autora, referindo-se a relações argumentativas de adição, oposição e

causalidade, sistematiza, entre outros, valores do “y”, do “pero” e do “por (lo) tanto” (marcadores discursivos da língua espanhola). A partir dessa sistematização, tentamos pensar esses valores, aproximando-os aos dos marcadores “e”, “mas” e “portanto”, da língua portuguesa. No decorrer das análises, conforme a necessidade, iremos apresentando e explicando, de acordo com o prevê a autora, alguns desses valores.

## 2.1 Definição do método

O método de análise que adotamos em nosso trabalho corresponde a um paradigma indiciário. Esse método tem origens muito antigas. No capítulo “Sinais, raízes de um paradigma indiciário”, da obra *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, Ginzburg (1989) mostra que esse método foi empregado por diversas personagens reais ou ficcionais que fazem parte da história da humanidade, antes de se afirmar nas ciências humanas, o que aconteceu “no final do século XIX – mais precisamente, nas décadas de 1970-80” (GINZBURG, 1989, p. 151). Segundo o autor, o método hoje sistematizado como paradigma indiciário serviu aos estudos de Sigmund Freud, quando analisava sintomas em seus pacientes para identificar doenças, de Sherlock Holmes, ao investigar indícios que desvendariam os casos misteriosos de suas histórias de detetive, e de Giovanni Morelli, na observação detalhada de signos pictóricos em obras de arte, a fim de estabelecer distinção entre originais e cópias.

Conforme Ginzburg (1989, p. 152), o paradigma indiciário revela “um saber de tipo veneratório”, caracterizado pela “capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diariamente”. Para o autor, “por trás desse paradigma indiciário ou divinatório entrevê-se o gesto talvez mais antigo da história intelectual do gênero humano: o do caçador agachado na lama, que escruta as pistas da presa” (GINZBURG, 1989, p. 154).

Nesta pesquisa, os marcadores discursivos estão sendo compreendidos como signos linguísticos por meio dos quais é possível agrupar características enunciativo-discursivas da argumentação de um locutor, para, a partir delas, esboçar

um *ethos* desse locutor. O emprego ou a ausência de marcadores, bem como os valores por eles assumidos, é que se configura como paradigma indiciário nesta pesquisa, eles é que funcionam como marcas deixadas por um sujeito em uma materialidade, capazes de conduzir a certas tendências enunciativas e seus efeitos de sentido.

Contudo, vale ressaltar que temos a consciência de que nenhuma pesquisa linguística poderá dar conta da linguagem e da língua como um todo. Podemos, apenas, tentar compreender alguns de seus aspectos, pois nas ciências humanas, os resultados dependem diretamente do olhar do pesquisador. Por essa razão, afirma Ginzburg (1989, p. 163), as ciências humanas, muito tempo depois que as naturais, debruçaram-se sobre um modelo “fundado no conhecimento científico (mas de toda uma cientificidade por se definir) do individual”.

Quanto aos estudos da linguagem, sabe-se de alguns trabalhos que foram realizados tendo em vista um paradigma indiciário, como é o caso de Freitas (2011), que realiza um estudo desde uma perspectiva enunciativa e por meio do qual conhecemos o método em questão, Duarte (1998) e Abaurre, Fiad e Mayrink-Sabinson (1997), sendo as pesquisas desses últimos autores mais pragmáticas, voltadas a uma linguística aplicada, enfocando a leitura e a escrita, respectivamente.

A maior relevância desse método para a ciência moderna é o fato de que ele não negligencia o que num determinado momento não é relevante. Em nosso caso, por exemplo, levamos em conta que há um conjunto de elementos linguísticos responsáveis pela constituição do *ethos*, embora tenhamos nos dedicado a estudar apenas um deles como indício dessa constituição.

Por outro lado, adotar esse procedimento de análise no campo da enunciação torna-se um desafio ao pesquisador, colocando seu papel em evidência na observação e na análise de dados singulares, com vistas à formulação possíveis explicações para os fenômenos captados por meio da materialidade, isto é, dos indícios. É evidente, assinala o autor, que “a tendência a apagar os traços individuais de um objeto é diretamente proporcional à distância emocional do observador” (GINZBURG, 1989, p. 163). Portanto, nossa pesquisa pretende trazer uma possibilidade de leitura dentro de um recorte.

## 2.2 Composição do *corpus*

O *corpus* de análise da presente pesquisa é composto por 50 textos do gênero ensaio jornalístico, veiculados na revista brasileira *Veja*, durante os anos de 2008 e 2009, sendo 25 desses ensaios assinados por um colunista e 25, por outro, a saber: Cláudio de Moura Castro e Roberto Pompeu de Toledo<sup>25</sup>. No anexo A, encontram-se os ensaios de Moura Castro e, no anexo B, os de Pompeu de Toledo. Há, nos anexos, uma numeração meramente de ordem organizacional, identificando os ensaios, que acompanha a ordem cronológica crescente de publicação dos textos de cada colunista.

Então, o novo *corpus* foi coletado no *site* da revista, no *link* <<http://veja.abril.com.br/arquivo.shtml>>, pela maior facilidade de acesso e de transposição para um documento Microsoft Word. Além disso, optamos pela versão *on line* porque nosso trabalho não contempla, neste momento, aspectos semióticos como posição e tamanho de letras (dos títulos, das referências, das assinaturas, etc.) e de gravuras, o que exigiria a seleção diretamente da versão impressa. Todavia, não esquecemos que, primordialmente, esses ensaios são gêneros de mídia impressa.

Em virtude de nos voltarmos, em especial, para a análise linguística do enunciado é que formatamos os 50 textos do seguinte modo: fonte Arial, tamanho 10, recuo do parágrafo em 1,25 cm, espaçamento entre linhas simples, alinhamento justificado e configuração da página acompanhando a do texto da dissertação (margens superior e esquerda em 3 cm, e margem inferior e direita em 2 cm), ficando cada texto em uma página. Essa formatação é importante porque, com ela, podemos visualizar que os ensaios têm aproximadamente o mesmo número de palavras, podendo, assim, serem comparados, sem que a extensão dos textos prejudique a quantidade de usos dos marcadores discursivos.

---

<sup>25</sup> Nosso projeto de mestrado previa a coleta de ensaios publicados nos anos de 2007, 2008 e 2009 com a seleção de 50 textos de cada colunista. No entanto, julgamos que, para alcançar nosso objetivo de pesquisa, visto que se trata de um estudo não só quantitativo, mas também qualitativo, esse número foi reduzido pela metade. Sendo assim, por questões de ordem administrativa, relacionadas ao ingresso no curso de mestrado, coletamos os 25 últimos ensaios publicados por cada autor no ano imediatamente anterior ao de registro do referido projeto (2009). Mas, como a frequência de publicações de Pompeu de Toledo é maior do que a de Moura Castro, os ensaios daquele datam todos de 2009, sendo que os deste datam de 2008 e 2009.

Ademais, destacamos em negrito os títulos e a seleção que é feita de um trecho significativo, por vezes resumitivo, do texto, pelos editores, e colocada em destaque (geralmente em bloco) na revista impressa.

### 2.3 Etapas de desenvolvimento da pesquisa

Após a coleta do *corpus*, iniciamos a análise quantitativa, marcando cada ocorrência de marcadores nos textos de um e outro autor. Com base na classificação de Martín Zorraquino e Portolés Lázaro (1999), revista por Fernandes (2005), separamos cada emprego na classe e nas subclasses correspondentes. A organização dos resultados obtidos nessa primeira etapa (quantitativa) foi feita por meio de tabelas, para melhor visualização e para fins de comparação, visto que os ensaios selecionados são assinados por dois autores diferentes.

As tabelas trazem as cifras do uso de marcadores em cada categoria (estruturadores da informação, conectores, operadores argumentativos, reformuladores e marcadores conversacionais) e subcategoria (comentadores, ordenadores e digressores; aditivos, contra-argumentativos e de causalidade; de reforço argumentativo, de concretude e aditivos; explicativos, retificativos, de distanciamento e recapitulativos; de modalidade epistêmica, de modalidade deôntica, enfocadores de alteridade e metadiscursivos conversacionais), respectivamente, bem como quais marcadores apareceram e em que quantidade. A partir desses resultados é que definimos a etapa seguinte de análise dos dados.

Numa segunda etapa (qualitativa), buscamos os efeitos de sentido produzidos pela maior ocorrência de marcadores discursivos nos textos de Moura Castro, em comparação aos de Pompeu de Toledo. Tendo em vista os propósitos desta dissertação, a constituição do *ethos* do locutor, optamos por aprofundar a análise daqueles marcadores que foram mais empregados nos ensaios de um e outro ensaísta, os *conectores*, bem como daqueles cuja cifra aponta uma disparidade mais significativa, os *marcadores conversacionais*.

Nossa análise qualitativa se constrói sobre *sequências enunciativas*, que viemos chamando de *recorte* e que funcionaram como exemplos no capítulo anterior. Por sequências enunciativas entendemos um ou mais enunciados que se

relacionam, formando uma pequena unidade semântica. Elas estão organizadas, nesta dissertação, por números em ordem crescente entre parênteses, recebendo, também, uma identificação com o nome do colunista responsável pela publicação da qual a sequência foi extraída, a data de veiculação do texto e o número a que corresponde esse texto nos anexos deste estudo.

Já o enunciado, como o compreendemos, também se caracteriza por ser uma unidade de significação e está delimitado pelo ponto (.), pelo ponto e vírgula (;) ou pelos dois pontos (:). Por vezes, os enunciados serão destacados, em nosso trabalho, por números em ordem crescente, entre colchetes, de acordo com a necessidade de apresentação das análises. Ademais, todos os grifos em negrito nas sequências enunciativas serão nossos.

Assinalamos, ainda, a presença de esquemas durante a apresentação das análises. Esses esquemas quais foram construídos por nós, com base na Teoria Polifônica da Enunciação, de Ducrot (1987), e orientados pelos estudos de Fernandes (2005), que também se motivou nessa teoria. Nesses esquemas, explicitam-se os enunciadores e, quando necessário, aponta-se uma possibilidade de inferência para cada enunciado. A partir disso, foi possível estabelecer as relações entre os pontos de vista dispostos na argumentação e os marcadores discursivos e propor a nossa leitura desses dados.

Por fim, mas não menos importante, queremos explicitar a que estamos nos referindo quando nos debruçamos enunciativamente sobre o *corpus* na busca da identificação de efeitos de sentido que emergem do emprego de marcadores discursivos. Compreendemos, tal qual Martín Zorraquino e Portolés Lázaro (1999, p. 4078), que os efeitos de sentido são “valores semânticos que adquirem las unidades lingüísticas en su uso discursivo”<sup>26, 27</sup>. Em nosso caso, descrevemos as unidades morfológicas do enunciado e tratamos os valores dos marcadores discursivos na enunciação.

No capítulo que segue, apresentaremos os resultados da análise quantitativa e explicitaremos a qualitativa, verificando em que medida as cifras obtidas são

---

<sup>26</sup> “valores semânticos que adquirem as unidades lingüísticas em seu uso discursivo” (livre tradução).

<sup>27</sup> Quando os autores tratam de efeitos de sentido, em sua obra, o fazem desde um aporte teórico pragmático de contexto. No entanto, em nosso estudo, os efeitos de sentido, numa perspectiva enunciativa, resultam de uma cena enunciativa construída linguisticamente. Acerca da cena enunciativa, Maingueneau (2002) afirma que é possível tratar de *cena englobante*, correspondente ao domínio discursivo, de *cena genérica*, correspondente ao gênero textual, e *cenografia*, correspondente à cena de enunciação propriamente dita, instituída pelo discurso.

relevantes no que se refere à produção de sentidos, principalmente na identificação do *ethos* discursivo que emerge dos enunciados. Passemos, assim, à etapa da investigação em que lançamos um olhar enunciativo sobre as ocorrências dos marcadores no ensaio jornalístico.

### **3 A CONSTITUIÇÃO DO *ETHOS* A PARTIR DOS EFEITOS DE SENTIDO PRODUZIDOS PELO EMPREGO DE MARCADORES DISCURSIVOS NO ENSAIO JORNALÍSTICO**

Este capítulo é dedicado à apresentação das análises realizadas sobre o *corpus* de pesquisa. Como assinalamos anteriormente, nossa metodologia é analítico-descritivo-interpretativa, sendo feita em duas etapas: a primeira de teor quantitativo e a segunda de cunho qualitativo. Sabendo que o escopo desta dissertação é compreender como se constitui o *ethos* discursivo no ensaio jornalístico a partir dos efeitos de sentidos relacionados ao emprego ou não de marcadores discursivos, realizamos, na primeira etapa da investigação, a contagem dos marcadores, conforme detalhamento e resultados que apresentaremos a seguir.

#### **3.1 A questão do emprego dos marcadores discursivos no *corpus* da pesquisa**

O aspecto quantitativo tornou-se importante porque, a partir dele, conseguimos dar início ao processo analítico de ordem qualitativa, bem como porque orientou algumas escolhas diante das infinitas possibilidades que surgiram ao procedermos à análise do *corpus* do trabalho. Desse modo, o primeiro dado relevante que essa análise traz é o fato de, nos ensaios de Cláudio de Moura Castro, encontrar-se o maior número de emprego dos marcadores discursivos, são 244 casos em 25 textos, o que resulta em uma média de 9,64 empregos, variando entre 4 até 18 casos por texto.

Já nos ensaios de Roberto Pompeu de Toledo, identificamos que a quantidade de marcadores discursivos empregados corresponde a menos da metade dos que aparecem nos de Moura Castro. No total, existem 102 ocorrências em 25 textos, resultando em uma média de 4,24 empregos por texto, sendo que há uma variação entre 1 até 8 casos por texto.

Em segundo lugar, a etapa quantitativa desta pesquisa mostrou que, nos textos de ambos os colunistas, os marcadores empregados em maior escala são da

classe dos *conectores* (166 elementos, nos ensaios de Moura Castro, e 66 elementos, nos de Pompeu de Toledo), sendo mais recorrentes, também nos dois conjuntos de textos, os *contra-argumentativos*, seguidos dos *aditivos* e, por fim, dos de *causalidade*. A partir disso, e em virtude de que nossa pesquisa não pretende estudar cada classe dos marcadores nesse *corpus*, mas sua relação com a constituição de um *ethos*, enfocaremos a análise qualitativa, primeiramente, sobre o emprego dos *conectores* nos conjuntos de textos, já que foi a classe mais empregada por ambos os articulistas. Embora a proporção de uso dessa classe de marcadores entre os ensaios de um e outro colunista se equipare (68,0% nos textos de Moura Castro e 64,7% nos de Pompeu de Toledo), o valor absoluto nos aponta uma realidade de grande diferença quantitativa entre os ensaios analisados.

Com a apresentação das cifras, fica comprovado que há uma diferença significativa de uso de marcadores discursivos entre os dois conjuntos de ensaios. Portanto, justifica-se nosso trabalho na medida em que buscamos compreender a constituição ética no *corpus* desta pesquisa tomando como paradigma indiciário o emprego dos marcadores discursivos.

Por fim, a estatística indica um terceiro dado significativo: a única classe empregada em maior quantidade nos ensaios de Pompeu de Toledo do que nos de Moura Castro são os marcadores conversacionais (13 casos nos ensaios daquele colunista, contra 5 nos ensaios deste). Sendo assim, na análise qualitativa, verificaremos o que também essa diferença nos revela sobre a constituição do *ethos*, no que se refere à produção de sentidos no ensaio jornalístico representado pelo *corpus* deste estudo.

Os resultados obtidos na primeira etapa (de teor quantitativo) foram organizados na tabela a seguir (Tabela 1).

**Tabela 1** – Ocorrência dos Marcadores Discursivos no *corpus* da pesquisa.

Tipos de marcadores		Número de ocorrências			
Categoria	Subcategoria	Ensaio de Moura Castro		Ensaio de Pompeu de Toledo	
			%		%
<b>Estruturadores da Informação</b>	Comentadores	1	0,4	1	1,0
	Ordenadores	10	4,1	8	7,8
	Digressores	0	0,0	0	0,0
	<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>4,5</b>	<b>9</b>	<b>8,8</b>
<b>Conectores</b>	Aditivos	34	13,9	31	30,4
	Contra-argumentativos de Causalidade	108	44,3	34	33,3
		24	9,8	1	1,0
	<b>Total</b>	<b>166</b>	<b>68,0</b>	<b>66</b>	<b>64,7</b>
<b>Reformuladores</b>	Explicativos	14	5,7	2	2,0
	Retificativos	5	2,0	1	1,0
	de Distanciamento	0	0,0	2	2,0
	Recapitulativos	4	1,6	4	3,9
	<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>9,4</b>	<b>9</b>	<b>8,8</b>
<b>Operadores Argumentativos</b>	de Reforço Argumentativo	18	7,4	0	0,0
	de Concretude	8	3,3	0	0,0
	Aditivos	13	5,3	5	4,9
	<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>16,0</b>	<b>5</b>	<b>4,9</b>
<b>Marcadores Conversacionais</b>	de Modalidade Epistêmica	5	2,0	0	0,0
	de Modalidade Deôntica	0	0,0	2	2,0
	Enfocadores de Alteridade	0	0,0	11	10,8
	Metadiscursivos	0	0,0	0	0,0
	Conversacionais	0	0,0	0	0,0
	<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>2,0</b>	<b>13</b>	<b>12,8</b>
<b>TOTAL</b>		<b>244</b>		<b>102</b>	

Convém salientar que nossa pesquisa não tem por objetivo investigar o porquê dessas diferenças que se identificaram na primeira etapa do trabalho, mas sim refletir sobre os efeitos de sentido produzidos por elas quando a tomamos de modo mais amplo, isto é, no conjunto de discursos, visto que nosso foco de estudo não é o uso pragmático, mas o efeito enunciativo, dessas estruturas. Desse modo, as razões apresentadas pelo sujeito empírico para o emprego ou não de marcadores discursivos fogem aos objetivos de nossa perspectiva teórica. O que cabe a nós tentar responder, com base na Linguística da Enunciação, é como forma e sentido se unem no aparecimento do enunciado, deixando emergir deste, uma imagem discursiva locutor, isto é, um *ethos*.

### 3.1.1 Tipos de marcadores discursivos empregados no *corpus* da pesquisa

Nesta seção, mostraremos quais foram os marcadores empregados nos ensaios que compõem o *corpus* da pesquisa. Os dados foram organizados em tabelas, distribuídos por colunista, de acordo com a quantidade de casos que cada elemento apresentou. Ressaltamos, porém, que, como o objeto deste estudo deste trabalho não é os marcadores discursivos, mas sua influência na constituição do *ethos* na argumentação, a razão deste espaço é apenas apresentar, nas tabelas a seguir, o trabalho que realizamos para chegar até os dados que nortearão as nossas análises enunciativas.

**Tabela 2 – Ocorrência dos Estruturadores da Informação.**

Subcategoria	ENSAIOS DE MOURA CASTRO		ENSAIOS DE POMPEU DE TOLEDO	
	Tipo de marcador	Número de ocorrências	Tipo de marcador	Número de ocorrências
Comentadores	Pois	1	Pois	1
	Finalmente	3	Primeiro	2
Ordenadores	Inicialmente	2	Segundo	2
	Primeiro	1	Dois	1
	Segundo	1	Três	1
	Em seguida	1	Em primeiro lugar	1
	Por último	1	Em princípio	1
	De resto	1		
Digressores	–	–	–	–
	<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>Total</b>	<b>9</b>

**Tabela 3 - Ocorrência dos Conectores.**

Subcategoria	ENSAIOS DE MOURA CASTRO		ENSAIOS DE POMPEU DE TOLEDO	
	Tipo de marcador	Número de ocorrências	Tipo de marcador	Número de ocorrências
Aditivos	E	29	E	24
	Além disso	2	Além disso	4
	Ademais	2	Ainda por cima	1
	Igualmente	1	Sobretudo	2
Contra-argumentativos	Mas	68	Mas	20
	Contudo	12	No entanto	5
	Porém	11	Mesmo assim	1
	Em contraste	7	Ao contrário	2
	Não obstante	3	Ora	6

de Causalidade	No entanto	2	Aí	1
	Ainda assim	2		
	Em compensação	2		
	Por outro lado	1		
	Portanto	16		
	Assim sendo	2		
	Sendo assim	1		
	Então	1		
	Porque	1		
	Logo	1		
Daí	1			
Por isso	1			
<b>Total</b>	<b>166</b>	<b>Total</b>	<b>66</b>	

**Tabela 4 – Ocorrência dos Reformuladores.**

Subcategoria	ENSAIOS DE MOURA CASTRO		ENSAIOS DE POMPEU DE TOLEDO	
	Tipo de marcador	Número de ocorrências	Tipo de marcador	Número de ocorrências
Explicativos	Ou seja	14	Em outras palavras	2
Retificativos	Aliás	5	Ou melhor	1
de Distanciamento	–	–	Em todo caso	1
			De toda forma	1
Recapitulativos	Em resumo	1	Enfim	4
	Em suma	1		
	Em conclusão	1		
	No fim das contas	1		
<b>Total</b>		<b>23</b>	<b>Total</b>	<b>9</b>

**Tabela 5 – Ocorrência dos Operadores Argumentativos.**

Subcategoria	ENSAIOS DE MOURA CASTRO		ENSAIOS DE POMPEU DE TOLEDO	
	Tipo de marcador	Número de ocorrências	Tipo de marcador	Número de ocorrências
de Reforço Argumentativo	De fato	17	–	–
	Na verdade	1		
de Concretude	Por exemplo	7	–	–
	Exemplo	1		
Aditivos	Ou	10	Ou	5
	Tampouco	2		
	Nem	1		
<b>Total</b>		<b>39</b>	<b>Total</b>	<b>5</b>

**Tabela 6 – Ocorrência dos Marcadores Conversacionais.**

Subcategoria	ENSAIOS DE MOURA CASTRO		ENSAIOS DE POMPEU DE TOLEDO	
	Tipo de marcador	Número de ocorrências	Tipo de marcador	Número de ocorrências
de Modalidade Epistêmica	Obviamente	4	-	-
	Com certeza	1		
de Modalidade Deôntica	-	-	O. k.	2
Enfocadores de Alteridade	-	-	Não	7
			Sim	3
			Por favor	1
Metadiscursivos Conversacionais	-	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>Total</b>	<b>13</b>

Tendo em vista a realidade enunciativa de uso dos marcadores que se delineia no *corpus* desta pesquisa (os marcadores preferenciais são os mesmos em ambos os conjuntos de ensaios, diferindo no número de ocorrências), pensamos que seja mais significativo, para alcançar o objetivo de nosso estudo, apresentar, neste momento, sequências enunciativas recortadas dos ensaios de Moura Castro em que há empregos de cada subclasse dos conectores. Ao passo que recortaremos dos ensaios de Pompeu de Toledo sequências enunciativas com efeitos argumentativos semelhantes, mas em que seja possível verificar quais recursos linguísticos substituiriam os marcadores discursivos caso tais elementos fossem usados.

Passemos, então, à descrição dos marcadores discursivos, em especial a classe dos *conectores* e dos *marcadores conversacionais*, com vistas à descrição do locutor, inicialmente nos ensaios de Cláudio de Moura Castro e, logo após, nos de Roberto Pompeu de Toledo, apresentadas nos subcapítulos que seguem, de acordo com a ordem decrescente de recorrência de cada subclasse desses marcadores presentes no *corpus*. Nessa descrição, faremos uso de postulados, já mencionados nos capítulos teórico e metodológico, acerca dos valores dos *conectores* e dos *marcadores conversacionais*. Posteriormente, então, no capítulo seguinte, tentaremos esboçar um *ethos* dos locutores desses ensaios a partir da nossa observação do que se apresenta na materialidade linguística.

## 3.2 Descrição do locutor nos ensaios de Cláudio de Moura Castro

Nesta seção, propomo-nos a mostrar de que forma estão empregados os conectores e os marcadores conversacionais nos ensaios de Cláudio de Moura Castro. Iniciaremos essa segunda etapa da pesquisa pela análise de alguns representantes dos conectores, a cuja classe pertencem os marcadores empregados em maior quantidade, tanto nos ensaios desse colunista, quanto nos de Roberto Pompeu de Toledo.

### 3.2.1 Análise de alguns representantes dos conectores

Por meio das tabelas anteriormente apresentadas, podemos identificar quais foram as classes de marcadores com emprego mais representativo em nosso *corpus*, apontam alguns marcadores preferenciais nessas classes. Nos ensaios de Moura Castro, o conector usado em maior quantidade foi o conector contra-argumentativo “mas”, seguido do conector aditivo “e” e do conector de causalidade “portanto”. Dessa forma, observemos como se apresentam esses marcadores nesse conjunto de textos, mediante recorte de algumas sequências enunciativas em que eles aparecem. Iniciemos, então, pelo contra-argumentativo “mas”.

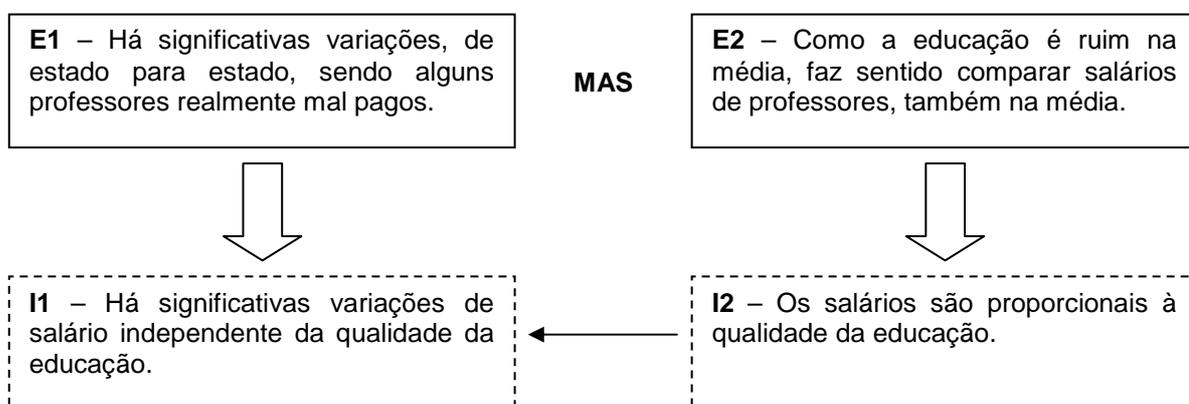
Segundo a gramática tradicional, “mas” é uma conjunção coordenativa adversativa. Esse tipo de conjunção relaciona “pensamentos contrastantes”, sendo o “mas” a adversativa “por excelência” (ROCHA LIMA, 1982, p. 161). Outra forma de ver esse conector é, por exemplo, como um elemento que “marca uma relação de desigualdade entre segmentos coordenados” (MOURA NEVES, 2011, p. 755). Essa é a concepção de uma gramática descritiva, na qual o caso em questão poderia ser um representante de um valor semântico de contraposição em direção independente. Nesse tipo de contraposição, entre outras coisas, “é sugerido um novo argumento para consideração, muito frequentemente por um enunciado hipotético interrogativo” (MOURA NEVES, 2011, p. 768).

Observemos o primeiro caso de emprego de “mas” na sequência enunciativa a seguir, que recortamos do *corpus* da pesquisa.

- (8) Em confronto com pessoas de educação equivalente, os professores não ganham menos. Calculando-se os salários-hora, aumenta a superioridade salarial dos mestres, inclusive dos brasileiros. Ou seja, não se pode dizer que os professores ganham mal, considerando a remuneração de profissionais com igual escolaridade. Há significativas variações, de estado para estado, sendo alguns professores realmente mal pagos. **Mas**, como a educação é ruim na média, faz sentido comparar salários de professores, também na média.

(Cláudio de Moura Castro, 13/02/2008, Nº 1)

O ensaio do qual extraímos esse fragmento trata da relação entre a qualidade da educação brasileira e o salário dos professores. Nessa sequência enunciativa, o marcador conecta o enunciado em que situa com o anterior, assumindo um valor restritivo por contra-argumentação indireta e adversativa (GARCÍA, 2007), já que a oposição entre os argumentos se dá entre o que está explícito no primeiro enunciado e o que se infere do segundo. Baseando-nos em Ducrot (1987), poderíamos representar a dinâmica argumentativa desses enunciados, da seguinte forma, onde E = enunciador e I = inferência:



Nesse caso, portanto, dentre as vozes presentes no discurso, a opção do locutor pelo E2, dá origem a uma contra-argumentação, marcada pelo conector “mas”. A busca pela persuasão do interlocutor está ligada à apresentação desses diferentes pontos de vista (E1 e E2) colocados em oposição pelo locutor. A contra-argumentação estando marcada pelo conector “mas” fica evidente, mostrando, também, que prevalece, nesse discurso argumentativo, a posição de E2 sobre E1. Essa é uma forma de contra-argumentação incisiva na apresentação do

posicionamento defendido. Assim, emerge dessa relação o efeito da valorização do raciocínio que emprega o parâmetro da média como válido que está em E2.

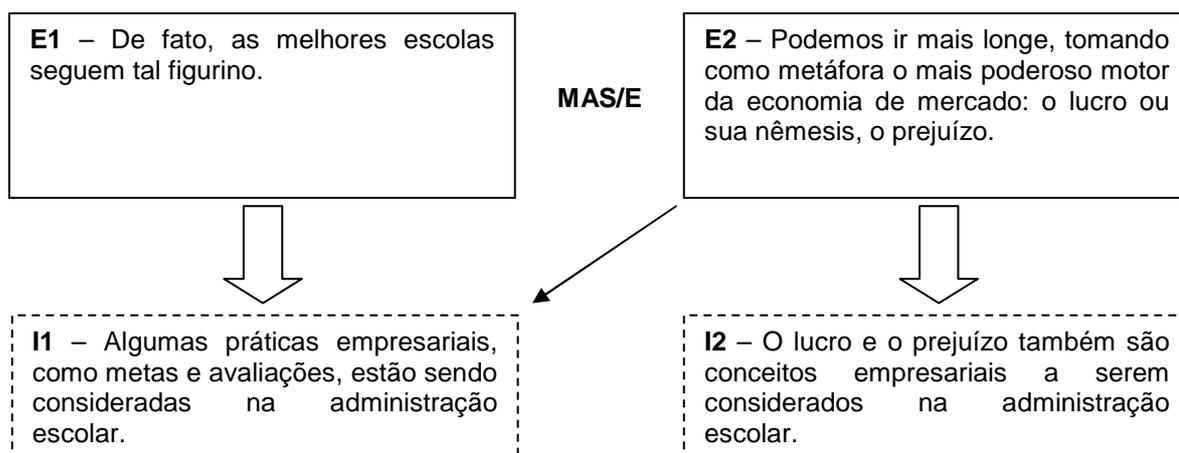
Outra sequência que serve de exemplo de emprego de “mas” é aquela em enunciados que iniciam um parágrafo, como a que transcrevemos a seguir.

- (9) Das empresas bem administradas afloram conselhos proveitosos para as escolas: clareza ao definir (poucas) metas e assegurar que sejam compartilhadas (por diretores, alunos e professores); avaliação dos processos; e a regra pétrea de que é preciso tomar providências quando os resultados não correspondem ao esperado. Nada disso fere a sacrossanta nobreza da educação nem a complexidade e a delicadeza dos seus processos. De fato, as melhores escolas seguem tal figurino.

**Mas** podemos ir mais longe, tomando como metáfora o mais poderoso motor da economia de mercado: o lucro ou sua nêmesis, o prejuízo.

(Cláudio de Moura Castro, 09/04/2008, Nº 3)

O assunto abordado nesse texto é a mercantilização do ensino. Nesse caso, o conector contra-argumentativo não só relaciona o enunciado em que se insere com o anterior, mas com os outros enunciados que vieram antes, no parágrafo anterior. Vejamos o esquema polifônico (DUCROT, 1987) que se estabelece entre esses enunciados:



O enunciado que precede o introduzido pelo “mas” caracteriza um caso de dupla enunciação (DUCROT, 1987), em que “De fato” é a posição do enunciador, assumida por L, e “as melhores escolas seguem tal figurino” é a manifestação de  $\lambda$ , um argumento dado. Então, o locutor está de acordo com esse primeiro argumento.

Já o segundo enunciado, precedido de “mas”, traz a expressão “podemos ir mais longe”, ou seja, pode-se ir além, pode-se adicionar mais um argumento a essa tese.

Além disso, verificamos que a forma nominal do verbo tomar, no gerúndio (“tomando”), apresenta uma circunstância de instrumento para a realização da ação expressa no enunciado, ou seja, as escolas podem ser ainda melhores com a metáfora do lucro. O lucro é visto como um dos instrumentos para o avanço na qualidade das escolas. Trata-se, portanto, de um argumento que fundamenta a estrutura do real por *exemplo* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005), um argumento que, na defesa de uma tese, é, aparentemente, algo inquestionável.

O emprego do conector contra-argumentativo “mas” introduz um argumento não contrário, mas complementar aos anteriormente apresentados. Sendo assim, o valor assumido pelo “mas” é restritivo por contra-argumentação direta concessiva (GARCÍA, 2007), ou seja, entre o implícito em E1 e o explícito em E2, gerando, não só um efeito concessivo, como também um efeito aditivo de uso do marcador.

O conector “mas” poderia, então, ser substituído por um conector aditivo. Provavelmente, a preferência por um conector contra-argumentativo a um aditivo, aqui, se deva ao fato de que o efeito concessivo de uso do “mas” marca que o ponto de vista E2 é um argumento relevante, portanto foi adicionado, mas que está baseado em algo virtual, ou seja, que ainda não está sendo levado em conta.

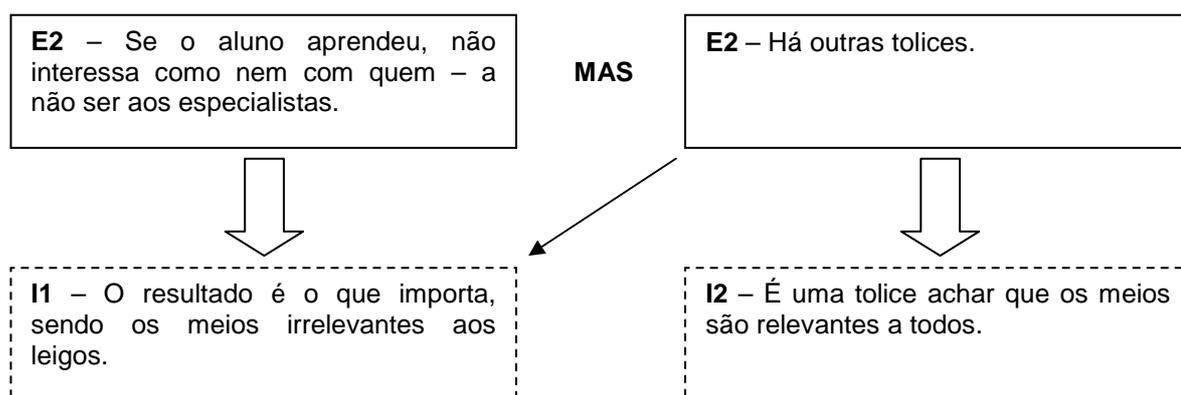
Também pode ser encontrada, nos ensaios de Moura Castro, a repetição do conector “mas” em enunciados em sequência. Isso acontece não só com o representante dos contra-argumentativos, como também com o aditivo “e”, que veremos a seguir.

- (10) Finalmente, há o terceiro elemento, o Índice de Insumos. Trata-se de uma lista de descrições do processo de ensino, incluindo o número de doutores, docentes em tempo integral e outros. Pensemos no famoso *Guia Michelin*, que dá estrelas aos restaurantes franceses. O visitante vai anônimo ao restaurante e atribui estrelas se a comida e o ambiente forem muito bons. Jamais ocorreria pôr ou tirar estrelas por conta da marca do fogão, dos horários dos cozinheiros ou do número de livros de culinária disponíveis. Depois que a comida foi provada, nada disso interessa – exceto para algum consultor da área. Para escolher um restaurante, só interessam as estrelas, refletindo a qualidade da sua mesa. A avaliação da excelência de um curso é como as estrelas do *Michelin*. Para o público, conhecidos os resultados, os meios ou processos se tornam irrelevantes. Se o aluno aprendeu, não interessa como nem com quem – a não ser aos especialistas.

**Mas** há outras tolices. Um curso de filosofia em que todos os professores são doutores em tempo integral pode ser ótimo. **Mas** seria medíocre um curso de engenharia, arquitetura ou direito em que isso acontecesse, pois as profissões estariam sendo ensinadas por quem não as pratica. Esse curso ganha pontos pelo perfil dos docentes, justamente quando deveria perdê-los. Há outros desacertos técnicos que não cabe aqui comentar. **Mas**, como dito, a falha mais lastimável é a decisão de somar três indicadores que mal sabemos como interpretar individualmente. Louvemos a coragem do MEC de gerar e divulgar avaliações. **Mas** nos parece inapropriado entregar ao público uma medida tão confusa.

(Cláudio de Moura Castro, 24/09/2008, Nº 9)

O assunto tratado nesse texto é a forma como são apresentados os resultados das avaliações do ensino superior pelo Ministério da Educação (MEC). Para essa sequência enunciativa, vamos apresentar um esquema polifônico (DUCROT, 1987) para cada uso do conector contra-argumentativo. Observemos o primeiro deles:



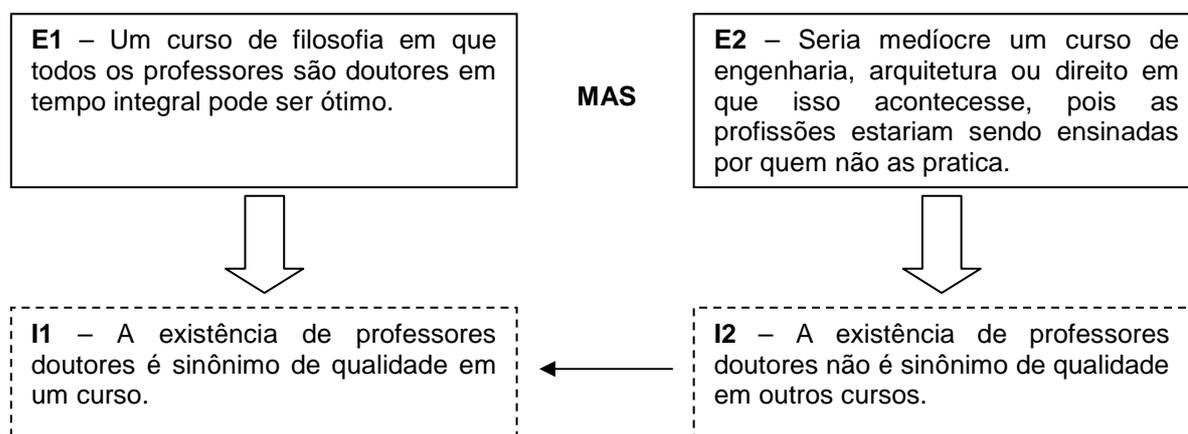
No primeiro enunciado em que foi usado o conector contra-argumentativo “mas”, temos, num primeiro movimento analítico, um enunciador E2 contrário a outro posicionamento apresentado nos parágrafos anteriores (E1, assumido pelo locutor). É possível inferir que o argumento introduzido por “mas” é contrário ao anterior por meio do adjetivo “tolices” – “ato ou dito tolo, impensado; asneira, paspalhice, patetice” (HOUAISS, 2007) – isto é, uma qualificação depreciativa.

Além disso, esse primeiro “mas” apresenta um valor restritivo por contra-argumentação direta concessiva, pois acontece da seguinte forma: implícito em E1 *mas* explícito em E2 (GARCÍA, 2007). Assim, o emprego do marcador explicita que o posicionamento assumido pelo locutor (E2) adiciona (efeito aditivo) um novo

argumento que refuta o anterior ao passo que o avalia negativamente (efeito concessivo).

Contudo, a presença do advérbio “outras”, promove, em primeiro lugar, um efeito anafórico, contribuindo para a inferência de que E1 é um contra-argumento, caracterizado pelo adjetivo “tolice”. Em segundo lugar, o pronome indefinido gera um efeito catafórico, apontando para as demais contra-argumentações que serão apresentadas. Inferimos tratar-se de contra-argumentações, tendo em vista, também, a presença do adjetivo “tolices”. Assim, nesse segundo momento, o valor que assume esse marcador é de estruturador, de organizador dessa contra-argumentação em série.

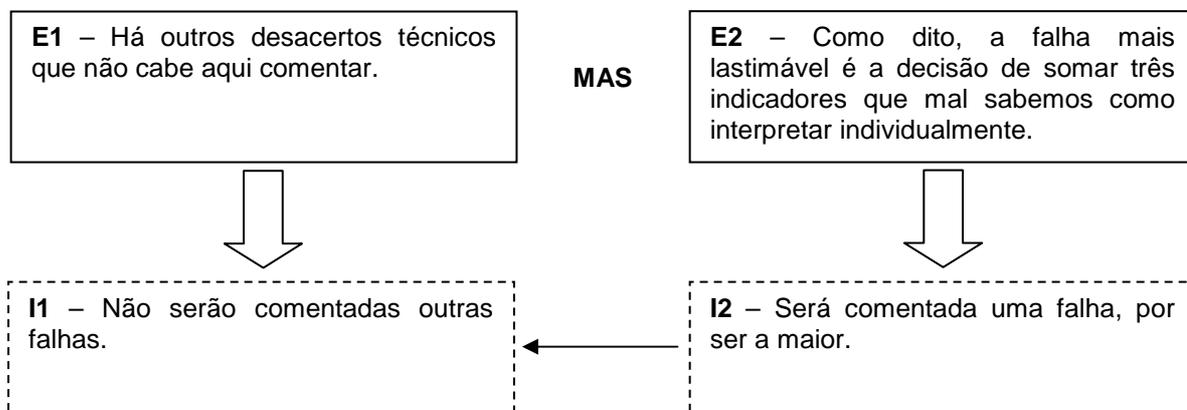
Passemos ao segundo esquema polifônico (DUCROT, 1987):



Com relação à segunda ocorrência do conector “mas” na sequência 10, apresenta-se, primeiramente, um enunciador E1, que estaria de acordo com a avaliação do MEC no que se refere à quantidade de professores em nível de formação de doutorado e um enunciador E2 que aponta exemplos de cursos em que um doutoramento não é tão importante quanto à prática. Sendo que a oposição existente entre as perspectivas dos enunciadores se dá entre o que está implícito em cada um dos enunciados, o “mas” provoca agora um efeito adversativo (devido à contra-argumentação indireta) (GARCÍA, 2007).

Novamente, ao empregar o conector contra-argumentativo, o locutor assume a visão de E2, isto é, um posicionamento contrário ao tipo de avaliação proposto e desenvolvido pelo MEC, marcando-o com a presença do conector “mas”. Dessa forma, quando o marcador é empregado, surge um efeito de que o locutor considera outros pontos de vista, mas é incisivo quanto à sua posição.

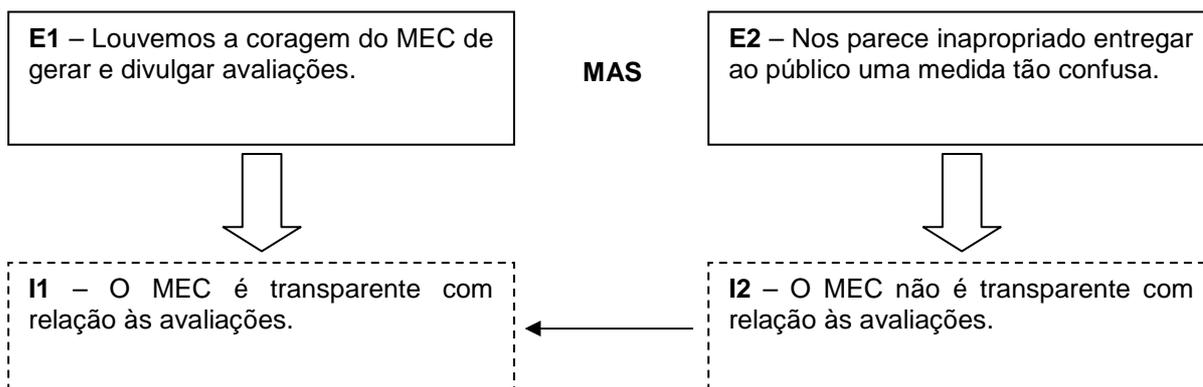
A terceira ocorrência do conector “mas” pode ser representada através do seguinte esquema polifônico (DUCROT, 1987):



Nessa ocorrência, há que se destacar a presença do verbo “comentar” e da expressão “como dito”. Em ambos os casos, remete-se à enunciação, sendo que o conector contra-argumentativo é um elemento que destaca o ato de enunciar. A relação se estabelece entre o que se infere dos enunciados explícitos. Trata-se, portanto de uma contra-argumentação indireta, na qual o conector assume um valor adversativo (GARCÍA, 2007). Colabora para chegamos a essa conclusão sobre o valor de “mas”, a palavra “desacertos”, no primeiro enunciado, que, pelo prefixo “des-”, transforma o vocábulo “acerto” em seu oposto: erro.

Já o ponto de vista E2, introduzido pelo conector “mas”, apresenta não só um desses erros como exemplificação, como a falha que, segundo o locutor desse ensaio se destaca, o que se identifica pelo advérbio de intensidade “mais”. Sendo assim, nesse jogo retórico, E2 caracteriza um argumento quase-lógico que explora a *parte pelo todo* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

Visualizemos, agora, o esquema polifônico (DUCROT, 1987) que se estabelece entre os enunciados da quarta e última ocorrência de “mas”, na sequência enunciativa 10.



O conector “mas”, aqui, une uma perspectiva E1, qualificada pelo locutor como “louvável” – “que deve ser louvado; passível de gratidão” (HOUAISS, 2007), ou seja, que deve ser enaltecido, exaltado – e uma perspectiva E2, não exatamente contrária, mas concessiva. Isso pode ser identificado, conforme mostra o esquema, porque, nesse caso, a contra-argumentação acontece entre o que está explícito em E1 e o que está implícito em E2, isto é, uma contra-argumentação indireta. O conector assume, portanto, um valor restritivo adversativo (GARCÍA, 2007). Corrobora essa constatação a adjetivação “confusas” – “sem clareza, exatidão ou método; obscuro, complicado, embrulhado” (HOUAISS, 2007), no enunciado introduzido pelo marcador. Ademais, o argumento introduzido por “mas”, nesse caso, é um quase-lógico por *contradição* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005), pois faz uma objeção ao argumento anterior, o que reforça, ainda mais, esse valor adversativo de “mas”.

Assim sendo, duas constatações podem ser feitas a partir do uso do conector contra-argumentativo “mas”, na sequência enunciativa 10. A primeira delas refere-se ao fato de que o ponto de vista E1 é refutado pela apresentação do E2 em todos os casos, o que parece marcar uma característica de organização da argumentação desse locutor, da qual falaremos no capítulo seguinte, relacionando-a ao *ethos*, tendo em vista as análises das outras sequências enunciativas que recortamos do *corpus* da pesquisa.

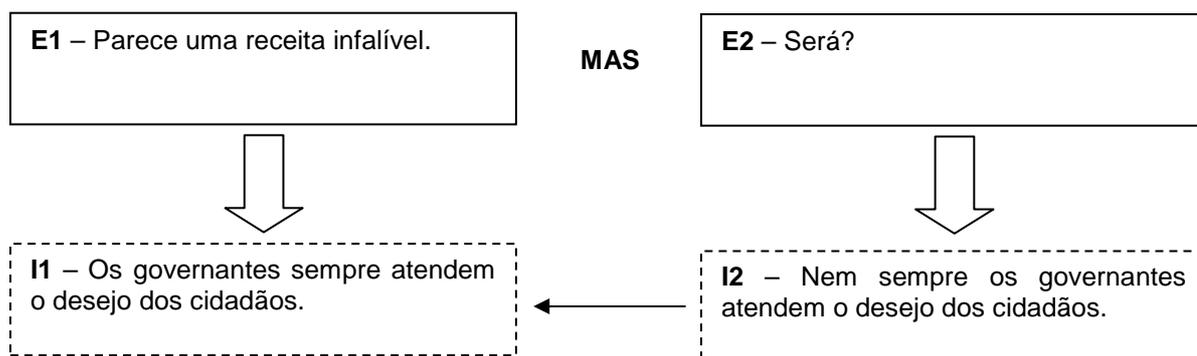
A segunda constatação diz respeito à recorrência do mesmo conector contra-argumentativo em um único parágrafo. Essa repetição provoca um efeito de reforço, ou até mesmo de indignação diante do tema da argumentação, já que há uma contra-argumentação após a outra. É, por conseguinte, uma forma, novamente, firme de apresentação dos argumentos para defesa da tese.

Observemos ainda outro caso de emprego do “mas” nos ensaio de Moura Castro:

- (11) Nas democracias, o governo cumpre os desígnios dos cidadãos. O povo diz o que quer, o governante executa. Parece uma receita infalível. **Mas** será?

(Cláudio de Moura Castro, 30/09/2009, Nº 22)

Esse ensaio se baseia em pesquisas que apontam um distanciamento entre o que as pessoas desejam e o que realmente é necessário para o desenvolvimento de um país. Nessa primeira sequência enunciativa, o conector introduz um enunciado com uma pergunta retórica. De acordo com a teoria enunciativa que nos embasa (DUCROT, 1987), temos, nesse caso, um locutor que apresenta dois posicionamentos em relação ao tema e que define a sua perspectiva através do conector, refutando a perspectiva de E1 para associar-se à de E2:



A opção do locutor é pelo ponto de vista de E2, já que há a ocorrência do conector contra-argumentativo introduzindo a pergunta retórica. Sendo a contra-argumentação indireta, isto é, entre o que se infere dos enunciados, “mas” assume um valor restritivo e produz um efeito adversativo para o uso do marcador (GARCÍA, 2007). Novamente, percebe-se essa característica na organização da argumentação identificada nas sequências apresentadas anteriormente, de que, o locutor assume um posicionamento (E2) e marca essa opção por meio do conector “mas”. E se o locutor enuncia a argumentação sempre da mesma maneira, podemos pensar num perfil de locutor que inicia a se moldar nessa materialidade linguística.

Observemos, agora, que nos dois casos que seguem, teremos a combinação do conector contra-argumentativo “mas” com outros marcadores, o que pode mostrar valores diferentes para esse conector e revelar mais características sobre o paradigma indiciário do *ethos* do locutor dos ensaios de Moura Castro. A sequência 12 foi extraída de um ensaio cujo tema são as questões ambientais relacionadas à economia mundial, e a 13 pertence a um ensaio que trata do investimento na educação de alunos talentosos num contraste entre classe alta e classe baixa.

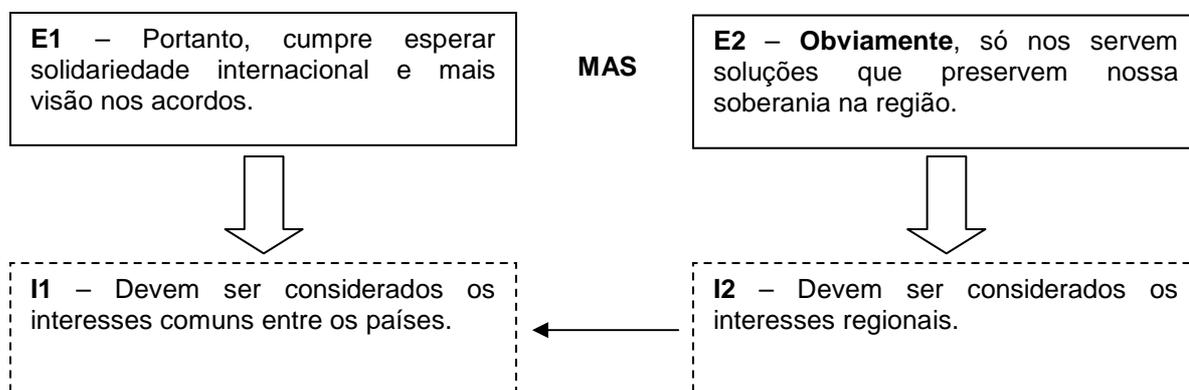
- (12) O futuro da Amazônia diz respeito ao mundo inteiro. Portanto, cumpre esperar solidariedade internacional e mais visão nos acordos. **Mas, obviamente**, só nos servem soluções que preservem nossa soberania na região.

(Cláudio de Moura Castro, 04/06/2008, Nº 5)

- (13) No Brasil, quando vêm de famílias mais ricas, os talentosos são identificados e recebem a educação apropriada. **Mas e** quando são de famílias pobres? São ignorados pela escola. Tanto na teoria tupiniquim quanto na prática, eles devem ser "integrados" aos demais.

(Cláudio de Moura Castro, 07/05/2008, Nº 4)

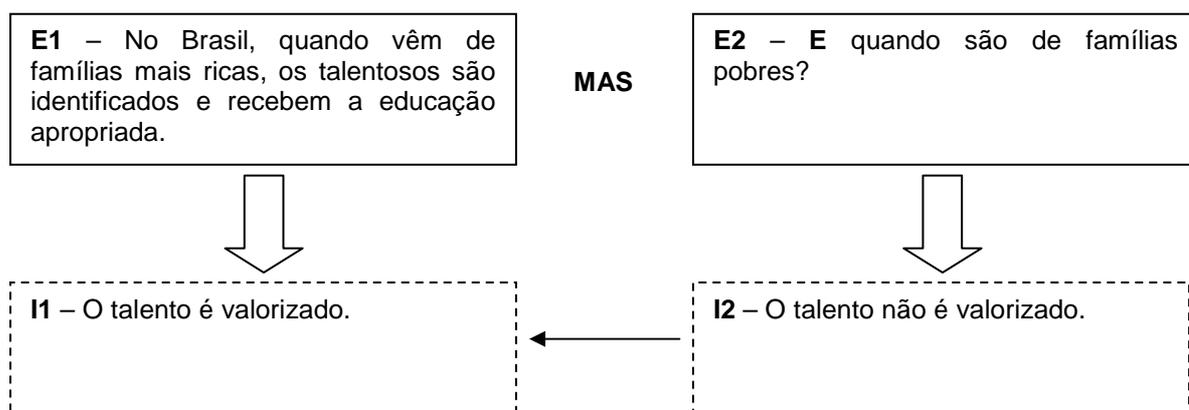
Na sequência 12, o conector contra-argumentativo está associado a um marcador conversacional de modalidade epistêmica. Assim, a contra-argumentação deve gerar efeitos diferenciados. A combinação proporciona um efeito de sentido de evidência com relação ao contra-argumento. Ao adjetivar algo como “óbvio”, pressupõe-se que o interlocutor também o reconheça dessa forma. Portanto, algo que seja defendido por “alguns”, deveria ser aceito por “todos”. Com isso, há uma relação de reforço da contra-argumentação.



Nesse caso, ao optar por E2, o locutor marca não só a refutação de E1 com o “mas”, mas parece também esclarecer o porquê dessa escolha: a obviedade do ponto de vista assumido, não há outra possibilidade que não a dada por E2 (RODRÍGUEZ, 2009). O valor do marcador é restritivo por contra-argumentação indireta, já que se estabelece entre os implícitos dos enunciados, fazendo com que haja um efeito adversativo nessa relação (GARCÍA, 2007).

O ponto de vista E1 caracteriza um argumento de *inércia*, baseado na estrutura do real, pois não há nada que se possa fazer no que concerne às relações internacionais (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Já E2 corresponde a um argumento *pragmático*, também baseado na estrutura do real, pois o sucesso, êxito do primeiro argumento depende de decisões específicas, as quais são apresentadas no segundo. Essa restrição reforça o efeito concessivo de “mas”. Assim, a imagem que se constrói desse locutor aponta para uma apresentação minuciosa dos argumentos, um efeito de clareza dos posicionamentos envolvidos no discurso, o que se denota por meio dos marcadores “mas” e “obviamente”, implicando a visão do outro.

Na sequência enunciativa 13, a combinação em E2 introduz um questionamento que refuta o posicionamento de E1 no enunciado anterior. Visualizemos a representação da relação polifônica entre esses pontos de vista (DUCROT, 1987):



A contra-argumentação se dá de modo indireto entre o que está explícito em E1 e o que se infere de E2, fazendo com que o conector “mas” assuma um valor restritivo adversativo (GARCÍA, 2007). Conforme o que se infere de E2, há uma relação contrária entre os pontos de vista, já que, na inferência aparece a negação do posicionamento apresentado anteriormente. Entretanto, a presença do conector aditivo na combinação denota que não basta que o argumento E1 seja expresso, não basta contemplar apenas indivíduos talentosos da classe alta, é preciso adicionar E2, oferecer as mesmas oportunidades também aos indivíduos talentosos da classe baixa. Assim, o sentido produzido pelo emprego do conector contra-argumentativo, associado ao aditivo, é o de que esse argumento além de trazer uma outra perspectiva, não pode deixar de ser adicionado à argumentação.

De modo geral, os usos do “mas” na visão do conjunto dos ensaios de Moura Castro começam a apontar para uma tendência enunciativa (segue mais ou menos a mesma orientação em todos os discursos) de marcar explicitamente cada enunciado, conforme suas inferências. Isto é, o locutor desses discursos marca, por exemplo, com conectores contra-argumentativos, as relações de oposição entre enunciadores. Dizemos ser mais metódica essa tendência, no sentido de ordenação/sistematização da argumentação, uma vez que se percebe uma organização bem marcada em cada enunciado, de modo que o interlocutor tenha maior possibilidade de compartilhar das mesmas inferências e identifique-as por meio do conector que introduz o enunciado.

Para representar a subclasse dos conectores aditivos, analisaremos o emprego do conector “e”, já que sua recorrência é a mais significativa em termos quantitativos. Na gramática tradicional, esse marcador é classificado como conjunção coordenativa aditiva, equivalendo a uma adição (ROCHA LIMA, 1982, p. 160). Já na gramática de usos, é entendido como um elemento que “marca uma relação de adição entre os segmentos coordenados, o que indica que esse coordenador possui um caráter mais neutro do que os outros”, como a relação de contraste ou causa-consequência (MOURA NEVES, 2011, p. 739).

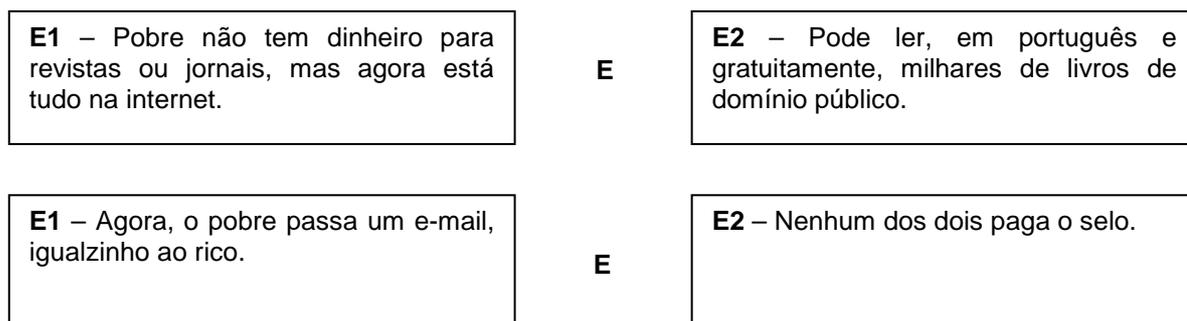
A primeira sequência enunciativa destacada dos ensaios de Moura Castro para exemplificação do uso do “e” mostra uma recorrência do marcador na mesma sequência.

- (14) Pobre não tem dinheiro para revistas ou jornais, mas agora está tudo na internet. **E** pode ler, em português e gratuitamente, milhares de livros de domínio público. O rico mandava o contínuo ou o moleque de recados ao correio para postar uma carta. Agora, o pobre passa um e-mail, igualzinho ao rico. **E** nenhum dos dois paga o selo. **E** o preço absurdo dos CDs? Hoje, qualquer música pode ser encontrada na web. **E**, com um pouquinho de astúcia, sem gastar nada. **E** passam fagueiros os garis, com seus fones ligados nos tocadores de MP3.

(Cláudio de Moura Castro, 25/11/2009, Nº 24)

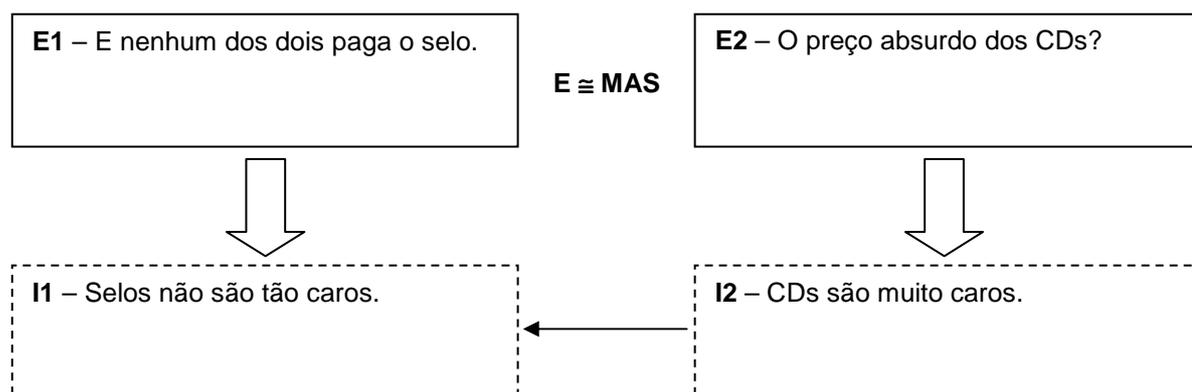
O ensaio do qual a sequência foi retirada tematiza a acessibilidade da tecnologia. Cada conector “e”, nesse caso, vai adicionando argumentos para o posicionamento de que a tecnologia está cada vez mais acessível, até mesmo às

camadas mais baixas da sociedade. Os dois primeiros empregos possuem valor aditivo (GARCÍA, 2007), pois acrescentam um segundo argumento que vai ao encontro do primeiro. Essa sequência de adições provoca um efeito de que esses argumentos são inesperados, tendo em vista que mostram que a questão financeira não impede determinadas consequências, gerando estranhamento. Para esses casos, podemos pensar nos seguintes esquemas polifônicos (DUCROT, 1987):



A questão da gratuidade fica marcada nos enunciados que contém o conector aditivo “e” por meio de palavras como “gratuitamente”, “paga”. Depreende-se disso que o acesso em questão é aquele que depende do financeiro, cuja importância é bastante minimizada com o advento da internet. As duas primeiras ocorrências com valor aditivo preparam para a terceira.

Na terceira ocorrência, porém, o conector aditivo poderia ser substituído por um contra-argumentativo, pois o enunciado “E o preço absurdo dos CDs” adiciona um argumento que refutaria os argumentos anteriores de que os pobres estão tendo acesso a leitura e comunicação gratuita pela internet. Isto é, o enunciado traz um exemplo do qual os pobres estariam excluídos se não fosse o advento da internet, devido ao alto valor de compra dos CDs. Observemos o esquema polifônico (DUCROT, 1987) para o terceiro caso:



Tendo em vista que essa contra-argumentação se dá de modo indireto, ou seja, entre o que se infere dos dois enunciados, ela é indireta e, assim, o valor assumido por “e” é adversativo, embora não deixe de ser aditivo por essência (GARCÍA, 2007).

A quarta ocorrência apresenta novamente o conector “e” com valor aditivo. Vejamos o esquema polifônico (DUCROT, 1987) que corresponde a esse caso:



Quanto ao último emprego do conector aditivo “e”, na sequência enunciativa 14, ele denota um valor conclusivo (GARCÍA, 2007) para o marcador, já que o enunciado que ele introduz apresenta uma das conclusões argumentativas do discurso, como mostra o esquema polifônico (DUCROT, 1987) a seguir:



Em conjunto, a repetição do marcador explicita que há, nessa argumentação, uma discussão acerca da gratuidade resultante do advento da internet. Dessa forma, cada uma dessas relações é explicitamente identificada pela presença do conector.

Na sequência enunciativa 15, temos outro caso de combinação de marcadores, agora envolvendo o conector aditivo “e” e o operador contra-argumentativo “também”.

- (15) No velho conto de Rudyard Kipling *Mogli*, o *Menino-Lobo*, o autor descreve uma criança que, adotada por uma loba, cresce sem jamais haver usado uma só palavra humana, até ser encontrada e se integrar à sociedade. O conto é atraente, mas cientificamente absurdo. Porém, houve outros casos, supostamente reais, de crianças criadas por animais. **E também** casos reais (até recentes) de crianças que cresceram isoladas e sem oportunidades de aprender a falar.

Essa ocorrência coloca em união marcadores semanticamente muito próximos, mas que produzem efeitos de sentido diferentes. Ambos são aditivos, tanto o conector quanto o operador argumentativo. O conector relaciona os enunciados, adicionando uma nova informação de casos considerados “reais” aos “supostamente reais”, e o operador, refere-se unicamente ao enunciado em que se encontra, de modo que reforça a importância do argumento nessa enunciação. Essa combinação poderia ser substituída por “inclusive”, como mostra o esquema polifônico (DUCROT, 1987) abaixo, denotando um valor argumentativo (RODRÍGUEZ, 2009), já que adiciona um elemento situado num ponto mais alto de uma escala argumentativa. Isto é, “casos reais” são menos esperados que casos “supostamente reais”, por isso o argumento E2 é mais forte. Assim, a combinação é a marca de um reforço na argumentação.

<p><b>E1</b> – Porém, houve casos, supostamente reais, de crianças criadas por animais.</p>	<p><b>E TAMBÉM</b> ≡ <b>INCLUSIVE</b></p>	<p><b>E2</b> – Casos reais (até recentes) de crianças que cresceram isoladas e sem oportunidades de aprender a falar.</p>
---	---	---

Por fim, passemos a analisar duas sequências enunciativas em que foi empregado o conector de causalidade “portanto” nos ensaios de Moura Castro. O marcador “portanto” é visto, pela gramática tradicional, como conjunção coordenativa conclusiva (ROCHA LIMA, 1982, p. 160). Já a gramática descritiva a que tivemos acesso até o momento não traz esse elemento. Vejamos alguns possíveis efeitos desse marcador através de algumas sequências enunciativas recortadas do *corpus*:

- (16) Segundo afirmativa corrente, os professores da educação básica ganham pouco, por isso a educação é ruim. Como tenho a infeliz sina de acreditar na ciência, para mim isso é assunto de contar e medir. Ganhar pouco ou muito é uma questão relativa (como se viu pelas discussões sobre salários de deputados e juízes). **Portanto**, só tem sentido a comparação com categorias equivalentes.

(Cláudio de Moura Castro, 13/02/2008, Nº 1)

- (17) "Vivemos em um mundo de palavras", diz o celebrado antropólogo Richard Leakey. "Nossos pensamentos, o mundo de nossa imaginação, nossas comunicações e nossa rica cultura são tecidos nos teares da linguagem... A linguagem é o nosso meio... É a linguagem que separa os humanos do resto da natureza." Para o

neuropaleontólogo Harry Jerison, precisamos de um cérebro grande (três vezes maior do que o de outros primatas) para lidar com as exigências da linguagem.

**Portanto**, se pensamos com palavras e com as conexões entre elas, a nossa capacidade de usar palavras tem muito a ver com a nossa capacidade de pensar. Dito de outra forma, pensar bem é o resultado de saber lidar com palavras e com a sintaxe que conecta uma com a outra.

(Cláudio de Moura Castro, 08/07/2009, Nº 19)

É semelhante o valor assumido por “portanto” em ambos os casos. Na sequência 16, o ponto de vista de que o professor ganha pouco não é aceito pelo locutor sem que haja uma comparação justa. Podemos representar essa relação por meio do esquema polifônico (DUCROT, 1987) abaixo:



O conector de causalidade introduz, assim, um argumento associativo quase-lógico pela *regra de justiça* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005), pois a perspectiva E2 apresenta um princípio de coerência. Assim, E2 é uma consequência lógica e necessária (RODRÍGUEZ, 2009) de E1, o que fica marcado por meio o conector “portanto”. Assim, surge um efeito de imposição do ponto de vista assumido pelo locutor.

Em 17, o conector remete aos argumentos de autoridade (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Ou seja, os pontos de vista que aparecem no primeiro parágrafo possuem credibilidade em relação aos outros, porque são perspectivas de especialistas no tema da argumentação. Dessa forma, sendo o enunciado seguinte introduzido pelo conector “portanto” tem-se a aceitação desses enunciadores por parte do locutor. Vejamos como fica o esquema polifônico (DUCROT, 1987) para esses enunciados:



Aliado ao marcador está o verbo “pensar” na primeira pessoa do plural (“pensamos”), que incorpora o interlocutor ao ponto de vista assumido pelo locutor. Parece haver, aí, um processo de legitimação de uma afirmação por meio do conector de causalidade: o argumento defendido pelo locutor. O conector introduz e unifica uma conclusão diante das diversas “vozes” presentes no discurso e organizadas pelo locutor.

Passemos, agora, à análise de algumas sequências enunciativas que nos ajudarão a refletir sobre o emprego dos marcadores conversacionais nos ensaios de Moura Castro.

### 3.2.2 Análise de alguns representantes dos marcadores conversacionais

Com relação ao uso dos marcadores conversacionais, a diferença entre os conjuntos de ensaios se inverte. Os marcadores conversacionais são a única classe que é mais empregada nos textos de Roberto Pompeu de Toledo do que nos de Cláudio de Moura Castro. Mas o que essa disparidade de uso revela sobre o *ethos* discursivo neste *corpus*? Irá se confirmar o perfil que parece que se delineou com relação aos conectores? Como podem contribuir para que se esboce um perfil do locutor nos dois conjuntos de ensaios?

Foram empregados, ao todo, 5 marcadores conversacionais nos ensaios de Moura Castro, sendo 4 ocorrências do mesmo marcador – “obviamente” – e 1 do marcador “com certeza”, ambos de modalidade epistêmica. Os demais marcadores conversacionais não foram empregados nos textos desse colunista. Vamos analisar, a seguir, duas sequências que representam os casos de ocorrência de marcadores conversacionais. Observemos a primeira sequência enunciativa que selecionamos para analisar a ocorrência do marcador conversacional “obviamente”. O ensaio do qual extraímos a sequência trata do desenvolvimento econômico que gera maiores possibilidades às camadas mais baixas da população.

(18) Para Schumpeter, o desenvolvimento econômico não é mais meias de seda para os ricos – que sempre as tiveram à vontade – mas meias para os pobres. Nos países mais prósperos, um operário hoje

tem um nível de conforto que um rico da época de Marx não tinha. Nas nossas paragens tupiniquins, os benefícios para os mais pobres, trazidos pelo crescimento do século XX, foram superiores aos de todos os quatro séculos anteriores. Apenas para ilustrar, a esperança de vida passou de 30 anos para mais de 70. **Obviamente**, falta muito, não são poucos os excluídos e não se trata de desculpar a horrenda distribuição de renda. Mas, é interessante registrar, os avanços tecnológicos têm sido muito generosos para com os mais pobres. Não que tenham sido pensados assim, mas é o que aconteceu.

(Cláudio de Moura Castro, 25/11/2009, Nº 24)

Conforme a gramática tradicional, “obviamente” é um “advérbio” (ROCHA LIMA, 1982). Sendo advérbio, esse elemento modifica “o verbo, exprimindo as circunstâncias que cercam ou precisam a ação” (ROCHA LIMA, 1982, p. 312). Para a gramática descritiva, “obviamente” é uma partícula que se classifica como “advérbio modalizador epistêmico asseverativo afirmativo” (MOURA NEVES, 2011). Segundo essa gramática, esses advérbios apresentam um fato, que poderíamos chamar de argumento, “como fora de dúvida”, sendo que “obviamente” denota “naturalidade dos fatos” (MOURA NEVES, 2011, p. 245-246). Visualizemos, a seguir, o esquema das vozes presentes nessa argumentação:



Nessa sequência enunciativa, teríamos um caso de dupla polifonia (DUCROT, 1987), em que “obviamente” é a voz do locutor (L) e “falta muito, não são poucos os excluídos e não se trata de desculpar a horrenda distribuição de renda” é a voz de um locutor enquanto ser no mundo ( $\lambda$ ), que traz um argumento conhecido por uma determinada sociedade. Desse modo, o marcador conversacional não modifica termo algum, como prevê a gramática normativa, mas marca o posicionamento de L diante de um argumento.

Além disso, é possível verificar que esse emprego está diretamente ligado ao emprego do conector contra-argumentativo “mas” que introduz o enunciado seguinte. Dessa forma, atribui-se um valor restritivo concessivo ao marcador conversacional. Assim, pensando numa co-enunciação, com o emprego do marcador conversacional, o locutor antecipa-se a possíveis objeções do interlocutor,

para, depois, continuar com uma contra-argumentação em defesa da sua tese. O marcador conversacional, nesse sentido, implica e explicita a presença do interlocutor e, portanto, da co-enunciação.

Observemos, agora, a próxima sequência enunciativa em que se verifica a presença de um marcador conversacional.

- (19) É inegável o Rio do malandro. Menos visíveis, mas também inegáveis, são a vida e a força do outro Rio. É o Rio careta, dos que frequentam livrarias e salas de concerto, em vez de praias e baladas. Por anos de convivência, é um Rio incólume e vacinado contra o vírus da malandragem. O grande paradoxo é a incapacidade desse Rio intelectualmente tão sério e bem-dotado de frear o desgoverno que aos poucos foi se infiltrando. A malandragem pitoresca virou bandidagem, com a desmoralização resultante. Inapetência dos "puros" de chafurdar na política? Talvez. Os bons são muito poucos? Acho que não. Estão por todos os lados. Mas não chamam atenção, por serem menos pitorescos e divertidos. Aliás, dom Pedro II gostava mesmo era de um papo cabeça.

Mas, se o Rio tiver alguma arma secreta para reverter sua decadência, **com certeza**, será esse enorme e possante segmento, estilo dom Pedro II, que representa o oposto da malandragem e possui um respeitável vigor intelectual e moral.

(Cláudio de Moura Castro, 04/06/2008, Nº 21)

No caso da sequência 19, o marcador “com certeza” está combinado com o conector contra-argumentativo “mas”. Contudo o contra-argumentativo não produz efeito de oposição, mas de adição de um argumento, como podemos perceber pelo esquema polifônico a seguir:

**E1** – Aliás, dom Pedro II gostava mesmo era de um papo cabeça.

**MAS**

**E2** – se o Rio tiver alguma arma secreta para reverter sua decadência, **COM CERTEZA**, será esse enorme e possante segmento, estilo dom Pedro II, que representa o oposto da malandragem e possui um respeitável vigor intelectual e moral.

Aliada a essa adição, aparece o marcador conversacional. Porém, os marcadores não se encontram juntos. Entre eles há um fragmento condicional, que faz parte de um período composto por subordinação. Esse período é seccionado pelo marcador conversacional, ficando o fragmento subordinado anterior a ele e o

subordinado, posterior. Nesse caso, há o emprego do conversacional “com certeza”. Na gramática normativa, esse elemento corresponde a uma locução adverbial, exercendo as mesmas funções do advérbio (ROCHA LIMA, 1982). Para a gramática descritiva, “com certeza” é um “advérbio modalizador epistêmico asseverativo afirmativo”, denotando “simples crença ou certeza do falante” (MOURA NEVES, 2011, p. 245-246), ou do interlocutor, em nosso caso.

Rodríguez (2009), numa perspectiva pragmática, discute o marcador “certamente”. Conforme a autora, esse recurso linguístico “indica certeza do falante” (aqui entendido como locutor) (RODRÍGUEZ, 2009, p. 66), podendo ser usado para apresentar algo conhecido, mas que não será aceito pelo locutor; enfatizar o próprio discurso do locutor; e/ou reconhecer ou reafirmar um ponto de vista.

Em primeiro lugar, aparece o conector contra-argumentativo, marcando uma relação não opositiva, mas de fechamento, pois o enunciado que ele introduz traz um argumento que encerra uma conclusão. Em segundo lugar, entre esse conector e o marcador conversacional “com certeza”, aparece um segmento condicional que expressa uma possibilidade, minimizando o efeito de certeza do marcador conversacional que aparece imediatamente depois dele.

O enunciado em que há o marcador conversacional apresenta o ponto de vista assumido pelo locutor, sendo esse elemento um dos responsáveis por fazer emergir da materialidade um efeito de superioridade dessa posição em relação ao tema. Nessa cena enunciativa, o emprego do conversacional marca a postura do locutor que prevê uma possível refutação do interlocutor e que, diante disso, reforça seu próprio discurso (RODRÍGUEZ, 2009).

Em ambas as sequências analisadas, o marcador conversacional remete para a figura do interlocutor, implicam o enunciatário, num simulacro de conversa, o que poderíamos chamar de co-enunciação. Entretanto, nos ensaios de Moura Castro são raros os casos de uso de marcador conversacional, o que aponta para uma tendência enunciativa do locutor desses ensaios por uma argumentação sem enfatizar a implicação do interlocutor na co-enunciação.

Passemos, então a análise dos marcadores nos ensaios de Roberto Pompeu de Toledo, a fim de verificar a relação desses mecanismos com a produção de sentidos.

### 3.3 Descrição do locutor nos ensaios de Roberto Pompeu de Toledo

Quanto aos ensaios de Roberto Pompeu de Toledo, em comparação aos de Cláudio de Moura Castro, as relações semânticas são estabelecidas, muitas vezes, sem que sejam empregados marcadores discursivos. Como foi possível verificar através das cifras, o número de emprego de marcadores no conjunto de textos de Pompeu de Toledo é bem menor que nos de Moura Castro. Diante disso, perguntamo-nos quais recursos linguísticos, então, poderiam estar sendo usados para estabelecer essas relações. E, principalmente, o que essa diferença entre os conjuntos de ensaios revela sobre o *ethos* de cada locutor?

Desse modo, selecionamos sequências enunciativas que apresentassem, implicitamente, também, alguns casos de relações de contra-argumentação, adição e causalidade, tal como fizemos com os de Moura Castro, no intuito de compreender como elas se constroem na dinâmica enunciativo-discursiva.

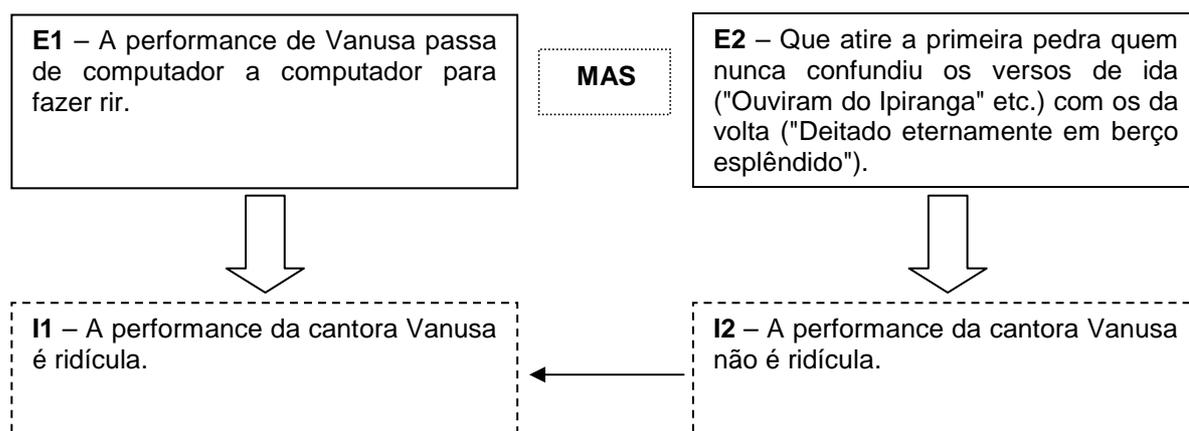
#### 3.3.1 Análise de algumas ausências dos conectores

Tendo em vista que os conectores foram usados nos ensaios de Pompeu de Toledo em maior quantidade que os demais marcadores, mas que, em contrapartida, é uma cifra reduzida em relação a que se visualiza nos ensaios de Moura Castro, optamos por analisar, aqui, sequências enunciativas nas quais pudéssemos investigar não só quais outros recursos linguísticos são usados em vez de conectores, como também o que essa materialidade revela sobre a tendência enunciativa do locutor e sobre o seu *ethos*. Observemos, por exemplo, o seguinte caso:

- (20) A performance de Vanusa passa de computador a computador para fazer rir. Este artigo tem por objetivo defendê-la. Que atire a primeira pedra quem nunca confundiu os versos de ida ("Ouviram do Ipiranga" etc.) com os da volta ("Deitado eternamente em berço esplêndido"). Que só continue a ridicularizar a cantora quem nunca removeu os raios fúlgidos para o lugar do raio vívido, ou vice-versa.

(Roberto Pompeu de Toledo, 23/09/2009, Nº 44)

Esse ensaio faz referência ao episódio em que uma cantora da jovem-guarda, em apresentação recente (considerando a data em que foi publicado o ensaio), provocou polêmica, principalmente na *internet*, ao cantar o Hino Nacional Brasileiro de modo distinto ao que se encontra na letra original. Na primeira sequência enunciativa que recortamos do ensaio de Pompeu, não há o emprego do conector “mas”, embora exista aí uma contra-argumentação. O conector, então, estaria sendo substituído pelo enunciado “Este artigo tem por objetivo defendê-la”. Levam a essa conclusão, a presença da expressão “este artigo”, que se refere à própria enunciação. Também há que se observar que esse enunciado curto refere-se à própria enunciação, expressando, metadiscursivamente, o seu significado, contrário ao do enunciado anterior. Assim, temos a seguinte possibilidade de representação para o esquema polifônico (DUCROT, 1987) que se apresenta entre esses enunciados:



O locutor assume o ponto de vista de E2, que, aparentemente, defende a cantora, contrário ao que a criticou por sua atuação. Simulamos, por meio das linhas pontilhadas no esquema, então, a presença de um conector contra-argumentativo para que se entenda onde se dá a oposição de pontos de vista. A contra-argumentação é indireta entre os implícitos de cada enunciado (GARCÍA, 2007). Sendo assim, a relação, embora sem a presença do conector, é adversativa.

Existe, aí, na composição da contra-argumentação, uma intertextualidade com a passagem bíblica que está em João 8:1-11. Nesse texto bíblico, uma mulher abordada em adultério foi julgada ao apedrejamento por conta de seus pecados, mas Jesus, ao ser interrogado sobre o que pensava disse que deveria atirar a primeira pedra aquele que estivesse livre de pecados. A contra-argumentação se

fortalece pela presença dessa intertextualidade, usada como argumento por *ilustração* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005), reforçado pela expressão “quem nunca”.

Além disso, o emprego da expressão “continue a ridicularizar” reforça a contra-argumentação, já que “continuar” significa “levar adiante, não interromper (o que se começou)” (HOUAISS, 2007) e que “ridicularizar” significa “pôr em ridículo”; “escarnear”, “zombar”, “caçoar” (HOUAISS, 2007). Assim, uma pessoa não pode “apedrejar” outra por um ato que já cometeu, não deve também, conforme o ponto de vista assumido pelo locutor desse ensaio, “continuar ridicularizando” o outro por um erro que também já cometeu.

No entanto, é preciso que se saliente que o ponto de vista de E2 não é propriamente uma defesa à atuação da cantora. Ao contrário, identificam-se na posição de E2, assumida por L, duas ironias que funcionam como duas críticas. A primeira delas é ao rebuscamento sintático da letra do Hino Nacional, de influência parnasiana. E a outra, mais severa, à educação cultural modesta da população brasileira, a começar, muitas vezes, pela incompreensão da própria língua, desconhecendo, por exemplo, os significados das palavras que compõem a letra do Hino Nacional.

Sendo assim, nessa sequência, verificamos que a relação de contra-argumentação também pode se estabelecer por meio de enunciados curtos e justapostos, não fixada por um conector contra-argumentativo. Essa característica tende a conferir ao locutor, uma imagem menos incisiva, quando da apresentação do ponto de vista defendido.

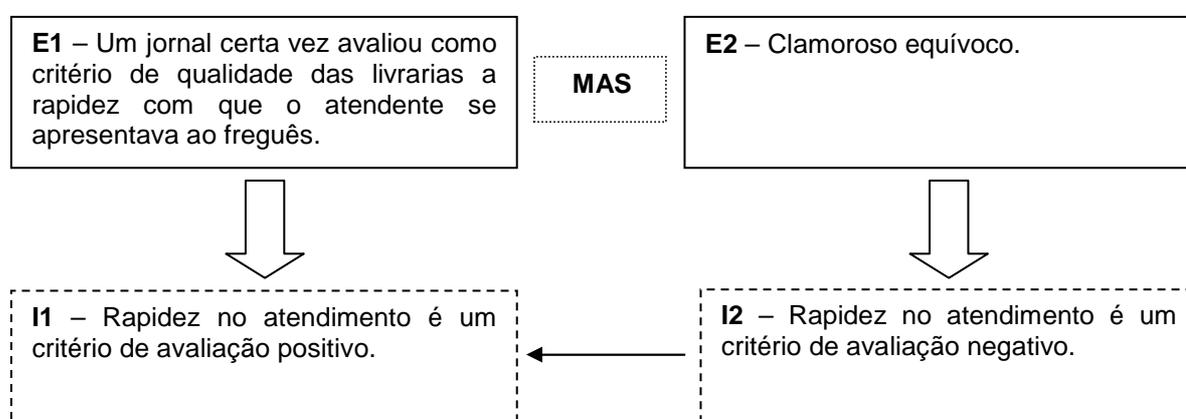
Observemos outra sequência enunciativa em que se encontra uma possível relação de contra-argumentação não marcada por conector contra-argumentativo explícito:

- (21) Onde a situação atinge proporção mais dramática é nas livrarias. Livraria é por excelência lugar que convida ao exame solitário das mesas e das prateleiras. É lugar para passar lentamente os olhos sobre as capas, apanhar e sentir nas mãos um ou outro volume, abrir um ou outro para testar um parágrafo. Um jornal certa vez avaliou como critério de qualidade das livrarias a rapidez com que o atendente se apresentava ao freguês. Clamoroso equívoco. Boa é a livraria em que o atendente só se apresenta quando o freguês o convoca. As melhores, sabiamente, dispensam o "posso ajudar". As

mais mal administradas, desconhecedoras da natureza de seu ramo de negócio, insistem nele.

(Roberto Pompeu de Toledo, 25/03/2009, Nº 31)

O tema desse ensaio são as expressões usadas por atendentes comerciais, para se dirigirem ao cliente, como, por exemplo, “posso ajudar”, as quais, nesse discurso, são demasiado inoportunas, na perspectiva do locutor do ensaio, quando se trata de livrarias. Observemos o esquema polifônico que se pode construir para esses enunciados:



Essa contra-argumentação é, também, indireta (entre os implícitos) (GARCÍA, 2007), gerando um efeito adversativo para essa relação entre argumentos. Na sequência enunciativa 21, na ausência de um conector específico, como o que simulamos entre linhas pontilhadas no esquema, o contra-argumento é introduzido por um enunciado formado apenas por um adjetivo e um substantivo, respectivamente.

Equívoco significa, entre outras coisas, o “que pode ter mais de um sentido, de uma interpretação; que se pode tomar por outra coisa; ambíguo; que não se percebe facilmente” (HOUISS, 2007). Dessa forma, ao empregar esse vocábulo e não outro como “erro” – “juízo ou julgamento em desacordo com a realidade observada; engano” (HOUISS, 2007) – favorece a impressão de uma imagem de locutor mais ameno.

O substantivo “equívoco”, antecedido pelo adjetivo “clamoroso”, que significa “de forma clara”, aponta para a refutação de um ponto de vista e como esse ponto de vista é entendido pelo locutor. A opção pela apresentação do adjetivo antes do

substantivo a que se refere aponta para a marca do locutor nesse enunciado, seu posicionamento diante do tema que se discute. Além disso, a pontuação (como o ponto final), provocando a ruptura da sequência, uma pausa, contribui para indicar, nesse caso, a introdução do contra-argumento.

Diante disso, duas características nesses usos devem ser ressaltadas, tendo em vista as consequências que delas resultam. A primeira delas diz respeito à formação do adjetivo a partir do sufixo “-oso”. De origem latina, *-ósus,a,um*, o sufixo é “abundancial, intensificador” (HOUAISS, 2007). Com isso, emerge dessa formação um efeito de intensidade na qualificação do substantivo “equivoco”. A segunda refere-se à posição do adjetivo, antecedendo o substantivo. De acordo com a gramática descritiva, a anteposição do adjetivo provoca um efeito de sentido de “maior subjetividade” (MOURA NEVES, 2011, p. 201). Esse caso, portanto, com a qualificação do substantivo e a anteposição do adjetivo, parece já apontar para uma relação mais presente do locutor de se marcar na enunciação.

A partir disso, observemos de que outro recurso linguístico se utiliza o locutor de um ensaio de Pompeu de Toledo para marcar a relação de adição de argumentos que não por meio de conectores aditivos:

- (22) Ressalve-se a presença, em seus namoros, de catolicíssimas particularidades. Damiana Morán Amarilla, que o auxiliava no trabalho pastoral, e que definiu a relação entre ambos como uma "explosão de sentimentos", deu ao filho (hoje com 1 ano e 4 meses) o nome de João Paulo – homenagem ao papa João Paulo II. Lugo merece outro crédito: eis, enfim, um escândalo sexual nas hostes católicas que não é de pedofilia!

(Roberto Pompeu de Toledo, 06/05/2009, Nº 34)

O ensaio do qual foi retirada a sequência 22 trata de três fatos polêmicos relacionados a personalidades amplamente conhecidas. Entre essas personalidades, está o ex-bispo e então presidente do Paraguai, Fernando Lugo, ao qual se referem os enunciados da sequência 22. Lugo foi criticado por envolvimento sexual, dos quais resultaram filhos, quando ainda era bispo da igreja católica.

Para essa sequência enunciativa, podemos ter o seguinte esquema polifônico (DUCROT, 1987):

**E1** – Damiana Morán Amarilla, que o auxiliava no trabalho pastoral, e que definiu a relação entre ambos como uma "explosão de sentimentos", deu ao filho (hoje com 1 ano e 4 meses) o nome de João Paulo – homenagem ao papa João Paulo II.

**E**

**E2** – Lugo merece outro crédito: eis, enfim, um escândalo sexual nas hostes católicas que não é de pedofilia!

O primeiro enunciado da sequência traz o substantivo “particularidade” – “peculiaridade, singularidade” (HOUAISS, 2007) – no plural, que remete a características próprias desse escândalo do qual Lugo foi protagonista. E não podemos deixar de apontar a presença significativa do adjetivo “catolicíssimas”, que antecede esse substantivo. Esse adjetivo se refere à igreja católica, explicitando que as particularidades do caso que serão apresentadas têm uma referência específica. E esse adjetivo encontra-se no grau superlativo absoluto sintético (ROCHA LIMA, 1982), apontando que as particularidades não são só católicas, são muito católicas. Assim, no segundo enunciado, a expressão “nome de João Paulo” é apresentada como sendo uma das particularidades relacionadas a Lugo, visto que João Paulo é o nome de um dos papas da igreja católica, líder maior dessa comunidade religiosa.

Em seguida, com o auxílio do pronome “outro”, mais uma particularidade é apontada no terceiro enunciado, referenciada por meio do substantivo “crédito” – “confiança, crença alimentada pelas qualidades de uma pessoa ou coisa” (HOUAISS, 2007). Sendo assim, entre segundo e o terceiro enunciado há uma relação de adição de argumentos que não está marcada por um conector aditivo, mas que é identificada quando analisamos outros elementos, como a seleção lexical, desses enunciados justapostos.

Outra questão que pode ser observada nessa sequência é que aparentemente, o ponto de vista assumido pelo locutor é em favor de Lugo. O pronome “outro” também caracteriza a primeira particularidade como um “crédito”. E “crédito” é, originalmente, como mostra a definição do dicionário Houaiss (2007), uma acepção positiva. Entretanto, nessa sequência enunciativa, ao estarem ligadas as particularidades à expressão “escândalo sexual”, elas têm seus significados descaracterizados e invertidos, criando um efeito de sentido de ironia nessa argumentação.

Na ironia, como fenômeno polifônico (DUCROT, 1987), o locutor apresenta um ponto de vista que vai de encontro àquele que assume, o de que esse fato é um

“escândalo”. Aqui, cada particularidade, a “homenagem” a um papa por meio do nome “João Paulo” e o crédito, enfatizam, na realidade, cada abuso e falta de ética de Lugo diante da igreja em que ele era representante/liderança, a igreja católica.

É possível perceber que a presença de conectores no ensaio, enquanto discurso de mídia impressa, organiza os enunciados de acordo com a orientação argumentativa de cada um. Nesse sentido, apresentamos uma sequência enunciativa que pode exemplificar o modo como nos ensaios de Pompeu de Toledo aparece a relação de causalidade na argumentação sem o emprego do conector de causalidade, como aparecia nos textos de Moura Castro.

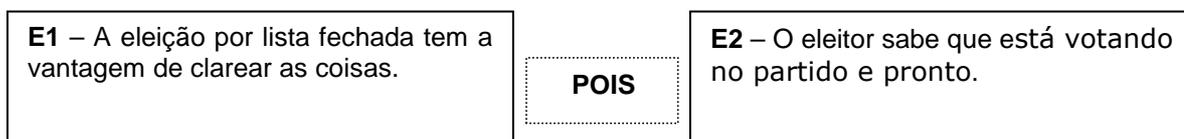
- (23) [1] O atual sistema de eleição de deputado é tão incompreensível, para a grande maioria do eleitorado, quanto, para um americano, a lei do impedimento no futebol. [2] O eleitor vota num candidato mas seu voto vai, em primeiro lugar, para o cesto partidário. [3] O fato de votar num candidato lhe dá a impressão de que a eleição é majoritária, quer dizer, o candidato que tem mais votos leva. [4] Engano. [5] Sendo a eleição proporcional, antes é preciso levar em conta a proporção de votos obtida pelo partido. [6] Há candidatos bem votados que não serão eleitos porque o partido como um todo teve votos insuficientes e, inversamente, candidatos pouco votados que obterão a vaga porque beneficiados por uma votação expressiva do partido. [7] Se não se compreende o método, poucas razões existem para amá-lo e defendê-lo. [8] Pior para a democracia. [9] A eleição por lista fechada tem a vantagem de clarear as coisas. [10] O eleitor sabe que está votando no partido e pronto.

(Roberto Pompeu de Toledo, 20/05/2009, Nº 35)

O ensaio aborda o sistema eleitoral chamado, no Congresso Nacional, de “lista fechada”. O locutor assume o ponto de vista favorável a essa nova forma de votação, isto é, por meio de uma lista de opções de votos que contempla partidos políticos e não a explicitação dos candidatos de cada partido. Na época de publicação do ensaio, a chamada “lista fechada” estava em processo de votação na Câmara dos Deputados.

Para iniciar a argumentação, são apresentados vários argumentos que levam à conclusão de que o método em vigor não é claro o suficiente para a população, o que pode ser inferido a partir do verbo “compreender” no enunciado de número 7. Em seguida, no enunciado 9, há uma relação de causalidade, em relação aos enunciados anteriores, que não está marcada por um conector específico. Poderíamos representar a relação de causalidade que se estabelece entre esses

enunciados, apontando um possível marcador que correspondesse a essa relação, por meio do seguinte esquema polifônico (DUCROT, 1987):



O verbo “clarear”, significando “tornar(-se) inteligível; aclarar(-se), esclarecer(-se)” (HOUAISS, 2007), provoca um efeito de consequência quando da “eleição por lista fechada”. Além disso, corrobora essa inferência a associação da expressão “lista fechada” com a palavra “vantagem”, que significa, entre outras acepções, “posição ou condição de superioridade ou adiantamento de algo ou alguém com relação a outro(s) ou a si mesmo em momento anterior” (HOUAISS, 2007).

Soma-se a esses elementos a presença do verbo “saber” – “conhecer, ser ou estar informado; ter conhecimento de” (HOUAISS, 2007) – no enunciado seguinte, marcando a causa para uma defesa da “lista fechada”. Ora, se os eleitores do Brasil comumente reclamam as ações obscuras na política brasileira, então, uma opção que venha clarear as obscuridades e trazer conhecimento, é mesmo algo a ser defendido. Assim, é possível perceber, no enunciado 9, o posicionamento assumido pelo locutor.

Nesse sentido, o estabelecimento da relação de causalidade, na sequência enunciativa 23, embora sem a presença do conector, se dá em nível lexical nesses enunciados justapostos. Isso já começa a demonstrar uma forma menos marcada de apresentação de um ponto de vista.

A partir de agora, vamos buscar possíveis efeitos de sentido que emergem do emprego de marcadores conversacionais nos ensaios do colunista em questão, visto que essa foi a única classe em que o número de empregos foi maior nos ensaios de Pompeu de Toledo do que nos de Moura Castro.

### 3.2.2 Análise de alguns representantes dos marcadores conversacionais

Nos ensaios de Pompeu de Toledo, foram empregados 13 marcadores conversacionais, correspondendo a duas ocorrências de um marcador de

modalidade deôntica – “O.k.” – e 12 ocorrências de enfocadores de alteridade – “não”, “sim” e “por favor”. Sendo assim, optamos por apresentar algumas sequências enunciativas que exemplificam a presença dos marcadores conversacionais nesse conjunto de ensaios. Observemos as primeiras sequências, com os únicos dois casos de emprego de “O.k.”:

- (24) Eles acomodam-se mal, apertados uns contra os outros como num trem de subúrbio às 6 da tarde, e não é de espantar que, quando não estão em conflito consigo mesmos, como ocorreu nas guerras civis de El Salvador e Nicarágua, enfrentam-se uns aos outros, como na Guerra do Futebol, entre o mesmo El Salvador e nossa espantosa Honduras, iniciada no estádio em que se enfrentavam, em 1969, as seleções dos dois países.  
**O.k.**, reconheçamos que, caso não houvesse a América Central, não haveria conflitos que até possuem seu lado recreativo, infelizmente ensombrecido pela triste circunstância de também levarem à morte e à devastação, como a Guerra do Futebol.

(Roberto Pompeu de Toledo, 15/07/2009, Nº 39)

Nas gramáticas normativa e descritiva, não há menção ao marcador “O.k.”. Já no dicionário de língua portuguesa (HOUAISS, 2007), o elemento aparece como uma palavra de língua inglesa, sendo advérbio quando “expressa aprovação, assentimento, concordância; sim, certamente” e adjetivo quando significa “bom, justo, apropriado”.

Nesse ensaio, inicia-se uma discussão política a partir do questionamento sobre a existência de países de pequena extensão territorial, como os da América Central. Na sequência 24, é possível identificar que “O.k.” une o enunciado que introduz não só com o anterior, como a todos os que constituem o parágrafo que o antecede. E, entre esses dois enunciados, temos o seguinte esquema polifônico (DUCROT, 1987):

**E1** – Eles acomodam-se mal, apertados uns contra os outros como num trem de subúrbio às 6 da tarde, e não é de espantar que, quando não estão em conflito consigo mesmos, como ocorreu nas guerras civis de El Salvador e Nicarágua, enfrentam-se uns aos outros, como na Guerra do Futebol, entre o mesmo El Salvador e nossa espantosa Honduras, iniciada no estádio em que se enfrentavam, em 1969, as seleções dos dois países.

**O.k.**

**E2** – Reconheçamos que, caso não houvesse a América Central, não haveria conflitos que até possuem seu lado recreativo, infelizmente ensombrecido pela triste circunstância de também levarem à morte e à devastação, como a Guerra do Futebol.

Devido à associação com o verbo “reconhecer” no modo imperativo, essa relação possui um valor apelativo (GARCÍA, 2007). Como o verbo está na primeira pessoa do plural, verificamos a inclusão, nesse apelo, do interlocutor. Dirigindo-se ao interlocutor, numa co-enunciação, o locutor introduz uma conclusão à sequência argumentativa, mediante não só a um apelo como também à aceitação de determinado ponto de vista contido no enunciado que o marcador introduz, favorável à existência desses países. Com isso, surge um efeito de aproximação ao interlocutor ao passo que emprega um marcador conversacional aliado a um verbo na primeira pessoa do plural. E, aproximando-se do interlocutor, a tendência de uma imagem menos “fechada”, isto é, menos metódica do locutor, em comparação ao locutor dos ensaios de Moura Castro, é apresentada.

Passemos à sequência seguinte.

- (25) Morte ideal, hoje, é a morte repentina, sem dor, sem remédios e sem UTI. De preferência, tão repentina que poupe até da consciência de que se está morrendo. Os santos morriam tão conscientes da morte que até podiam saudar sua chegada. Antes deles, Sócrates morreu despedindo-se dos amigos e filosofando sobre a morte. Para os gregos, era a morte ideal. Em nosso tempo, um valor altamente apreciado é a morte que nos poupe da angústia, ou do susto, ou do pânico, de saber que se está morrendo. É uma espécie de ludíbrio que aplicamos na morte. **O.k.**, você chegou.

(Roberto Pompeu de Toledo, 07/10/2009, Nº 45)

O ensaio do qual foi extraída a sequência 25 tematiza a morte. Numa argumentação em defesa de que a melhor morte é a de forma consciente, o

marcador discursivo introduz um discurso direto. Observemos o esquema polifônico (DUCROT, 1987) que é possível construir para esses enunciados:



É criado um simulacro de conversa entre o locutor e os interlocutores com a morte, a qual se torna o interlocutor direto desse enunciado, marcando novamente uma co-enunciação. O verbo “aplicar” na primeira pessoa do plural aponta para o locutor “coletivo” desse discurso direto, porque inclui o interlocutor do ensaio, gerando um efeito de aproximação. O pronome de tratamento “você”, que se refere à segunda pessoa do singular (“tu”), contribui para que se estabeleça essa aparência de conversa.

O marcador conversacional introduz, nessa sequência um argumento fundamentado na estrutura do real *por ilustração* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA). Ou seja, o interlocutor do ensaio visualiza uma cena, o que provoca um efeito de repercussão afetiva nesse interlocutor, na busca de um fortalecimento da persuasão.

Analisemos, agora, as sequências em que há a presença de marcadores conversacionais enfocadores de alteridade.

- (26) Os atos secretos do Senado equivalem ao caixa dois dos procedimentos administrativos. "Eu não sei o que é ato secreto", disse Sarney. "Ninguém pode tomar posse sem ter sua nomeação publicada." Ele tem razão. Mas, por uma esquisitice brasileira, os atos secretos, tal qual ocorre com o caixa dois, produziram, **sim**, efeitos; os nomeados tomaram posse, os exonerados se desoneraram e os salários se fizeram presentes nas contas bancárias.

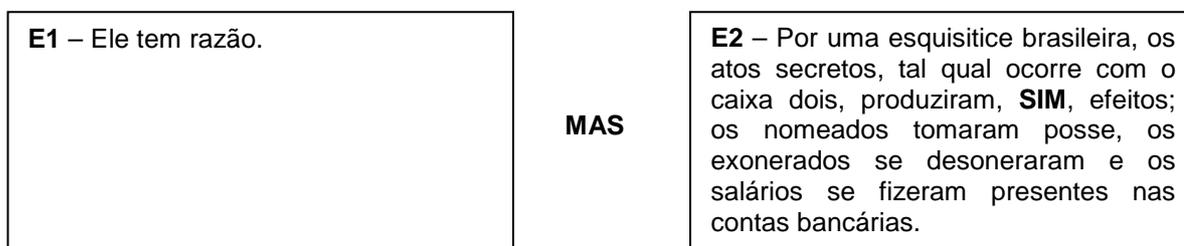
(Roberto Pompeu de Toledo, 01/07/2009, Nº 38)

A enunciação, nesse ensaio, cria a representação de um dicionário. Dicionário esse de expressões usadas, na política, pelo político Sarney e seus familiares ou pessoas ligadas a ele. Essa é uma sequência em que foi empregado o marcador conversacional “sim”. “Sim”, na gramática normativa, é um advérbio de afirmação.

Na gramática descritiva, o “sim” corresponde a um advérbio de afirmação do tipo “não modificadores”, ou seja, “que não afetam o significado do elemento sobre o qual incidem” (MOURA NEVES, 2011, p. 238).

Esse marcador é entendido, também na Pragmática, como “elemento de afirmação ou acordo” (RODRÍGUEZ, 2009, p. 314), podendo ser empregado como resposta de confirmação ou aceitação, como marcador do início de uma resposta e coesão, como marca de afirmação e como reafirmativo ou intensificador de um elemento.

Observemos o esquema polifônico (DUCROT, 1987) montado para esses enunciados a fim de melhor visualizar as relações que se estabelecem entre eles:



Pensando enunciativamente, a dinâmica argumentativa que se apresenta na sequência 26 constrói uma contra-argumentação marcada pelo conector contra-argumentativo “mas” e reforçada pelo conversacional “sim”, gerando um efeito de antecipação a um ponto de vista distinto por parte do interlocutor nessa co-enunciação. Portanto, o marcador conversacional assume um valor reafirmativo ou intensificador (RODRÍGUEZ, 2009). Além disso, a apresentação de uma sequência de efeitos “os nomeados tomaram posse, os exonerados se desoneraram e os salários se fizeram presentes nas contas bancárias” delimita bem o argumento, deixa claro o posicionamento do locutor.

Ressaltamos, ainda, a presença do fragmento causal “por uma esquisitice brasileira” entre os marcadores, que aponta os limites dessa contra-argumentação reforçada pelo marcador conversacional.

Passemos à análise do marcador conversacional “sim” na sequência seguinte.

- (27) Não foi noticiado se, como usam, ou *não* usam, o que bem entendem, os estudantes costumam assistir às aulas pelados. Presume-se que não. Mas naquele dia puderam, **sim**, exibir-se pelados no câmpus.  
(Roberto Pompeu de Toledo, 16/12/2009, Nº 50)

O presente ensaio aborda questões polêmicas atuais, considerando a data de sua publicação. Dentre essas questões, a que se discute na sequência 27 é o ato de protesto na Uniban em favor de uma moça que foi “escorraçada” da universidade por causa da roupa que vestia em determinada situação para frequentar à aula. Observemos o esquema polifônico (DUCROT, 1987) dessa sequência:



Novamente o marcador conversacional “sim” é empregado numa contra-argumentação, assumindo um valor reafirmativo ou intensificador (RODRÍGUEZ, 2009). O marcador explicita a co-enunciação ao passo que se cria um efeito de antecipação a uma possível objeção do interlocutor.

Há que se destacar também a marca de tempo (“naquele dia”) nesse caso, a qual é posta entre o conector e o marcador conversacional, delimitando a circunstância em que a contra-argumentação é válida, o que reforça um efeito impositivo que emerge do uso do marcador conversacional “sim”. O locutor que se mostra aí apresenta, também, esse matiz impositivo.

Por sua vez, o marcador conversacional enfocador de alteridade “não”, é entendido, na gramática tradicional, como um advérbio de negação. Para a gramática descritiva, “não” também é um advérbio de negação, do tipo não modificador (MOURA NEVES, 2011, p. 238), pelo menos na obra que consultamos, é dada uma atenção especial à negação, com uma discussão mais aprofundada sobre os possíveis fins de seu uso. O que, no nosso estudo, podemos pensar como efeitos de sentido possíveis, quais sejam: polemizar, após um enunciado afirmativo, refutando ou retificando, ou ratificar, para valorizar/desvalorizar, rejeitar uma implicação ou rejeitar um enunciado (MOURA NEVES, 2011, p. 330-331).

Segundo Rodriguez (2009, p. 231), “não” é “um elemento de ligação ou rejeição”, podendo ser empregado como resposta ou reação.

Observemos, agora, alguns casos de emprego desse marcador:

- (28) O gosto da invenção, somado à queda pelo estrangeirismo, colabora para a hipótese seguinte: a escolha dos nomes Kléberson ou Richarlyson, Welton ou Arilton, trairia o desejo de, com o fermento de toques originais e estrangeiros, prover o filho de uma personalidade forte e única. **Não**, ele não haverá de ser um zé qualquer, nem um João-ninguém.

(Roberto Pompeu de Toledo, 25/02/2009, Nº 29)

A grande quantidade de brasileiros que tem nomes terminados em “son” e “ton” é o tema desse ensaio. Observemos o esquema polifônico (DUCROT, 1987) desses enunciados:

**E1** – O gosto da invenção, somado à queda pelo estrangeirismo, colabora para a hipótese seguinte: a escolha dos nomes Kléberson ou Richarlyson, Welton ou Arilton, trairia o desejo de, com o fermento de toques originais e estrangeiros, prover o filho de uma personalidade forte e única.

**NÃO**

**E2** – Ele não haverá de ser um zé qualquer, nem um João-ninguém.

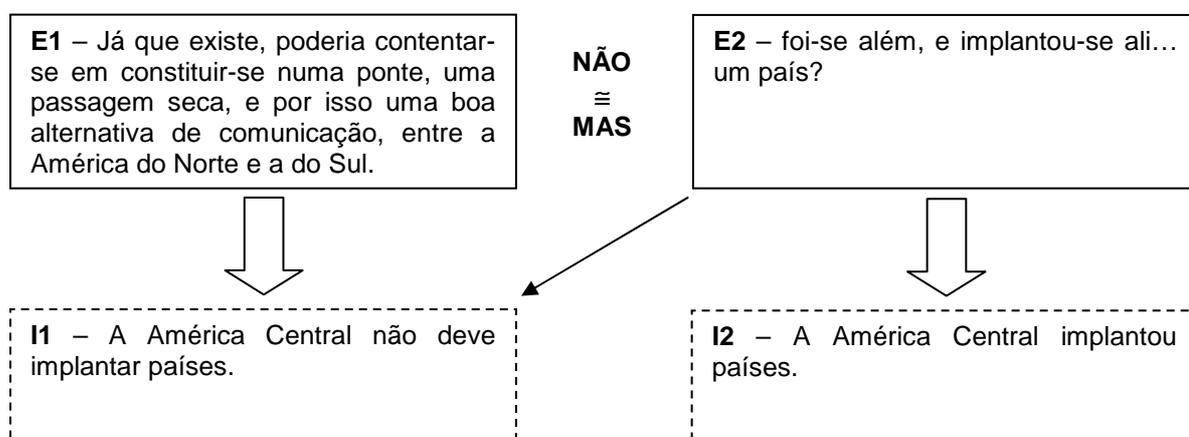
A presença do marcador conversacional introduz um enunciado que representa um discurso direto, não do locutor, mas de um enunciador outro que não o assumido pelo locutor. Esse uso do conversacional tem valor reativo (RODRÍGUEZ, 2009), contrário diante de um fato. E, como efeito de sentido, surge a oralização na modalidade escrita, simulando uma conversa, explicitando a co-enunciação e a natureza polifônica da enunciação. Além disso, emerge um tom de oposição contundente do emprego desse marcador, apontando, mais uma vez, para a imagem também categórica desse locutor.

Passemos a sequência seguinte.

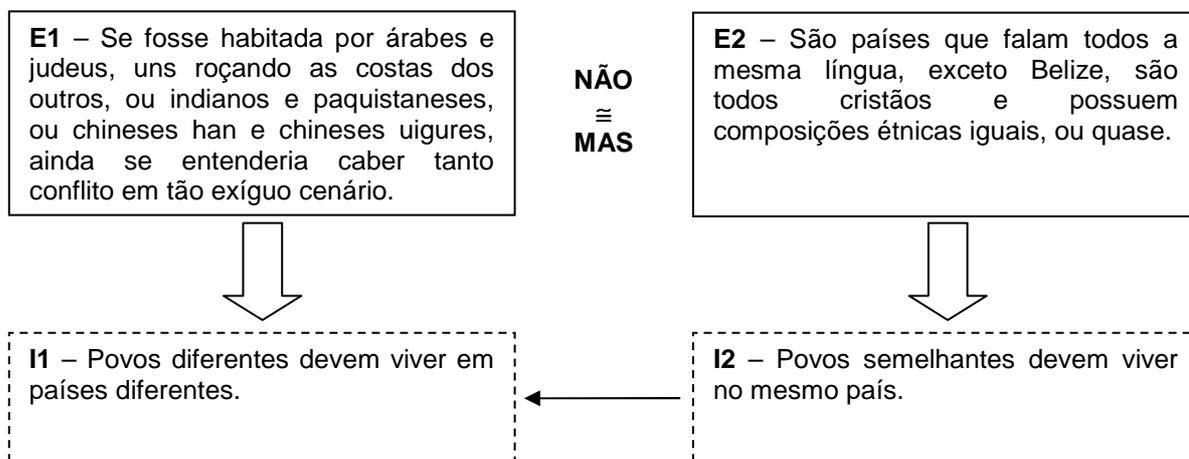
- (29) Contempla-se o mapa e surge por inteiro o erro que é a América Central – um rabicho da América do Norte, ou, vista do ângulo oposto, um penacho, ou um topete rebelde, brotado da cabeça da América do Sul. Bem... Já que existe, poderia contentar-se em constituir-se numa ponte, uma passagem seca, e por isso uma boa alternativa de comunicação, entre a América do Norte e a do Sul. **Não**; foi-se além, e implantou-se ali... um país? Um único país, o que, vá lá, com boa vontade seria tolerável? **Não**; implantaram-se sete países. Sete! Existe até um chamado Belize. Eles acomodam-se mal, apertados uns contra os outros como num trem de subúrbio às 6 da tarde, e não é de espantar que, quando não estão em conflito consigo mesmos, como ocorreu nas guerras civis de El Salvador e Nicarágua, enfrentam-se uns aos outros, como na Guerra do Futebol, entre o mesmo El Salvador e nossa espantosa Honduras, iniciada no estádio em que se enfrentavam, em 1969, as seleções dos dois países. (...) Se fosse habitada por árabes e judeus, uns roçando as costas dos outros, ou indianos e paquistaneses, ou chineses han e chineses uigures, ainda se entenderia caber tanto conflito em tão exíguo cenário. **Não**; são países que falam todos a mesma língua, exceto Belize, são todos cristãos e possuem composições étnicas iguais, ou quase. A América Central é uma amostra eloquente da forma, abusiva e abusada, como as nações brotaram e continuam brotando na face do planeta Terra.

(Roberto Pompeu de Toledo, 15/07/2009, Nº 39)

Essa é uma sequência extraída do ensaio que trata da existência de pequenos países, como os da América Central, e suas implicações. Há três ocorrências de “não” nessa sequência. O primeiro e o terceiro possuem mais ou menos o mesmo valor, produzindo efeitos de sentido semelhantes. Nesses casos, o marcador conversacional possui valor de um contra-argumentativo. O que poderíamos representar da seguinte forma para a primeira relação:



E para o terceiro caso:



Entretanto, para estabelecer essas relações foi empregado um conversacional e não um contra-argumentativo, o que produz um efeito de rejeição mais intenso ao argumento refutado do que seria se fosse substituído por um “mas”, por exemplo.

Quanto ao segundo caso de emprego de “não” na sequência 29, a presença do marcador conversacional constitui a introdução de uma resposta à pergunta do enunciado anterior, conforme podemos conferir no esquema polifônico (DUCROT, 1987) que corresponde a esse caso:



O emprego desse recurso de pergunta e resposta provoca um efeito de aproximação com o interlocutor na medida em que situa o interlocutor na dinâmica enunciativa. Ao mesmo tempo, o marcador conversacional, na resposta, favorece um efeito contundente na apresentação do posicionamento do locutor. Cabe, ainda, apontar que o emprego desse marcador três vezes no mesmo ensaio pode estabelecer um efeito de impaciência.

Passemos à análise da última sequência enunciativa, na qual, além do “não”, apresenta o marcador conversacional “por favor”.

- (30) Já houve, e ainda deve haver, movimentos para mudar a letra do *Hino Nacional*. **Não, por favor**, não – seria uma pena.  
(Roberto Pompeu de Toledo, 23/09/2009, Nº 44)

Essa sequência enunciativa foi extraída do ensaio que trata de questões culturais/educacionais brasileiras, a partir da performance inesperada da cantora Vanusa. Distribuimos, no esquema polifônico a seguir (DUCROT, 1987), as “vozes” que permeiam essa sequência:



O marcador conversacional “não” introduz um enunciado que se antecipa à determinada postura argumentativa do interlocutor. Como esse emprego não corresponde, como visto em outros casos, a uma resposta à determinada pergunta, ele surge de modo abrupto nessa argumentação, com efeito de “corte”. É uma forma impositiva de expor o ponto de vista do qual o locutor compartilha. Quanto ao marcador “por favor”, este é um elemento, segundo Rodríguez (2009, p. 269), “atenuativo de uma ordem ou pergunta” e/ou que “mostra surpresa, rejeição absoluta do dito o feito pelo interlocutor”. Neste caso, “por favor” intensifica o valor de “não”, opondo-se totalmente ao posicionamento de mudança da letra do Hino Nacional. Nessa sequência, “não” e “por favor”, combinados fazem surgir um efeito de apelo ao interlocutor, evidenciando a co-enunciação, mas com um matiz categórico velado para a imagem do locutor produzidos por esses marcadores aproximativos.

Sendo assim, de acordo com os usos desse marcador conversacional que foram analisados, temos a impressão de que a aceitação do ponto de vista E1 seja feita com ressalvas, o que aponta para uma imagem, embora não metódica, de tom

catedrática desse locutor, isto é, que revela discreta imponência na opção pelo posicionamento E2.

Diante das análises realizadas neste capítulo, tentaremos traçar o perfil de cada locutor (o dos ensaios de Moura Castro e o dos ensaios de Pompeu de Toledo), a fim de compreender qual *ethos* discursivo emerge a partir dos efeitos de sentidos produzidos pelo emprego, ou não de marcadores discursivos nesse gênero textual.

Verificamos que, em ambos os conjuntos de ensaios, os marcadores discursivos, ou a sua ausência, revelam valores distintos para os recursos linguísticos, mas apontando, a nosso ver, para um delineamento mais ou menos recorrente da imagem dos seus locutores. A discussão dos resultados encontrados por meio das análises será apresentada no capítulo seguinte.

## 4 O *ETHOS* NA ARGUMENTAÇÃO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE

Neste capítulo, dedicamo-nos à discussão dos resultados obtidos com as análises sobre o *corpus* selecionado para este trabalho, o qual é composto por 25 ensaios de Cláudio de Moura Castro e 25, de Roberto Pompeu de Toledo, veiculados na revista *Veja*, no período de 2008 e 2009. A análise quantitativa dos marcadores discursivos nesses textos, conforme apresentado no capítulo anterior, revela significativa diferença no emprego de marcadores discursivos entre os ensaios de Moura Castro e os de Pompeu de Toledo. Diante dessa realidade, optamos por focar as ocorrências dos *conectores* e dos *marcadores conversacionais* devido a sua representação numérica ser mais significativa que a dos outros marcadores. Enquanto os conectores foram a classe usada em maior quantidade tanto para um quanto para outro colunista, mantendo-se superior em Moura Castro, os marcadores conversacionais foram a única classe em que os ensaios de Pompeu de Toledo apresentaram maior número.

Com isso, num primeiro momento, passamos a analisar algumas sequências enunciativas, que representassem as possibilidades de aparecimento de alguns representantes dos conectores, a fim de buscar indícios sobre o *ethos* do locutor que emergia dessa diferença. Tanto nos ensaios de Moura Castro, quanto nos de Pompeu de Toledo, a preferência é por conectores contra-argumentativos – representados pelo “mas” – seguido dos aditivos – representados pelo “e” – e os de causalidade – representados pelo “portanto” em Castro e por um uso de “aí” em Pompeu, o qual não foi analisado em virtude da opção metodológica que fizemos. Assim, selecionamos sequências sem a presença de conectores nos ensaios de Pompeu de Toledo, mas que tivessem movimento argumentativo semelhante com relação às que apresentavam marcadores, na busca de identificar quais recursos linguísticos tinham sido empregados para substituí-los.

Num segundo momento, voltamo-nos para as sequências enunciativas nas quais os marcadores conversacionais eram o foco. O que se destaca é que não foram empregados os mesmos representantes dessa classe nos textos dos ensaístas. Nos ensaios de Castro, foram empregados apenas marcadores

conversacionais de *modalidade epistêmica*, enquanto nos de Pompeu essa subclasse e a dos *metadiscursivos* não se fez presente, tendo sido usados apenas marcadores conversacionais de *modalidade deôntica*, em menor quantidade, e *enfocadores de alteridade*, em número de destaque.

A partir dessas considerações, discutiremos os resultados a que chegamos com as análises quantitativa e qualitativa. Em primeiro lugar, os dados estatísticos apontam para a importância dos marcadores discursivos na argumentação, já que aparecem em ambos os conjuntos de texto e um destaque para relações de refutação, dada a preferência por conectores aditivos contra-argumentativos.

Os conectores contra-argumentativos, como pudemos identificar na análise do *corpus*, introduzem um argumento contrário em relação aos demais enunciados. O locutor apresenta um primeiro enunciador, que refuta com a apresentação de um segundo enunciador. E, de acordo com Fernandes (2005, p. 195), “generalmente, la fuerza argumentativa está en el segundo miembro”<sup>28</sup>. Assim, a presença do conector contra-argumentativo ajuda a orientar as inferências de ordem persuasivas presentes nessa relação.

Nas sequências analisadas nos dois conjuntos de ensaios, o “mas” apresentou mais frequentemente valor restritivo de efeito adversativo, caracterizando-se como um matiz mais incisivo na apresentação de pontos de vista. Como vimos, esse efeito foi identificado, tanto pelo emprego de marcadores em momentos chave da argumentação, quanto, entre outras coisas, pela seleção lexical, através da referenciação das significações e sentidos de termos, e pela presença de enunciados justapostos e mais curtos, através do efeito de ruptura abrupta do enunciado.

A presença dos conectores aditivos nos ensaios de Moura Castro adiciona argumentos e mantém a proliferação desses argumentos na sequência argumentativa. Quanto ao emprego do “e”, representante dos aditivos analisado neste trabalho, em geral, introduz um enunciado de mesma orientação argumentativa que o anterior, como forma de reforço, às vezes com valor tipicamente aditivo, outras vezes com valor argumentativo e até adversativo.

---

<sup>28</sup> “generalmente a força argumentativa está no segundo membro” (livre tradução).

Já nos ensaios de Pompeu de Toledo, a relação de adição fica marcada, também, pela seleção lexical, recuperada na referenciação de significados e sentidos desses termos.

Além dos conectores contra-argumentativos e aditivos, analisamos os conectores de causalidade, representados pelo marcador “portanto”, nos ensaios de Moura Castro, como o de maior frequência de uso. O emprego de “portanto” marcou, nesses textos, a introdução de um enunciado que abarca a consequência do anterior, indicando raciocínio lógico. Os conectores de causalidade, quando empregados, ajudam a provocar um efeito de clareza na exposição dos argumentos.

Em contrapartida, nos ensaios de Pompeu de Toledo, a relação estabelecida pelo conector de causalidade se deu por meio de enunciados justapostos com argumentos de autoridade (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005), seguido de um enunciado justaposto em que havia uma palavra de aceção resumitiva, conclusiva. A referência, então, mais uma vez foi de ordem lexical.

Também nos preocupamos em investigar as ocorrências dos marcadores conversacionais. Sabendo que nos ensaios de Moura Castro só foram encontrados marcadores conversacionais de modalidade epistêmica, devemos levar em conta que esses marcadores consideram o argumento como evidente e conhecido pelo locutor e pelo interlocutor, demonstrando uma aproximação entre interlocutores, uma explicitação dos movimentos de co-enunciação. Mesmo assim, estando em número reduzido em comparação ao outro conjunto de textos, essa aproximação não é tão significativa. Ademais, nas sequências em que os dois marcadores conversacionais de modalidade epistêmica foram empregados, havia a presença de um conector contra-argumentativo, o que denota que embora haja o reconhecimento de uma possível refutação, o argumento selecionado pelo locutor tem maior força argumentativa.

Nos ensaios de Pompeu de Toledo, os marcadores conversacionais de modalidade deôntica atenuam a discordância diante de uma possível refutação antes de introduzir a contra-argumentação, provocando uma implicação maior do interlocutor. E o uso dos enfocadores de alteridade destacou ainda mais a construção co-enunciativa do discurso. Quando usados eles provocaram efeitos de apelo ao interlocutor, no sentido de manifestação da co-enunciação, justamente quando se reafirmava o ponto de vista assumido pelo locutor.

Com a análise dos marcadores conversacionais, percebemos que se cria no discurso um simulacro de diálogo, evidenciando a co-enunciação. Pensando numa cena enunciativa como essa, poderíamos pensar, então, nesses marcadores como co-enunciativos, em vez de marcadores conversacionais, já que estamos tratando o objeto do ponto de vista da Linguística da Enunciação. Isto é, introduzem a explicitação da co-enunciação característica da natureza desse fenômeno de linguagem.

Ademais, como são elementos mais próprios do discurso de modalidade oral e de registro informal, os marcadores conversacionais oferecem ao enunciado um tom de espontaneidade que ajuda a estabelecer um determinado perfil do locutor, menos metódico e mais aberto. E, se nos ensaios de Pompeu esses marcadores são mais presentes, esse *ethos* se corresponde à imagem do locutor desses textos. Entretanto, salientamos que, esse é um *ethos* aparente, pois, na realidade, ao aproximar-se do interlocutor por meio dos marcadores conversacionais, o locutor impõe seu ponto de vista de modo implícito.

Constatamos que os valores dos marcadores discursivos são os mais variados a cada enunciação, mas o uso deles esclarece o posicionamento do locutor diante dos pontos de vista, enunciadores, isto é, marcam relações de sentido. A partir dos resultados apontados pelas análises das sequências enunciativas extraídas do *corpus* da pesquisa, identificamos algumas características recorrentes, as quais permitem, dentro do modelo epistemológico de paradigma indiciário traçar um perfil de cada locutor.

Percebemos que, apesar de a diferença no uso de marcadores discursivos parecer-nos evidente entre os conjuntos de texto que compõem o *corpus* da pesquisa, as relações marcadas pelos conectores, por exemplo, aparecem em ambos, só que, linguisticamente, de modo distinto, sendo, a presença de marcadores discursivos significativamente mais recorrente em um grupo de enunciados do que no outro. Essa diferença não deve ser considerada em termos valorativos. Ela nos aponta, sim, que há níveis de complexidade na apresentação dos argumentos diferentes e que requerem olhares também diferentes para determinados pontos.

Desde uma perspectiva enunciativa, sobre os efeitos de sentido que emergem dos enunciados, identificamos que a presença de mais conectores revela a tendência de aparecimento de um *ethos* mais metódico. E a sua substituição por

outros recursos linguísticos, reforça essa tendência, fazendo com que, na ausência de marcadores, haja a disposição de aparecimento de um *ethos* menos metódico.

A tendência enunciativa de uso dos marcadores nos ensaios de Moura Castro tende a moldar um perfil de locutor que remete à origem primeira do ensaio, do latim *exagio* (prova, experiência, treino) (MEDEIROS, 2010). Já a tendência dos ensaios de Pompeu de Toledo assemelha-se ao “estudo sobre determinado assunto, porém menos formal e acabado” (MEDEIROS, 2010).

De acordo com Medeiros (2010), os ensaios de Montaigne revelavam um locutor que “se mostrava imerso na sociedade de sua época”. Atualmente, os ensaios continuam apresentando essa característica. Embora não seja nosso foco de estudo, os temas sobre os quais se constroem as argumentações, no *corpus* desta pesquisa, são abordados a partir de um fato do cotidiano.

Propomos, ainda, que façamos uma breve comparação entre um ensaio de cada colunista, a fim de obtermos uma visão geral desses *ethes*. Nesse sentido, selecionamos, do *corpus* da pesquisa, os ensaios em que houvesse a maior quantidade de marcadores e que correspondessem ao mesmo período de publicação para que se estabelecesse uma comparação coerente e eficaz. São eles:

#### Tecnologia para ricos ou pobres?

**"Há pouco tempo, só rico tinha telefone. Hoje, empregadas domésticas saem fagueiras das lojas com seus celulares funcionando, prontos para lhes prestar serviços inestimáveis"**

Revolução Industrial pesou no lombo do operariado. Marx e Dickens, com ânimos diferentes, descreveram a miséria opressiva de Londres. **Mas**, a longo prazo, os maiores ganhos foram para esse mesmo proletariado. Para Schumpeter, o desenvolvimento econômico não é mais meias de seda para os ricos – que sempre as tiveram à vontade – mas meias para os pobres. Nos países mais prósperos, um operário hoje tem um nível de conforto que um rico da época de Marx não tinha. Nas nossas paragens tupiniquins, os benefícios para os mais pobres, trazidos pelo crescimento do século XX, foram superiores aos de todos os quatro séculos anteriores. Apenas para ilustrar, a esperança de vida passou de 30 anos para mais de 70. **Obviamente**, falta muito, não são poucos os excluídos e não se trata de desculpar a horrenda distribuição de renda. **Mas**, é interessante registrar, os avanços tecnológicos têm sido muito generosos para com os mais pobres. Não que tenham sido pensados assim, mas é o que aconteceu.

A produção de motos (1,5 milhão por ano) corresponde a mais da metade dos brasileiros atingindo 18 anos. Um jovem empregado, morando com seus pais, consegue pagar a prestação de uma motocicleta simples, desfrutando a indescritível sensação de liberdade oferecida por ter seu próprio veículo. O telefone celular é a redenção de quem trabalha por conta própria. Enterro em vala comum para o precário sistema de recados em telefones "de favor". **De fato**, só rico tinha telefone. Hoje, empregadas domésticas saem fagueiras das lojas com seus celulares funcionando, prontos para lhes prestar serviços inestimáveis.

As fotos de família estavam a cargo dos fotógrafos das praças públicas. Hoje, um celular melhorzinho fotografa tudo, a custo zero. O computador começa a chegar ao

povão (em modestas prestações). **Por exemplo**, o meu borracheiro tem. Quase um terço da população tem algum acesso a ele. O crescimento das vendas é espantoso. Para um universitário, um bom computador usado custa menos do que os livros indicados anualmente pelos professores.

Quantos municípios brasileiros não têm livrarias? **Ou**, se têm, seu acervo é píffio. **Mas**, para que livrarias, se há a Amazon.com e suas versões caboclas? Qualquer um pode comprar quase 20 milhões de títulos pressionando algumas teclas. Quem tem Google ri dos 32 volumes da *Britânica*, ao custo de 1.000 dólares, pois a Wikipedia é mais simpática e de graça. Pobre não tem dinheiro para revistas ou jornais, mas agora está tudo na internet. **E** pode ler, em português e gratuitamente, milhares de livros de domínio público. O rico mandava o contínuo ou o moleque de recados ao correio para postar uma carta. Agora, o pobre passa um e-mail, igualzinho ao rico. **E** nenhum dos dois paga o selo. **E** o preço absurdo dos CDs? Hoje, qualquer música pode ser encontrada na web. **E**, com um pouquinho de astúcia, sem gastar nada. **E** passam fagueiros os garis, com seus fones ligados nos tocadores de MP3. Como dito, longe deste ensaísta subestimar a situação de pobreza de grande parte da nossa população. **Não obstante**, a mensagem deste ensaio é que os avanços presentes da tecnologia trazem benefícios bem maiores para o povão.

Tais elucubrações nos levam de volta ao bando de hippies da Califórnia que inventou os microcomputadores, na década de 70. Era um grupo de contracultura que via na tecnologia um antídoto para a opressão, por parte de uma sociedade impessoal, comandada por grandes empresas e por "big brothers" sinistros. Eles buscavam alternativas tecnológicas libertadoras. Queriam ferramentas que permitissem aos pequenos expressar-se em múltiplas direções. Precisavam de soluções pouco dispendiosas. Com o sucesso dos microcomputadores, quase todos ficaram milionários. Não precisaram das soluções baratas que criaram. **Mas** as ideias estavam na rua. Suas aplicações foram herdadas por bilhões de pessoas.

Restam duas cogitações. **Primeiro**, o povo ficou mais feliz com seus novos apetrechos? **Ou** aumentou sua alienação e angústia? **Segundo**, ele saberá usar isso tudo? **Ou** as lastimáveis deficiências em sua educação o impedem de usar o melhor desse potencial criado pela tecnologia para aumentar sua cultura e qualidade de vida?

(Cláudio de Moura Castro, 25/11/2009, nº 24)

### Em defesa do Muro de Berlim

**"Sem sua derrubada, onde as cores, onde o movimento, onde a emoção de que carecem os grandes eventos da história - o assassinato de César, a queda da Bastilha?"**

Que bom que o Muro de Berlim foi construído. Se não tivesse sido construído, não teria sido destruído. **E**, se não tivesse sido destruído, como assinalar no curso da história, da maneira vistosa e dramática que merece, esse evento capital que foi o desmoronamento do mundo comunista? Com que cenário? Com que povo? Com que artefato, concreto como um muro, contra o qual investir? Ainda bem que existem os eventos simbólicos a marcar a marcha da história. Sem eles, estaríamos condenados aos "processos", essas fluidas cadeias de circunstâncias políticas, relações sociais, estados psicológicos, oscilações econômicas, percepções e acidentes que, temperadas por inevitáveis doses de acaso, conduzem a corrente da história, de forma frequentemente misteriosa, para este ou aquele leito. Atos como a derrubada do muro que dividia a antiga capital do Reich dão visibilidade à história. Servem de farol contra a falta de rosto, de cor e de volume dos "processos".

A derrubada do Muro de Berlim é evento da mesma natureza da queda da Bastilha. Claro que não foi a investida contra a mal-afamada fortaleza da Rua Saint-Antoine, em Paris, ainda mais que àquela altura já andava meio desativada, como prisão, e não continha senão sete escassos prisioneiros, que determinou a Revolução Francesa. **Mas**, sem o episódio da Bastilha, como dar corpo e - de fundamental importância - como dar uma data ao conjunto de transformações ocorrido naquele período da vida francesa? A própria história brasileira contém um exemplo similar - o "independência ou morte" das margens do Ipiranga. O evento salvou o advento da independência do destino de,

submerso num mar de "processos", apresentar-se sem corpo e sem data. Os atos simbólicos têm o efeito de agarrar o tempo e forçá-lo a uma parada, majestosa e densa como uma escultura. Eles dão inteligibilidade à história da mesma forma como a sucessão das estações dá inteligibilidade ao ano.

A queda do Muro de Berlim, no dia 9 de novembro de 1989, permitiu que, na semana passada, houvesse uma festa na capital alemã e comemorações pelo mundo afora, pelos vinte anos da data. Sem ela, como comemorar a derrocada do império soviético e as tiranias do Leste Europeu? Uns indicariam as greves conduzidas na Polônia pelo movimento Solidariedade de Lech Walesa. Outros se inclinariam para as manifestações que compuseram a "Revolução de Veludo" da Checoslováquia. **Mas** qual das greves e qual das manifestações, se foram várias? Mais seguro seria apontar para o dia da ascensão de Mikhail Gorbachev à secretaria-geral do Partido Comunista - 11 de março de 1985. **Mas**, se foi possível a Gorbachev ascender ao mais alto cargo da hierarquia soviética, e junto com ele o impulso reformista que fermentava no interior do regime, é porque algum tipo de fissura já minava a carapaça do poder comunista.

**E** minava mesmo. A União Soviética já não tinha fôlego para sustentar a corrida armamentista imposta pela concorrência com os Estados Unidos. **Além disso**, via-se num atoleiro sem saída em seu envolvimento militar contra os talibãs do Afeganistão. **Além disso**, já ficara irremediavelmente para trás do Ocidente nas conquistas tecnológicas. **Além disso**, seu sistema econômico mostrava-se pateticamente incompetente no provimento dos bens de consumo de que carecia a população. Pronto. Estamos no emaranhado de fios que tecem os "processos", e tantos fios acharemos quanto mais nos detivermos a procurá-los. O historiador inglês Timothy Garton Ash lembrou a "lei da cornucópia infinita", formulada por outro historiador, o polonês Leszek Kolakowski. Para qualquer evento, segundo a lei de Kolakowski, é possível encontrar um número infinito de explicações.

Onde, se nos atemos aos processos, a cenografia, onde as cores, onde o movimento, onde a emoção de que carecem os grandes eventos da história - o assassinato de César, o martírio de Joana d'Arc, a batalha de Waterloo? Precisamos de teatro, esta é que é a verdade, como de ar para respirar. Dai-nos uma cena e com ela marcamos o tempo, de forma a tirá-lo da uniformidade sem graça e sem sentido de seu fluxo contínuo. No campo das miudezas cotidianas, o momento do "parabéns a você" é o teatro que assinala a passagem de mais um ano de vida. No campo das grandiosidades históricas, o muro forneceu o cenário, e as pessoas que trepavam em cima dele, dançavam e lhe arrancavam pedaços, num misto de levante e festa popular, compuseram a dramaturgia de que carecia um evento do porte da queda da fortaleza comunista.

(Roberto Pompeu de Toledo, 18/11/2009, Nº 48)

No ensaio de Cláudio de Moura Castro foram empregados 18 marcadores discursivos, enquanto, nos de Roberto Pompeu de Toledo, existem 8 ocorrências. Como é possível notar, a diferença no que diz respeito à quantidade é visível. Mas o que queremos mostrar é que, no ensaio de Pompeu, aparecem mais perguntas retóricas, fragmentos condicionais e enunciados curtos em momentos específicos. As perguntas retóricas conferem ao discurso um caráter mais subjetivo, assim como o faz os fragmentos condicionais, já que se baseiam em possibilidades e não em fatos concretos. Já os enunciados curtos podem, inclusive, como vimos nas análises anteriores, exercerem o papel de marcadores, substituindo-os e, muitas vezes, explicitando o significado processual de adição, de oposição, de causalidade, etc., desses elementos.

Nossa conclusão é a de que o uso de marcadores, em maior quantidade, pelo locutor dos textos de Cláudio de Moura Castro, pode constituir um *ethos* com um matiz mais metódico, no sentido de organização/estruturação da argumentação, que busca firmar-se em fatos concretos e orientar muito bem as inferências dos interlocutores. Ademais, pode-se inclusive pensar em um *ethos* que quer deixar muito claro seu posicionamento e seus argumentos, efeito originado a partir do emprego em maior quantidade dos marcadores discursivos que relacionam enunciados, estabelecendo relação de adição, contra-argumentação ou causalidade.

Já o locutor dos textos de Roberto Pompeu de Toledo, ao usar outros meios de expressar na materialidade linguística essas relações, configura um *ethos* discursivo menos objetivo, que deixa a cargo do interlocutor as inferências que produz cada enunciado. Além desse *ethos*, a pouca quantidade de marcadores em relação ao outro conjunto de ensaios, gera um efeito de sentido de oralidade para os discursos, na medida em que os argumentos vão sendo justapostos conforme vão sendo formulados pelo locutor.

Contudo, esses *ethos* são, ao mesmo tempo, categóricos, catedráticos, pois em ambos os conjuntos de ensaios, o ponto de vista defendido pelo locutor é apresentado de modo incisivo, impositivo. Não se percebem espaços para dúvidas. A argumentação é construída de forma que tente ser ao máximo indiscutível.

Embora nos concentremos no estudo do *ethos*, não podemos deixar de salientar que este ser discursivo é construído em função da imagem que se projeta do interlocutor. A imagem que o locutor deixa refletir de si revela, ainda, a imagem do seu interlocutor. De acordo com Fernandes (2005, p. 336), “pelo menos, um terço da imagem do locutor corresponde à figura do interlocutor”. Como não é possível ter acesso às intenções do sujeito empírico, também tentamos pensar no *pathos* por meio da materialidade linguística. E tendo em vista que o emprego dos marcadores discursivos, entre outros elementos linguísticos e até de outras naturezas, já se mostrou um dos responsáveis pela construção do *ethos*, podemos pensar num *pathos* que também surja da presença ou da ausência desses mecanismos. Assim, um *ethos* mais metódico estará relacionado a um interlocutor também mais metódico, ao passo que um *ethos* menos metódico estará relacionado à imagem de um interlocutor menos metódico.

Em comparação com o *ethos* que emerge dos ensaios de Pompeu de Toledo a figura do interlocutor, estando mais presente, será mais exigida. O que surge nos

textos de Moura Castro apresenta-se como um *ethos* que mostra uma característica do locutor em projetar a imagem do interlocutor considerando seus argumentos, embora não compartilhe deles.

Como resultado principal desta pesquisa, verificamos que é possível traçar *ethe* diferentes quando se opõem ensaios que empregam mais e menos marcadores discursivos, como os conectores e os marcadores conversacionais. Todavia, embora os marcadores tenham contribuído como guias para que chegássemos a essas conclusões, foi necessário levar em conta outros recursos linguísticos na construção da persuasão, como o léxico, os enunciados longos e curtos justapostos, as adjetivações, a pontuação, entre muitos outros não mencionados. Os marcadores discursivos não são imprescindíveis, são, sim, guias a mais, visto que outros elementos podem levar ao mesmo *ethos*.

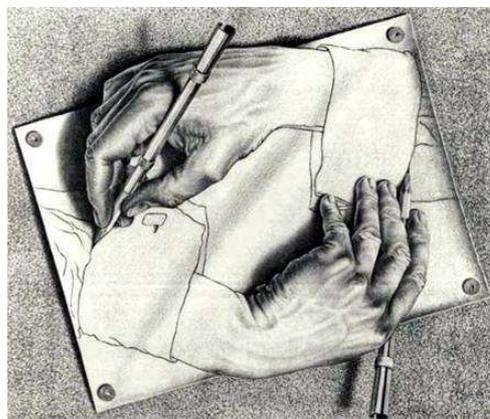
Cabe, ainda, ressaltar que não foi nosso intuito, até porque não acreditamos que isso seja possível, dizer o que é o mais adequado: se o uso de marcadores em maior ou menor escala. Mas, sim, procuramos reforçar o aspecto descritivo e não valorativo da identificação do *ethos*, apontar que um dos efeitos de sentido que emerge dessa diferença é uma tendência na constituição do *ethos* discursivo, que se molda de forma diferente em cada caso. Todavia, salientamos que tendência não é algo definitivo, fechado, mas uma possibilidade de interpretação à determinada enunciação. Essas características também não correspondem à personalidade dos colunistas e de seus leitores, pois são indivíduos, seres empíricos. Portanto, não teremos acesso às suas intenções.

Acreditamos que com este trabalho conseguimos apontar para uma possibilidade de se pensar em classificações a partir do uso, já que valores outros que não os tradicionais foram assumidos pelos marcadores discursivos, por exemplo, conforme o arranjo linguístico de cada enunciado. Ou seja, com base no que é regular, pode-se chegar ao irregular, aos efeitos de sentido múltiplos que a forma pode gerar em cada enunciação. Os mesmos elementos linguísticos indicaram imagens diferentes (um *ethos* discursivo) para cada locutor. Assim, em cada materialidade linguística, forma e sentido não serão estanques, mas indicadores de inferências.

Poderíamos, também, explorar o fato de que Cláudio de Moura Castro é formado em Economia, que atuou como professor em universidades brasileiras e que apresenta uma tendência a escrever sobre temas voltados à Educação. Por sua

vez, Roberto Pompeu de Toledo é um jornalista por formação, que escreve para a *Veja* há mais tempo que Moura Castro, sendo que seus textos ocuparam sempre a última página da revista, e que normalmente aborda temas que dizem respeito à Política. Pensar nas condições de produção do nosso *corpus* analítico, na questão do lugar social que esses sujeitos ocupam, é da ordem discursiva de tratamento do objeto. Entretanto, não desenvolvemos, neste momento, essa discussão, pois demandaria um novo olhar sobre a materialidade linguística e mais tempo de trabalho, do qual não dispomos. Nesse sentido, essa problemática poderá ser desenvolvida em trabalhos futuros, em reuniões e/ou publicações da área linguística.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



(Maurits Cornelis Escher, “Tekende handen”, 282 x 332 mm, 1948, lithografie)

À guisa de conclusão deste trabalho de mestrado, vamos retomar hipótese, objetivos, referencial teórico, metodologia e resultados que compuseram esta investigação, não como considerações definitivas, mas como um apanhado geral do que conseguimos identificar até o momento. Diante de pesquisas realizadas no Grupo de Estudos de Argumentação, organizado e orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr. Ivani Cristina Silva Fernandes, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), verificamos que, em ensaios assinados por colunistas diferentes, mas publicados num mesmo veículo de comunicação, era visível uma distinção com relação à quantidade de usos de marcadores discursivos.

Tendo em vista que o ensaio é a enunciação de um discurso persuasivo, levantamos a hipótese de que essa disparidade na constituição do *ethos* discursivo na argumentação poderia revelar dados sobre o *ethos* discursivo que é construído nesses textos. Nesse sentido, traçamos, como objetivo, a compreensão da constituição do *ethos* tendo em vista os efeitos de sentido produzidos pelo uso ou não de marcadores discursivos no ensaio jornalístico.

E, no intuito de alcançar esse propósito, selecionamos 50 ensaios, extraídos da revista brasileira *Veja*, entre os anos de 2008 e 2009 (anos imediatamente anteriores ao nosso ingresso no mestrado, 2010, conforme esclarecemos no capítulo metodológico). Dentre esses ensaios, 25 são assinados pelo economista Cláudio de

Moura Castro e 25, pelo jornalista Roberto Pompeu de Toledo. As justificativas para a escolha desse *corpus* analítico já foram expostas nas considerações iniciais.

De modo geral, destacamos a importância desta pesquisa no que se refere ao estudo do *ethos* desde uma perspectiva da Linguística da Enunciação. Essa categoria é tida como importante estratégia persuasiva na construção da argumentação. Além disso, procuramos alertar para um estudo dos sentidos das formas linguísticas, em especial os marcadores discursivos, em cada enunciação.

Por essa razão, também, enfrentamos alguns desafios quando da realização do trabalho. Em primeiro lugar, por estarmos trabalhando, num contexto enunciativo, elementos que tradicionalmente são tratados dentro do âmbito pragmático, como o *ethos*, a argumentação (dada a sua origem na Retórica) e os marcadores discursivos. Desse modo, o trabalho exigiu um esforço teórico-metodológico considerável de transposição terminológica. Em segundo lugar, porque estávamos em busca do que seria regular, com relação ao *ethos* e ao uso dos marcadores discursivos, na particularidade de cada enunciação. Percebemos, então, que essa especificidade só pôde ser identificada quando olhamos para um conjunto de enunciados.

Nesse sentido, esta pesquisa de mestrado tentou colaborar com os estudos em torno de uma “transversalidade enunciativa” (FLORES, 2010), cuja proposta é estudar a língua em todos os níveis. Essa proposta se baseia em postulados benvenistianos de análise intralinguística e translinguística. Acreditamos ter dado nossa parcela de contribuição com esse novo olhar sobre os elementos da língua como produtores de sentidos muitos em cada enunciação. Isso porque, na busca de compreender a constituição do *ethos*, refletimos não só sobre os marcadores discursivos, os quais não estão engessados em um único nível linguístico, como também sobre outros elementos de diferentes níveis linguísticos, quando da ausência de marcadores. Ao pensarmos, portanto, no uso desses elementos na argumentação, a partir dos efeitos de sentido associados ao *ethos*, estamos fazendo Linguística da Enunciação.

Com relação aos resultados alcançados com essa investigação, podemos afirmar que, como as mãos que se desenham na epígrafe que introduz estas palavras (in)conclusivas, o próprio locutor, ao enunciar e deixar as marcas de sua enunciação no enunciado, vai moldando uma imagem de si, a que chamamos, neste

estudo, de *ethos* discursivo. Além disso, como se estivesse frente a um espelho, ao identificarmos o perfil do locutor, identificamos também o do seu interlocutor.

A presença de mais conectores e menos marcadores conversacionais revelaram um paradigma indiciário na identificação de um *ethos* de tendência mais metódica, os efeitos de sentido são trabalhados justamente na organização muito bem entrelaçada entre as diferentes partes do enunciado e do discurso. Além disso, em conjunto com os demais elementos da materialidade, os marcadores revelaram, também, um perfil de locutor categórico, em que a tese é abertamente exposta, nos dois conjuntos de ensaios analisados. Nossa hipótese inicial de que os marcadores discursivos, entre muitos outros mecanismos linguísticos, podem servir como guia no esboço de um *ethos* discursivo então se comprova.

Precisamos dizer, ainda, da nossa certeza de que esta pesquisa de mestrado nos proporcionou um amadurecimento científico muito grande. Mas sabemos das dificuldades que ainda apresentamos e temos consciência de que muitos aspectos ainda podem ser explorados neste *corpus* analítico, envolvendo outras questões de ordem linguístico-enunciativo-discursivas. Em etapas acadêmicas que pretendemos alcançar futuramente, pretendemos dar continuidade aos estudos que têm por base a Linguística da Enunciação, por acreditarmos numa linguística que trabalha forma e sentido na busca de uma compreensão de seu próprio objeto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAURRE, M. B; FIAD, R. S; MAYRINK-SABINSON, M. L. T. **Cenas de aquisição da escrita**: o sujeito e o trabalho com o texto. Campinas: Associação de Leitura do Brasil/Mercado de Letras, 1997.

ÁLVAREZ, M. **Tipos de escrito II**: exposición y argumentación. Madrid: Arco/Libros, 1994.

AMOSSY, R. **O ethos na intersecção das disciplinas**: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. (Org.) **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005.

ANSCOMBRE, J. C; DUCROT, O. **La Argumentación en la lengua**. 2. ed. Madrid: Gredos, 1994.

BARBISAN, L. O conceito de enunciação em Benveniste e em Ducrot. In: **Letras**. Santa Maria, v. 2, n. 33, jul./dez. 2006, p. 23-35.

BENVENISTE, É. **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

\_\_\_\_. **Problemas de Lingüística Geral I**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

BELTRÃO, L. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina-Ari, 1980.

BRIZ GÓMES, A. **El español coloquial en la conversación**: esbozo de pragmagramática. Barcelona: Ariel, 1998.

CASTILHO, A. et al. **Gramática do português falado**. Campinas: Editora da UNICAMP: I: 1990, II: 1992, III: 1993, IV, V, VI: 1996.

CHARAUDEAU, P. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, E; MACHADO, I. L. (Orgs.) **As emoções no discurso**. v. 2. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

CREMONESE, L. E. **Bases epistemológicas para a elaboração de um dicionário de linguística da enunciação**. 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santa Maria, 2007.

DISCINI, N. Ethos e estilo. In: MOTTA, A. R; SALGADO, L. (Orgs.) **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

DUARTE, C. **Uma análise de procedimentos de leitura baseada no paradigma indiciário**. 1998. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

\_\_\_\_. **Polifonía y argumentación**. Cali: Universidad del Valle: 1988.

\_\_\_\_. Argumentación retórica y argumentación lingüística. In: DOURY, M; MOIRAND, S. (Orgs.) **La argumentación hoy: encuentro entre perspectivas teóricas**. Espanha: Montesinos, 2008.

FERNANDES, I. C. S. **Los marcadores discursivos en la argumentación escrita: estudio comparado en el español de España y en el Portugués de Brasil**. 2005. 735 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Salamanca, Salamanca, 2005. (Coleção Vítor).

\_\_\_\_. Análise dos marcadores discursivos e das tendências enunciativas: contribuições para o ensino de línguas. In: V SENALE – SEMINÁRIO NACIONAL DE LINGUAGEM E ENSINO. 2007, Pelotas. **Anais do V Seminário nacional de Linguagem e Ensino**. Pelotas: Pontifícia Universidade Católica de Pelotas, 2007. p. 1-11.

\_\_\_\_. A produção de sentidos na argumentação: um percurso entre marcadores discursivos e o *ethos*. In: MOTTA-ROTH, D; CABANAS, T; HENDGES, G. R. **Análise de textos e de discursos: relações entre teorias e práticas**. Santa Maria: PPGL-UFSM, 2008.

FIORIN, J. L. **Em busca do sentido: estudos discursivos**. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_. **As astúcias da enunciação**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 2010.

FLORES, V. N. A enunciação e os níveis de análise linguística. In: SITED – SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TEXTO, ENUNCIÇÃO E DISCURSO. 2010, Porto Alegre. **Anais do Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010. p. 396-402.

FLORES, V. N; TEIXEIRA, M. **Introdução à lingüística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2008.

FLORES, V. N. et al. **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FREITAS, E. C. de. A enunciação em texto jornalístico: o uso das categorias de tempo, espaço e pessoa. In: **ReVEL**, v. 9, n.º 16, p. 1-25, 2011.

GALINARI, M. M. As emoções no processo argumentativo. In: MACHADO, I. L; MENEZES, W; MENDES, E. (Orgs.) **As emoções no discurso**. v. 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

GARCÍA, M. N. D. **La organización del discurso argumentativo: los conectores**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2002.

\_\_\_\_. **Conectores discursivos en textos argumentativos breves**. Madrid: Arco/Libros, 2007.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES DA SILVA, T. C. As marcas da enunciação nas cartas dos leitores: um estudo semântico-argumentativo. In: **ReVEL**, v. 9, n.º 16, p. 61-85, 2011.

GÓMEZ-MARTÍNEZ, J. L. **Teoría del ensayo**. 2. ed. México: UNAM, 1992. Versão *on line*. Disponível em: <<http://www.ensayistas.org/critica/ensayo/gomez/>>

GRIZE, J-B. El punto de vista de la lógica natural: demostrar, probar, argumentar. In: DOURY, M; MOIRAND, S. (Eds.) **La argumentación hoy: encuentro entre perspectivas teóricas**. Espanha: Montesinos, 2008.

GUIMARÃES, E. **Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do português**. Campinas: Pontes, 2002.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. CD-room, versão 2.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

KOCH, I. V. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_. **A inter-ação pela linguagem**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R; SALGADO, L. (Orgs.) **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_. Marcadores conversacionais do português brasileiro: formas, posições e funções. In: CASTILHO, A. T. (Org.) **Português culto falado no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1989.

MARI, H; MENDES, P. H. A. Enunciação e emoção. In: MACHADO, I. L; MENEZES, W; MENDES, E. (Orgs.) **As emoções no discurso**. v. 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARTÍN ZORRAQUINO, M. A; PORTOLÉS LÁZARO, J. *Los marcadores discursivos*. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Orgs.). **Gramática descriptiva del español**. Madrid: Espasa, 1999, v. 5, p. 4051-4213.

MEDEIROS, M. A. S. **Ensaio jornalístico na revista Veja: uma análise multidimensional**. 2008. 160 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

\_\_\_\_. Do ensaio de Montaigne ao ensaio jornalístico: um gênero multidimensional, multimodal e multifuncional. In: SANTOS, D. S; GALVÃO, M. A. M; CABRAL, V. (Orgs.) **Dizeres díspares**: ensaios de literatura e linguística. João Pessoa: Ideia, 2010.

MELO, J. M. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. Campos do Jordão, SP: Mantiqueira, 2003.

MOSCA, L. S. A teoria perelmaniana e a questão da afetividade. In: OLIVEIRA, E. C. **Chaïm Perelman**: direito, retórica e teoria da argumentação. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2004.

MOURA NEVES, M. H. **Gramática de usos do português**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de argumentação**: A nova retórica. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLANTIN, C. **A argumentação**. São Paulo: Parábola, 2008.

PORTOLÉS, J. **Marcadores del discurso**. Barcelona: Ariel, 1998.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 22. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

RISSO, M. S; SILVA, G. M. O; URBANO, H. Traços definidores dos marcadores discursivos. In: JUBRAN, C. C. A. S; KOCH, I. G. V (Orgs.) **Gramática do português culto falado**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

RODRÍGUEZ, C. F. **Diccionario de conectores y operadores del español**. Madrid: Arco/Libros, 2009.

SANTOS RÍO, L. **Diccionario de partículas**. Salamanca: Luso-Española, 2003.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

## Anexo A – Ensaio de Cláudio de Moura Castro

(1)

### Salário de professor

**"A experiência dos estados mais bem-sucedidos mostra que consertar a educação requer muito mais do que jogar dinheiro no sistema"**

Segundo afirmativa corrente, os professores da educação básica ganham pouco, por isso a educação é ruim. Como tenho a infeliz sina de acreditar na ciência, para mim isso é assunto de contar e medir. Ganhar pouco ou muito é uma questão relativa (como se viu pelas discussões sobre salários de deputados e juízes). Portanto, só tem sentido a comparação com categorias equivalentes. Com Gustavo Loschpe, fiz uma revisão de duas pesquisas meticulosas, cotejando o salário dos professores com o de outros grupos profissionais na América Latina. Os resultados colidem com os mitos. Em confronto com pessoas de educação equivalente, os professores não ganham menos. Calculando-se os salários-hora, aumenta a superioridade salarial dos mestres, inclusive dos brasileiros. Ou seja, não se pode dizer que os professores ganham mal, considerando a remuneração de profissionais com igual escolaridade. Há significativas variações, de estado para estado, sendo alguns professores realmente mal pagos. Mas, como a educação é ruim na média, faz sentido comparar salários de professores, também na média.

Outro estudo interessante nos é dado por uma pesquisa recente de Samuel Pessoa, na qual o autor confronta os salários do sistema privado com os do sistema público. Em contraste com as conversas de botequim, em média os salários do setor privado são ligeiramente inferiores, apesar da ampla superioridade no desempenho dos seus alunos. Mais um abalo sísmico nos castelos da imaginação.

Outra maneira de ver o assunto é perguntar se a salários maiores corresponde um ensino de qualidade superior. Filosofar não resolve. Faz mais sentido calcular os coeficientes de correlação. No caso, esses números medem a probabilidade de que salários mais altos dos professores ocorram nos sistemas estaduais com melhor educação – medida por um índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) mais elevado. Foram tomadas várias definições de salário: do ensino médio, do fundamental, salário-hora, com e sem gratificação e, também, o orçamento estadual para a educação (per capita). Os resultados são sempre os mesmos, quaisquer que sejam as definições. Não há nenhuma associação entre salário alto e educação boa. Os estados com desempenho superior no ensino tanto podem pagar bem como mal. Por exemplo, Alagoas e Amazonas pagam muito e têm desempenho fraco. Minas e Santa Catarina pagam pouco e estão no topo da lista do Ideb.

Só há uma conclusão possível da análise de tais números: a má qualidade do nosso ensino não pode ser explicada pelos salários dos professores. Não se trata de metafísica nem de imponderáveis. Quem discordar dessa afirmativa que trate de demonstrar que os números estão errados. Mas, remexendo outros números, podemos encontrar algumas pistas intrigantes. Pesquisa recente indicou que 80% dos professores da rede pública estavam insatisfeitos e com sua auto-estima chamuscada. Já em uma pesquisa com escolas privadas de todo o Brasil, verifiquei que 80% dos professores estavam satisfeitos. Ou seja, com níveis salariais parecidos, as escolas privadas – não apenas as de elite – atraem melhores professores e os mantêm contentes. Não há dados confiáveis, mas parece que os professores estão também contentes nas públicas bem lideradas.

Se essas idéias fazem sentido, os sistemas públicos ganhariam em qualidade se conseguissem criar um ambiente mais positivo e estimulante para os seus professores. Como a escola tem a cara do diretor, a sua escolha irresponsável arruína o ensino. Onde isso ocorre, os professores se sentem desvalorizados e manipulados pela burocracia. Os mais graves pepinos estão no clientelismo do governo local. A politicagem passa na frente das preocupações com a qualidade. A carreira do magistério é leniente com malandros e incompetentes. É a "incompetência ignorada, a competência não reconhecida". No fim das contas, a experiência dos estados mais bem-sucedidos mostra que consertar a educação requer muito mais do que jogar dinheiro no sistema.

(Veja, Edição 2047, 13 de fevereiro de 2008)

(2)

### A guerra dos alfabetizadores

***"Vós, investigadores, não deveis confiar em autores que, apenas pelo emprego da imaginação, se fazem intérpretes entre a natureza e o homem, mas somente naqueles que exercitaram seu intelecto com os resultados de experimentos." Leonardo da Vinci***

Antes mesmo de Francis Bacon, Da Vinci já mostrava o caminho da ciência experimental, cujos avanços mudaram a face da Terra. Alguns ramos da ciência embarcam em naves espaciais. Mas, entre nós, há educadores que, nessa matéria, continuam refestelados em seus uivantes carros de boi. As discussões sobre como alfabetizar uma criança ainda não seguiram os conselhos de Da Vinci: se há dúvidas, é preciso buscar os "resultados de experimentos". Os vôos da imaginação só cobrem a decolagem do processo científico. A aterrissagem é no solo do mundo real.

Circulam pelo menos quatro escolas de pensamento. Há uma que afirma ser a leitura um processo global. Aprende-se a ler frases inteiras, blocos de palavras. Ao lidar com um assunto palpitante, tudo dá certo. Esse é o método exaltado pelos gurus e adotado quase universalmente. Outra escola afirma que o melhor é metodicamente aprender sons e letras. É o método fônico, neto do velho bê-á-bá. Uma terceira seita fica entre as duas anteriores. Adota o processo fônico, mas acha necessário contar uma história interessante, em paralelo à tarefa mecânica de aprender a associar sons e garranchos no papel. Por último, há um grupo agnóstico, que afirma que, não importa o método, tudo depende do professor. Cada grupo cita seu guru favorito, e a discussão patina.

Como a capacidade de ler e entender é algo eminentemente mensurável, estamos falando de números. Por sorte, há números em abundância. Isso porque, como os Estados Unidos e a Inglaterra passaram por dilema semelhante, foi criado um Literacy Panel, encarregado de juntar todas as pesquisas sérias feitas sobre o tema (veja-se Diane McGuinness, *O Ensino da Leitura*, editora Artmed). Apareceram cerca de 100 000 artigos científicos. Passando o pente-fino, sobreviveram menos de quarenta. Pelas mesmas razões que não é necessário ser engenheiro automobilístico para ver quem chegou em primeiro numa corrida, podemos medir qual método alfabetiza melhor sem entender suas teorias.

Os resultados são bastante claros e se aplicam ao português – por ser também uma língua fonética. Nem uma só pesquisa confiável mostrou vantagens para o método global. A disputa foi entre variantes do método fônico. A combinação do fônico com uma contextualização ou enredo não mostrou bons resultados. Ao que parece, a historinha que acompanha o aprendizado de letras e sons desvia a atenção e consome tempo dos alunos. É melhor primeiro aprender a ler bem e depois dedicar-se a entender o que está escrito. Observou-se também que, quanto mais fraco o aluno, mais o método fônico traz vantagens. Tais resultados puseram uma pá de cal na controvérsia. Todos os países de Primeiro Mundo que haviam abandonado os métodos fônicos voltaram a adotá-los. Faz pouco, o ministro francês Gilles de Robien proibiu o global.

As pesquisas mostram vantagens sistemáticas para o fônico. Portanto, a hipótese dos agnósticos é negada. De fato, se o método fosse irrelevante, tais diferenças não existiriam. Mas os agnósticos podem ter alguma razão quando se comparam professores que não conhecem bem nem um método nem outro. Nesse caso, as comparações não mostram nada.

Em ciência não há conclusões definitivas ou finais. Mas, até que se refutem as conclusões do Literacy Panel, o que sabemos hoje nos obriga a aceitar a superioridade do método fônico. A sociedade brasileira tem o direito de fazer duas exigências aos que recebem salário (pago pelos contribuintes) para cuidar de alfabetização. Que superem suas cruzadas ideológicas e se ponham de acordo. Que para isso se valham dos princípios da ciência empírico-dedutiva, que, desde Bacon, todos os cientistas aceitam (ou seja, o que valida uma hipótese são experimentos, não os gritos de seus defensores).

(Veja, Edição 2051, 12 de março de 2008)

(3)

**"Educação não é mercadoria!"**

**"Das empresas bem administradas afloram conselhos proveitosos para as escolas. Nada disso fere a sacrossanta nobreza da educação nem a complexidade e a delicadeza dos seus processos. De fato, as melhores escolas seguem tal figurino"**

Aluno não é "matéria-prima". Nem "cliente"! Escola não é empresa! O "produtivismo" é inaceitável. E por aí afora. Educadores fervorosos não se cansam de denunciar a mercantilização do ensino. As palavras são usadas como tacapes, na esperança de abater os inífiéis. Existem tais assombrações?

Há escolas que se declaram empresas (e ninguém demonstrou se são melhores ou piores do que as demais). Porém, o presente ensaio não se dirige a elas. Em vez disso, considera a "empresa" como uma metáfora para entender o "processo produtivo" (mais uma heresia!) de qualquer escola. Tais conceitos se revelaram úteis na economia e podem ser aplicados na educação pública, mesmo sem considerá-la como atividade empresarial.

As empresas têm toda a liberdade de definir o seu "produto". Rolls-Royces? Ladas? Cirurgias cardíacas? Rolex? Relógios de camelô? As escolas também: ensino para poucos? Ou para muitos? Ensino de violino? Uma vez definido o produto, faz todo o sentido obter o máximo resultado com o mínimo de gastos. Isso vale na "fabricação" de hóstias, seminaristas, doutores ou macarrão. Igualmente, é preciso controlar a qualidade e avaliar os resultados. Para isso, há inspetores de qualidade na fábrica e a Prova Brasil na educação. Nas artes, consideram-se os prêmios. Se isso é "produtivismo", três vivas para ele.

Das empresas bem administradas afloram conselhos proveitosos para as escolas: clareza ao definir (poucas) metas e assegurar que sejam compartilhadas (por diretores, alunos e professores); avaliação dos processos; e a regra pétrea de que é preciso tomar providências quando os resultados não correspondem ao esperado. Nada disso fere a sacrossanta nobreza da educação nem a complexidade e a delicadeza dos seus processos. De fato, as melhores escolas seguem tal figurino.

Mas podemos ir mais longe, tomando como metáfora o mais poderoso motor da economia de mercado: o lucro ou sua nêmesis, o prejuízo. É fenomenal o poder de prêmios para quem faz melhor e puxões de orelha para quem pisa na bola.

À primeira vista, trata-se de uma heresia a ser afastada das escolas públicas. Mas o lucro é apenas uma das manifestações de bons resultados. A metáfora sugere o vínculo entre desempenho e recompensa. Em vez de lucro, o sucesso pode ser mais pontuação na Prova Brasil. Ou menos deserção. Ou mais alunos aprovados na OAB.

De fato, não é preciso que haja mercados para que existam incentivos. Dentro da empresa não há mercados. O montador do automóvel não compra as peças do almoxarife e depois vende o carro. Por essa razão, as empresas criam incentivos e penalidades para os funcionários, visando a motivar seu comportamento. Está nas livrarias o livro *1001 Maneiras de Premiar Seus Colaboradores*. Tais regras internas não são desconhecidas das escolas e vão das medalhas até as medidas drásticas de expulsão.

Obviamente, errando nos prêmios provocamos impactos desastrosos. Se apenas penalizamos a repetência, isso pode gerar a aprovação indiscriminada e uma degradação do ensino. É preciso recompensar também a qualidade (como faz o Ideb).

Não se trata de um mercado no sentido convencional, mas do que foi chamado (pelo economista Albert Hirschman) de "quase-mercado". Onde ele não existe, cria-se uma metáfora do mercado, com metas concretas, prêmios e penalidades para que os desvios sejam automaticamente corrigidos.

Até mesmo os incentivos financeiros podem estar presentes no ensino público. Em menos de meio século o Brasil saiu de uma produção científica próxima de zero e tornou-se hoje o 15º maior "fabricante" de ciência. Sua pós-graduação passou a produzir anualmente quase 10 000 doutores e 40 000 mestres, uma das maiores colheitas do globo. O segredo? Prêmio ou puxão de orelha, acoplados a uma avaliação para decidir quem ganha qual. Há bolsas da Capes e do CNPq, há amplo financiamento da Finep, da Fapesp e de outras agências. Quem brilha ganha mais. Quem tropeça perde. A pós-graduação (que não foi privatizada) opera em um "quase-mercado" criado com inteligência, e que tem apresentado bons exemplos para o restante da educação.

(Veja, Edição 2055, 9 de abril de 2008)

(4)

**Diamantes descartados**

**"Países vencedores são os que operam bem na nova economia do conhecimento. Nessa nova economia, a riqueza mais preciosa são os cérebros bem lapidados. Lamentavelmente, jogamos no lixo essa matéria-prima"**

Imaginem uma empresa cuja especialidade é receber cristais para lapidar. Quando aparece um diamante no meio, como não sabe lapidá-lo, ela o joga fora. Essa empresa existe? Infelizmente, existe. O seu nome: escola.

Ocasionalmente, despontam alunos muito mais talentosos que os demais. Estima-se que somem 3% da população. São diamantes em meio ao cascalho e ao cristal. Como faz sentido dar um tratamento apropriado ao tipo de talento (e à idade própria para a intervenção), todos os países de educação bem-sucedida criam programas especiais para os talentosos. Na Inglaterra e na França, eles ganham acesso às melhores escolas. Nos Estados Unidos, há escolas destinadas a eles (*magnet schools*) ou programas especiais dentro das escolas regulares (*honors programs*). Na Rússia (e em Cuba, por sua influência), há colégios para os talentosos nas artes, nos esportes e nas áreas acadêmicas.

No Brasil, quando vêm de famílias mais ricas, os talentosos são identificados e recebem a educação apropriada. Mas e quando são de famílias pobres? São ignorados pela escola. Tanto na teoria tupiniquim quanto na prática, eles devem ser "integrados" aos demais. No entanto, como já foi demonstrado pela boa pesquisa, os talentosos são impedidos de desabrochar no tipo de escola que o Brasil oferece. Desajustam-se ou fingem ser medíocres, a fim de evitar conflitos e embaraços. São diamantes descartados.

Diante da recusa dos sistemas públicos em lapidar esses diamantes, algumas organizações empresariais resolveram tomar o problema em suas mãos. Já faz tempo, a Fundação José Carvalho recrutava jovens talentosos no Recôncavo Baiano, para que freqüentassem o seu próprio colégio. O Bom Aluno, no Paraná, também recebe alunos talentosos de escolas públicas, dando a eles bolsas para que estudem em bons colégios privados. O Ismart também seleciona alunos pobres da rede pública, oferece um programa de reforço escolar durante dois anos e concede bolsas de estudos para os melhores colégios do Rio de Janeiro, São Paulo e Fortaleza. A escola da Embraer (operada pelo Pitágoras) recruta todos os seus alunos nas escolas públicas das vizinhanças de São José dos Campos, mediante concurso. Como o sistema de seleção mostrou-se muito competitivo, os aprovados são alunos extraordinários.

Embora seja cedo para apresentar resultados definitivos, os alunos do Ismart tendem a se colocar acima da média de seus colegas, nos colégios freqüentados (que, segundo o Enem, estão entre os vinte melhores do Brasil). A escola da Embraer é a 17ª melhor do Brasil. Ou seja, são alunos pobres ou muito pobres cujo excepcional desempenho escolar prenuncia uma carreira profissional brilhante.

Não obstante, além de praticamente não haver programas para os mais talentosos, as autoridades não gostam de ver tais alunos pescados de suas péssimas escolas públicas. Acham errado premiar alguns poucos com uma educação compatível com o seu talento. Assim sendo, esses programas encontram problemas quando tentam aplicar os testes que permitem identificar os diamantes que vão lapidar. Os diamantes não devem ser lapidados, isso seria injusto para com o simples cascalho, que, quando lapidado, tende a ser mais opaco. É o princípio da igualdade forçada de resultados, aplicado pelo expediente de tolher os mais talentosos. É uma justiça social muito caolha, pois os ricos mais talentosos não são desperdiçados.

Hoje, os países vencedores são aqueles que operam bem na nova economia do conhecimento. E, nessa nova economia, a riqueza mais preciosa são os cérebros bem lapidados. Lamentavelmente, jogamos no lixo essa matéria-prima.

Segundo o geneticista russo Wladimir Efroimson, "o talento não é uma propriedade privada, é uma propriedade pública e ninguém tem o direito de desperdiçá-lo". De fato, é uma espantosa burrice jogar fora o único recurso que nos daria acesso à economia do conhecimento. É cometer o haraquiri do desenvolvimento. Está na hora de refletir sobre as nossas políticas públicas, para que não continuemos a perder essa riqueza.

(Veja, Edição 2059, 7 de maio de 2008)

(5)

### O encontro com o príncipe

#### **"Há muitas boas idéias, mas ainda estamos longe de esquemas internacionais que permitam financiar a saúde da Floresta Amazônica"**

Ouvimos do príncipe Charles uma narrativa fleumática acerca do pouco-caso com que suas preocupações haviam sido recebidas no passado. Por exemplo, arquitetura ecológica e ONGs de mãos dadas com empresas. Mas, como o tempo fez justiça ao bom radar do herdeiro, seu projeto atual sobre o desmatamento na Amazônia merece atenção. Para dar a partida, ele recebeu um grupo de brasileiros no Palácio Saint James. Havia três governadores do Norte e um ex-governador. Bom time de senadores e deputados complementava os chapas-brancas. Havia ONGs e empresários poderosos. Até um índio, de cocar e tudo.

O príncipe alarma-se com o desmatamento incontido. Porém, recebeu dos brasileiros a mensagem de que, sem cuidar do bem-estar do povo que lá vive, é uma quimera pensar em conservação. As soluções devem considerar a enorme população que depende da floresta para a sua sobrevivência. Apenas no Pará, há 1 milhão de pessoas envolvidas no corte ilegal. Nenhuma solução pode deixá-las de lado. O time técnico do príncipe e ele próprio revelam notável competência, e dialogaram produtivamente com os brasileiros. Ainda mais surpreendente foi observar brasileiros de todos os partidos e vertentes discutir pragmaticamente o assunto, sem deixar ranços ideológicos turvar a clareza do diálogo. Em minhas primeiras idas ao Norte, notei lá uma mistura de passividade e irritação, ao ver os de fora pontificando sobre o destino da Amazônia. Nesse encontro, eram os do Norte que lideravam o processo.

Não há uma solução única, porque não há um único problema. Começamos com as macropolíticas. É preciso desentortar o marco legal e podar alguns cacoetes. As melhores intenções podem dar origem a leis que são monstros na implementação, incentivando a destruição. E as melhores leis de nada servem sem controle nem fiscalização. Tampouco os fiscais podem virar cúmplices da motosserra.

Cumpra oferecer alternativas melhores, para que os moradores desistam da motosserra. Gadinho pé-duro, mandioca e abóbora não servem. O que resolve são culturas com maiores exigências tecnológicas e de manipulação da informação. Portanto, são inviáveis sem melhorar a educação. Boa parte das áreas degradadas precisa ser reflorestada. Isso cria emprego. Ainda melhor, pode ser bom negócio. Mas até agora o reflorestamento não decolou no nível necessário.

A melhor solução é o manejo, que consiste em cortar seletivamente algumas árvores e deixar a clareira se recuperar. Os europeus aprenderam a fazer isso na Idade Média. Nós só estamos aprendendo agora. Na ponta do lápis, os experimentos do Projeto Jari mostram que é bom negócio. Tira-se a madeira mais devagar, mas a floresta se eterniza. Faltam imitadores. Em um nível muito prático, a certificação de origem da madeira pode se transformar em exigência para a sua compra nos mercados internacionais. Isso cria dificuldades para a venda clandestina do produto.

Há muitas soluções locais. O Acre tem um programa bastante promissor de manejo pelos próprios seringueiros. Planeja-se a criação de uma "universidade dos povos da floresta", a fim de que os índios ensinem aos brancos os cuidados que o meio ambiente exige. O Projeto Saúde e Alegria mostrou ser possível oferecer saúde às populações ribeirinhas, através de programas pouco dispendiosos e que mobilizam a sociedade local.

O futuro da Amazônia diz respeito ao mundo inteiro. Portanto, cumpre esperar solidariedade internacional e mais visão nos acordos. Mas, obviamente, só nos servem soluções que preservem nossa soberania na região. Ponto fundamental na equação é o fato de que a floresta viva tem valor inestimável para a humanidade. Porém, quem está debaixo da copa daquelas árvores não é pago para conservá-la de pé e ganha alguma coisa se lhe passar a motosserra – mas ganha bem menos do que ela vale para o mundo. Há um conflito entre a economia pessoal e o bem-estar coletivo. A Costa Rica e o estado do Amazonas fecham a equação, pagando às pessoas para que aposentem a motosserra.

Pode ser uma boa idéia. Porém, quem pagará a conta? Os planos de seqüestro de carbono são parte da solução. Mas ainda estamos longe de esquemas internacionais que permitam financiar a saúde da Floresta Amazônica.

(Veja, Edição 2063, 4 de junho de 2008)

(6)

### O Senai na mira do governo

***"É um risco trocar um operador historicamente bem-sucedido pela ingerência de outro com folha corrida muito mais incerta. Arriscamo-nos a passar de cavalo para burro"***

Depois de conhecerem o Senai em São Paulo, diretores de escolas de formação profissional da Alemanha mencionaram em seus relatórios que não seria apropriado oferecer cooperação técnica às escolas visitadas. No máximo, poderiam trocar experiências. Em minha passagem pela OIT e pelo Banco Mundial, o Senai era sempre citado como o exemplo mais eloquente de boa formação profissional em país do Terceiro Mundo. Visitei dezenas de suas escolas e somente nos doutorados o Brasil oferece qualidade equivalente.

Nos dias que correm, duelam o governo e o Senai. Mais uma tentativa de estatização? Ou de arrancar uma lasca do seu orçamento? O MEC quer ensinar ao "Sistema S" como operar suas escolas? Como as propostas não são escritas, fica tudo meio no ar. Disputa de poder com sindicatos patronais? Exumação tardia das controvérsias entre soluções privadas e públicas? Talvez os fatos iluminem as batalhas políticas e ideológicas.

Afirma-se que o "Sistema S" não deveria cobrar dos técnicos (o que ocorre em alguns estados), e sim oferecer-lhes ensino gratuito, uma vez que recebe verbas públicas. Esse argumento é tolo. Justificadamente, para poder oferecer mais cursos, o sistema passou a cobrar das empresas e de alunos capazes de pagar. Mas usa todo o tributo compulsório para oferecer cursos gratuitos ou subsidiados a 1,1 milhão de operários. Comprometidos os recursos, não há como oferecer mais gratuidade. Para cada técnico dispensado de cobrança seria necessário tirar vários operários do sistema.

Um argumento politicamente explosivo é o de que as federações surripiam recursos do Senai, permitindo-se mordomias espantosas. Tal promiscuidade é injustificável. Felizmente, os gastos do Senai são rotineiramente examinados pelo Tribunal de Contas da União e pelos órgãos estaduais correspondentes. Como nos últimos cinco anos não foram impugnados vazamentos para federações, se eles existem, a falha é dos tribunais.

A guerra dos números ainda não tem vencedores. O Senai é acusado pelo MEC de ser mais caro (por aluno/hora) que os técnicos e universidades federais. Dados do Senai revelam equívocos nas estimativas do MEC que, quando corrigidos, mostram o Senai menos caro, mesmo sem incluir os aposentados do MEC (que, para economistas, são um custo inalienável). Ainda assim, o Senai ofereceu no ano passado 100 000 atendimentos às empresas, faz pesquisa aplicada, patenteia e mantém equipamentos de última geração em suas escolas.

O MEC propõe criar um fundo com o orçamento do "Sistema S" para ser distribuído de acordo com os méritos de cada curso, medidos por testes que vai preparar. Na teoria, parece interessante (aliás, por que o governo não aplica o sistema antes em suas próprias universidades e com seus próprios técnicos e tecnólogos? Ou no FAT?). Na prática, há cursos profissionalizantes para centenas de ocupações, cada um podendo ser oferecido em diversos níveis. Não há como o MEC realizar 2 milhões de testes profissionais em oficinas, sobretudo porque jamais fez algum. Tampouco o Ministério do Trabalho conseguiu fazer certificação ocupacional, depois de trombetear suas intenções por décadas. Por outro lado, a prática consagrada internacionalmente é avaliar os cursos pela empregabilidade efetiva dos graduados e pelo desempenho nos empregos. Sob tais critérios, o "Sistema S" mostra bons resultados. Mas isso jamais foi praticado pelo MEC, que desconhece o destino dos graduados de suas escolas técnicas e universidades.

Obviamente, o "Sistema S" tem falhas que precisam ser impiedosamente cobradas. O Senai e o Senac acumularam uma sólida reputação, mas são teimosos como mulas e respondem lentamente. O Sebrae é criativo, mas com altos e baixos. Como o Sesi e o Sesc não oferecem formação profissional, para alguns são uma relíquia do papel paternalista dos empresários no Estado Novo. Por que, por exemplo, seus orçamentos são superiores aos do Senai e do Senac?

É um risco trocar um operador historicamente bem-sucedido pela ingerência de outro com folha corrida muito mais incerta. Arriscamo-nos a passar de cavalo para burro. Mas, se as ameaças servirem para corrigir as falhas do "Sistema S", não terão sido em vão.

(Veja, Edição 2067, 2 de julho de 2008)

(7)

**Meu reino por uma tomada**

**"Por que melhora o comércio e piora o conforto do passageiro? Há um grande desafio a ser encarado: criar regras para que as empresas públicas ou monopolistas sirvam aos seus clientes, e não a si próprias"**

Viciados em cigarros são cada vez mais raros. Em compensação, explode o número de viciados em notebooks. A Infraero conduz uma batalha cívica, cortando o suprimento do vício, a eletricidade. Salas de espera de aeroportos congregam dezenas de dependentes. No Santos Dumont e no Galeão velho, a solução foi drástica: zero tomada. Nos outros aeroportos quase não há. Como viciado, levo um benjamim na pasta, para compartilhar as poucas existentes.

A Infraero se preocupa também com a forma física dos passageiros. Para que pratiquem seu exercício diário, ela alonga a caminhada pelos corredores. Em Guarulhos, quem desembarca na extremidade do terminal, já divisando a sua porta, tem de ir na direção oposta e contornar todo o edifício. Em Confins, é preciso ir ao final do corredor, a fim de descer a escada e, embaixo, voltar tudo para alcançar a saída.

O sistema de check-in é burro. Para quem comparece com reserva, o computador precisaria saber apenas se há malas. Um cartão digital (como o de milhas) desencadearia todo o processo. Aliás, com a informatização dos manifestos de vôo, a maquininha que lê o código de barras do viajante só serve para criar emprego.

Alguns aeroportos mandam tirar o notebook da pasta, outros não. Segurança depende de geografia? Faz sentido retornar ao check-in por causa de um saquinho plástico para a pasta de dentes? A Polícia Federal não descobriu que turismo é uma indústria como outra qualquer. Defeitos de fabricação espantam clientes. Um exemplo: com mais da metade das cabines vazias, os estrangeiros são obrigados a agüentar filas enormes para mostrar seu passaporte.

Funcionários da Infraero que tenham ido à Disney (passagem de cortesia?) viram no aeroporto de Miami um carregador retirando as malas das esteiras e enfileirando-as ao lado. No Brasil, enquanto os estrangeiros pagam seus pecados em horrendas filas, suas malas congestionam as esteiras. Cronometrei na semana passada: mais de uma hora para brotarem todas as malas no carrossel. É bem mais tempo do que para voar entre Rio e São Paulo. Ainda bem que a manutenção dos aviões não é feita pela Infraero.

Parte considerável dos viajantes já entrou na idade de se preocupar com colesterol e glicemia. Por que, então, tudo o que se vende nos bares dos aeroportos ou é gorduroso ou é doce? Em Washington, as concessões são obrigadas a cobrar o mesmo que em suas lojas na cidade. Nos aeroportos brasileiros, um picolé custa mais que nos Estados Unidos. Heathrow (em Londres) oferece chuveiro de graça. Em Confins, custa 28 reais. Se não houvesse atrasos, talvez fossem aceitáveis as cadeiras desconfortáveis e com braços, empecilho para deitar.

Os pisos de borracha com relevo fazem as malas ressoar como motocicletas. A nova área de embarque do Santos Dumont, toda de vidro, seria perfeita em Helsinque, pois funcionaria como estufa, dispensando o aquecimento. Mas no Rio de Janeiro o calor é intolerável, mesmo com ar condicionado. Há um banheiro no Galeão com uma saboneteira quebrada há cinco anos e um toalheiro há dois.

Aeroportos são ambientes privilegiados para exposições de arte, pois há espaço e tempo para apreciá-las. Contudo, o que nos expõem os daqui jamais seria aceito em galerias respeitáveis. Aeroporto é cartão de visita, não é camelódromo.

Nos Estados Unidos, os táxis podem "fazer lotação", e há tarifas próprias para tal. No Brasil, não podem. Além disso, têm de voltar vazios, pois não são autorizados a pegar passageiros. Com isso, dobram o consumo de gasolina, as emissões de carbono e os preços.

Desabafos de um viajante rabugento? É possível, mas antes de tudo evidenciam as dificuldades de fazer uma burocracia pública colocar a satisfação do cliente como seu principal objetivo. Aliás, o único serviço competente no aeroporto é o free shop. Por que melhora o comércio e piora o conforto do passageiro? Há um grande desafio a ser encarado: criar regras para que as empresas públicas ou monopolistas sirvam aos seus clientes, e não a si próprias.

(Veja, Edição 2071, 30 de julho de 2008)

(8)

**Agronegócio sem educação?**

**"Podemos discutir se as escolas são fruto da prosperidade ou se ajudam a trazê-la. Mas sabemos que o agronegócio só vinga onde há gente bem educada"**

Repetem-se as proezas do agronegócio brasileiro. O país faz bonito na soja, nos sucos, na carne, no frango e em outros produtos resultantes do feliz encontro entre sol, água, inovação tecnológica e capacidade empresarial. A equação contém os ingredientes do sucesso. Sol e água creditamos à generosidade divina. Na tecnologia, bem conhecemos a liderança da Embrapa, que traz a reboque muita pesquisa universitária. O empresariado rural foi uma surpresa. Persiste a imagem do coronel do interior, herdeiro de um feudalismo atrasado. Era um empresário ausente do campo e presente nas grandes capitais, onde esbanjava suas riquezas. De onde veio essa nova classe empresarial moderna, arrojada e pragmática?

A história ainda não está bem contada. Quem sabe o mapa do Brasil daria algumas respostas? Pedi a um agrônomo que me marcasse com pontinhos no mapa onde estava situado o agronegócio. Em seguida, tomei os níveis que cada estado obteve no Ideb (um indicador do MEC que combina a velocidade de avanço dos alunos no sistema com a pontuação obtida na Prova Brasil). Dividi os estados em quatro categorias. Em seguida, superpus um mapa ao outro. Pude ver, simultaneamente, a distribuição do agronegócio e o nível de avanço da educação. Surpresa! O agronegócio só viceja nos estados que estão na metade de cima da qualidade da educação. Seja qual for a razão, ele não gosta de estados com gente pouco educada.

Vamos entender melhor o lado da educação. A liderança dos estados do Centro-Sul é centenária. Mas o Centro-Oeste deu um salto enorme, ultrapassando velozmente o Norte e o Nordeste. A razão é simples: foi colonizado por migrantes do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, tradicionalmente os estados com os melhores níveis de escolaridade. Ao migrar para os cerrados do Centro-Oeste, essa gente reproduziu lá seu estilo de vida. No interior de Goiás deparei com um negro trajando bombachas. Vinha do Rio Grande do Sul, tchê! Como levaram as bombachas, os gaúchos também carregaram para lá as escolas e a infra-estrutura de água e esgoto tratados. O mapa, contudo, mostra algumas bolinhas avançando sobre estados educacionalmente mais pobres do Norte e do Nordeste. Mas são microrregiões colonizadas pelos fluxos migratórios sulinos, avançando no território do oeste da Bahia, sul do Piauí e do Pará.

As aparentes exceções não fazem senão confirmar o que indica o mapa: o agronegócio não se localizou onde a educação é fraca. Poderíamos pensar que a Embrapa estaria a serviço de um capitalismo sulino, furtando-se de investir no que precisariam o Norte e o Nordeste para dar igual salto. A teoria parece boa. Mas não é. A Embrapa tem enormes investimentos em produtos para toda a geografia nacional. Ainda assim, seus grandes clientes se encontram no agronegócio. Ao se registrar a forte aderência do agronegócio às regiões habitadas por gente mais bem educada, nota-se, também, pistas para o enigma do aparecimento de um empresariado moderno no campo. Ao que tudo indica, seu surgimento está ainda associado aos níveis superiores de educação e modernidade do Centro-Sul e às ondas de colonização vindas de lá. Por serem mais bem educados e possuírem uma cultura empresarial, eles entendem de mercado e apropriam-se das melhores tecnologias. No fim dos anos 70, numa visita a Ijuí, eu discutia educação rural com as lideranças de uma cooperativa agrícola. Eu falava de escolas com galinhas circulando pelas salas de aula e não nos entendíamos. Finalmente, eu vi que estava fora de seu universo. A preocupação delas era conseguir que as instituições de ensino da região preparassem seus alunos para entender a bolsa de cereais de Chicago, já on-line na cooperativa. São esses os responsáveis pelo crescimento da soja no Centro-Oeste.

O que aprendemos com o mapa citado no presente ensaio? Podemos discutir se as escolas são fruto da prosperidade ou se ajudam a trazê-la. Podemos entrar no campo pantanoso das relações entre educação e traços culturais. Mas, no mínimo, ficamos sabendo que o agronegócio só vinga onde há ou aparece gente mais bem educada.

(Veja, Edição 2075, 27 de agosto de 2008)

(9)

**Quem entendeu a nova avaliação do ensino?****"Louvemos a coragem do MEC de gerar e divulgar avaliações. Mas parece inapropriado entregar ao público uma medida tão confusa"**

Um médico que ficasse sabendo que seu paciente tem 88 batidas cardíacas por minuto, 39 graus de febre e um índice de 380 de colesterol teria os elementos iniciais para fazer um diagnóstico. Imaginemos agora que somássemos esses três índices e mostrássemos apenas o total. Seria um número sem sentido.

É tal espécie de soma que o MEC acaba de fazer, com o seu novo indicador de qualidade dos cursos superiores, o Conceito Preliminar de Avaliação. Ao somar três indicadores, deixa o público igualzinho ao médico do parágrafo acima. Pior, junta conceitos individualmente pouco conhecidos. Como o professor Simon Schwartzman havia partido antes na empreitada de entender essa química, juntei-me a ele na preparação do presente ensaio.

O primeiro número levantado pelo MEC é baseado em prova aplicada a uma amostra de alunos de cada curso. É o Enade (a nova versão do Provão), que mede quanto os alunos sabem ao se formar. É um conceito tão simples e poderoso quanto o resultado de um jogo de futebol. Só que não podemos comparar profissões, como faz o MEC, pois a dificuldade das provas não é a mesma. Se o Grêmio ganhou do Cruzeiro, isso não significa que é melhor do que o Real Madrid que perdeu do Chelsea.

Ademais, o MEC introduziu um complicador. Soma aos resultados da prova aplicada aos formandos a nota dos calouros na mesma prova. Ou seja, premia o curso superior que atrai os melhores alunos (a maioria deles oriunda de escolas médias privadas). Portanto, soma a contribuição do curso superior à do médio. Em uma pesquisa de que participei, 80% do resultado do Provão se devia à qualidade dos alunos aprovados no vestibular. Assim sendo, ele favorece as universidades públicas, pois sendo gratuitas atraem os melhores candidatos.

O segundo ingrediente do teste é o Índice de Diferença de Desempenho (IDD). O Enade mostra quais cursos produzem os melhores alunos. Contudo, um desempenho excelente pode resultar apenas de haver recebido alunos mais bem preparados. Em contraste, o IDD mede a contribuição líquida do curso superior. A idéia é boa. Em termos simplificados, calouros e formandos fazem a mesma prova. Subtraindo das notas dos formandos a nota dos calouros, captura-se o conhecimento que o curso "adicionou" aos alunos. Portanto, mede a capacidade do curso para puxar os alunos para cima, ainda que não consigam atingir níveis altos. É o que faltava na avaliação. Exemplo: na Farmácia temos uma escola com 5 no Enade e 2 no IDD. Temos outra com 2 no Enade e 5 no IDD. Embora a média seja a mesma, esconde mundos diferentes. A primeira forma os melhores profissionais, porque recruta bem, mas ensina pouco. A segunda produz alunos medíocres, mas oferece muito a eles. Cada indicador tem seu uso.

Finalmente, há o terceiro elemento, o Índice de Insumos. Trata-se de uma lista de descrições do processo de ensino, incluindo o número de doutores, docentes em tempo integral e outros. Pensemos no famoso *Guia Michelin*, que dá estrelas aos restaurantes franceses. O visitador vai anônimo ao restaurante e atribui estrelas se a comida e o ambiente forem muito bons. Jamais ocorreria pôr ou tirar estrelas por conta da marca do fogão, dos horários dos cozinheiros ou do número de livros de culinária disponíveis. Depois que a comida foi provada, nada disso interessa – exceto para algum consultor da área. Para escolher um restaurante, só interessam as estrelas, refletindo a qualidade da sua mesa. A avaliação da excelência de um curso é como as estrelas do *Michelin*. Para o público, conhecidos os resultados, os meios ou processos se tornam irrelevantes. Se o aluno aprendeu, não interessa como nem com quem – a não ser aos especialistas.

Mas há outras tolices. Um curso de filosofia em que todos os professores são doutores em tempo integral pode ser ótimo. Mas seria medíocre um curso de engenharia, arquitetura ou direito em que isso acontecesse, pois as profissões estariam sendo ensinadas por quem não as pratica. Esse curso ganha pontos pelo perfil dos docentes, justamente quando deveria perdê-los. Há outros desacertos técnicos que não cabe aqui comentar. Mas, como dito, a falha mais lastimável é a decisão de somar três indicadores que mal sabemos como interpretar individualmente. Louvemos a coragem do MEC de gerar e divulgar avaliações. Mas nos parece inapropriado entregar ao público uma medida tão confusa.

(Veja / Edição 2079 / 24 de setembro de 2008)

(10)

### Os professores e a regra de três

#### **"Nossos professores não aprenderam a ensinar e, como consequência, nossos alunos não aprendem o que deveriam aprender"**

*Ato I.* Oitocentos professores no auditório. Peço que levantem a mão aqueles que aprenderam a ensinar "regra de três" na faculdade de educação. Surpresa! Nem uma só mão levantada. Ou seja, não aprenderam como ensinar a mais útil das ferramentas matemáticas.

*Ato II.* Três mil professores no auditório. Falo com eles sobre a importância de receberem material didático bem detalhado, de forma a melhorar suas aulas e facilitar sua vida. Sou aplaudido de pé. Choram de decepção, ou de raiva, os fundamentalistas antilivros presentes ao evento. Para eles, o professor precisa inventar sua aula em vez de usar o bom material existente.

*Ato III.* Eu em conversa com algumas professoras. Como elas não aprenderam na faculdade a dar aula, admitem que seus alunos servem de cobaias, enquanto elas aprendem – processo que pode durar até cinco anos. É como se num curso de cirurgia os alunos estudassem apenas a psicogênese do ato cirúrgico. Ao se formarem, teriam de inventar maneiras de operar seus pacientes, já que não as haviam aprendido no curso. Pouco a pouco, aumentaria o número de sobreviventes entre seus pacientes.

Os exemplos acima não têm foros de evidência científica. Contudo, refletem a direção tomada pelos cursos que formam nossos professores. Alguns diretores de escolas públicas falam com nostalgia do velho curso Normal, no qual se aprendia a dar aula. Foi substituído por faculdades de Educação, para formar orientadores nas escolas, e pelos Institutos Normais Superiores, para formar os professores de sala de aula. Mas essas últimas instituições não eram do agrado dos gurus da nossa pedagogia. Usando seus potentes decibéis, conseguiram o seu bloqueio pelo MEC.

O resultado é trágico. Hoje são formados nas faculdades de Educação não apenas os orientadores, mas a esmagadora maioria dos que vão ser professores de sala de aula. Nessas faculdades eles ouvem falar dos livros de muitos autores, vivos e defuntos, nenhum dos quais ensina a dar aula. Em compensação, estudam as mais exaltadas teorias, tais como a luta de classes, a exploração do homem pelo homem, o imperialismo cultural, os intelectuais orgânicos e a psicogênese do conhecimento. É como se a inclusão de algum fragmento de sapiência fosse condicionada a não ter nenhuma aplicabilidade na sala de aula. Piaget não ensina a alfabetizar. Portanto, isso não se aprende nessas faculdades. Resultado: os professores se sentem perdidos diante dos seus alunos.

O educador chileno Ernesto Schiefelbein diz que um médico pode abrir um livro de cirurgia e ficar sabendo dos procedimentos aconselhados para uma apendectomia. Um educador deveria ter também um livro que pudesse consultar quando quisesse saber como ensinar a regra de três. Só que há resistência a livros tão específicos. Para nossos gurus, é errado explicitar como se ensinam tais detalhes, embora haja ampla pesquisa mostrando que isso dá bons resultados.

Entalado na controvérsia está o construtivismo, uma formulação teórica acerca da epistemologia do aprendizado. Aceitemos ou não as suas formulações, elas nada dizem sobre como os livros devem ser nem como usá-los. A subsecretária de Educação da cidade de Nova York é construtivista ferrenha e confessa. E insiste nos materiais escritos que especificam, nos mínimos detalhes, como conduzir a sala de aula. No Brasil, dizem-se construtivistas os gurus furiosos contra livros detalhados. Ou seja, o uso do livro nada tem a ver com o construtivismo. Mas tem muito a ver com o bom aprendizado. A receita é simples, precisamos de livros detalhados, em mãos de professores que aprenderam a usá-los e a dar aula. Assim se faz no mundo inteiro.

O resultado de não preparar professores para dar aula e fazer campanha contra livros é que nem a metade dos alunos da 4ª série é funcionalmente alfabetizada (todos deveriam saber ler ao final da 1ª série). O Pisa (uma prova internacional de aproveitamento escolar) nos mostrou que 23% dos nossos alunos nem sequer atingem o nível 1, o mais baixo. No total, 86% estão abaixo do mínimo esperado. A lógica é inapelável: como os professores não aprenderam a ensinar, os alunos não aprendem o que deveriam aprender.

(Veja, Edição 2083, 22 de outubro de 2008)

(11)

**Ônibus é educação?****"A globalização é vista como ameaça. Mas aprender com o que deu certo em outras partes também é globalização"**

Um prefeito do Vale do Jequitinhonha fez questão de me mostrar seus dois ônibus escolares, recém-importados dos Estados Unidos. Com eles, eliminava as escolas rurais de classes multisseriadas. Ou seja, escolas com apenas uma sala de aula reunindo alunos de várias séries no mesmo espaço. Pior, obrigando a única professora a lidar ao mesmo tempo com alunos de diferentes níveis de conhecimento. Faz mais de um século que as escolas começaram a separar os alunos de acordo com o ano em que ingressaram. Isso permitiu ensinar a cada grupo o que corresponde ao seu nível de avanço. É a escola que conhecemos. O que hoje parece uma invenção trivial trouxe uma pequena revolução.

A Unesco e o Banco Mundial revisaram as pesquisas sobre o desempenho das escolas multisseriadas na África, na Ásia e em outras regiões pobres. Quase sempre os resultados obtidos nessas escolas são amplamente inferiores aos das seriadas. Portanto, devemos louvar o prefeito, por haver comprado seus ônibus. Será? Em conversa com Thorsten Husen, considerado o decano dos educadores europeus, perguntei-lhe o que achava das escolas multisseriadas. Ele me ofereceu dois comentários. O primeiro é que havia estudado em uma, na zona rural da Suécia. O segundo é que não se sentia absolutamente prejudicado por haver freqüentado tal escola. O ensino era, pelo menos, tão bom como o das outras.

Ainda hoje, sem exceções, todos os países europeus adotam essas escolas. Seu número é significativo. Os Estados Unidos e o Canadá também. Há muitas escolas assim, e elas voltaram a se expandir nas últimas duas décadas. No mundo, cerca de 30% das escolas têm três salas ou menos. No Canadá, 16% dos alunos estudam em classes multisseriadas. Ainda mais relevante, nos países mais ricos, as avaliações revelam resultados obtidos nessas escolas em nada inferiores aos das outras, como já havia indicado Husen. Podem até ser melhores. E são respeitadas. Não sofrem preconceitos, como aqui. Aliás, entre nós, são preconceitos quase sempre justificados, pois apresentam pior desempenho.

Perpetuou-se nos países mais pobres a idéia de que a escola multisseriada é um ícone do atraso educativo. Só se justifica quando não há densidade demográfica para preencher várias salas nem recursos para os ônibus. Mas não serão os ônibus um grande equívoco? O prefeito gastou um dinheiro que não precisava? Milhares de outros prefeitos oneram as despesas da educação rural com transporte. Os ônibus, freqüentemente, dobram os custos por aluno. Curiosa situação: os europeus, ricos e gastadores com o ensino, adotam escolas com apenas uma sala, misturando todas as séries. Nós, pobretões, desdenhamos essas escolas e corremos a comprar os ônibus que permitem recolher a meninada toda e juntá-la em uma unidade maior, com a seriação convencional.

O enigma é de simples solução. Faz mais de 100 anos que estamos lidando com escolas em que, para cada série, há uma sala. Com a experiência, já secular, aprendemos a lidar com elas. Em contraste, rigorosamente nada conhecemos das técnicas de manejo de escolas multisseriadas. Não é surpresa que a improvisação inevitável dê maus resultados. Os professores não têm idéia do que fazer. Os países bem-sucedidos com essas escolas desenvolveram soluções eficientes que permitem manejar as turmas com pleno sucesso. E essas técnicas são tradicionalmente ensinadas nos cursos de formação de professores.

Complicadas demais? Vejam as áreas rurais da Colômbia, onde nasceu a Escuela Nueva, programa para escolas multisseriadas. Lá foi feito substancial investimento para desenhar os métodos e técnicas apropriados. E valeu a pena, pois o rendimento dos alunos é superior ao apresentado pelos que estudam em escolas urbanas. Deu tão certo que a Escuela Nueva está sendo adotada na zona urbana. E, se consegue sucesso nas montanhas de Cali, teria de funcionar no Brasil. Já há algumas réplicas, nos estados do Norte e Nordeste. E em vários casos elas funcionam muito bem. A globalização é vista como ameaça. Mas aprender com o que deu certo alhures também é globalização.

(Veja, Edição 2087, 19 de novembro de 2008)

(12)

**Aprovar quem não aprendeu?**

**"O medo da repetência leva o aluno de classe média a estudar, para evitar os castigos. Nas famílias mais modestas não há medo nem pressão para que os filhos estudem"**

Para chamar atenção sobre pesquisas irrelevantes, um bando de gaiatos de Harvard criou o prêmio Ignobel (um brasileiro já foi agraciado, por estudar o impacto dos tatus na arqueologia). De fato, esse é um problema clássico da academia. Como às vezes aparecem descobertas de valor na enxurrada de idéias que parecem bobas, todos se acham no direito de defender as suas. Diante disso, é reconfortante encontrar pesquisas colimando assuntos palpitantes e com resultados precisos e definitivos. Esse é o caso da tese de Luciana Luz, orientada pelo professor Rios Neto (UFMG), que examinou um problema fundamental: no fim do ano, o que fazer com um aluno que não aprendeu o suficiente? Dar bomba, para que repita o ano? Ou deixá-lo passar? O uso de dados longitudinais permitiu grande precisão na análise. A autora tratou os números com cuidado e sofisticação estatística. O cuidado aumenta a confiança nos resultados. Mas a sofisticação impossibilita que se faça aqui uma explicação acessível da análise estatística.

Contudo, a interpretação das conclusões é clara. A tese permite comparar um aluno que repetiu o ano por não saber a matéria com outro que foi aprovado em condições similares. Os números mostram com meridiana precisão: um ano depois, os repetentes aprenderam menos do que alunos aprovados sem saber o bastante. Tudo o que se diga sobre o assunto não pode ignorar o significado desses dados, que, aliás, corroboram o que foi encontrado pelo professor Naércio Menezes e por pesquisadores de outros países.

Ao que parece, para os repetentes, é a mesma chatice do ano anterior, somada à frustração e à auto-estima chamuscada. Andemos mais além da tese. Não reprovando, a nação economiza recursos, pois, com a repetência, o estado paga a conta duas vezes. E, como sabemos por meio de muitos estudos, os repetentes correm muito mais risco de uma evasão futura. Logo, ganha-se de três lados. Como a "pedagogia da reprovação" não funciona, a "promoção automática" é um mal menor.

A história não acaba aqui. A angústia de decidir se devemos aprovar quem não sabe torna-se assunto secundário, diante da constatação de que o aluno não aprendeu. Esse é o drama mais brutal do ensino brasileiro. Por isso, a discussão está fora de foco. Precisamos fazer com que os alunos aprendam. De resto, não faltam idéias nos países onde a educação dá certo. Por exemplo, na Finlândia – e mesmo no Uruguai – há professores cuja tarefa é dar uma atenção especial aos mais fracos. Por que se digladiam todos contra a "promoção automática", quando a verdadeira chaga é o fraco aprendizado? De fato, há uma razão. Grosso modo, três quartos da população brasileira é definida como de "classe baixa". Dada essa enorme participação, o que é verdade para seus membros é verdade para o Brasil como um todo. Mas há os 20% de classe média e alta. Para esses pimpolhos, a situação é diferente. Famílias de classe baixa são fatalistas, assistem passivamente à reprovação dos seus filhos. Se não aprenderam a lição, é porque "sua cabeça não dá". Já na classe média a regra é outra. Levou bomba? Antes zunia a vara de marmelo, depois veio o confisco da bola, da bicicleta ou do iPhone. Santo remédio!

Reina a "pedagogia do medo da repetência". Essa é a arma dos pais para que o filho se mantenha por longo tempo colado à cadeira e com os olhos no livro. Cá entre nós, eu estudava por medo da bomba. É também a ameaça da bomba que permite aos professores forçar os alunos a estudar. Sem ela, sentem-se impotentes. Portanto, estamos diante de um dilema. O medo da repetência leva a minoria de classe média a estudar, para evitar os castigos. Pode não ser a pedagogia ideal, mas ruim não é. Já nas famílias mais modestas não há medo nem pressão para que os filhos estudem. O que há são as bombas caindo do céu e criando repetência abundante e disfuncional. Pouquíssimos países no mundo têm níveis tão altos de repetência como o nosso. Ao contrário de outros dilemas, esse tem solução clara, ainda que difícil. Basta melhorar a qualidade da educação para todos.

(Veja, Edição 2091, 17 de dezembro de 2008)

(13)

**Educação em áreas conflagradas****"É preciso cuidar da educação e, ao mesmo tempo, de uma boa coleção de problemas no entorno da escola"**

A ciência tomou corpo quando se descobriu ser mais fácil entender o mundo classificando o que se quer estudar. Aristóteles deu a partida. Muito depois, Lineu pôs ordem na biologia, separando os bichos e as plantas ("Esse de seis perninhas vai com o outro, também com seis"). Assim agrupados, fica mais fácil estudá-los e encontrar-lhes outros traços comuns. Para E. Junger, a razão encontra a sua suprema metáfora na classificação das espécies da flora. Classificamos até em um campo desconjuntado como a educação. Para entender os avanços e atoleiros do nosso ensino, proponho repensar as classificações costumeiras. Consideremos as escolas como pertencendo a três categorias. Há as escolas dos grotões, há as escolas das cidades médias e pequenas e, finalmente, há as escolas conflagradas das periferias urbanas e favelas. (Abandonamos aqui as grandes capitais, pois não percebemos generalizações relevantes.)

Os grotões vivem no círculo vicioso da pobreza. A seu favor, são mundos fechados e estáveis, onde cada um é cada um. Mas, na maioria deles, as vantagens da educação não são percebidas. Como consequência, o ensino é ruim e poucos se importam com isso. A depender da sua própria dinâmica, nada vai mudar. Porém, com um bom empurrão de fora, transformações são possíveis. As cidades pequenas e médias vivem em um equilíbrio instável, do ponto de vista da educação. As que são dinâmicas, e estão onde o prefeito acredita em escola, têm tudo de que precisam para progredir. Com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), sabe-se onde elas estão. Aos poucos, as mais inquietas vão aprendendo os caminhos. Em um bom número delas há avanços consideráveis. Algumas tomaram as rédeas nos dentes e dispararam. Passaram na frente das capitais, mais ricas e com mais tradição. E isso aconteceu em todos os níveis. Em São Paulo, até os pesquisadores já publicam mais no interior do que na capital.

Finalmente, temos as favelas e periferias das grandes capitais. Esse é o enguiço mais sério. Não lhes faltam recursos nem atenção. Contudo, estão travadas e perdendo espaço para as cidades menores. Por exemplo, dos 645 municípios do estado, a cidade de São Paulo está no 565º lugar no Ideb. O nó da questão é que são regiões conflagradas. A comunidade local teve seu tecido social dilacerado pelo crescimento atabalhado ou foi invadida por vagas de imigrantes que não conseguiram se integrar na enorme confusão das periferias. Algumas são como praças de guerra, por seus problemas de insegurança, criminalidade, desemprego, pobreza e desintegração familiar. Nesses casos, faz sentido lembrar a hierarquia do psicólogo Abraham Harold Maslow. Para ele, as pessoas só se fixam em certos objetivos pessoais depois que outros mais importantes já foram resolvidos. Insegurança física, desemprego e condições precárias de vida vêm antes de educação. Sem que essas questões sejam minimamente atendidas, pouquíssimos darão atenção ao ensino.

Portanto, a não ser que se "pacifiquem" essas periferias, estão fadadas ao insucesso as tentativas heroicas dos secretários de Educação de nelas agir. São outras as prioridades, tais como sobreviver às guerras de gangues do narcotráfico. Isso tudo nos leva à necessidade de políticas educativas diferentes para elas. É preciso cuidar da educação e, ao mesmo tempo, de uma boa coleção de problemas no entorno da escola. A tarefa ultrapassa o alcance das secretarias de Educação. Porém, requer uma ação minimamente coordenada com elas. Polícia, assistência social, saúde e políticas de emprego têm de entrar em cena e agir de forma articulada. Há boas experiências no Brasil e devemos aprender com elas. Mas citemos um caso com grande visibilidade: Medellín, na Colômbia. A cidade chamava atenção pela virulência das guerras do narcotráfico (vi soldados empunhando fuzil nas varandas da escola). Mas foi pacificada por um bom prefeito.

Em conclusão, alguns pensam que os grotões podem esperar. Mas, se for para consertar, é possível. Entre as cidades pequenas e médias, as mais dinâmicas começam a se mover. Nas outras, é cutucar os prefeitos lentos e recalcitrantes com respeito à educação. Nas praças de guerra das periferias, só educação não resolve. Ou entramos com programas mais abrangentes, ou nada vai acontecer – além de se repetirem as explosões costumeiras.

(Veja, Edição 2096, 21 de janeiro de 2009)

(14)

**Vamos de mal a pior?**

**"Como disse lorde Rees de Ludlow, 'para a maior parte das pessoas, na maior parte das nações, nunca houve um momento melhor para viver'"**

Alguns só conseguem enxergar o lado feio do mundo. E, como só notícias ruins dão manchete, deleitam-se em ver confirmados seus piores enredos. Mas, no que se pode medir ou contar, a história é outra. O mundo hoje está pior? Vamos compará-lo com o de um século atrás. Jamais houve tanta liberdade e o crescimento das democracias foi extraordinário. Entre elas já não há guerras. Nos conflitos recentes, pelo menos um lado é ditatorial. Na última década, reduziram-se em 40% as guerras. Houve também dramática redução das mortes violentas, que, no passado, ceifavam 25% da população masculina. Hoje são só 2%. Nas praças públicas, o povo via os acusados de heresia, bruxaria e magia negra serem assados em fogueiras. A razão e a ciência ajudaram a lançar luzes nessas áreas. Além disso, a ciência hoje é capaz de captar, entender e resolver boa parte dos problemas materiais que afligem a humanidade – incluindo os desastres do meio ambiente.

Antes da Revolução Industrial, um operário só possuía a roupa do corpo. Sua maior riqueza eram os pregos de sua casa. Há menos de dois séculos, um europeu trabalhava sessenta horas por semana, dos 10 anos de idade até a sua morte, por volta dos 50 anos. Educação, cultura e lazer chegaram também aos pobres. Acabou-se a fome causada por calamidades naturais, como a que matou metade da população da Irlanda, no século XIX. Luís XIV não tinha a variedade nem a qualidade do cardápio de um reles membro da classe média de hoje. O povo francês consumia 2 000 calorias por dia. Hoje, nos países pobres, consomem-se 2.700.

Haverá algum país que estava pior que o Brasil em 1900 e hoje lhe passou à frente? Não encontrei nenhum. A maioria dos países latino-americanos, incluindo o Peru, era bem mais rica do que o Brasil. A renda per capita da Argentina foi cinco vezes maior (hoje é quase igual). Em 1950, o Brasil era como a Bolívia de hoje. Em 1958, Cuba era o segundo país mais rico da América Latina. Desde então, não fez senão retroceder. E a Coreia? Na década de 50, vítima de uma medonha guerra fratricida, até os pausinhos de comer passaram a ser de metal, pois não havia mais árvores. Mas a Coreia é uma civilização milenar, com sólida tradição de ciência e educação. Portanto, é uma comparação discutível. O Brasil avançou, do último século para cá? Quem duvida do atraso do Brasil no passado que leia as tenebrosas narrativas dos muitos visitantes que por aqui viajaram. O século XX transformou espetacularmente o país. Entre 1870 e 1987 o PIB brasileiro cresceu 157 vezes, o japonês 87 e o americano 53. Brasil, campeão do mundo!

Por volta de 1900, a esperança de vida era inferior a 30 anos. Hoje já ultrapassou 70. A desnutrição grave é residual e acabaram-se as fomes catastróficas. Quase todos têm hoje acesso a serviços médicos (não tão bons, mas antes não havia nada). Nos confortos materiais, houve avanços espetaculares. Mais de 90% têm água encanada, eletricidade, televisão, geladeira e dezenas de outros confortos. Meus colegas do primário iam descalços para a escola. Como entendeu Schumpeter, foram os pobres que mais ganharam qualidade de vida com o crescimento. Em 1900, 95% das crianças (entre 7 e 14 anos) não frequentavam escolas. Hoje, apenas 2% ficam de fora. E, contrariando as fantasias saudosistas, os poucos que iam encontravam uma escola medíocre. Hoje, continua medíocre, mas é para todos e há ilhas de excelência. Crescendo junto com a educação, nossa democracia nunca esteve tão robusta. Nem tudo são rosas. Há áreas em que somos péssimos, como a distribuição de renda. Em matéria de segurança, há oscilações. Contudo, as mortes violentas encolheram muito. Em corrupção, faltam dados confiáveis. Mas, em praticamente tudo o que podemos contar ou medir, pior não estamos. Essa é a tese do ensaio. Como disse lorde Rees de Ludlow, "para a maior parte das pessoas, na maior parte das nações, nunca houve um momento melhor para viver".

Os pessimistas que fiquem com seus resmungos, pois os avanços em praticamente todas as direções estão bem medidos. Os fatos não lhes dão razão (e, segundo o Gallup, nossa juventude é campeã mundial de otimismo). Porém, não podemos festejar a situação presente, pois para o progresso futuro precisamos ser obstinadamente inconformistas.

(Veja, Edição 2100, 18 de fevereiro de 2009)

(15)

**Civilizações não são contagiosas****"Minorias não logram impor seus valores, expectativas e comportamentos, mesmo tendo o poder militar"**

Cinco séculos atrás, com os avanços na cartografia e nas artes navais, os europeus se esparramaram pelo mundo afora. O que levaram para as novas terras? Os países mais avançados, como Inglaterra, França, Alemanha e Holanda, possuíam um núcleo educado, dominando ciências e tecnologias. Tinham capacidade de se organizar e governos funcionais. Isso tudo lhes dava competência econômica para produzir. Em que pesem os escorregões, foi uma herança extraordinária, ímpar na história da humanidade. Espanha e Portugal eram bem mais frágeis nesses traços, embora competentes nas artes navais e militares.

Ao longo dos séculos, os movimentos demográficos se plasmaram em dois modelos. O primeiro consistiu em entrepostos ou colônias de exploração que sobreviveram até recentemente. Eram enclaves defendidos *manu militari*, dispendo de alguma administração local. Os pouquíssimos colonizadores comerciavam ou administravam grandes propriedades, com mínima integração com as sociedades locais (ou seus escravos). Nesse modelo de colônias de exploração, Portugal criou as suas, como em Moçambique e Angola. Os conquistadores da Espanha avançaram pelas Américas. A Inglaterra foi para a África e o subcontinente indiano; a França, para a África e a Indochina; e a Holanda, para a Indonésia. Contudo, nem uma só dessas colônias, mesmo as dos países avançados, conseguiu criar economias e instituições como as da Europa.

O outro modelo era de povoamento. Fluxos migratórios substanciais criaram núcleos com total predominância de colonos europeus. Para as suas novas pátrias, viajaram as famílias e as instituições. Desde o início, elas reproduziram o tecido sociocultural de suas sociedades de origem. As migrações inglesas criaram a Austrália, o Canadá, os Estados Unidos, a Nova Zelândia e enclaves na África do Sul (onde já havia enclaves holandeses). Os franceses foram para o Canadá. Todas as novas sociedades, criadas com predominância de migrantes dos países avançados da Europa, tornaram-se também países bem-sucedidos. Sem exceções.

Bem depois das levas de aventureiros e conquistadores, deixam a Espanha migrações diferentes. Eram agricultores e pequenos artesãos que criaram países em territórios quase vazios. Aí estão Costa Rica, Uruguai, Argentina e Chile, com razoáveis indicadores de desenvolvimento. Mas não se equiparam aos países criados por migrantes dos países mais avançados. Simplificamos demasiado. Como não fazê-lo, em uma só página? Mas o esboço mostra os limites e os potenciais da transferência de culturas e civilizações. Quando migrantes dos países mais avançados tiveram predominância demográfica, lograram recriar sua sociedade alhures. Sempre deu certo. O que tinham de bom foi reproduzido na nova sociedade (e de ruim também, como os preconceitos raciais). Em contraste, nas colônias, os europeus diluídos entre os "nativos" jamais conseguiram reproduzir plenamente os valores e a civilização da metrópole. Ou seja, as instituições de um país só se transportam plenamente quando plantadas em novas sociedades em que predominam seus cidadãos. Não se conseguiu enxertar uma cultura em outra, pela via de alguns poucos colonizando os "nativos". Minorias não logram impor seus valores, expectativas e comportamentos, mesmo tendo o poder militar. Civilizações não são contagiosas e não "pegam de galho". Mas advertimos: nada a ver com raça, pois minorias bem integradas de outros sangues, como camaleões, podem incorporar os traços da cultura majoritária.

E o Brasil, colonizado por um dos países mais atrasados da Europa? Inicialmente, bandos de portugueses misturaram-se espontaneamente com os índios e africanos. Lá pelas tantas, fugindo de Napoleão, aportou dom João, trazendo toda a elite portuguesa, um caso único de transplante de uma sociedade europeia. Seguiu-se uma extraordinária miscigenação, integrando (na cama) migrantes de mais de cinquenta nacionalidades. O quadro é confuso, mesclando enredos de atraso, progresso e uma surpreendente capacidade de aculturação. Terminamos com uma sociedade heterogênea, de grandes pecados, grandes ambiguidades e grandes realizações. Para enxergar mais à frente, precisaríamos ver o passaporte de Deus.

(Veja, Edição 2104, 18 de março de 2009)

(16)

**Embromação a distância?****"No seu conjunto, as avaliações não deixam dúvidas: é possível aprender a distância"**

Novidade incerta? Mais um conto do vigário? Ilustres filósofos e distinguidos educadores torcem o nariz para o ensino a distância (EAD).

Logo após a criação dos selos de correio, os novidadeiros correram a inventar um ensino por correspondência. Isso foi na Inglaterra, em meados do século XIX. No limiar do século XX, os Estados Unidos já ofereciam cursos superiores pelo correio. Na década de 30, três quartos dos engenheiros russos foram formados assim. Ou seja, novo não é.

EAD significa que alunos e professores estão espacialmente separados – pelo menos boa parte do tempo. O modo como vão se comunicar as duas partes depende da tecnologia existente. No começo, era só por correio. Depois apareceu o rádio – com enorme eficácia e baixíssimo custo. Mais tarde veio a TV, área em que Brasil e México são líderes mundiais (com o *Telecurso* e a *Telesecundaria*). Com a internet, EAD vira e-learning, oferecendo, em tempo real, a possibilidade de ida e volta da comunicação. Na prática, a tecnologia nova se soma à velha, não a substitui: bons programas usam livros, o venerando correio, TV e internet. Quando possíveis, os encontros presenciais são altamente produtivos, como é o caso do nosso ensino superior que adota centros de recepção, com apoio de professores "ao vivo" para os alunos.

Há embromação, como seria esperado. Há apostilas digitalizadas vendidas como cursos de nomes pomposos. Mas e daí? Que área escapa dos vigaristas? Vemos no EAD até cuidados inexistentes no ensino presencial, como a exigência de provas presenciais e fiscalização dos postos de recepção organizada (nos cursos superiores).

Nos cursos curtos, não há esse problema. Mas, no caso dos longos, o calcanhar de aquiles do EAD é a dificuldade de manter a motivação dos alunos. Evitar o abandono é uma luta ingente. Na prática, exige pessoas mais maduras e mais disciplinadas, pois são quatro anos estudando sozinhas. As telessalas, que reúnem os alunos com um monitor, têm o papel fundamental de criar um grupo solidário e dar ritmo aos estudos. E, se o patrão paga a conta, cai a deserção, pois abandonar o curso atrapalha a carreira. Também estimula a persistência se o diploma abre portas para empregos e traz benefícios tangíveis – o que explica o sucesso do *Telecurso*.

Mas falta perguntar: funciona? Prestam os resultados? Felizmente, houve muita avaliação. Vejamos dois exemplos bem diferentes. Na década de 70, com Lúcia Guarany, avalei os típicos cursos de radiotécnico e outros, anunciados nas mídias populares. Para os que conseguiam se graduar, os resultados eram espetaculares. Em média, os alunos levavam menos de um ano para recuperar os gastos com o curso. Em um mestrado de engenharia elétrica de Stanford, foi feito um vídeo que era, em seguida, apresentado para engenheiros da HP. Uma pesquisa mostrou que, no final do curso, os engenheiros da HP tiravam notas melhores do que os alunos presenciais. Os efeitos do *Telecurso* são também muito sólidos.

Para os que se escandalizam com a qualidade do nosso ensino superior, sua versão EAD é ainda mais nefanda. Contudo, o Enade (o novo Provão) trouxe novidades interessantes. Em metade dos cursos avaliados, os programas a distância mostram resultados melhores do que os presenciais! Por quê? Sabe-se que a aprendizagem "ativa" (em que o aluno lê, escreve, busca, responde) é superior à "passiva" (em que o aluno apenas ouve o professor). Na prática, em boa parte das nossas faculdades, estudar é apenas passar vinte horas por semana ouvindo o professor ou cochilando. Mas isso não é possível no EAD. Para preencher o tempo legalmente estipulado, o aluno tem de ler, fazer exercícios, buscar informações etc. Portanto, mesmo nos cursos sem maiores distinções, o EAD acaba sendo uma aprendizagem interativa, com todas as vantagens que decorrem daí.

No seu conjunto, as avaliações não deixam dúvidas: é possível aprender a distância. Cada vez mais, o presencial se combina com segmentos a distância, com o uso da internet, e-learning, vídeos do tipo YouTube e até com o prosaico celular. A educação presencial bolorenta está sendo ameaçada pelas múltiplas combinações do presencial com tecnologia e distância.

(Veja, Edição 2108, 15 de abril de 2009)

(17)

### Uma Mona áspera

#### **"Na educação, apesar dos resmungos de alguns, muito pode ser feito sem que sejam necessários recursos extravagantes"**

A Mona Lisa resplandece no Museu do Louvre. Sua xará, Mona Mourshed, assina pesquisas na famosa empresa de consultoria McKinsey. Com seu sorriso enigmático, a primeira Mona é suave, é lisa. Já a segunda é áspera, pelo impacto dos seus estudos. Seu ensaio sobre educação ("Como os sistemas escolares de melhor desempenho chegaram lá") é um admirável sumário dos resultados de centenas de trabalhos que se acumulam nos últimos anos. Embora seja voltado para países desenvolvidos, suas apresentações no Brasil tiveram grande repercussão.

Vejam que situação curiosa. Lendo o ensaio, não discordo de nada. Mas temo que tenha causado mais mal do que bem nas terras tupiniquins. Como assim? Um remédio potente precisa ser receitado com muito cuidado e para o paciente certo. A poção de Mona não serve para o Brasil. Isso porque o tema do primeiro capítulo polariza toda a mensagem: "A qualidade de um sistema de educação não pode exceder a qualidade de seus professores". Nas discussões das quais tive notícia, o debate não foi além desse capítulo. Considerando que a educação da maioria dos estados americanos não está à altura da sua extraordinária riqueza, Mona lembra que seus futuros professores provêm do terço mais fraco dos graduados de suas *high schools*. Em contraste, Coreia e Finlândia recrutam os melhores graduados e têm ótimos resultados. Para quem já tentou quase tudo, falta atrair excelentes professores.

Quando esse resultado aterrissa no Brasil, registramos que a grande maioria dos nossos professores é também recrutada entre os mais fracos do ensino médio – além de receber péssima formação. Porém, não há dinheiro para pagar salários muito mais elevados. Mesmo que o fizéssemos, seriam trinta anos para renovar o quadro, já que eles são estáveis. Tal diagnóstico é uma bomba atômica de pessimismo. Estamos condenados, pois o ensaio começa com o epitáfio: bom ensino só com excelentes professores. Mas vejam o segundo capítulo: "A única maneira de melhorar os resultados é melhorar a instrução". Contradiz o primeiro! Ou seja, com os mesmos professores é possível obter muito mais. De fato, traz conselhos para tornar mais produtivos os professores existentes. O problema é que essa mensagem ficou obliterada pelo impacto derrotista do início.

Lemos no segundo capítulo: "O papel da escola é assegurar que quando o professor entra na sala de aula tenha todos os materiais disponíveis, junto com o conhecimento e a vontade de melhorar o ensino". É preciso ajudar o professor a empregar as práticas apropriadas, motivá-lo e fazer com que conheça suas deficiências. Igualmente proveitoso é selecionar para a direção da escola os professores mais entusiasmados, criativos e com capacidade de liderar. É necessário ter programas explícitos e livros excelentes. A formação dos novatos se completa dentro da sala de aula, sob a supervisão de mestres experientes que sabem manejar a classe e usar os materiais de ensino.

De fato, é possível fazer bastante em pouco tempo. Em alguns municípios de Minas Gerais, entre 2007 e 2008, os testes de alfabetização (na 2ª série) mostraram uma queda substancial na proporção de alunos com desempenho baixo ou intermediário (ou seja, que não aprenderam a ler). Há casos espetaculares. Em Ouro Branco, por exemplo, uma escola baixou de 42% para 10%. Em Maravilhas, de 43% para 1%, e em Itabirito, de 23% para 0%. Isso aconteceu em municípios participantes do sistema de gestão da Fundação Pitágoras – sem trocar professores! Colocando todos a remar na mesma direção, definindo e dando foco às prioridades, todos colaboram para identificar os problemas, resolvê-los e valorizar os sucessos. Gestão é isso.

Essa é a leitura correta do ensaio de Mona. Não adianta sonhar com professores finlandeses e ser engolfado pelo pessimismo. Na educação, apesar dos resmungos de alguns, muito pode ser feito sem que sejam necessários recursos extravagantes. De fato, como mostra o artigo, gastar muito não assegura boa educação. Se houver a "Grande Reforma da Educação Brasileira", será o somatório dos ínfimos gestos que corrigem erros do passado e introduzem práticas eficazes. Será fruto da insistência obsessiva em melhorar o "feijão com arroz" da sala de aula, ano após ano. Na tradução zen, "todo dia melhorar um pouco, todo dia fazer um pouquinho melhor".

(Veja, Edição 2112, 13 de maio de 2009)

(18)

**Educar é contar histórias****"Bons professores eletrizam seus alunos com narrativas interessantes ou curiosas, carregando nas costas as lições que querem ensinar"**

De que servem todos os conhecimentos do mundo, se não somos capazes de transmiti-los aos nossos alunos? A ciência e a arte de ensinar são ingredientes críticos no ensino, constituindo-se em processos chamados de pedagogia ou didática. Mas esses nomes ficaram poluídos por ideologias e ruídos semânticos. Perguntemos quem foram os grandes educadores da história. A maioria dos nomes decantados pelos nossos gurus faz apenas "pedagogia de astronauta". Do espaço sideral, apontam seus telescópios para a sala de aula. Pouco enxergam, pouco ensinam que sirva aqui na terra.

Tenho meus candidatos. Chamam-se Jesus Cristo e Walt Disney. Eles pareciam saber que educar é contar histórias. Esse é o verdadeiro ensino contextualizado, que galvaniza o imaginário dos discípulos fazendo-os viver o enredo e prestar atenção às palavras da narrativa. Dentro da história, suavemente, enleiam-se as mensagens. Jesus e seus discípulos mudaram as crenças de meio mundo. Narraram parábolas que culminavam com uma mensagem moral ou de fé. Walt Disney foi o maior contador de histórias do século XX. Inovou em todos os azimutes. Inventou o desenho animado, deu vida às histórias em quadrinhos, fez filmes de aventura e criou os parques temáticos, com seus autômatos e simulações digitais. Em tudo enfiava uma mensagem. Não precisamos concordar com elas (e, aliás, tendemos a não concordar). Mas precisamos aprender as suas técnicas de narrativa.

Há alguns anos, professores americanos de inglês se reuniram para carpir as suas mágoas: apesar dos esplêndidos livros disponíveis, os alunos se recusavam a ler. Poucas semanas depois, foi lançado um dos volumes de *Harry Potter*, vendendo 9 milhões de exemplares, 24 horas após o lançamento! Se os alunos leem J.K. Rowling e não gostam de outros, é porque estes são chatos. Em um gesto de realismo, muitos professores passaram a usar *Harry Potter* para ensinar até física. De fato, educar é contar histórias. Bons professores estão sempre eletrizando seus alunos com narrativas interessantes ou curiosas, carregando nas costas as lições que querem ensinar. É preciso ignorar as teorias intergalácticas dos "pedagogos astronautas" e aprender com Jesus, Esopo, Disney, Monteiro Lobato e J.K. Row-ling. Eles é que sabem.

Poucos estudantes absorvem as abstrações, quando apresentadas a sangue-frio: "Seja X a largura de um retângulo...". De fato, não se aprende matemática sem contextualização em exemplos concretos. Mas o professor pode entrar na sala de aula e propor a seus alunos: "Vamos construir um novo quadro-negro. De quantos metros quadrados de compensado precisaremos? E de quantos metros lineares de moldura?". Aí está a narrativa para ensinar áreas e perímetros. Abundante pesquisa mostra que a maioria dos alunos só aprende quando o assunto é contextualizado. Quando falamos em analogias e metáforas, estamos explorando o mesmo filão. Histórias e casos reais ou imaginários podem ser usados na aula. Para quem vê uma equação pela primeira vez, compará-la a uma gangorra pode ser a melhor porta de entrada. Encontrando pela primeira vez a eletricidade, podemos falar de um cano com água. A pressão da coluna de água é a voltagem. O diâmetro do cano ilustra a amperagem, pois em um cano "grosso" flui mais água. Aprendidos esses conceitos básicos, tais analogias podem ser abandonadas.

É preciso garimpar as boas narrativas que permitam empacotar habilmente a mensagem. Um dos maiores absurdos da doutrina pedagógica vigente é mandar o professor "construir sua própria aula", em vez de selecionar as ideias que deram certo alhures. É irrealista e injusto querer que o professor seja um autor como Monteiro Lobato ou J.K. Rowling. É preciso oferecer a ele as melhores ferramentas – até que apareçam outras mais eficazes. Melhor ainda é fornecer isso tudo já articulado e sequenciado. Plágio? Lembremo-nos do que disse Picasso: "O bom artista copia, o grande artista rouba ideias". Se um dos maiores pintores do século XX achava isso, por que os professores não podem copiar? Preparar aulas é buscar as boas narrativas, exemplos e exercícios interessantes, reinterpretando e ajustando (é aí que entra a criatividade). Se "colando" dos melhores materiais disponíveis ele conseguir fazer brilhar os olhinhos de seus alunos, já merecerá todos os aplausos.

(Veja, Edição 2116, 10 de junho de 2009)

(19)

### Os meninos-lobo

#### **"Nossa juventude estará mal preparada para a sociedade civilizada se insistirmos em uma educação que produz uma competência linguística pouco melhor do que a de meninos-lobo"**

No velho conto de Rudyard Kipling *Mogli, o Menino-Lobo*, o autor descreve uma criança que, adotada por uma loba, cresce sem jamais haver usado uma só palavra humana, até ser encontrada e se integrar à sociedade. O conto é atraente, mas cientificamente absurdo. Porém, houve outros casos, supostamente reais, de crianças criadas por animais. E também casos reais (até recentes) de crianças que cresceram isoladas e sem oportunidades de aprender a falar.

Faz tempo, meninos-lobo e outros jovens criados sem interação humana despertaram o interesse da psicologia cognitiva e da linguística. A razão é que seriam um experimento natural que permitiria responder a uma pergunta crucial: esses jovens, sem conhecer palavras, poderiam pensar como os demais humanos?

A questão em pauta era decidir se pensamos porque temos palavras ou se seria possível pensar sem elas. Como os meninos-lobo não conheciam palavras, se podiam pensar, teria de ser sem elas. Nos diferentes casos de crianças criadas em isolamento, ficou clara a enorme dificuldade de ajustamento que elas encontraram ao ser reabsorvidas pela sociedade. Muitas jamais se ajustaram, fosse pelo trauma do isolamento, fosse pela impossibilidade de pensar humanamente sem palavras. Mas o fato é que não desenvolveram um raciocínio (abstrato) classicamente humano.

O interesse pelos meninos-lobo feneceu. Mas se aprendeu muito desde então, e hoje não se acredita que o pensamento sem palavras seja possível – pelo menos, o pensamento simbólico que é a marca dos seres humanos. Ou seja, *Mogli* não seria capaz de pensar.

"Vivemos em um mundo de palavras", diz o celebrado antropólogo Richard Leakey. "Nossos pensamentos, o mundo de nossa imaginação, nossas comunicações e nossa rica cultura são tecidos nos teares da linguagem... A linguagem é o nosso meio... É a linguagem que separa os humanos do resto da natureza." Para o neopaleontólogo Harry Jerison, precisamos de um cérebro grande (três vezes maior do que o de outros primatas) para lidar com as exigências da linguagem.

Portanto, se pensamos com palavras e com as conexões entre elas, a nossa capacidade de usar palavras tem muito a ver com a nossa capacidade de pensar. Dito de outra forma, pensar bem é o resultado de saber lidar com palavras e com a sintaxe que conecta uma com a outra. O psicólogo Howard Gardner, com sua tese sobre as múltiplas inteligências, talvez diga que Garrincha tinha uma "inteligência futebolística" que não transitava por palavras. Mas grande parte do nosso mundo moderno requer a inteligência que se estrutura por intermédio das palavras. Quem não aprendeu bem a usar palavras não sabe pensar. No limite, quem sabe poucas palavras ou as usa mal tem um pensamento encolhido.

Talvez veredito mais brutal sobre o assunto tenha sido oferecido pelo filósofo Ludwig Wittgenstein: "Os limites da minha linguagem são também os limites do meu pensamento". Simplificando um pouco, o bem pensar quase que se confunde com a competência de bem usar as palavras. Nesse particular não temos dúvidas: a educação tem muitíssimo a ver com o desenvolvimento da nossa capacidade de usar a linguagem. Portanto, o bom ensino tem como alvo número 1 a competência linguística.

Pelos testes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), na 4ª série 50% dos brasileiros são funcionalmente analfabetos. Segundo o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), a capacidade linguística do aluno brasileiro corresponde à de um europeu com quatro anos a menos de escolaridade. Sendo assim, o nosso processo educativo deve se preocupar centralmente com as falhas na capacidade de compreensão e expressão verbal dos alunos.

Ao estudar a Inconfidência Mineira, a teoria da evolução das espécies ou os afluentes do Amazonas, o aprendizado mais importante se dá no manejo da língua. É ler com fluência e entender o que está escrito. É expressar-se por escrito com precisão e elegância. É transitar na relação rigorosa entre palavras e significados.

No conto, *Mogli* se ajustou à vida civilizada. Infelizmente para nós, Kipling estava cientificamente errado. Nossa juventude estará mal preparada para a sociedade civilizada se insistirmos em uma educação que produz uma competência linguística pouco melhor do que a de meninos-lobo.

(Veja, Edição 2120, 8 de julho de 2009)

(20)

### O próximo passo

**"Conseguir uma educação de qualidade é possível, como demonstraram os muitos países que deram esse salto"**

É preciso entender que em educação, como em outros setores, há etapas a ser vencidas. Enquanto faltam escolas, construí-las tem um impacto fulgurante nas estatísticas. Mas essas escolas são apenas caricaturas se lhes faltam livros, equipamentos e professores. Suprir essas lacunas resulta também num grande salto na matrícula e na qualidade. O passo seguinte é ter professores minimamente preparados, uma administração central operante, currículos claros e não estar em greve todos os meses (seja de quem for a culpa). Esses aperfeiçoamentos trazem ainda bons frutos na qualidade e na deserção. Mas, daí para a frente, os erros e deficiências vão se tornando menos óbvios, as correções mais sutis e o seu impacto resvaladiço. As mudanças fáceis já foram feitas, restam aquelas politicamente mais conflitantes. Ou seja, mais se avança, mais difíceis se tornam os avanços subsequentes.

Faz algumas décadas, estávamos vergonhosamente distantes de países como Chile, Argentina e Uruguai – os menos ruins da América Latina. Na verdade, as matrículas eram inferiores às da Bolívia e do Paraguai. A um ritmo espantosamente rápido, conseguimos nos aproximar do nível de matrícula do Chile, da Argentina e do Uruguai. Nenhum outro país latino-americano avançou tão depressa nas últimas décadas. Não é pouca coisa. De fato, a partir da década de 90, acelera-se a expansão do nosso ensino, com a clara liderança dos estados mais prósperos. Crescem Minas, Rio Grande do Sul e Paraná, mais do que os outros. Norte e Nordeste permanecem travados. Mais para o fim da década, começam a avançar os retardatários. Ao fim do milênio, a universalização da matrícula é obtida. O desafio maior passa a ser a qualidade. Não obstante, tanto na matrícula quanto na qualidade, começamos a patinar, avançamos pouco ou estagnamos. Depois que fizemos o fácil, os próximos passos são mais árduos e de impacto mais diáfano.

A última rodada do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) mostra que começamos a encontrar problemas para avançar. Estacionaram estados tradicionalmente com melhores resultados, como Minas, Rio Grande do Sul e São Paulo. Em contraste, só avançam os estados do Norte, os mais atrasados. Ou seja, progridem apenas aqueles em que o mais simples ainda estava por fazer. Travam aqueles cujas falhas não estão mais em erros grosseiros, mas em desvios menos óbvios. Conhecemos os problemas. Precisamos lidar com muitos professores que apenas parecem ensinar, porque aprenderam em arremedos de faculdade. De fato, os professores não aprendem a dar aulas. Nos primeiros anos, seus alunos são cobaias. Não há prêmios para quem faz certo ou puxões de orelha para os incompetentes e negligentes. A administração é perfeita no papel, mas capenga na implementação. O currículo é para gênios ou é ambíguo – ou ambos. Em muitas redes educativas, a politicagem ainda não foi expulsa da escola. O tempo de classe é insuficiente na regra formal e ainda menor depois que se descontam feriados, festas, greves, atrasos e perdas de tempo de todos os tipos. E por aí afora. Para resolver esses problemas, não teremos sucesso sem pisar nos calos dos que resistem às mudanças.

Em resumo, é relativamente fácil chegar a uma educação medíocre para todos ou quase todos (embora isso nos tenha consumido cinco séculos). O grande problema é que hoje os números mostram estagnação da matrícula, evasão elevada – sobretudo no ensino médio – e qualidade sem avanços substanciais. O desafio é conseguir uma educação de qualidade. Que é possível demonstraram os muitos países que deram esse salto. Alguns são até mais pobres do que o Brasil, e quase todos os ricos eram mais pobres quando deram esse salto.

O grande trunfo do país é a existência de uma avaliação escola por escola. Prova Brasil, Ideb e *Exame Nacional do Ensino Médio* (Enem) mostram exatamente onde estamos e quanto avançamos – que se calem os palpiteiros. Esperamos que essa avaliação indique os progressos a ser obtidos em um futuro próximo. Porque nunca houve tanta atenção e mobilização social em prol da nossa educação. Não podemos contar com reformas voluntaristas, frutos do idealismo e destemor de um ou outro. Somente uma exigência irrecusável da nossa sociedade será capaz de empurrar o sistema educativo para a frente e para enfrentar as mudanças politicamente penosas.

(Veja, Edição 2124, 5 de agosto de 2009)

(21)

## De malandros e manes

**"É inegável o Rio do malandro. Menos visíveis, mas também inegáveis, são a vida e a força do outro Rio. É o Rio careta, dos que frequentam livrarias e salas de concerto, em vez de praias e baladas"**

Rio de Janeiro (onde nasci) evoca uma imagem clássica. É a pátria do malandro. É o reino da esperteza, do "golpe", da falta de seriedade proclamada como virtude redentora. É o campo de provas da lei de Gerson, prescrevendo que é preciso levar vantagem em tudo. Não são poucos os prejuízos trazidos pela cultura da malandragem. É alarmante o número de empresas cuja sede fugiu para São Paulo. No nosso cotidiano, é difícil não ter um calafrio ao deixar o carro para consertar em uma oficina carioca. Do lado mais ameno, é o território do bom humor, da piadinha maliciosa e da inexplicável alegria diante da desgraça.

O malandro carioca é assunto canônico dos sambistas: "...Navalha no bolso / Eu passo gingando / Provoco e desafio / Eu tenho orgulho / Em ser tão vadio. / Sei que eles falam / Deste meu proceder / Eu vejo quem trabalha / Andar no miserê / Eu sou vadio / Porque tive inclinação" (W. Batista). Bezerra da Silva immortaliza o perfil: "Malandro é malandro e mané é mané".

Essa caracterização popular tem respaldo acadêmico e raízes históricas. Roberto da Matta intitula seu livro clássico de *Carnavais, Malandros e Heróis*. Segundo ele, na sua origem, "o malandro é o nobre pé-rapado, o sujeito que viu os aristocratas lendo e escrevendo, não teve educação para entender o eventual valor da escola e vive de expediente". José Murilo de Carvalho mostra a imagem do malandro carioca emergindo como reação à alienação engendrada por confrontos políticos no início do século XX. Fala de "irreverência, de deboche, de malícia". Se digitamos no Google "malandro" junto com "Rio de Janeiro", aparecem 200 000 referências.

Porém, há outro Rio de Janeiro, menos lembrado. Durante séculos, por ser a capital econômica e política do país, atraiu as melhores cabeças. Inicialmente, desembarcou a corte de Portugal, com seus mais destacados figurantes. Por muito que seja criticada, é preciso reconhecer, ela criou uma aristocracia intelectualizada, que se perpetua ao longo dos anos. Desde sempre, atraiu os mais inspirados intelectuais das províncias. Até há pouco, foi um magneto para escritores e cientistas, mesmo de São Paulo. A despeito de décadas de desgoverno, ainda tem as melhores escolas médias, um plantel de grandes intelectuais e notáveis centros de pesquisa e pós-graduação. A lei de Gerson passa longe.

Que cara tem esse outro Rio? Sugiro que tem a cara de dom Pedro II. Eis um carioca arquétipo dessa outra *persona* do Rio. Ao morrer, foi considerado a cabeça coroada mais culta de quantas havia na Europa. Dom Pedro é o outro Rio: sério, digno, disciplinado, erudito. Era o caretão rematado, a figura do antimalandro. Em vez de beija-mãos na corte, promovia saraus intelectuais e trocava cartas com Victor Hugo, Humboldt, Lamartine e Jean-Louis Agassiz, notável zoólogo e geólogo suíço.

É inegável o Rio do malandro. Menos visíveis, mas também inegáveis, são a vida e a força do outro Rio. É o Rio careta, dos que frequentam livrarias e salas de concerto, em vez de praias e baladas. Por anos de convivência, é um Rio incólume e vacinado contra o vírus da malandragem. O grande paradoxo é a incapacidade desse Rio intelectualmente tão sério e bem-dotado de frear o desgoverno que aos poucos foi se infiltrando. A malandragem pitoresca virou bandidagem, com a desmoralização resultante. Inapetência dos "puros" de chafurdar na política? Talvez. Os bons são muito poucos? Acho que não. Estão por todos os lados. Mas não chamam atenção, por serem menos pitorescos e divertidos. Aliás, dom Pedro II gostava mesmo era de um papo cabeça.

Mas, se o Rio tiver alguma arma secreta para reverter sua decadência, com certeza, será esse enorme e possante segmento, estilo dom Pedro II, que representa o oposto da malandragem e possui um respeitável vigor intelectual e moral. Vamos torcer para que decida salvar a sua cidade. "O que mais preocupa não é o grito dos violentos, nem dos corruptos nem dos desonestos nem dos sem ética... (mas) o silêncio dos bons" (M. Luther King).

(Veja, Edição 2128, 2 de setembro de 2009)

(22)

**A arte de governar****"A história classifica como estadistas aqueles que perceberam as reais necessidades do país, assumiram o risco da impopularidade no curto prazo, mas souberam vender suas ideias com sucesso"**

Nas democracias, o governo cumpre os desígnios dos cidadãos. O povo diz o que quer, o governante executa. Parece uma receita infalível. Mas será? Em cidade relativamente próspera de Minas Gerais, uma pesquisa de opinião mostrou que três quartos dos jovens reclamavam da falta de diversões. Apesar de os esgotos serem jogados *in natura* nos córregos, nem mesmo entre os adultos houve reclamações quanto à falta de tratamento de efluentes. Sabidamente, esse é o investimento que mais faz cair a mortalidade infantil. O que deve fazer o prefeito? Esgotos que salvam vidas ou espetáculos de música sertaneja que trazem votos?

Um livro recente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), *Understanding Quality of Life*, mostra abundantes estatísticas sobre o que os latino-americanos mais valorizam. Nelas fica claro o conflito entre o que as pessoas querem e o que é necessário para garantir um futuro promissor para o país. Pesquisemos alguns temas do livro. As pessoas querem medicina de alta tecnologia e atendimento hospitalar. Contudo, a saúde pública preventiva é mais barata e evita as doenças. Verificou-se também que o estado de saúde das pessoas pouco se associa com as suas percepções de saúde. No Brasil, pobres e ricos estão igualmente satisfeitos com os serviços de saúde. Mas sabemos serem piores para os pobres. Nos países mais ricos da América Latina, há mais contentamento com a situação da saúde. No entanto, quando o país cresce, baixa essa satisfação. Não dá para entender. No Brasil, 65% dos entrevistados estão satisfeitos com a educação. Somente os mais educados percebem como ela é ruim. De fato, sabemos ser péssima a sua qualidade: último lugar no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) de 2001. Ainda pior, entre 1980 e 2000, em um grupo de 35 países, o Brasil foi o que mais recuou de posição.

Na área econômica, as percepções também estão desalinhadas com a realidade. Mais renda se associa a mais satisfação. Até aqui, vamos bem. Mas o crescimento econômico traz desagradados. Entre outras coisas, requer mudança de políticas, reformas e outros sustos, mais temidos do que a pobreza. Apesar de o desenvolvimento econômico acabar beneficiando os pobres, são eles que mais resistem às mudanças. Ademais, têm uma opinião mais ingênua acerca da competência do governo. Nessa área, entra em cena um mecanismo maldito. As aspirações crescem mais rápido do que a renda.

Em suma, os governados indicam aos governantes algumas prioridades incompatíveis com o progresso. Pensam no curto prazo e são consumistas impenitentes. Dizem que querem sistemas de saúde mais caros (e mais ineficientes). Querem conforto nas escolas e desdenham mais aprendizado. Não querem as reformas econômicas imprescindíveis para crescer.

A reação mais imediata diante dessa miopia nas preferências é perguntar se não seria a melhor receita um governo autoritário, do tipo "déspota esclarecido". Contudo, como Churchill nos advertiu, a democracia é um péssimo sistema de governo, com a agravante de que não há outro melhor. A experiência com déspotas de todos os sabores não mostra um bom registro histórico. Quando acertam aqui, acolá cometem um erro mais estrondoso. Não é por aí. Temos de insistir nos acertos capengas que nos oferece um sistema democrático e na tentativa de esclarecer a opinião pública.

Os governantes se equilibram em um terreno resvaladiço. Se tentam oferecer o que trará mais progresso e desenvolvimento, sem ouvir o povo, arriscam-se a perder sua popularidade e, com ela, seu poder de implementar reformas. Podem acabar execrados e sem reformas (veja-se Jimmy Carter). Governos populistas fecham as portas para o futuro se jogam confete ao povaréu ou alimentam seus anseios imediatistas. Os exemplos latino-americanos estão nos jornais. Em contraste, governantes bem-sucedidos não perdem a ressonância com a sociedade, mas negociam também uma agenda de futuro.

A história classifica como estadistas aqueles que perceberam as reais necessidades do país, assumiram o risco da impopularidade no curto prazo, mas souberam vender suas ideias com sucesso. Na teoria, a receita é simples: visão, coragem e liderança. A pílula pode ser amarga. Churchill jogou pesado quando ofereceu aos ingleses apenas "sangue, suor e lágrimas". Mas ganhou. Pena que não adianta colocar um anúncio classificado do tipo "Precisa-se de um estadista".

(Veja, Edição 2132, 30 de setembro de 2009)

(23)

**Academia de ginástica (mental)****"Sem o desenvolvimento do método científico, não teríamos os avanços tecnológicos que tanto beneficiam a humanidade"**

As primeiras ondas encantaram os turistas. Eles ficaram então esperando as próximas. Contudo, foram salvos por uma inglesinha bem jovem, em cujo livro de ciências estava explicado o que era um tsunami e que perigos trazia. Que corresse todos, o pior estava por vir! Em contraste, alguns pobres coitados de Goiânia receberam doses fulminantes de radiação ao desmontar o núcleo radioativo de um aparelho de raio X vendido como sucata. Os turistas foram salvos pelo conhecimento científico da jovem inglesa. Os sucateiros foram vítimas da sua ignorância científica. Não é fortuita a nacionalidade de cada um.

H. Habermeier mostrou que, dentro de níveis comparáveis de qualidade da educação, os países com melhor desempenho em ciências obtinham resultados econômicos mais expressivos. Ou seja, há argumentos poderosos sugerindo o efeito de uma boa base científica no desempenho econômico. Estamos cercados de aparelhos com extraordinária densidade de ciência e tecnologia. Decifrar e manipular a natureza é crítico para a nossa produtividade. A liderança do país no etanol requer que um relés pé de cana incorpore melhoramentos genéticos de altíssima complexidade.

Esses argumentos vêm sendo repetidos *ad nauseam*. Apesar disso, é lastimável o desempenho brasileiro em ciências. Nas provas do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), o Brasil está entre os últimos lugares, abaixo da média da América Latina, um continente de pífio desempenho educativo (vejam o livro recente *O Ensino de Ciências no Brasil*, do Instituto Sangari). Quero trazer mais dois argumentos possantes. O primeiro tem a ver com a ideia de que aprender a pensar é uma das tarefas mais nobres e mais árduas da escola. Mas, ao contrário do que almas ingênuas poderiam imaginar, não se aprende a pensar em cursos do tipo "Como pensar". Aprende-se pensando sobre assuntos que se prestam para tais exercícios. E, entre eles, as ciências oferecem um campo excepcional. Exercitamos os músculos nas academias. E exercitamos os músculos do intelecto lidando com as ciências e outros assuntos de lógica exigente. Que fantástica academia para exercícios mentais são as teorias científicas! O rigor das definições, a precisão das leis e as abstrações disciplinadas oferecem um terreno ideal para ginásticas simbólicas. Portanto, mesmo que os conhecimentos não servissem para melhor operar em um mundo complexo, a ginástica mental que permitem é uma das fases mais nobres do processo educativo.

Vejamos o segundo argumento. Se pensamos na contribuição da Europa nos últimos cinco séculos, muitas ideias nos vêm à cabeça. Mas talvez uma das mais decisivas tenha sido o desenvolvimento do método científico, salto que teve Bacon e Descartes como ícones. Por trás dos gigantescos avanços científicos está o método. Com ele, a ciência avança, seja com passinhos, seja com saltos. Não há marcha a ré, pois até o erro educa.

O método impõe a disciplina de formular as perguntas de maneira rigorosa e sem ambiguidades. Em seguida, propõe e fiscaliza um plano de ação para verificar se as hipóteses para responder às perguntas, de fato, descrevem o mundo real. Sem essa disciplina para escoimar de imprecisões e equívocos a busca científica das respostas, não poderíamos ter confiança nos resultados. A vulgarização do poder da ciência se traduz nas afirmativas publicitárias de que "a ciência demonstrou...".

Sem o desenvolvimento do método científico, não teríamos os avanços tecnológicos que tanto beneficiam a humanidade. Mas o meu argumento aqui vai em outra direção. O método tornou-se uma espécie de roteiro seguro para pensar bem sobre todos os assuntos, não apenas para fazer pesquisas. Quem aprendeu a pensar como cientista e a usar o método científico tem um raciocínio mais enxuto e rigoroso. As perguntas são mais bem formuladas e já facilitam a busca sistemática das respostas. Não importa o assunto (mas, obviamente, uma boa base científica apenas dá a embocadura para entrar com segurança no assunto, não substitui o conhecimento específico). Só falta dizer que há uma enorme diferença entre aprender a pensar como um cientista e decorar fórmulas, teoremas e leis. Infelizmente, nosso ensino pende para a segunda versão. E o Pisa joga isso na nossa cara.

(Veja, Edição 2136, 28 de outubro de 2009)

(24)

**Tecnologia para ricos ou pobres?**

**"Há pouco tempo, só rico tinha telefone. Hoje, empregadas domésticas saem fagueiras das lojas com seus celulares funcionando, prontos para lhes prestar serviços inestimáveis"**

Revolução Industrial pesou no lombo do operariado. Marx e Dickens, com ânimos diferentes, descreveram a miséria opressiva de Londres. Mas, a longo prazo, os maiores ganhos foram para esse mesmo proletariado. Para Schumpeter, o desenvolvimento econômico não é mais meias de seda para os ricos – que sempre as tiveram à vontade – mas meias para os pobres. Nos países mais prósperos, um operário hoje tem um nível de conforto que um rico da época de Marx não tinha. Nas nossas paragens tupiniquins, os benefícios para os mais pobres, trazidos pelo crescimento do século XX, foram superiores aos de todos os quatro séculos anteriores. Apenas para ilustrar, a esperança de vida passou de 30 anos para mais de 70. Obviamente, falta muito, não são poucos os excluídos e não se trata de desculpar a horrenda distribuição de renda. Mas, é interessante registrar, os avanços tecnológicos têm sido muito generosos para com os mais pobres. Não que tenham sido pensados assim, mas é o que aconteceu.

A produção de motos (1,5 milhão por ano) corresponde a mais da metade dos brasileiros atingindo 18 anos. Um jovem empregado, morando com seus pais, consegue pagar a prestação de uma motocicleta simples, desfrutando a indescritível sensação de liberdade oferecida por ter seu próprio veículo. O telefone celular é a redenção de quem trabalha por conta própria. Enterro em vala comum para o precário sistema de recados em telefones "de favor". De fato, só rico tinha telefone. Hoje, empregadas domésticas saem fagueiras das lojas com seus celulares funcionando, prontos para lhes prestar serviços inestimáveis.

As fotos de família estavam a cargo dos fotógrafos das praças públicas. Hoje, um celular melhorzinho fotografa tudo, a custo zero. O computador começa a chegar ao povão (em modestas prestações). Por exemplo, o meu borracheiro tem. Quase um terço da população tem algum acesso a ele. O crescimento das vendas é espantoso. Para um universitário, um bom computador usado custa menos do que os livros indicados anualmente pelos professores.

Quantos municípios brasileiros não têm livrarias? Ou, se têm, seu acervo é pífio. Mas, para que livrarias, se há a Amazon.com e suas versões caboclas? Qualquer um pode comprar quase 20 milhões de títulos pressionando algumas teclas. Quem tem Google ri dos 32 volumes da *Britânica*, ao custo de 1.000 dólares, pois a Wikipedia é mais simpática e de graça. Pobre não tem dinheiro para revistas ou jornais, mas agora está tudo na internet. E pode ler, em português e gratuitamente, milhares de livros de domínio público. O rico mandava o contínuo ou o moleque de recados ao correio para postar uma carta. Agora, o pobre passa um e-mail, igualzinho ao rico. E nenhum dos dois paga o selo. E o preço absurdo dos CDs? Hoje, qualquer música pode ser encontrada na web. E, com um pouquinho de astúcia, sem gastar nada. E passam fagueiros os garis, com seus fones ligados nos tocadores de MP3. Como dito, longe deste ensaísta subestimar a situação de pobreza de grande parte da nossa população. Não obstante, a mensagem deste ensaio é que os avanços presentes da tecnologia trazem benefícios bem maiores para o povão.

Tais elucubrações nos levam de volta ao bando de hippies da Califórnia que inventou os microcomputadores, na década de 70. Era um grupo de contracultura que via na tecnologia um antídoto para a opressão, por parte de uma sociedade impessoal, comandada por grandes empresas e por "big brothers" sinistros. Eles buscavam alternativas tecnológicas libertadoras. Queriam ferramentas que permitissem aos pequenos expressar-se em múltiplas direções. Precisavam de soluções pouco dispendiosas. Com o sucesso dos microcomputadores, quase todos ficaram milionários. Não precisaram das soluções baratas que criaram. Mas as ideias estavam na rua. Suas aplicações foram herdadas por bilhões de pessoas.

Restam duas cogitações. Primeiro, o povo ficou mais feliz com seus novos apetrechos? Ou aumentou sua alienação e angústia? Segundo, ele saberá usar isso tudo? Ou as lastimáveis deficiências em sua educação o impedem de usar o melhor desse potencial criado pela tecnologia para aumentar sua cultura e qualidade de vida?

(Veja, Edição 2140, 25 de novembro de 2009)

(25)

### As escolas de dona Vicky

#### "Praticamente sem aumentar os custos, dona Vicky conseguiu que estudantes do interior obtivessem desempenho melhor em testes do que os cidadãos"

Vicky Colbert passou pelo Brasil e não conseguiu me encontrar. Pois não é que na semana seguinte descobri que estávamos no mesmo hotel em Doha (Catar)? Eu era parte da plateia de um monumental evento sobre ensino e inovação. Ela estava lá para receber um prêmio. Aliás, há dois anos nos encontramos na Clinton Global Initiative, em que ela ia receber outro prêmio. São muitos! Para o Banco Mundial, suas escolas estão entre as três maiores inovações no ensino, pois países em desenvolvimento podem reproduzi-las em grande escala.

Dona Vicky, uma socióloga colombiana, é a mentora das Escuelas Nuevas em seu país. O interior da Colômbia é, pelo menos, tão atrasado e pobre como o nosso. Portanto, não espanta que a qualidade da educação fosse pior do que a urbana. De fato, é assim em todos os países. Mas na Colômbia mudou. Após a implantação da Escuela Nueva na zona rural, caíram a repetência e a reprovação. Aumentaram também os scores nos testes. Os resultados passaram a ser melhores que os das urbanas (e, junto com Cuba, os mais elevados na América Latina).

Note-se que em grande parte as escolas rurais são unidocentes, isto é, são escolas muito pequenas, nas quais um professor ensina simultaneamente em várias séries iniciais. Somam-se o atraso e o isolamento rural ao desafio extra de lidar com todas as séries em uma mesma sala e com um único professor. Praticamente sem aumentar os custos, dona Vicky conseguiu que seus *caipiras* obtivessem mais pontuação nos testes do que os cidadãos. A inovação se alastrou. Hoje está em 35 países e matricula 5 milhões de alunos. No Norte e Nordeste do Brasil, há 4 000 escolas que adotaram o método, mas têm pouca divulgação e sabemos pouco dos resultados. O que fez dona Vicky para obter tão retumbante sucesso? Onde está a diferença, diante de tantas ideias redentoras que circulam por aí? Na verdade, o principal segredo é pôr em prática uma solução integrada. São várias medidas e inovações que se juntam para fazer a diferença. De fato, não se reforma a educação com uma única providência miraculosa. É o conjunto que origina massa crítica. O mérito de dona Vicky e de sua equipe foi refinar essas providências e montar a máquina administrativa que fez tudo funcionar.

Os materiais escolares foram especialmente desenhados para o programa e se baseiam nos princípios da educação ativa. Os professores são cuidadosamente preparados para usá-los com competência, além de receberem acompanhamento permanente do projeto. Há encontros frequentes, a fim de discutir práticas de ensino. A ampla participação da comunidade requer estratégias apropriadas, para que ela se aproxime da escola, apoie suas propostas e se incorpore aos projetos práticos dos alunos. Sem fórmulas mágicas, é um feijão com arroz bem temperado.

Porém, há diferenças. Uma delas está na ênfase na cooperação entre os estudantes e, também, na integração com a comunidade. Outra diferença são as salas de aula e as atividades ao ar livre, em que se combinam os assuntos escolares com aplicações práticas. A ênfase na leitura e na compreensão é um foco central do aprendizado. Talvez mais surpreendente, os livros e guias são autoinstrucionais, ou seja, cada aluno estuda por conta própria, caminha em seu ritmo e toma decisões. Nas atividades de leitura, os estudantes avaliam o desempenho uns dos outros. Em grande medida, tais soluções reduzem as clássicas aulas expositivas, liberando o professor para atender os alunos mais necessitados de apoio individualizado.

Agora que as escolas rurais têm uma fórmula consolidada, dona Vicky está adaptando o modelo para as urbanas. Ainda não foi possível avaliar os resultados, mas, segundo ela, parecem promissores. Uma segunda iniciativa é estimular a participação das empresas. Ao longo do tempo, observou-se que as mudanças políticas trazem instabilidade e perdas às escolas (não é só na Escuela Nueva!). O novo prefeito tem ideias diferentes. Daí a procura de parceiros nas empresas privadas que queiram ajudar as escolas públicas, pois podem amortecer a volatilidade trazida pela politicagem. Como as empresas colombianas e brasileiras têm grande protagonismo na educação pública, dona Vicky se aproxima do nosso país para prosseguir nos seus experimentos. Segundo disse, busca sócios caboclos. Alguém se habilita?

(Veja, Edição 2144, 23 de dezembro de 2009)

## Anexo B – Ensaio de Roberto Pompeu de Toledo

(26)

### Dois desejos

#### **"A derrota da emenda que revoga a re-eleição e a vitória do "choque de ordem" no Rio de Janeiro têm algo em comum: significam, uma e outra, um avanço civilizacional"**

Sejamos modestos, fiquemos em dois, só dois escassos desejos de início do ano, para não estufar com exageradas expectativas o que este 2009 possa trazer de bom à pátria. Primeiro: que seja derrotada no Congresso a emenda constitucional que prevê o fim da re-eleição. Segundo: que dê certo o "choque de ordem" desencadeado no Rio de Janeiro pelo prefeito Eduardo Paes. Ora, direis: e ainda achas pouco? São só dois, mas que desejos! Mais que isso, só pedindo o fim das secas no Nordeste e das enchentes em Santa Catarina. Eu vos direi no entanto que desejos são desejos, machucar não machucam, e que, se no passado não foi proibido sonhar com a queda do Muro de Berlim ou com a eleição de um negro para presidente dos EUA, então, por que não?

A ideia de acabar com a re-eleição do presidente, dos governadores e dos prefeitos é a mais recente prova de que De Gaulle realmente deveria ter dito a frase que dizem que ele disse, mas que na verdade não disse – segundo a qual o Brasil não é um país sério. A emenda foi aprovada no mês passado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. A duração dos mandatos passaria a cinco anos, e não apenas para presidente, governadores e prefeitos, mas também para deputados, vereadores e senadores. A promessa é de uma considerável bagunça institucional. Eis um país – esta a mensagem ao mundo – que não é capaz de construir as estáveis e previsíveis regras sem as quais a democracia, por sua vez, se priva do estável e previsível eixo sem o qual se condena a rodar em falso.

Faz só dez anos que a re-eleição vigora no Brasil. O argumento, no entanto, é que "não deu certo". A levá-lo a sério, muito menos certo deu o mandato de cinco anos sem re-eleição vigente sob a Constituição de 1946. No período, um presidente se suicidou (Getúlio), um renunciou (Jânio), três foram depostos (Jango, Café Filho e Carlos Luz) e apenas dois terminaram o mandato (Dutra e JK). Mas é de fachada o "não deu certo". O que vale são os interesses, por uma vez convergentes, dos dois disputadores de eleições presidenciais no país, o PSDB e o PT – o primeiro porque tem dois candidatos, e sem re-eleição fica mais fácil organizar a fila entre eles, e o segundo para encurtar a espera do atual presidente caso lhe convenha tentar uma volta, uma vez cumprido o interregno imposto pela proibição de três mandatos consecutivos. Como não disse o general, não é sério.

A operação "choque de ordem", a quem a ela ainda não foi apresentado, consiste numa grandiosa ofensiva de fiscais e guardas municipais contra tudo o que é irregular na cidade do Rio de Janeiro – camelôs, construções ilegais, infrações das regras de trânsito, transporte clandestino, outdoors fora de lugar, mendigos a bloquear espaços públicos. Eduardo Paes inventou um "secretário da ordem urbana", e, sob seu comando, lá foi a tropa para as ruas. "Não é admissível que existam áreas da cidade em que o poder público não seja soberano", disse o prefeito. Palmas para ele. Nos três primeiros dias de operação, toneladas de mercadorias piratas foram apreendidas, mais de 1 000 veículos foram multados ou rebocados, táxis e vans irregulares foram lacrados, mendigos foram recolhidos a abrigos.

Se der certo, o Rio de Janeiro, o mais eloquente exemplo de desordem urbana entre as cidades brasileiras, sairá transformado. A cidade, que é um paraíso para o comércio pirata e os táxis bandalhos, em que se constrói a casa onde bem se entende e em que se estaciona o carro na calçada, ganhará em beleza e urbanidade e, de quebra, terá aplainado o terreno para um combate mais eficaz ao crime e à violência. Ocorre que uma operação dessas não se faz em apenas algumas semanas, ao embalo da chegada de um novo prefeito. É obra para todo um mandato, com o mesmo gás, e se há algo em que nós, brasileiros, somos ruins é na persistência. Veja-se o exemplo recente da fiscalização contra os motoristas alcoolizados. Começou com fúria para, aos poucos, ceder à inércia característica da nacionalidade.

Os dois desejos são difíceis de concretizar por motivos inversos. A emenda contra a Constituição tem a impulsão-la o excesso de ação que move os quadros dirigentes quando se trata de defender interesses próprios. O choque de ordem urbana tem contra si a escassez de ação quando o que está em jogo é o interesse público. É pena. Tanto uma medida como a outra embutem um avanço civilizacional para a Bruzundanga.

(27)

### A reinvenção do rei

#### "O presidente dos Estados Unidos, à semelhança dos antigos monarcas, apresenta-se como herdeiro de uma história e continuador de uma linhagem"

O presidente dos Estados Unidos é o mais bem-sucedido sucedâneo do rei já concebido pela engenharia política. Eleger um chefe é o passo natural dado pelos primitivos agrupamentos humanos, tão logo se elevam a um grau mínimo de organização. Fazer do chefe um rei, unindo-o com a mística de um ser especial, por cujas veias corre sangue de cor diferente, e que goza de conexão privilegiada com o divino, é o passo seguinte. Muito mais adiante, quando o cérebro do bicho-homem passa a antepor a razão à superstição e o direito ao arbítrio, a figura do rei entra em obsolescência. Já não se acredita em seres especiais. Mas como, sem um personagem central, investido de suprema autoridade e confirmado pelo sagrado, evitar a anarquia e a dispersão? Os fundadores da nação americana, em resposta a esse temor, inventaram o presidencialismo e, no centro, puseram a figura do presidente. A cerimônia da semana passada em Washington foi a coroação de um rei sem coroa, eleito pelo voto do povo e com mandato fixo – mas de toda forma uma cerimônia de coroação, mais bonita e mais bafejada pela mística do que as cerimônias em muitos dos países que ainda cultuam um rei.

Entre a proclamação da independência, em 1776, e a promulgação da Constituição, em 1787, os EUA não existiram como unidade, mas como frouxa aliança entre as antigas treze colônias inglesas. Quando se chegou à conclusão de que mais valia criar um país único, e para tal instituiu-se um governo central, optou-se pela república, um sistema pedestre e democrático, em lugar da solene e autocrática monarquia, mas com concessões aos antigos costumes. Um comitê do Senado, temendo que a singela fórmula "presidente George Washington" diminuísse o prestígio do primeiro presidente da nação, concedeu-lhe o título de "Sua Alteza o Presidente dos Estados Unidos e Protetor dos Direitos dos Iguais".

Hoje o presidente dos EUA não é "sua alteza", mas, à semelhança dos reis, apresenta-se como herdeiro de uma história e continuador de uma linhagem. Foi isso, sobretudo – mais que o passeio a pé pela avenida, o juramento, a multidão, os desfiles militares ou os bailes –, que conferiu à cerimônia da semana passada uma mística que outros regimes presidencialistas, a começar pelos da América Latina, estão longe de poder apresentar. No cenário pontilhado pela Casa Branca e pelo Capitólio, pelo monumento a Washington e pelo memorial de Lincoln, mais de 200 anos de história contemplavam o novo presidente. Desde o primeiro minuto no cargo, envolvia-o um entorno que, como outrora aos reis, em Versalhes ou em Windsor, intimava à integração e ao respeito.

Barack Obama é o 44º presidente dos EUA. Não se inscreve numa estirpe como a das monarquias, tecida pelo sangue, mas numa linhagem que, resultante de uma construção institucional respeitada sem interrupção, proporciona uma sucessão impecavelmente regular e previsível. Em outros países a linhagem se anula pelas guerras, golpes e revoluções. No Brasil, tantas são as dúvidas (Ranieri Mazzilli, que assumiu interinamente duas vezes, conta? Juntas militares valem por um ou por três?) que Lula pode ser considerado qualquer coisa entre o 31º presidente e o quadragésimo e pico.

E no entanto, numa cerimônia tão embebida de passado como a da semana passada, dá-se um salto para o futuro. Há uma continuidade entre o primeiro presidente e o 44º, mas numa linha que vai de um presidente proprietário de escravos a um presidente negro. Eis o segredo dos EUA. A estabilidade institucional é o trampolim do qual se dá o salto para a renovação. Nós, latino-americanos, babamos de inveja.

*P.S.: E por falar em renovação... O discurso de posse, menos literário do que se poderia esperar de Obama, mas elegante e preciso, primou por duas espetaculares – sim, espetaculares – novidades. A primeira foram acenos de paz que contemplaram desde "o mundo muçulmano" (objeto preferencial da "guerra ao terror" de George W. Bush) até os "antigos inimigos" (Coreia do Norte? Irã? – o "eixo do mal" de Bush?) com quem Obama espera trabalhar contra a proliferação das armas nucleares. A segunda foi a definição dos EUA como um país de cristãos, muçulmanos, judeus, hindus – "e não crentes". Eis os ateus contemplados, na pia América do Norte, num discurso presidencial! E ainda por cima na sequência do governo Bush, em que se rezava nas reuniões e em que políticas como a das células-tronco e a do ensino do evolucionismo eram contaminadas pelo fundamentalismo cristão.*

(28)

### O conservador liberalão

**"Disse a mulher ao marido: 'Você estava com eles, como a gente está num baile, onde não é preciso ter as mesmas ideias para dançar a mesma quadrilha'"**

Batista, grande Batista! Quem não conhece o Batista não conhece o Brasil. Batista é personagem do romance *Esau e Jacó*, de Machado de Assis. Ele tem a ambição política no sangue, e vive impaciente por um bom cargo. No passado foi aquinhado com uma presidência de província. Bons tempos – era cercado de atenções, além de contemplado com boas oportunidades de negócios, como uma certa concessão de águas, em que operou em parceria com o cunhado. Seguiu-se um período de ostracismo. Agora – estamos no Brasil de dom Pedro II, em que os presidentes de província, cargo equivalente ao dos atuais governadores, eram nomeados pelo governo central – já está tudo articulado para, de novo, ele ganhar uma presidência. Nada mais natural. Governa o Partido Conservador, e Batista, conservador de quatro costados, não haveria de ser esquecido.

Eis que, bem na iminência da nomeação, cai o gabinete, e sobem os liberais. Era assim que funcionava a gangorra do poder no parlamentarismo do período imperial: caíam os conservadores, subiam os liberais; caíam os liberais, subiam os conservadores. Batista andava de um lado para outro, as mãos às costas, a extravasar sua frustração numa conversa íntima com a mulher, dona Cláudia. "Era negócio só de esperar um mês ou dois", explicava. Dona Cláudia, cuja vontade de ferro servia de impulso à carreira do marido, ouviu, refletiu, sopesou, e enfim: "Mas, Batista, você o que é que espera mais dos conservadores?". O desterro conservador poderia durar oito, dez anos, calculou a mulher; e, quando voltassem ao poder, lembrariam dele? Dona Cláudia "olhou fixa para ele" e proclamou: "Batista, você nunca foi conservador!".

O marido espantou-se. Como, não era conservador?! Nesse partido esteve desde sempre, nele estava sua turma, nele mandavam os chefes que o estimavam. Mas dona Cláudia tinha um ponto: "Você estava com eles, como a gente está num baile, onde não é preciso ter as mesmas ideias para dançar a mesma quadrilha". Batista, por mais que se esforçasse, não conseguiria identificar as ideias liberais que a mulher lhe atribuía, mas ela insistia: "Você é liberal". E, para encerrar a conversa: "Um liberalão, nunca foi outra coisa". A ideia era chocante, mas aos poucos Batista foi se acomodando a ela. Passou a procurar um contato liberal aqui, a frequentar uma festinha dos antigos adversários ali e... de novo uma presidência de província surgiu em seu horizonte.

Azar. Estamos em 1889, e sabe-se o que aconteceu em novembro daquele ano: foi proclamada a República. Lá se foi o imperador, e com ele o governo liberal, e de quebra a oposição conservadora, todos feitos relíquias da história. Batista e dona Cláudia caem de novo em depressão, mas, como para tudo há remédio nesta vida, mesmo para a morte – quando se trata da morte de governos ou de regimes –, logo estão frequentando os bailes da República, e Batista acaba obtendo um cargo do marechal Deodoro. Deodoro por sua vez vai cair, em 1891, e ser substituído pelo vice, Floriano Peixoto. Toca a fazer uma visita ao novo presidente aqui, um agrado ali. Ganhou um naco também no novo governo.

\*\*\*

A lembrança do Batista é aqui invocada em homenagem aos vencedores das eleições da mesa da Câmara e do Senado. São todos, os presidentes de uma e outra casa, e boa parte dos eleitos para os demais cargos – sem esquecer o corregedor-geral da Câmara, possuidor de um castelo medieval não declarado à receita e posto à venda por 57 milhões de reais –, lídimos sucessores do marido de dona Cláudia. Eles apanharam a tocha lá onde ele a deixou, junto à espada do marechal Floriano, e a vêm trazendo, sempre acesa, não importa que acidentes encontrem na história brasileira, um golpe aqui, uma brusca vitória da oposição ali, uma ditadura acolá, uma restauração democrática em seguida. Alguns, nesse passo, construíram carreira bem mais afortunada que a de Batista. Hoje estão reunidos nesse prodigioso partido chamado PMDB, ao mesmo tempo liberal e conservador, de esquerda e de direita, e, se vier ao caso, monarquista e republicano. É o partido que veio para superar todos os partidos. Nele, os filiados se acomodam a salvo de ideias e doutrinas, projetos ou programas, tão saudavelmente acima de velhos entraves que nem agir em conjunto precisam, pode ser cada um por si, e geralmente o é. Salve eles. Salve o Batista. Salve o Brasil.

*P.S.: Esse último "salve o" é no sentido de "alguém venha em salvação do".*

(VEJA, Edição 2099, 11 de fevereiro de 2009)

(29)

## Geração "on"

**"Estamos diante de um fenômeno de massa: o povo brasileiro, maciçamente, anda referindo dar nomes terminados em 'son' e 'ton' aos filhos homens"**

A seleção da coluna entrará em campo para o próximo compromisso com a seguinte formação: Glédson; Joílson, Halisson, Aceisson e Richarlyson; Vanderson, Kléberson, Glaydson e Taison; Wallyson e Keirison. No banco de reservas ficarão Wanderson (goleiro), Jadilson, Maylson, Leanderson, Cleverton e Roberson. A seleção adversária, armada no três-cinco-dois, se apresentará com: Weverton; Adailton, Heverton e Welton; Arilton, Cleiton, Éverton, Uelliton e Neilton; Washington e Elton. Os reservas serão Dalton (goleiro), Erivelton, Hamilton, Wellington, Héilton e Jailton.

Primeiro aviso ao leitor incauto: os nomes são todos verdadeiros, de jogadores em atividade no futebol brasileiro. Segundo aviso: se os mais distraídos ainda não perceberam, o embate acima dá-se entre os nomes terminados em "son" contra os terminados em "ton". Nomes em "son" e "ton" hoje abundam, nos gramados, como estrelas no céu. Tempos atrás, mais característicos eram os apelidos de duas sílabas, Pelé, Didi, Dida, Pepe, Telê, alegres e infantis. Os terminados em "son" e "ton", ao contrário, são nomes severos, que evocam chefes guerreiros. Tanto eles se multiplicam que para escalar as seleções não foi preciso ir além de um restrito universo. Na grande maioria, são de jogadores dos times da primeira divisão do Campeonato Brasileiro, com apenas alguns poucos reforços – afinal, Weverton, goleiro do Vila Nova, de Goiás, não merecia ficar de fora, nem Aceisson, volante do Mirassol, clube do interior paulista.

A questão é: por que a pesada preferência pelos nomes em "son" e "ton"? O futebol não é um universo fechado. Ele espelha a sociedade brasileira. Mais exatamente, espelha as camadas mais populares da sociedade. O que leva a concluir que estamos diante de um fenômeno de massa: o povo brasileiro, maciçamente, anda preferindo dar nomes em "son" e "ton" aos filhos homens. Complexas e misteriosas são as razões pelas quais um nome, ou uma classe de nomes, entra ou sai de moda. É tarefa para antropólogos e sociólogos. Modestamente, enquanto se espera por mais doudas explicações, o que se pode é especular.

É de supor, em primeiro lugar, que quem pespega no filho os nomes de Wallyson ou Leanderson espera do interlocutor reação que vá além da indiferença. Afastemos desde logo, no caso do "son", ter sido ele importado dos costumes nórdicos, em que a terminação "son" (ou "sohn" – "filho", em inglês, alemão e línguas afins) identifica o filho de alguém de nome igual ao contido nas sílabas precedentes. É improvável que Leanderson signifique "filho de Leander" ou que Wallyson signifique "filho de Wally". Parece ser mais o caso de criações livres, movidas pelo gosto da invenção. Keirison, artilheiro do Palmeiras, contou à revista *Veja São Paulo* que deve seu nome à preferência do pai pela letra K, combinada à admiração pelo beatle George Harrison. Keirison tem um irmão chamado Kimarrison, de novo com K, e dessa vez homenagem do pai, roqueiro incorrigível, a Jim Morrison. Como Harrison e Morrison viraram Keirison e Kimarrison, isso fica por conta da peculiar alquimia que rege a produção de nomes no Brasil.

Ao lado do gosto da invenção, a queda pelo estrangeirismo é outro traço que se adivinha nos pais dos "son" e dos "ton". São nomes que soam estrangeiros. Por coincidência (ou não?), as terminações em "on", tanto no inglês quanto no francês e no espanhol, correspondem ao "ão" português. Entre outros milhares de exemplos, *action*, em inglês e francês, e *acción*, em espanhol, dão em "ação" em português. Ora, o "ão" é o som mais típico da língua portuguesa, terror dos estrangeiros que o tentam imitar. Fugir do "ão", como se faz, mesmo inconscientemente, quando se opta pelo "on" é negar a língua portuguesa como nem São Pedro negou Jesus Cristo antes que o galo cantasse.

O gosto da invenção, somado à queda pelo estrangeirismo, colabora para a hipótese seguinte: a escolha dos nomes Kléberson ou Richarlyson, Welton ou Arilton, trairia o desejo de, com o fermento de toques originais e estrangeiros, prover o filho de uma personalidade forte e única. Não, ele não haverá de ser um zé qualquer, nem um João-ninguém. A ironia desta história é que, em contraponto à tendência pelos "son" e "ton" nos estratos populares, nas classes altas vigora a tendência oposta. Lá reinam os Josés e os Joões, Antônio e Franciscos, como fazia décadas não se via. Tal qual em outros campos, um Brasil vai para um lado, o outro para a direção inversa.

(VEJA, Edição 2101, 25 de fevereiro de 2009)

(30)

**O silêncio dos bons****"O conceito de 'governabilidade' foi interpretado, na política brasileira, como a necessidade de reservar áreas do governo à livre prática da corrupção"**

Agora já não há mais dúvidas: houve uma batalha entre os bons e os podres, e os podres venceram. É simples assim. Tal qual num teatro em que o autor finalmente desvela o que ainda faltava desvelar, e os espectadores são contemplados com o chocante desfecho, os últimos dias, começando pela tentativa de assalto comandada por um ministro a um fundo de pensão, e terminando com a articulação para eleger o novo presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado, disseram tudo.

A mesma turminha braba agiu num caso como no outro. Aquela turminha famosa mesmo antes de o senador Jarbas Vasconcelos denunciá-la na VEJA de três semanas atrás, e mais famosa ainda depois. Ela estende sua sombra por um vasto condomínio: o Senado, a Câmara, os ministérios de mais polpudos orçamentos, o comando das estatais. Onde há ainda algum cofre fora de seu alcance, ou algum promissor recanto do estado a salvo de seu poder de chantagem, não se perde por esperar. Eles estão com as garras afiadas e, certos de que não há força capaz de barrar-lhes o avanço, ainda chegam lá. É simples assim: acabou. Eles venceram.

Como foi isso acontecer? Já se cansou de falar da voracidade com que os políticos se lançaram ao pote, quando do desmanche da ditadura. Já se cansou de falar da impunidade, já se arquivou de falar de regras eleitorais favoráveis à trapaça e ao engodo. Ficou faltando falar de um fator igualmente decisivo, ou mais: o silêncio dos bons. Os podres avançaram na mesma proporção em que os bons recuavam. Quanto mais silêncio de um lado, mais estimulado se sentia o outro em seguir adiante. A audácia com que recentemente descartaram os últimos escrúpulos tem sua perfeita contrapartida na atitude daqueles que, por timidez ou, pior, por conveniência, se recusaram a atrapalhar-lhes o caminho.

Um aviso ao leitor incréu: existem, sim, os bons. Existe gente honesta e com a cabeça no bem do país no Congresso e nos ministérios, no governo dos estados e nas prefeituras. É tão equivocado achar que todo político é desonesto quanto achar que todos são anjos. Quando o senador Jarbas Vasconcelos soltou o verbo, expondo o PMDB como um partido cuja vocação é pleitear cargos para praticar a corrupção, seria de esperar que os bons viessem em peso engrossar o coro. Enfim, surgia um paladino daquela verdade que todo mundo via, mas que ninguém de semelhante prestígio e influência ousara denunciar. A obrigação dos bons, tanto nos outros partidos quanto nos minoritários bolsões de honestidade no próprio PMDB, seria, num tropel de cavalaria justiceira, vir em reforço do senador. Era de esperar uma mobilização que, do mais humilde vereador ao mais poderoso governador de estado, passando pelos senadores e deputados que exercem seu mandato com honradez, contaminasse a sociedade com um estrondo de avalanche. Em vez disso, o que se viu foi uma ou outra protocolar declaração de apoio, o silêncio de muitos, e vida que segue.

Por que o silêncio dos bons? Eis outra revelação para deixar a plateia chocada: porque puseram na cabeça que não podem prescindir dos maus. Não é que toleram; se assim fosse, não seria tão grave. Eles cortejam os maus. Acenam para eles com carinho, jogam beijinhos, reviram os olhos. Chegaram à conclusão de que sem eles não se governa, por isso se desdobram nas amabilidades e solitudes. Esse fenômeno vem lá do funesto governo Sarney. O governo Fernando Henrique Cardoso foi a penúltima esperança de que pudesse ser detido. O governo atual, em que atingiu sua expressão máxima, foi a última. "Governabilidade", uma palavra que em outros países significa encontrar pontos doutrinários comuns, entre partidos diferentes, para permitir efetividade à ação administrativa, no Brasil ganhou o significado de reservar áreas do governo à livre prática da corrupção, em troca de apoio em votações no Congresso e em campanhas eleitorais. Em outras palavras, legalizou-se a corrupção. Acabou-se a história. A vitória foi entregue de bandeja à banda podre.

O homem escolhido para chefiar a Comissão de Infraestrutura do Senado, um posto que oferece boas possibilidades de manipulação e chantagem, é o ex-presidente Fernando Collor. Expulso do poder por corrupção em 1992, o homem que pedia para não ser deixado só teve seu desejo atendido: conta com a companhia amiga dos colegas, numa teia de solidariedade que corre até o centro do governo. Sozinho ficou o senador Jarbas Vasconcelos.

(VEJA, Edição 2103, 11 de março de 2009)

(31)

### Palavras que ferem, palavras que salvam

**"É só aguardar? Só mesmo? Só gozar as delícias desta sala de espera, mais apinhada do que a Faixa de Gaza? Ou desta fila, comprida como a Muralha da China?"**

"Posso ajudar?" Eis duas palavrinhas que nos soam mais que familiares. Entra-se numa loja e lá vem: "Posso ajudar?". Está desencadeado um processo durante o qual não mais conseguiremos nos livrar da prestimosa oferta. Ao entrar numa loja, o ser humano necessita de um tempo de contemplação. Precisa se acostumar ao novo ambiente, testar a nova luminosidade, respirar com calma o novo ar. Sobretudo, necessita de solidão para, por meio de um diálogo consigo mesmo, distinguir entre os objetos expostos aquele que mais de perto fala à sua necessidade, ao seu gosto ou ao seu desejo. A turma do "posso ajudar" não deixa. Mesmo que se diga "Não, obrigado; primeiro quero examinar o que há na loja", ela só aparentemente entregará os pontos. Ficará por perto, olhando de esguelha, como policial desconfiado.

Onde a situação atinge proporção mais dramática é nas livrarias. Livraria é por excelência lugar que convida ao exame solitário das mesas e das prateleiras. É lugar para passar lentamente os olhos sobre as capas, apanhar e sentir nas mãos um ou outro volume, abrir um ou outro para testar um parágrafo. Um jornal certa vez avaliou como critério de qualidade das livrarias a rapidez com que o atendente se apresentava ao freguês. Clamoroso equívoco. Boa é a livraria em que o atendente só se apresenta quando o freguês o convoca. As melhores, sabiamente, dispensam o "posso ajudar". As mais mal administradas, desconhecedoras da natureza de seu ramo de negócio, insistem nele.

Ainda se fossem outras as palavrinhas – "Posso servi-lo? Precisa de alguma informação?" Não; o escolhido é o "posso ajudar", traduzido direto do jargão dos atendentes americanos ("May I help you?"). A má tradução das expressões comerciais americanas já cometeu uma devastação no idioma ao propagar o doentio surto de gerúndios ("Vou estar providenciando", "Posso estar examinando") que, do telemarketing, contaminou outros setores da linguagem corrente. O "posso ajudar" é caso parecido. Tal qual soa em português, mais merecia respostas como: "Pode, sim. Meu carro está com o pneu furado. Você pode trocá-lo?". Ou: "Está quase na hora de buscar meu filho na escola. Você faz isso por mim? Assim me dedico às compras com mais sossego".

Pode haver algo mais irritante do que o "posso ajudar"? Pode. É o "é só aguardar". Este é próprio dos lugares em que se é obrigado a esperar para ser atendido – o banco, o INSS, o hospital, o cartório, o Detran, a delegacia da Polícia Federal em que se vai buscar o passaporte. Ou bem há uma mocinha distribuindo senhas ou um mocinho organizando a fila. Chega-se, a mocinha dá a senha, o mocinho aponta o lugar na fila, e tanto a mocinha quanto o mocinho dirão em seguida: "Agora é só aguardar".

Só? Só mesmo? O que vocês estão dizendo é que o mais difícil, que foi apanhar essa senha ou ouvir a instrução sobre em qual fila entrar – ações que não me custaram mais que alguns segundos –, já passou? Agora é só gozar as delícias desta sala de espera, mais apinhada do que a Faixa de Gaza? Ou apreciar as maravilhas desta fila, comprida como a Muralha da China? Um traço característico da turma do "é só aguardar" é que ela nunca cometerá a descortesia de dizer "é só esperar". Seus chefes lhes ensinaram que é mais delicado, menos penoso, "aguardar" do que "esperar". É um pouco como quando se diz que fulano "faleceu", em vez de dizer que "morreu". A crença geral é que quem falece morre menos do que quem morre. No mínimo, morre de modo menos drástico e acachapante.

\*\*\*

Há outras ocasiões em que o uso inábil da língua vem em nosso socorro. Exemplos:

"Foi movido contra você um processo nº 01239/2009 por danos morais, conforme a Lei nº 9.099, na segunda vara penal. Caso não compareça no lugar especificado no arquivo em anexo poderá implicar em chamada de segunda instância e/ou recolhimento da sociedade".

"Todos os clientes MasterCard, devem recadastrar o seu cartão em 72 horas. Este procedimento está sendo ocorrido mundialmente. Caso nosso sistema não reconhecer o recadastramento, ele bloqueia o cartão, isto é, ficando impossibilitado de novas compras. Clique no link abaixo e recadastre".

Quem frequenta a internet sabe do que se trata: e-mails de golpistas, ladrões de senhas. Quando não oferecem outros indícios, eles se denunciam pelo incontornável costume de estropiar o idioma. Que bom que a escola brasileira é tão ruim.

(VEJA, Edição 2105, 25 de março de 2009)

(32)

### O oligarca perfeito

**"Há muitos campeões do atraso na política brasileira. Sarney é o campeão dos campeões, tanto por antiguidade quanto, sobretudo, por mérito"**

"Sarney!, Sarney!, Sarney!" A multidão na praça grita em coro enquanto o político, no palanque, agita os braços em triunfo. É o começo do filme *Maranhão 66*, de Glauber Rocha, documentário que registra sangue novo, cheio de boas promessas, no governo do Maranhão. O sangue novo em questão é o do jovem (36 anos) José Sarney de Araújo Costa, que tomava posse no cargo. "O Maranhão não suportava mais o contraste de suas fabulosas riquezas potenciais com a miséria, com a angústia, com a fome, com o desespero", recita o novo governador. A câmera mostra a desolação das casas de pau a pique, seus miseráveis habitantes zanzando pelas ruas de terra. "O Maranhão não quer mais a desonestidade no governo, a corrupção... O Maranhão não quer a violência como instrumento de política. O Maranhão não quer mais a miséria, o analfabetismo, as mais altas taxas de mortalidade infantil." O tom é de anúncio de uma nova era. A câmera mostra prisões desumanas, banheiros sujos, hospitais precários.

Se há um político brasileiro que elaborou inteligentemente o seu projeto, e por isso mesmo pode considerá-lo coroado de êxito, é o senador José Sarney. O projeto, já se adivinha, é o do atraso. O jovem Tancredi, personagem do romance *O Leopardo*, de Tomasi di Lampedusa, traduzia o mesmo objetivo na célebre frase: "Se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude". O atraso à brasileira vai mais fundo. A ideia não é que as coisas fiquem como estão; é que melhorem sempre para os governantes, mesmo que piorem para os governados. Há muitos campeões do atraso na política brasileira. Sarney é o campeão dos campeões, tanto por antiguidade quanto, sobretudo, por mérito.

Como é do conhecimento geral, as promessas de nova era no Maranhão, registradas nos onze minutos do filme de Glauber Rocha, não foram cumpridas. Ao contrário, a já longa era Sarney logrou a proeza de empurrar o Maranhão para a rabeira entre os estados brasileiros, suplantando Piauí e Alagoas. A glória de Sarney, enquanto isso, só fez aumentar, esparramando-se para a parentela. Ao passear por São Luís e outras cidades maranhenses, o visitante deparará com ruas, escolas, hospitais, bibliotecas e edifícios públicos com o nome de José, Marly, Kiola, Roseana e Fernando Sarney; entre um programa e outro da TV Mirante, de propriedade da família, folheará o jornal *O Estado do Maranhão*, idem; e terminará o périplo com uma chegada ao Convento das Mercês, construção do século XVII doada a uma fundação criada por Sarney para a salvaguarda de seus documentos, livros, objetos, e, ao fim e ao cabo, dele próprio – uma vez que nela está reservado espaço destinado à sua tumba.

Mas não é isso, ou apenas isso, que converte Sarney em campeão dos campeões. O pulo do gato está alhures. Os chefões desse naipe – nossos tradicionais "coronéis" – costumam adotar a prepotência como estilo. Antonio Carlos Magalhães era assim. Sarney, de sua parte, ataca de "homem cordial". Ninguém mais afável. A esse traço acrescenta-se o do literato, membro da Academia Brasileira de Letras. Suas alianças, por essa senda, avançam para abarcar intelectuais e artistas, e foi por aí que Glauber Rocha, já então o maior dos cineastas brasileiros, foi seduzido a fazer o filme de 1966. Enfim, ao homem cordial e ao literato junta-se o estadista. Ele já foi presidente da República; a pose é de impecável cumpridor do que memoravelmente alcunhou de "liturgia do cargo". A capa de homem cordial/literato/estadista cobre o coronel como um jaquetão.

Sarney está na ordem do dia, se é que algum dia saiu dela. Pela terceira vez é presidente do Senado, e sua ascensão ao cargo veio junto com um festival de denúncias, envolvendo a instituição como um todo mas com sua figura insistentemente no centro da ação – quer por sua responsabilidade na prática de nomear diretores da casa em chorrilho, quer pelo fato de ter enviado seguranças do Senado para vigiar propriedades suas em São Luís, ou de ter usado uma diretora da casa em suas campanhas eleitorais. Miudezas. O projeto de transpor o atraso maranhense para as instituições federais está em curso já há décadas, desde que ele ganhou projeção nacional, e não será interrompido. Sarney tem a seu favor a pose, a palavra e uma infalível rede de proteção político-burocrático-social-literária. Vargas Llosa dizia que o PRI, partido que dominou o México na maior parte do século XX, tinha inventado a "ditadura perfeita", com seu jeito de governar incontrastavelmente dando a impressão de que o fazia dentro da ordem institucional. Sarney criou o oligarca perfeito.

(VEJA, Edição 2107, 8 de abril de 2009)

(33)

## De volta ao lar

**"A favela em que alguém cresceu não tem menor valor, em sua memória afetiva, do que o palácio em que cresceu o príncipe. Em desespero, corre-se para lá"**

O jogador Adriano, da seleção brasileira e do Internazionale de Milão, primeiro se notabilizou pelos gols. Aos gols minguantes sucederam farras crescentes. As farras transformaram-no em pivô de escândalos. Nos últimos dias virou, aos 27 anos, personagem de drama. Para quem não acompanhou a história, Adriano, depois do último jogo da seleção, em vez de voltar para a Itália, sumiu. Correu até que teria sido baleado. Ao reaparecer, deu uma entrevista que continha dois pontos fundamentais. O primeiro foi o bombástico anúncio de que iria parar, pelo menos temporariamente, de jogar futebol. "Perdi a alegria de jogar", disse. O segundo, a informação de que passara os dias de sumiço na favela Vila Cruzeiro, na Zona Norte do Rio de Janeiro, onde nasceu e cresceu. Ficou-se sabendo que com frequência ele se refugia na favela. "Estou sempre aqui", diz, num vídeo feito por holandeses na Vila Cruzeiro. "Amo minha favela." Ambos os pontos conduzem a questões mais amplas.

A primeira tem a ver com o futebol mesmo. Não há caso similar, até onde a vista alcança, de jogador que, ainda com anos de carreira pela frente e ganhando uma fortuna, tenha decidido abandonar tudo. Jogador que perde a alegria de jogar é triste como palhaço que não vê mais sentido em fazer graça, artista plástico que não mais se encanta pelas cores ou filósofo para quem especular vira uma chaticice. Adriano é um caso especial. Ele hoje nega, mas já admitiu problemas com alcoolismo. Talvez sofra de depressão. Mesmo assim, seu caso é emblemático. Ele sumariza o novo "trato dos viventes", para usar o título do livro do historiador Luiz Felipe de Alencastro sobre o comércio de escravos no Brasil, em que se transformou a indústria do futebol.

Não; não se pode comparar a situação do escravo transplantado da África para uma vida de sofrimento no Brasil com a do jogador exportado para uma vida de riqueza no exterior. Exceto por três fatores – um, que se trata igualmente de comércio em que a mercadoria são pessoas; dois, que na maior parte das vezes envolve gente de pele escura; e três, que para essa gente/mercadoria o lado de lá da linha significa o desterro. Adriano transferiu-se para a Itália aos 19 anos. Foi disparado, sem escala para aclimação, da Vila Cruzeiro a Milão. À penúria da favela seguiu-se a era das mansões, das mulheres e dos carrões. O preço a pagar foi o de ter desembarcado num mundo de língua, hábitos e referências novas – tanto mais atordoantes para quem tem formação deficiente e estrutura psicológica frágil. Seu caso chama atenção para o lado obscuro do sucesso dos artistas da bola.

A segunda questão suscitada pela entrevista de Adriano, sobre seu refúgio na Vila Cruzeiro, serve como involuntária contribuição a um debate hoje na ordem do dia no Rio – o da expansão das favelas. O governo estadual projeta construir muros para proteger áreas verdes do avanço das construções. A moda do muro, que viceja da Cisjordânia à fronteira EUA-México, chega ao morro carioca como símbolo de uma rendição: desiste-se da urbanização, da fiscalização e outras providências que exigem seriedade de propósitos e continuidade administrativa em favor de um golpe de tijolo e cal. A contribuição de Adriano ao debate é apontar uma razão pouco citada para a expansão das favelas: o fato de muita gente gostar de morar nelas. De o apego à favela, numa multidão de brasileiros, ser um traço cultural.

Aos que só observam a favela de longe, como a um planeta distante, parece inconcebível que alguém possa preferir a Vila Cruzeiro a Milão. Adriano, que estaria construindo uma casa na favela, é a mais ilustre evidência em contrário. Ele é fruto daquele ambiente meio aldeia e meio cidade, meio roça e meio bairro de subúrbio, em que o costume é morar todo mundo grudado, partilhar fortemente sua vida, andar pelas vielas de chinelos e bermudas, aceitar o convívio com o tráfico como no asfalto se aceita conviver com o delinquente de colarinho-branco – e não troca isso "por nada e por ninguém", como diz no filme dos holandeses. Os verdadeiros paraísos são os paraísos perdidos, escreveu Marcel Proust. O paraíso que Adriano perdeu, ao se lançar mundo afora, é a Vila Cruzeiro. A favela em que alguém cresceu não tem menor valor, em sua memória afetiva, do que o palácio em que cresceu o príncipe. É o lugar em que sentiu os primeiros cheiros e ouviu os primeiros sons. Na hora em que a mente se perturba, corre-se para lá, na busca de segurança e de aconchego, como quem corre, em desespero, em busca da pátria.

(VEJA, Edição 2109, 22 de abril de 2009)

(34)

## Três modelos sexuais

**"Fernando Lugo possui o charme do padre transgressor à moda antiga; Jacob Zuma, o charme da poligamia; Susan Boyle introduziu o charme do sexo zero"**

*Fernando Lugo* – ex-bispo, presidente do Paraguai. Notório, hoje, menos pelas políticas que defende como presidente do que pela política sexual que adotou nos tempos de religioso. A primeira denúncia de que era pai, logo seguida pela segunda, depois pela terceira, e rumores de outras por vir ofereceram ao público uma daquelas evidências de que, por trás das aparências de uma pessoa, pode pulsar uma outra, surpreendente, espetacular (*veja Susan Boyle*). Viviana Carrillo, a primeira a denunciar Lugo como pai de seu filho (hoje com 2 anos), contou que o caso começou quando o ainda bispo se hospedou na casa da madrinha dela; à noite, Viviana foi levar-lhe os lençóis e perguntou se precisava de mais alguma coisa. "Preciso de você", foi a resposta. A frase trai um Don Juan versado nas cantadas e dotado de típica ousadia. Ressalve-se a presença, em seus namoros, de catolicíssimas particularidades. Damiana Morán Amarilla, que o auxiliava no trabalho pastoral, e que definiu a relação entre ambos como uma "explosão de sentimentos", deu ao filho (hoje com 1 ano e 4 meses) o nome de João Paulo – homenagem ao papa João Paulo II. Lugo merece outro crédito: eis, enfim, um escândalo sexual nas hostes católicas que não é de pedofilia! É verdade que se chegou a alegar que Viviana tinha 16 anos na noite dos lençóis. Segundo outras versões, teria mais de 20. De toda forma, é do sexo feminino. E, mesmo que tivesse 16 anos, estaria longe dos 12, idade máxima tolerada por um pedófilo clássico. Fernando Lugo é um transgressor do voto de castidade à moda antiga, dos bons tempos em que os padres tinham amantes mulheres.

*Jacob Zuma* – novo presidente da África do Sul. Zuma aplica, nas danças que costumam pontilhar seus comícios, passos parecidos aos dos jogadores de futebol ao festejar os gols. Trata-se de uma amostra do sensual jogo de corpo que encontra sua plena realização na cama. Quantas mulheres tem ele? Casamentos foram seis. Uma das mulheres se suicidou, de outra se divorciou. Quatro continuam em curso, num país que aceita a poligamia tradicional dos zulus. Há ainda casos fora do casamento. Quantos seriam os filhos? O total, tal qual no caso das mulheres, só pode ser estimado. Na conta dele são dezoito; outros cálculos vão além. O presidente da África do Sul diferencia-se do do Paraguai pela entrega tão escancarada às proezas sexuais, quando, no outro, são escondidas. Iguale-se ao colega sul-americano no fato de não se saber com segurança quantas mulheres tem e quantos filhos gerou (*veja Fernando Lugo*). Num caso tornado público porque motivou um processo por estupro (do qual foi absolvido), Zuma manteve relações com uma jovem mesmo sabendo ser ela portadora do vírus HIV, e sem adotar proteção. Ele explicou que se preveniu da doença tomando uma ducha depois da relação. Nada lhe segura a indomável libido. Disse uma vez: "Muitos políticos têm amantes e filhos que escondem para fingir que são monogâmicos. Eu prefiro ser aberto. Amo minhas mulheres e tenho orgulho de meus filhos". Huummmm... Não é que tem razão?

*Susan Boyle* – cantora sensação de programa de calouros britânico. Boyle, católica fervorosa, frequentou igrejas a vida inteira, destacou-se no trabalho voluntário e no coro dos hinos religiosos, mas nunca teve a sorte (ou o azar) de encontrar um Lugo na sacristia (*veja Fernando Lugo*). Aos 47 anos, nunca foi beijada, segundo afirmou aos entrevistadores do programa em que saíria do anonimato para a glória universal com sua interpretação de *I Dreamed a Dream*. A senhora simplona, de corpo maltratado, desajeitada, malvestida e mal penteada emocionou o mundo ao provar, contra todas as evidências, ser capaz de proporcionar um raro momento de beleza. É de novo uma daquelas evidências de que, por trás das aparências de uma pessoa, pode pulsar uma outra, surpreendente, espetacular. Muitas foram as explicações para o impacto que Susan Boyle causa nas pessoas. Aqui vai mais uma: num mundo intoxicado de sugestões de sexo, ela introduziu a alternativa oposta. Representa uma virada de maré, na rendição ao sexo dominante na música pop como no cinema, na televisão e na publicidade. Susan Boyle deve tomar cuidado com o que tentarão fazer dela daqui para a frente. Já está em curso uma tentativa de remodelação de sua aparência. Deve ter mais cuidado ainda com os rapazes e os senhores que daqui para a frente disputarão a primazia de arrancar-lhe o primeiro beijo. Em jogo está uma das armas de seu êxito: o charme do sexo zero.

(VEJA, Edição 2111, 6 de maio de 2009)

(35)

### Por um novo modo de votar

**"A lista fechada não garante a vitória dos mais honestos e mais capazes. O garantido é que a lista aberta é sinal verde para os mais desonestos e mais incapazes"**

Os dois argumentos assacados com mais frequência contra o sistema chamado "de lista fechada" para a eleição de deputados, que a Câmara promete votar em breve, em substituição à "lista aberta" hoje adotada, induzem a erro. O primeiro é o de que o sistema proposto cassa o direito do eleitor de escolher seu deputado. Isso leva a crer que, no sistema atual, ele tem esse direito. No sistema atual, malicioso e obscuro, vota-se em João e elege-se Antônio. O voto em João, meu preferido, vai para um cesto partidário que reforça a posição dos mais bem votados dentro da sigla, caso de Antônio, que eu detesto. O outro argumento é o de que a opção pela lista fechada dá excessivo poder às cúpulas partidárias, na hora de decidir quem será candidato e em que posição na lista. Aí, o erro é supor que no sistema atual elas não têm esse poder. São elas que escolhem quem vai se candidatar, com que ajuda em dinheiro das fontes partidárias e com que dose de empenho da máquina.

Por "de lista fechada", para quem essa conversa soa enigmática como, para um brasileiro, as regras do críquete, entende-se o método pelo qual o voto é num partido, não num candidato. Se a eleição for para uma bancada de 100 deputados, e esse partido conseguir 10% dos votos, terá direito a dez cadeiras. Elas serão ocupadas pelos dez primeiros nomes da lista de candidatos que o partido, durante a campanha, apresentou ao eleitorado. É o sistema utilizado na maioria dos países que adotam o sistema proporcional. Se o sistema é proporcional – quer dizer, estipula que a representação na Câmara se dará na mesma proporção das correntes de opinião existentes na sociedade –, nada mais lógico que favoreça antes o partido, a quem cabe aglutinar e dar expressão às correntes de opinião, do que a pessoa do candidato.

O colunista que vos fala já escreveu mais de uma vez, mas vai repetir que a seu ver a reforma política, de que tanto se fala e em favor da qual tão pouco se faz, deveria se balizar por dois grandes propósitos:

1. tornar o sistema mais compreensível;
2. torná-lo menos caro.

O atual sistema de eleição de deputado é tão incompreensível, para a grande maioria do eleitorado, quanto, para um americano, a lei do impedimento no futebol. O eleitor vota num candidato mas seu voto vai, em primeiro lugar, para o cesto partidário. O fato de votar num candidato lhe dá a impressão de que a eleição é majoritária, quer dizer, o candidato que tem mais votos leva. Engano. Sendo a eleição proporcional, antes é preciso levar em conta a proporção de votos obtida pelo partido. Há candidatos bem votados que não serão eleitos porque o partido como um todo teve votos insuficientes e, inversamente, candidatos pouco votados que obterão a vaga porque beneficiados por uma votação expressiva do partido. Se não se compreende o método, poucas razões existem para amá-lo e defendê-lo. Pior para a democracia. A eleição por lista fechada tem a vantagem de clarear as coisas. O eleitor sabe que está votando no partido e pronto.

Quanto ao segundo propósito, não se conseguiria inventar sistema mais caro, para a eleição de deputado, do que o atual. É cada um por si, arcando com os custos da campanha num estado inteiro. O custo da eleição é um dos grandes propulsores da corrupção no país. Rouba-se em boa parte para financiar as campanhas. Na opção pela lista fechada, a campanha centraliza-se no partido, a quem cabe pagar a conta. O custo será menor. O pacote de reformas políticas em cogitação no Congresso prevê também o financiamento público das campanhas. À primeira vista, a hipótese assusta: dinheiro público para financiar a eleição dessa gente?! Se for para eliminar, ou enfraquecer, o conúbio sinistro entre empresas e políticos que tanto contamina o processo político, virá para o bem. Financiamento público só é viável na opção pela lista fechada. É impraticável se o jogo é o do cada um por si no financiamento.

A campanha contra a proposta da lista fechada – o deputado Miro Teixeira anuncia uma "luta feroz" contra ela – tem como o maior dos inconvenientes deixar a entender que o sistema atual é bom. É por ele que se elegeram o deputado do castelo e o que se lixa para a opinião pública, entre muitos outros. A mudança para a lista fechada não garante a vitória dos mais honestos e mais capazes. O garantido é que a lista aberta é sinal verde para a vitória dos mais desonestos e mais incapazes.

(36)

## Notícias na TV

**"Ô produtor de telejornal, meu semelhante, meu irmão: de tanto caprichar na reconstituição da realidade, não estarias criando uma obra de ficção?"**

Em Roma como os romanos, na enchente como os molhados. O repórter nunca se contentaria em apenas mostrar as ruas transformadas em rios, os automóveis em jangadas, as casas em aquários. Precipita-se, intrépido, no aguaceiro e, molhado até o joelho, ei-lo, de microfone na mão, a desempenhar sua tarefa não apenas in loco, ao vivo e em cores, mas com os efeitos do dilúvio a castigá-lo na pele. É o jornalismo de imersão na notícia em uma de suas mais completas versões. Melhor, só se o repórter transmitisse do fundo da água. Se se tratasse de um vendaval, o ideal seria que pudesse se mostrar fustigado com tal ferocidade que tivesse de se abraçar a um poste para não alçar voo como uma pipa, o corpo já despregado do solo, os pés flutuando no espaço. À falta disso, pelo menos que se mostrasse com os cabelos ao vento. Sem cabelos ao vento, não há cobertura digna de vendaval. É imperioso escolher para a missão repórteres cujos cabelos sejam passíveis de esvoaçar ao vento. Na enchente como os molhados, na ventania como os ventados.

Agora a notícia é sobre a prisão dos implicados no último escândalo de caixa dois/suborno/desvio de verbas/lavagem de dinheiro/formação de quadrilha e, tanto quanto a polícia, é a TV que vai prender o suspeito. A TV madruga à porta do suspeito. O suspeito abre a porta, sonolento. A TV pespega-lhe as algemas. Ouve-se o clec das algemas se fechando. A TV encaminha o suspeito ao camburão. Força-o à laboriosa empreitada de entrar no carro manobrando o traseiro, dada a impossibilidade de contar com as mãos. O carro parte em disparada. Não basta reportar a realidade. Realidade é para os reality shows. A ordem é radicalizar o real. No próximo bloco: disparam os preços dos legumes – e o que fazer para proteger seu dinheiro em tempos de crise.

Se o réu agora são as leguminosas, vai-se flagrá-las igualmente em seu habitat. A repórter percorre o supermercado, empurrando um carrinho. Pepino – cinquenta por cento de aumento. Ela pega os pepinos da prateleira, põe no carrinho. Abobrinha – setenta por cento; berinjela – cem por cento; rabanete – cento e cinquenta por cento. Nesse momento uma freguesa, com seu carrinho, aproxima-se da repórter. Que freguesa distraída. Não viu que estavam gravando? Não viu as câmeras, não atentou para as luzes? Enquanto a repórter continua a elencar os pepinos e respectivos índices de aumento, a freguesa segue impassível, a escarafunchar as prateleiras, bem ali ao lado, e levar um ou outro produto ao carrinho. A repórter enfim lhe interrompe a rotina. O que a senhora achou dos preços dos legumes? Um escândalo! Estão muito mais altos do que na semana passada. Que sorte a freguesa ter aparecido bem nessa hora. Faltava à notícia o toque de drama doméstico que só a voz do consumidor é capaz de conferir.

Volta para o estúdio. Os âncoras fecham a cara. Estão bravos com o aumento de preços. E o que fazer para proteger o seu dinheiro? A reportagem é agora com um economista, que, com penetrado, surge fazendo cálculos na calculadora. A regra é clara: se a entrevista é com um escritor, tem de ter no fundo uma estante de livros; se com um biólogo, tem de mostrá-lo com um olho pregado no microscópio; se com economista, tem de ter calculadora. E o que fazer, em tempo de crise? Agora sim, ele levanta os olhos da calculadora e dá seu recado. Prudência nos investimentos. Não gastar mais do que se tem. Calcular os juros antes de comprar a prazo. Não comprar a prazo se se pode pagar à vista. (Ô economista! Precisava de tanto cálculo, para chegar a essas conclusões?) No próximo bloco: futebol. E o âncora sorri. É preciso sorrir quando a notícia é de futebol. Assim o público fica avisado de que esse é um assunto ameno.

São mostrados os gols da rodada. Segue-se reportagem sobre os nordestinos que se revelaram exímios fazedores de sushi nos restaurantes japoneses de São Paulo. Começa com a repórter passeando entre as mesas do restaurante. De forma mais espantosa ainda do que a freguesa do supermercado, ninguém parece se dar conta da presença da câmera. Continuam os clientes todos a conversar uns com os outros, entre uma manobra e outra com os hashis. (Ô produtor de telejornal, meu semelhante, meu irmão: de tanto caprichar na realidade, não estarias criando uma obra de ficção?) A repórter chega ao balcão, mostra o moço franzino cortando o salmão com perícia de esgrimista. O moço diz que veio do Piauí e que nunca antes tinha ouvido falar de sushi. Esplêndido: ele diz tudo o que se espera de um piauiense que vira fazedor de sushi. Volta ao estúdio. Os âncoras sorriem. O jornal termina com uma nota alegre e uma história de sucesso, como deve. Boa noite.

(37)

## Palavras no muro

**"Prepare-se o leitor para o sublime encontro entre um autor anônimo, possivelmente sujo, talvez faminto e desocupado, e um dos luminares da literatura"**

O amor é importante, pombas. No original, não é "pombas". É um palavrão, que também começa com "po". A frase, desenhada com as letras angulosas e sem curvas dos grafiteiros, nas últimas semanas tomou conta de muros, paredes e beiradas de viadutos de São Paulo. Enfim, um grafiteiro inteligente. Ou poético, ou pungente, dependendo do estado de espírito de quem o lê. "O amor é importante, po", de autoria desconhecida, eleva o grafite paulistano da habitual indigência ao nível dos clássicos do ramo produzidos no maio de 1968 francês – "A imaginação no poder", "Seja realista: exija o impossível", "É proibido proibir".

O segredo da frase é a palavrinha que começa com "po" aposta à oração principal. É o que faz que um pensamento banal adquira vísceras e atinja o leitor. "O amor é importante", sozinho, seria uma bobagem. Ocorre que o grafiteiro queria dizer exatamente isso, que o amor é importante. Encontrou um jeito de driblar o lugar-comum ao socorrer-se do palavrão. O palavrão contrapõe-se à pieguice do desabafo sentimental e o redime. A violência do expletivo chulo compensa a moleza do pensamento central. Produz-se o inesperado. E o rabisco na rua alcança o patamar da beleza literária.

Esse mesmo fenômeno de uma expressão secundária, na frase, sobrepor-se ao principal e salvá-la encontra-se em... (em quê? em quem? ...prepare-se o leitor para saltar dos clandestinos assaltos aos muros de São Paulo para os textos antológicos da literatura universal) ...em Jorge Luis Borges. Não que se queira comparar o desconhecido grafiteiro com o criador do *Aleph* (ou melhor: é o que se quer, sim; prepare-se o leitor para o sublime encontro entre um autor anônimo, possivelmente sujo, talvez faminto, quase certamente desocupado, cuja diversão é vagar pelas ruas da cidade nas horas vazias da noite, e um dos luminares da literatura do século XX). O recurso empregado em "O amor é importante, po" é o mesmo de dois versos do poema *La Luna*, de Borges:

"Según se sabe, esta mudable vida

Puede, entre tantas cosas, ser muy bella".

A ideia central, a de que a vida pode ser bela, é simplória como a de que o amor é importante. A maravilha dos versos se deve ao "segundo se sabe" com que se abrem e ao "entre tantas coisas" que precede a qualificação da vida. Eis, de novo, a mágica de componentes secundários da frase – dois, neste caso – tomarem o lugar do principal e o modificarem a ponto de conferir-lhe estatuto de obra de arte. O "segundo se sabe" prepara o espírito para algo já muito repisado, e com isso ameniza a banalidade do que virá a seguir, mas não está aí seu efeito principal. Mais relevante é que se trata de uma expressão marcadamente prosaica, frequente em peças de argumentação, aquelas em que se procura defender um ponto, como um editorial de jornal, uma tese acadêmica ou um arrazoado de advogado. Encontrá-la num poema, a escorar um luminoso momento de encantamento com a vida, produz um contraste da mesma família do palavrão sacado pelo grafiteiro para sublinhar o recado de que o amor é importante.

O "entre tantas coisas" abre ao infinito o leque de feições que pode assumir a vida. Nenhuma surpresa. A vida pode ser bela, mas pode ser muitas outras coisas, feia inclusive. "Vida", como mulher fácil, pode ir com qualquer adjetivo. Mas aí que está. Se a vida pode ser também feia, trágica, cruel, frustrante e dura, além de agradável, surpreendente ou reconfortante, quando nos damos conta de que, "entre tantas coisas", ela pode também ser bela, aí sim é que se torna mais bela ainda. Se Borges tivesse apenas escrito que a vida pode ser bela, que decepção, para um escritor de sua estatura. Seria como se o grafiteiro afirmasse que o amor é importante, e ponto final. Ao escrever que a vida "puede, entre tantas cosas, ser muy bella", ele a torna extraordinariamente bela, ofuscantemente bela.

Se a frase do grafiteiro é digna de Borges, como aqui se procurou demonstrar, a recíproca é verdadeira. Borges é também digno do grafiteiro. Não. Não dá para imaginar o argentino, spray na mão, a esgueirar-se na noite, em busca do muro mais imaculado para aplicar sua marca, isso não. Mesmo porque enxergava mal e podia acidentarse. Mas dá para imaginar o "Según se sabe, esta mudable vida..." aplicado a um muro, uma parede, uma beirada de viaduto. O efeito seria o mesmo do "O amor é importante, po". O de uma pausa, uma surpresa e um renovador respiro, em meio à selva da cidade.

(38)

**Politolíngua, série Sarney****"O titular do baronato do Maranhão e Amapá olha-se no espelho e o que vê é o literato sensível, o detentor da sabedoria, o benfeitor das gentes e o salvador da pátria"**

*Atos aos quais faltou a formalidade da publicação* – Expressão preferida pelo presidente do Senado, José Sarney, a "atos secretos", para designar as nomeações, exonerações, promoções, aumentos de salários e outras medidas que seus promotores preferiam manter longe das vistas do público. A intenção de lavar pela linguagem um procedimento delituoso lembra o Delúbio Soares dos "recursos não contabilizados" invocados em lugar de "caixa dois", à época do mensalão. Os atos secretos do Senado equivalem ao caixa dois dos procedimentos administrativos. "Eu não sei o que é ato secreto", disse Sarney. "Ninguém pode tomar posse sem ter sua nomeação publicada." Ele tem razão. Mas, por uma esquisitice brasileira, os atos secretos, tal qual ocorre com o caixa dois, produziram, sim, efeitos; os nomeados tomaram posse, os exonerados se desoneraram e os salários se fizeram presentes nas contas bancárias.

*Família bem-composta* – A família foi invocada pelo presidente do Senado ao queixar-se da injustiça que estariam praticando contra ele, logo ele... "eu, com tantos anos de vida pública, com a correção que tenho de vida austera, de família bem-composta"... De novo ele tem razão. Prova de quão bem-composta é a família é a atenção que merecem mesmo os ramos mais afastados do núcleo central. Vera Macieira Borges, sobrinha de Marly, mulher de Sarney, descolou um ato secreto que a fez funcionária do Senado mesmo morando em Campo Grande, sem função a exercer por lá. Mais eloquente só o caso de Isabella Murad, sobrinha do genro de Sarney, cujo ato secreto, campeão na modalidade de pagamento de salário a distância, alcançava-a lá em Barcelona, onde mora.

*Grande família* – Coube ao senador Edison Lobão Filho, o Edinho, numa nova invocação do santo nome da família, produzir a melhor frase da semana. Foi revelado que um funcionário de seu gabinete no Senado, Raimundo Nonato Quintiliano Pereira, o "Raimundinho", na verdade trabalha na Fundação José Sarney, acomodada no histórico Convento das Mercês, em São Luís. Edinho confirmou a notícia com orgulho e altivez: "No Maranhão a gente faz parte de uma grande família política. Liberei para trabalhar no convento porque, trabalhando para o presidente Sarney, ele está trabalhando para nós". O conceito de "grande família" veio a calhar. Conduz à copiosa parentela Sarney pendurada na folha de pagamento do Senado, mas também desperta ecos de família naquela outra acepção, aquela... o leitor sabe... de "famiglia".

*Lixeiras e despensas* – "Julguei que tivesse sido eleito para presidir politicamente a Casa, e não para cuidar de sua despensa ou para limpar suas lixeiras", disse Sarney. O titular do baronato do Maranhão e Amapá olha-se no espelho do salão e o que vê é o estadista. Que desagradável o barulho que vem da cozinha. Que insuportável o cheiro das estrebarias. O que lá se produz é não apenas necessário, como obedece aos propósitos do grão senhor. Mas por que fazê-lo deixando escapar o som e o cheiro? O Sarney que José Sarney imagina no espelho é o literato sensível, o detentor da sabedoria, o benfeitor das gentes e o salvador da pátria. Acreditaria José Sarney em José Sarney?

*Mordomo* – A denúncia de que outro frequentador da folha do Senado, Amaury de Jesus Machado, por alcunha o "Secreta", na verdade prestaria serviço de mordomo à governadora Roseana, filha de Sarney, provocou a indignação do patriarca. "O Senado nunca pagou nenhum mordomo", disse. "A senadora Roseana não tem mordomo em casa." A indignação, ainda uma vez, era contra a palavra. Mordomo não, mordomo nunca, mas, a começar da própria Roseana, ninguém da família negou que o "Secreta" (de "secretário", embora pudesse ser também de "secretamente lotado em lugar indevido") seria um faz-tudo a serviço da hoje governadora do Maranhão. "Ele é meu afilhado. E vai lá em casa quando preciso, umas duas ou três vezes por semana."

*Pessoa incomum* – A frase que vai ficar como emblema do rodaminho que envolve o presidente do Senado foi produzida pelo presidente Lula: "Sarney não pode ser tratado como se fosse uma pessoa comum". Não é que ele tem razão? Não é em qualquer um que a fantasia do estadista convive com a resistente realidade do oligarca nordestino, cercado de parentes e agregados, quando não são afilhados, ou afilhados da filha, os limites entre os bens públicos e privados embaralhados e manipulados segundo os interesses do clã. Com força incomum, Sarney puxa o Brasil para trás.

(VEJA, Edição 2119, 1º de julho de 2009)

(39)

### O absurdo chamado Honduras

#### "Contempla-se o mapa e surge por inteiro o erro que é a América Central – um rabicho da América do Norte, ou um penacho brotado da cabeça da América do Sul"

Fala-se de Honduras, nestes dias, Honduras para cá, Honduras para lá, como se fosse a coisa mais natural do mundo. Não é. Não dá para comentar um golpe, ou uma situação política, por mais grotesca ou absurda, sem atentar primeiro ao absurdo que é Honduras em si, mesmo sem golpes ou situação política explosiva. Este é o ponto. Quem discute o golpe dá por pacífica a existência de Honduras. Considera que um país chamado Honduras é algo perfeitamente normal e cabível na ordem geral do planeta. Ora, essas pessoas deveriam parar um momento para pensar. Como assim? Honduras? Um país chamado Honduras? A conclusão inevitável é que Honduras é uma aberração.

A América Central é uma aberração. É produto de um erro geológico, um esquecimento que fez uma tripa de terra resistir a seu destino lógico, que seria a submersão no oceano. Sem ela, os oceanos Atlântico e Pacífico teriam ampla comunicação. Teria sido evitado o drama que foi a construção do Canal do Panamá, incluindo o escândalo financeiro da primeira tentativa de sua abertura, tão rumoroso que a palavra "panamá" virou sinônimo de negociata. A América do Norte e a América do Sul seriam dois continentes diferentes, com identidades ainda mais nítidas do que as que já possuem. Teriam nomes diferentes, em consequência. E inexistiria o problema de os do Sul se sentirem órfãos do adjetivo "americano", de tal forma ele é identificado com o mais poderoso dos países do Norte.

Contempla-se o mapa e surge por inteiro o erro que é a América Central – um rabicho da América do Norte, ou, vista do ângulo oposto, um penacho, ou um topete rebelde, brotado da cabeça da América do Sul. Bem... Já que existe, poderia contentar-se em constituir-se numa ponte, uma passagem seca, e por isso uma boa alternativa de comunicação, entre a América do Norte e a do Sul. Não; foi-se além, e implantou-se ali... um país? Um único país, o que, vá lá, com boa vontade seria tolerável? Não; implantaram-se sete países. Sete! Existe até um chamado Belize. Eles acomodam-se mal, apertados uns contra os outros como num trem de subúrbio às 6 da tarde, e não é de espantar que, quando não estão em conflito consigo mesmos, como ocorreu nas guerras civis de El Salvador e Nicarágua, enfrentam-se uns aos outros, como na Guerra do Futebol, entre o mesmo El Salvador e nossa espantosa Honduras, iniciada no estádio em que se enfrentavam, em 1969, as seleções dos dois países.

O.k., reconheçamos que, caso não houvesse a América Central, não haveria conflitos que até possuem seu lado recreativo, infelizmente ensombrecido pela triste circunstância de também levarem à morte e à devastação, como a Guerra do Futebol. E caso não houvesse Honduras não haveria um espetáculo retrô, para encher de conforto a alma de um saudosista, como a deposição *manu militari* de um presidente, ainda mais que enriquecida por particularidades como arrancar o presidente do palácio de pijama, levá-lo ao aeroporto e despejá-lo, sempre de pijama, num país vizinho.

Tais aspectos não compensam o absurdo que é a mera existência da América Central. O simples fato de haver nações, com o consequente aparato de fronteiras, exércitos, nacionalismos e xenofobias, já é questionado pelos mais idealistas. Transportado para a América Central, o argumento multiplica-se por mil. Se fosse habitada por árabes e judeus, uns roçando as costas dos outros, ou indianos e paquistaneses, ou chineses han e chineses uigures, ainda se entenderia caber tanto conflito em tão exíguo cenário. Não; são países que falam todos a mesma língua, exceto Belize, são todos cristãos e possuem composições étnicas iguais, ou quase. A América Central é uma amostra eloquente da forma, abusiva e abusada, como as nações brotaram e continuam brotando na face do planeta Terra.

#### Enquanto isso...

Neste outro país aberrante, por outros motivos, que é o Brasil, os deputados dão um golpe na internet. O projeto de lei eleitoral aprovado na semana passada pela Câmara amarra as campanhas políticas pelo novo meio de comunicação na mesma camisa de força da televisão. Dificultam-se ou proibem-se os debates, as entrevistas, as críticas, a controvérsia. A internet é mais arisca, como se sabe, e a possibilidade de a lei não pegar, pela impossibilidade de fiscalização, é grande. Em todo caso, está lá, no papel, esperando agora a aprovação do Senado. A inspiração central do projeto é reforçar o já velho e vitorioso objetivo de fazer o eleitor votar às cegas.

(VEJA, Edição 2121, 15 de julho de 2009)

(40)

**Mártires da glória****"Havia algo de melancólico na figura dos astronautas a participar, com o presidente Barack Obama, da cerimônia comemorativa dos quarenta anos do desembarque na Lua"**

O tema do romance *O Deserto dos Tártaros*, do italiano Dino Buzzati, publicado em 1940, é a esperança. Giovanni Drogo, o personagem central da história, é um militar que ganha seu primeiro posto no remoto e isolado forte Bastiani, situado na fronteira norte de um país indefinido, e ali permanecerá até o fim da carreira. As tarefas são repetitivas e inúteis. Nada acontecia por ali fazia anos, e continua não acontecendo. Drogo tem chances de mudar de posto em busca de uma vida com mais ação e mais propósito, mas deixa escapá-las todas. Move-o a esperança de que um dia o inimigo atacará por aquele flanco e enfim se revelará que a vigília não foi vã. Melhor ainda, nesse dia ele poderá se sagrar herói, aspiração máxima de quem escolhe a carreira militar.

Drogo envelhece esperando o que nunca acontece. Passaram-se os anos, mas ele "não pensa que o futuro se reduziu terrivelmente, não é mais como antes, quando o tempo vindouro podia parecer-lhe um período imenso, uma riqueza inexaurível que ele não corria nenhum risco em esbanjar". Ele persistia "na ilusão de que o importante ainda está para começar". Este é o grande momento do livro. Nele o autor ultrapassa os limites de sua história e de seu personagem para apontar lapidarmente um dos mais fortes motivos, se não o mais forte, pelos quais, em qualquer circunstância e qualquer tempo, continua-se a viver e a manter a flama: a persistente esperança de que o melhor ainda está por vir.

A trajetória do trio de astronautas da Apollo 11 não poderia, à primeira vista, oferecer contraste maior com a de Giovanni Drogo. Na vida de Drogo não aconteceu nada. Na deles aconteceu de serem os primeiros a empreender uma viagem de desembarque na Lua. Drogo esperou em vão pela glória. Os astronautas conheceram a glória de uma empreitada que por milênios pareceu impossível. No entanto, havia na semana passada algo de melancólico na figura daqueles três senhores, a participar, com o presidente Barack Obama, da cerimônia comemorativa dos quarenta anos da proeza. A cerimônia soava a desfile de veteranos de guerra. Desfiles de veteranos de guerra são patéticos. Mostram senhores não só distantes do antigo garbo e do momento que os alçou acima do comum dos homens e da existência comum, como os põem na desconfortável posição de reclamar o reconhecimento a uma geração que guarda memória apenas vaga de seus feitos.

Do trio de astronautas, os dois que pisaram na Lua (o outro permaneceu em órbita) experimentaram momentos dolorosos, nestes quarenta anos. Edwin Aldrin mergulhou no alcoolismo e na depressão. Neil Armstrong impôs-se um alerta neurótico contra a exploração não autorizada de sua fama. Deixou de dar autógrafos quando descobriu que eram comercializados. Moveu processo contra uma empresa que usou sua (tola) frase do "pequeno passo para um homem, grande salto para a humanidade". Moveu outro, campeão de exotismo, contra o barbeiro que ousou vender um chumaço de seus cabelos. Trancou-se, como ermitão, na pequena cidade em que mora.

Os heróis da Lua nada têm a ver com Giovanni Drogo, mas lhes ocorreu algo tão incômodo quanto. Conheceram cedo, antes dos 40 anos, o ponto mais alto de sua vida. Como escreveu Aldrin: "Que pode fazer um homem, depois de ter andado na Lua?". A eles foi roubado o princípio basilar da esperança, aquele segundo o qual, na fórmula de Dino Buzzati, "o importante ainda está por começar". É o que ocorre igualmente com outros profissionais de glória precoce, como os jogadores de futebol e as crianças-prodígio que ao crescerem não confirmam seus talentos. Os astronautas da Apollo 11 nos parecem, e talvez pareçam também a si mesmos, personagens que, cedo, foram condenados a virar sombras de si mesmos.

\*\*\*

Quanto a Giovanni Drogo, para quem quer saber o fim da história – a guerra acaba estourando, sim, na fronteira norte, mas bem no momento em que, velho e doente, ele é retirado do forte para dar lugar a alguém apto ao combate. Morre pouco depois, no solitário quarto de uma estalagem, e, no último momento, embora ninguém o contemple, sorri. Segundo escreveu o crítico Antonio Candido, num bonito ensaio, Drogo sorri porque enfim compreende que "a Morte era a grande aventura esperada" e que enfrentá-la "com firmeza e tranquilidade" é "o momento supremo da vida de todo homem". Pode ser. Mas pode ser também, mais prosaicamente, um sorriso de rendição. A morte, no cumprimento de seu papel, acabara de revelar-lhe a vacuidade do sonho, da glória e da esperança.

(VEJA, Edição 2123, 29 de julho de 2009)

(41)

**Elle, o de sempre**

**"Quando Collor se cansou de Simon e de Sarney, sobrou para quem? O colunista que vos fala. O que disse é mentira. Mais uma vez: MENTIRA. E uma terceira: MEN-TI-RA"**

Pode sentir-se defendido quem tem em sua defesa a dupla formada pelos senadores Renan Calheiros e Fernando Collor de Mello? Há defesas que ferem como ataque. Num primeiro momento funcionam, como funcionou a furibunda blitz desfechada pela dupla contra o senador Pedro Simon, na memorável sessão do Senado da última segunda-feira. A torrente de insultos, insinuações e, da parte de Collor, assustadoras caretas lançadas contra Simon intimidou o senador gaúcho a ponto de, como ele afirmaria mais tarde, ter sentido medo físico. Mas o ônus de carregar pela vida afora, e biografia adentro, o fato de ter contado com tais defensores supera o alívio momentâneo. Os senadores do PT sabem disso e conspicuamente procuram se dissociar dos referidos senhores. Já o presidente do Senado, José Sarney, não bastassem os próprios problemas, é refém de um duo cujo abraço aperta, aprisiona e sufoca como tenaz.

O senador Collor superou-se, naquele dia, na utilização dos velhos recursos em favor do novo papel de injustiçado e sofredor. Buscando inspiração no aparelho digestivo, ordenou a Simon que "engolisse" as próprias palavras e "as digerisse como julgasse conveniente". Chamou o honrado senador de "parlapatão". E enquanto isso armava seu impressionante repertório de expressões fisionômicas e exalações corporais, um conjunto que, querendo sublinhar indignação, acaba por revelar um perturbador descontrole. A respiração era pesada como a do touro ao investir contra o pano vermelho. Repetiam-se os estranhos olhos fixos de outras ocasiões. E a alturas tantas, quando se cansou de Simon e de Sarney, sobrou para quem? Quem? Quem? O colunista que vos fala. Disse ele que "o jornalista chamado Roberto Pompeu de Toledo, que costuma sujar a última página de uma revista local, se não me engano a VEJA", procurou o ministro Ilmar Galvão, encarregado, no Supremo Tribunal Federal, de relatar o processo contra ele, Collor, à época do impeachment, e lhe propôs: "Ministro, declare a culpa do Fernando Collor que nós daremos ao senhor a capa e as entrevistas de páginas amarelas da revista". O ministro, indignado, teria expulsado o interlocutor de seu gabinete.

Deus do céu, quanta pretensão, num pobre jornalista, achar que a efêmera glória do bom tratamento num órgão de imprensa pudesse influenciar o julgamento de um ministro do Supremo! Collor acrescentou que Roberto Pompeu de Toledo não poderia desmentir tal episódio. Pode sim. É mentira. Mais uma vez: MENTIRA. E uma terceira: MEN-TI-RA. A conversa que na época o colunista teve com Ilmar Galvão não teve nunca, jamais e em tempo algum o caráter de (ingênua) negociação do julgamento do ministro contra possível tratamento privilegiado em VEJA. Mesmo se, enlouquecido, o jornalista quisesse fazê-lo, não teria poderes, como não tem agora, nem nunca teve, de dispor da capa ou das páginas amarelas da revista. Seu único e singelo objetivo era informar-se. Claro está que se não houve o principal – uma tentativa de negociação – também não houve o secundário – a expulsão do gabinete. Em todo caso, registre-se que o cinematográfico desfecho pretendido pelo senador é outra mentira, MENTIRA, MEN-TI-RA. A entrevista transcorreu em clima de cordialidade.

Como encerrar este artigo? Primeira hipótese: dizer que sujar páginas por sujar páginas, perito mesmo na especialidade é o ex-presidente – no caso, sujar as páginas da história do Brasil. Sentencioso demais. Se os leitores permitem a falta de modéstia, o colunista gostaria na verdade é de congratular-se consigo mesmo. Ao contrário de Sarney, ele não tem Collor como defensor. Tem como acusador. É uma honra.

\*\*\*

Por falar em fisionomia, e para arejar o ambiente com caso oposto ao da carranca oferecida por Collor a Simon, a fisionomia do momento, no Brasil, é a do vice-presidente José Alencar. O fato de ele estar impelido a correr de internação em internação, e de operação em operação, dentro daquilo que se convencionou chamar de "luta" contra o câncer, é o de menos. Como ele próprio alega, não dispõe de alternativa. Muitos também o fariam – e fazem –, especialmente quando têm recursos para pagar o tratamento. O que impressiona é a serenidade com que enfrenta o infortúnio, manifestada no sorriso e no jeito bonachão que estampa nas entradas e saídas do hospital. Seu comportamento, na mais decisiva das horas que espera um mortal, cativou o país. A ele seria dedicada a coluna desta semana, se o homem das Alagoas não se interpusse no caminho. Fica o registro.

(VEJA, Edição 2125, 12 de agosto de 2009)

(42)

### O poder do pijama

**"Getúlio poderia ter vestido um terno. Poderia, se optasse por um aparato teatral, ter recorrido a um smoking. Não. Nos trajes mesmos em que se deitara, deu-se o tiro"**

O pijama de seda e de listras que o presidente Getúlio Vargas usava quando se suicidou voltará a ser exibido, a partir desta segunda-feira, 24 de agosto, no Museu da República, instalado no mesmo Palácio do Catete em que se deu o fato. Fazia oito meses que o pijama estava ausente da vista do público, recolhido para trabalhos de restauro. Eis um prato cheio, para quem tem o gosto fetichista (e poucos não têm) de contemplar um objeto que fez história. Pode-se ver até, à esquerda, junto ao bolsinho, a marca da bala com que seu usuário alvejou o próprio coração. O pijama de Getúlio é uma das peças capitais da história do Brasil. Não tem o esplendor da coroa de dom Pedro II, mas sua humildade só lhe aumenta a carga simbólica. A data de sua volta aos olhos do público coincide com o 55º aniversário da morte do dono.

Pijamas, com toda a singeleza de peça doméstica, de uso na hora desprevenida em que se vai para a cama, podem fazer história. O de Getúlio protagoniza um caso extremo, mas há outros. Ainda recentemente, tivemos, no episódio da deposição do presidente de Honduras, Manuel Zelaya, o detalhe capital de que ele foi retirado do palácio ainda de pijama, assim arrastado até o aeroporto e assim depositado na vizinha Costa Rica. Não foi a primeira vez que isso ocorreu, na crônica dos golpes na América Latina. No Peru, em 1968, o presidente Belaúnde Terry também foi arrancado do palácio de pijama pelos golpistas do general Velasco Alvarado e assim conduzido ao exílio.

De pijama! O detalhe potencializa a feição selvagem de que se reveste o golpe, traiçoeira como emboscada. As vítimas são surpreendidas durante a noite, na hora sagrada do repouso e do silêncio. Se fosse só isso já seria grave, mas a particularidade de não lhes darem tempo de trocar de roupa acrescenta à traição a vontade de humilhar. A intenção é exibi-las na fragilidade da roupa íntima, só a um grau de distância da cueca, e a dois graus da nudez. Se as circunstâncias foram semelhantes, nos casos de Belaúnde e de Zelaya, a sequência os diferenciou. Belaúnde, um homem pacato, assimilou a deposição humilhante e conformou-se ao exílio. Zelaya, mais combativo, e sobretudo favorecido por uma era em que os golpes não são mais aceitos como um fato da vida, como nos tempos de Belaúnde, acrescentou o pijama às suas armas de luta. Tanto o mencionou, para dramatizar o seu caso, que os inimigos passaram a contra-atacar com a versão de que o pijama teria sido encomendado na Costa Rica.

O pijama de Getúlio, tão convencional, como é próprio dos pijamas, e tão inerte, como eles costumam ser quando não têm o dono dentro, é ainda assim, para o Museu da República, uma atração central como é a *Mona Lisa* no Museu do Louvre. Recordem-se os acontecimentos daquele agosto de 55 anos atrás. O presidente estava acuado por uma oposição que lhe exigia a renúncia. Uma reunião ministerial para avaliar a situação começa na noite do dia 23 e vara a madrugada, até quase raiar o dia 24. Getúlio decide que tirará uma licença do cargo. Sobe então aos aposentos íntimos do palácio, veste o pijama, deita-se na cama. Dorme um pouco, se é que conseguiu dormir, e recebe a notícia de que os militares não aceitarão a licença – querem a renúncia. Sai então do quarto, vai ao gabinete de trabalho e ao voltar um funcionário nota que carrega algo volumoso por baixo do paletó do pijama. Às 8h30, o tiro ressoa no palácio.

Foi sua obra-prima. No plano das ações de governo, Getúlio é questão eternamente em aberto. Seu período foi de industrialização e de desenvolvimento, mas foi também, na fase ditatorial, da censura, da tortura e dos assassinatos. Realização realmente incontroversa, porque acuou os inimigos, deu sobrevivência a seu grupo e inflou a biografia que legou à história, foi o suicídio. E o suicídio resultou ainda mais bem-acabado porque cometido de pijama. Ele poderia ter vestido de volta o terno que usara até pouco antes. Poderia, se optasse por um aparato teatral, ter se metido num smoking, ou ter se enlaçado na faixa presidencial. Ficou no pijama mesmo. Com isso, ressaltou sua situação indefesa, diante da ferocidade do inimigo, e, de quebra, aplicou a pincelada final à cultivada imagem de homem simples, político despojado e presidente amigo dos pobres.

(VEJA, Edição 2127, 26 de agosto de 2009)

(43)

### Uma virada, uma doença e uma solução

#### **"Tomem tento, Américas do Sul, Central e Caribe. Para certos males insolúveis, endêmicos à região, acaba de ser aberto o precedente da recolonização"**

Raramente se veem reviravoltas de tal magnitude. De campeão do biocombustível, o Brasil tornou-se o maior torcedor mundial pela sobrevivência do petróleo. Para a universalização do uso do álcool como fonte de energia, mobilizamos boa parte de nossas forças, dos produtores de cana-de-açúcar ao Itamaraty, até dois anos atrás. Era o tempo em que reinava a palavra "etanol". O auge desse período foi a visita do então presidente George W. Bush ao Brasil, em março de 2007, ocasião em que o presidente Lula recorreu ao melhor de sua lírica para cantar as maravilhas do álcool combustível, e ouviu respostas simpáticas do americano. Um pouco mais tarde naquele mesmo ano, no entanto, uma outra palavrinha faria seu triunfal ingresso em cena – "pré-sal". Uma fabulosa quantidade de petróleo havia sido descoberta nos mares brasileiros.

Então a mensagem brasileira ficou assim: o.k., mr. Bush, o.k., mr. Obama e todos os poderosos do mundo, o etanol é ótimo, mas vamos com calma; segurem as pontas, deem um tempo, e pelo amor de Deus continuem a consumir petróleo. Não sejamos tão crentes nessa conversa alarmista de poluição e aquecimento global. Além disso, vejam que felicidade: teremos reservas abundantes e de boa qualidade aqui deste lado do planeta, bem longe das complicações do Oriente Médio. O pré-sal brasileiro vai demorar no mínimo dez anos para dar o ar de sua graça nas bombas. Enquanto isso prosseguem os investimentos em carro elétrico, entre outras modalidades de veículo movido a energias alternativas. Para que tanta pressa? Os bons brasileiros esperam que o mundo continue confiando nesse meio seguro, eficiente e mais do que testado de mover os carros que é o petróleo.

\*\*\*

O novo nome do golpe, na América Latina, é "terceiro mandato". O presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, deu um importante passo para ganhar o seu ao obter do Congresso, na semana passada, aprovação para a realização de um plebiscito em que o povo decidirá se a Constituição deve ser alterada para permitir a reeleição. Até tu, Uribe! Até então, a febre do continuísmo estava restrita à banda bolivariana dos dirigentes latino-americanos, liderada pelo venezuelano Hugo Chávez, de quem Uribe é inimigo. A soma de Uribe com os bolivarianos prova que, independentemente da ideologia, os latino-americanos estão unidos no horror ao império da lei acima dos homens e das instituições acima das contingências.

Há uma diferença entre os projetos continuístas de Uribe e de Chávez. Uribe pleiteia uma reforma que permita três eleições seguidas do mesmo candidato a presidente, e não mais que três. Chávez foi além, e conseguiu aprovar a reeleição sem limite. Uribe mostra-se mais modesto? Em princípio, sim, mas a ver se, ao fim do terceiro mandato, ele não desencadeará novo movimento, desta vez para possibilitar um quarto, e se ao fim do quarto não pleiteará o quinto, e depois o sexto, e depois... Chávez, pelo menos, resolveu a questão de uma só tacada. Que vergüenza, Latinoamérica, que vergonzosa vergüenza.

\*\*\*

As ilhas Turks e Caicos formam um pequeno país de cerca de 30 000 habitantes, no Mar do Caribe. Antigos refúgios de piratas e traficantes de escravos, desde o fim do século XVIII constituíram-se em colônia britânica. Nos anos 70 o antigo colonizador lhes concedeu o autogoverno. Por essa mesma época, as ilhas começaram a atrair quantidades crescentes de turistas, seduzidos por suas maiores riquezas – o sol, o mar e as areias. Enfim, um bafo de prosperidade as beneficiava, e com a prosperidade veio o quê? O quê? Ora, o que mais poderia ser? Veio a corrupção – viçosa, abundante, indomável. Uma investigação britânica apurou que vários ministros receberam suborno de empreendedores imobiliários estrangeiros, e concluiu pela existência de "corrupção sistêmica" no país. O primeiro-ministro, segundo a mesma investigação, levava uma vida de "estilo hollywoodiano".

A decisão da Inglaterra, diante de tal estado de coisas, foi iluminada: revogou o autogoverno. Em outras palavras, recolonizou Turks e Caicos. O governador que representava a rainha Elizabeth, até há pouco uma figura decorativa, assumiu de fato o governo. Foi uma inovadora solução que, pensando bem... Por que não? Tomem tento, Américas do Sul, Central e Caribe. Para certos males endêmicos, foi aberto o precedente da recolonização.

(VEJA, Edição 2129, 9 de setembro de 2009)

(44)

**Impávida clava forte**

**"A cantora Vanusa virou motivo de risos. Atire a primeira pedra quem nunca confundiu a parte do 'Ouviram do Ipiranga' com a do 'Deitado eternamente'"**

Quem não conhecia a cantora Vanusa, ou não se lembrava dela, agora já a conhece e tem motivos para dela não mais se esquecer. Ela fez seu triunfal ingresso, ou retorno, à fama com uma interpretação do *Hino Nacional* que circula amplamente na internet. Para os poucos que ainda não viram o vídeo, feito durante uma cerimônia na Assembleia Legislativa paulista, a cantora, cuja voz arrastada, de tonalidades sonambúlicas, já fazia suspeitar de algo errado desde o início, a certa altura se atrapalha de vez e faz a melodia descascar-se sem remédio da letra, e a letra por sua vez livrar-se da sequência em que foi composta, a terra mais garrida estranhando-se com o sol do Novo Mundo, o gigante pela própria natureza irrompendo em lugar que nunca antes frequentara. O braço forte ganhou reforços, e virou *braços fortes*. O berço esplêndido transmudou-se em verso esplêndido. E, na mais estonteante estocada na estabilidade das estrofes, entoou: "És belo és forte és risonho límpido se em teu formoso risonho e límpido a imagem do Cruzeiro" – assim mesmo, não só deslocando ou pulando palavras, como terminando abruptamente na palavra "Cruzeiro", desprovida do socorro do "resplandece".

A performance de Vanusa passa de computador a computador para fazer rir. Este artigo tem por objetivo defendê-la. Que atire a primeira pedra quem nunca confundiu os versos de ida ("Ouviram do Ipiranga" etc.) com os da volta ("Deitado eternamente em berço esplêndido"). Que só continue a ridicularizar a cantora quem nunca removeu os raios fúlgidos para o lugar do raio vívido, ou vice-versa. Vanusa disse que estava sob efeito de remédios, daí seus atropelos. Não há dúvida, pelo andar hesitante de seu desempenho, e pelo tom resmungado da voz, de que estava fora de controle. É pena. Fosse deliberada, e interpretada com arte, sua versão do hino teria dois altos destinos. Primeiro, iria se revestir do caráter de uma variação, interessante por ser uma espécie de comentário à composição tal qual a conhecemos. Não seria uma variante tão bela como a *Grande Fantasia Triunfal sobre o Hino Nacional Brasileiro*, de Gottschalk, mas teria seus encantos. Segundo, assumiria a feição de uma leitura crítica do hino. Serviria para mostrar, com a insistente troca de palavras e de versos, como a letra é difícil, e extrairia um efeito cômico – deliberadamente cômico – das confusões que pode causar na mente de quem a entoa.

O inglês Lewis Carroll (1832-1898), autor de *Alice no País das Maravilhas*, criador do Chapeleiro Maluco e da festa de *desaniversário*, levou seu gosto pelo absurdo para a criação de um poema feito de palavras inventadas que se alternam com outras existentes, e cuja bonita sonoridade contrasta com o enigma de um significado impossível de ser alcançado. O poema chama-se *Jabberwocky*, e jabberwocky, em inglês, passou a significar um texto brincalhão, composto em linguagem inventada, mas parecendo real, sonora e sem sentido. Uma tradução do *Jabberwocky* para o português, do poeta Augusto de Campos, começa assim: "Era briluz. As lesmolisas touvas / Roldavam e relviam nos gramilvos. / Estavam mimsicais as pintalouvas / E os momirratos davam grilvos".

Não. Não é que o *Hino Nacional* seja exatamente um jabberwocky. Não há nele palavras inventadas. Mas a combinação dos raios fúlgidos com o penhor dessa igualdade, do impávido colosso com o florão da América e do lábaro estrelado com a clava forte tem tudo para produzir um efeito jabberwocky para a multidão de brasileiros com ouvidos destreinados para os preciosismos parnasianos. A presença de palavras familiares no meio de outras estranhas, como no jabberwocky, confere a certeza de que caminhamos num terreno conhecido – no nosso caso, a língua portuguesa; no do jabberwocky original, a língua inglesa. Ao mesmo tempo, o inalcançável significado das palavras nos transfere para um universo em que a realidade se perde numa nebulosa onírica. Já houve, e ainda deve haver, movimentos para mudar a letra do *Hino Nacional*. Não, por favor, não – seria uma pena. Seu caráter jabberwocky lhe cai bem. Se à sonoridade das palavras se contrapõe um misterioso significado, tanto melhor: o hino fica instigante como encantamento de fada, e impõe respeito como reza em latim. Vanusa devia aproveitar a experiência e a reconquistada fama para aprimorar uma versão cara limpa, sem voz arrastada nem tons sonambúlicos, de sua interpretação. Ela explicita como nenhuma outra o charme jabberwocky da letra de Osório Duque Estrada.

(VEJA, Edição 2131, 23 de setembro de 2009)

(45)

## A arte de morrer

**"O sistema de som começou a tocar a *Floresta Amazônica*. Gandelman comentou: "Fico sempre arrepiado de ouvir isso. O Villa é mesmo o maior". E mais não disse. Caiu morto"**

Um artigo publicado na semana passada na *Folha de S.Paulo*, Ruy Castro narrou as extraordinárias circunstâncias da morte do advogado Henrique Gandelman, um especialista em direitos autorais que, entre outros feitos, dedicou anos à tarefa de trazer os direitos sobre a obra de Villa-Lobos, desencaminhados mundo afora, para o espólio do artista. "Foi um trabalho de amor, poucos amavam tanto Villa-Lobos", escreve Ruy Castro. Gandelman, que estudou música na juventude, era, além de defensor dos direitos, um profundo conhecedor da obra do grande compositor brasileiro. No dia 24 de setembro, ele ia dar uma palestra no Museu Villa-Lobos, no Rio de Janeiro, e receber uma homenagem. Enquanto, no camarim, esperava a hora de se apresentar, o sistema de som começou a tocar a *Floresta Amazônica*. Gandelman, de mãos dadas com a mulher, comentou: "Fico sempre arrepiado de ouvir isso. O Villa é mesmo o maior". E mais não disse, nem lhe foi perguntado. Soltou um suspiro e caiu morto. Aneurisma. Tinha 80 anos.

É o caso de dizer, para cunhar uma expressão nova, que "a vida imita a arte". Ao morrer sob o impacto de seu artista predileto, Gandelman repetiu a morte de um personagem de Marcel Proust, o escritor Bergotte. Numa famosa passagem de *Em Busca do Tempo Perdido*, Bergotte vai a uma exposição de arte holandesa em Paris que, entre outros quadros, exhibe *Vista de Delft*, de Johannes Vermeer. Assim como Gandelman com relação à *Floresta Amazônica*, Bergotte é um apaixonado pela *Vista de Delft*. Já a contemplou várias vezes, e em cada uma descobre coisas novas. Nesta, ele repara pela primeira vez nos pequenos personagens vestidos de azul, à esquerda da tela, e na cor rósea da areia em que pisam. Principalmente, fixa a atenção num pequeno pedaço de muro amarelo. O muro amarelo, aparentemente insignificante, no conjunto de um quadro que mostra um aglomerado de construções à beira do rio, o captura de modo irresistível. Seu olhar se fixa nele "como o de uma criança em uma borboleta amarela que deseja apanhar". Sente então uma tontura, acomoda-se num banco e morre.

Ruy Castro chamou a morte de Gandelman de "a morte ideal". Como Bergotte, o advogado morreu sob o impacto de uma emoção estética, e não uma emoção estética qualquer, mas da obra predileta, ou uma das obras prediletas, do artista predileto. Os santos morrem, ou morriam, com antevisões do paraíso. Santa Teresa de Ávila morreu dizendo: "Chegou enfim a hora, Senhor, de nos vermos face a face". São Francisco disse: "Seja bem-vinda, irmã morte". São João da Cruz, na noite de sua morte, diz aos companheiros: "Eu cantarei as matinas no céu". Pede que lhe leiam o *Cântico dos Cânticos*. Antes do amanhecer, apruma-se no leito e diz: "Glória a Deus! Senhor, minha alma está em suas mãos". A morte ideal, na era dos santos, era acompanhada pelo transe místico. O Bergotte de Proust representa um rompimento com esse modelo, em favor do transe estético. Gandelman o repica. Numa era laica, de valores racionalistas, como a nossa, a arte substitui o misticismo no provimento de uma elevação espiritual compatível com esse momento grave entre todos que é o momento da morte.

O som de Villa-Lobos substitui a cítara dos anjos que os místicos já começavam a ouvir na iminência da morte e as cores de Vermeer substituem a visão do manto resplandecente da Virgem Maria. Mas não é só nisso que a morte ideal do homem de hoje se diferencia da do antigo. Morte ideal, hoje, é a morte repentina, sem dor, sem remédios e sem UTI. De preferência, tão repentina que poupe até da consciência de que se está morrendo. Os santos morriam tão conscientes da morte que até podiam saudar sua chegada. Antes deles, Sócrates morreu despedindo-se dos amigos e filosofando sobre a morte. Para os gregos, era a morte ideal. Em nosso tempo, um valor altamente apreciado é a morte que nos poupe da angústia, ou do susto, ou do pânico, de saber que se está morrendo. É uma espécie de ludíbrio que aplicamos na morte. O.k., você chegou. Mas nem nos demos conta disso. A visita foi humilhada por um anfitrião que nem olhou para sua cara.

Talvez seja síndrome de uma época de ritmo acelerado, cheia de urgências, como a nossa. Morte? Quem quer perder tempo com ela? Resta a dúvida sobre o significado profundo desse desejo de uma morte sem anúncio, que não mostre seu rosto. É uma esperteza que nos diminui? Ou a sabedoria de constatar que quanto menos angústia e sofrimento, melhor? Cada um que dê sua resposta.

(VEJA, Edição 2133, 7 de outubro de 2009)

(46)

**A volúpia do fracasso**

**"Maradona era o deus dos estádios – mas era assaltado por um sentimento de incompletude. Que lhe faltava? Ora, o que lhe faltava... O sal da terra: o fracasso"**

Foi uma pena a Argentina ter ganhado do Uruguai. Não pelo futebol, que o leitor não entenda mal. Pelo futebol em si, ainda bem que ela ganhou e assegurou o direito de participar da Copa do Mundo. Copas do Mundo não podem prescindir da Argentina; a ausência de um de seus maiores atores as condena a evento de segunda ordem. Foi uma pena porque dessa forma a Argentina se viu privada de uma de suas mais caras aspirações – o fracasso. Nada mais argentino do que o fracasso. O sofrimento é o alimento de que se faz a nacionalidade. "Os argentinos sofrem de modo tão insuportável que cada um mereceria uma indenização ao nascer", dizia o maior ator cômico do país, Tato Bores. O argentino genuíno, o castiço, o de mais pura cepa, é vidrado no fracasso. Impulsiona-o uma visão de mundo expressa de modo brutal no famoso primeiro verso do tango *Cambalacho*: "Que el mundo fué y será una porquería ya lo sé".

Está aí o caso deste assombroso Diego Armando Maradona que não nos deixa mentir. Ele era o deus dos estádios – mas era assaltado por um sentimento de incompletude. Que lhe faltava? Ora, o que lhe faltava... O sal da terra: o fracasso. Ele se entrega às drogas. O corpo se deforma num balofo de levar ao júbilo o selecionador de elenco de Federico Fellini. A vida vira uma corrida entre internações e recidivas. Na verdade ele não é apenas o deus dos estádios. É Deus mesmo, muito mais que Pelé, que é apenas rei. Na Igreja Maradoniana, uma entidade fundada em Rosário, é identificado pelo tetragrama *D10s*, combinando Seu número da camisa com a palavra *dios*. No entanto, é um deus que, enfasiado com os acenos de imortalidade, flerta com a morte.

A certa altura ele se recupera. Deixa as drogas, emagrece, ressurge para a vida. E o que resolve fazer? Pasmem: ser técnico da seleção! Na Argentina como no Brasil, não há posto mais adequado a quem aspira ao flagelo. Ainda se ele fosse um técnico profissional, que precisasse do emprego, ou a quem valeria o risco para coroar a carreira... Mas não. Ele é *D10s*. A Pelé, que não passa de rei, jamais ocorreria tal desvario. Mas Maradona sentia de novo um vazio na alma. Faltava-lhe o conforto do fracasso. Quase conseguiu. Dois gols milagrosos, no finalzinho das duas últimas partidas, salvaram a Argentina da desclassificação.

No final da segunda delas, contra o Uruguai, na última quarta-feira, o *Pibe de Oro* deu-se a uma comemoração orgiástica. Era um possesso, a pular e gritar. Ora, direis, como pode flertar com o fracasso alguém que se lança desse jeito à comemoração de um sucesso? Pois no ato seguinte, ao comparecer à sala de imprensa, eis que, para vingar-se dos que puseram seu trabalho em dúvida, recepciona os jornalistas com uma torrente de palavrões. O prazer da vitória dissolvia-se na raiva. Longe dele querer apresentar-se como olímpicamente vitorioso. Xingando como nem nos lupanares do cais, ao vivo na TV, garantia que no futuro não se esquecessem de desprezá-lo. A nostalgia do fracasso já avançava sobre sua alma inquieta.

\* \* \*

Nobreza, clero e terceiro estado eram as três classes sociais no Antigo Regime francês. Em três classes também se divide a população da embaixada brasileira em Honduras, segundo a descrição do repórter Lourival Sant'Anna, do jornal *O Estado de S. Paulo*. Integram o time da nobreza o presidente deposto Manuel Zelaya, sua mulher e os assessores. Clero não há lá dentro, mas digamos que podem preencher essa lacuna aqueles que, numa versão benigna, são sacerdotes da notícia – os jornalistas. O terceiro estado é representado por um povo de seguidores de Zelaya, entre os quais operários, agricultores, professores e pequenos empresários.

O casal Zelaya e os assessores, segundo constatou o repórter, ocupam quatro salas, servem-se de dois banheiros com chuveiro – mais espaço que o que sobra para todos os outros – e dormem em colchões de ar e sacos de dormir. Os demais se viram com três banheiros, só um deles com chuveiro, e dormem em sofás ou no chão. A nobreza come a comida que a empregada dos Zelaya lhe manda de fora. O clero, a comida de restaurante que colegas lhe compram. O terceiro estado fica com sua versão do sopão dos pobres – marmitas que lhe são enviadas por um Comitê de Direitos Humanos. O discurso de Zelaya é em favor da igualdade, mas ele não nega a raça. Latino-americanos são vidrados numa desigualdade.

(VEJA, Edição 2135, 21 de outubro de 2009)

(47)

### Woody Allen no Rio

#### "Para impressionar a namorada e mostrar-lhe que podia agir como um bravo, ele decide subir ao Morro dos Macacos para enfrentar o temido FB. Foi então que..."

Há uma campanha para que Woody Allen escolha o Rio de Janeiro como locação para um de seus próximos filmes. O que não falta são assuntos para a história. Woody sai do supermercado com o carrinho cheio e começa a descarregar a mercadoria no porta-malas do carro. Tira as verduras, a carne, o azeite e, quando enfim tira o sabão em pó – surpresa! –, aparece um cadáver no fundo do carrinho. "Quem disse que estávamos precisando disso?", reclama sua namorada (Diane Keaton). "Você nunca presta atenção na lista de compras." Segue-se uma tortuosa discussão, como em *Annie Hall*.

O filme também pode começar num consultório de psicanalista. Woody, no divã, diz à doutora (Mia Farrow, reconciliada com o ex-marido em razão do excitante projeto de filmar no Rio) que, não bastasse o abalo que sofreu em Nova York com o caso das torres gêmeas, agora vem ao Rio e assiste à cena de um helicóptero abatido no ar. "Eu levo a desgraça para onde vou", afirma. A psicanalista, como em *Zelig*, intriga-se com aquele caso peculiar. Estava diante de um Zelig ao contrário: em vez do homem camaleão, que ficava igual às pessoas que tinha em volta, eram as coisas que ficavam iguais por onde ele andava. E não adiantava dizer ao paciente que Nova York conhecera um episódio único, enquanto o Rio sofria de um desfile continuado de balas perdidas, policiais ladrões, gente torrada em "micro-ondas".

Em uma terceira possível história, o fraco e indeciso Woody, querendo mostrar à namorada (Scarlett Johansson), como em *Bananas*, que pode virar um bravo, decide subir ao Morro dos Macacos para caçar o temido FB. Segue-se que se revela tão audaz que acaba aclamado como o novo chefe do tráfico e então... Nenhum dos entretuchos está à altura de fazer pelo Rio o que os filmes de Allen já fizeram por Londres e Barcelona, sem falar de Nova York – a câmera demorando-se nos encantos dessas cidades e no melhor que podem oferecer? Calma, apressado leitor. Ainda não chegamos ao fim. Intervalo para comprar pipoca.

\*\*\*

O melhor da escolha do Rio para sediar a Olimpíada de 2016 é ter oferecido à cidade um prazo. O Rio precisa de prazos. O Brasil precisa de prazos. O pior que pode acontecer é a cidade recair nos modelos da Rio 92 e dos Jogos Pan-Americanos de 2007. Nos dois casos, armou-se uma cidade Potenkim para recepcionar os visitantes. Potenkim, para quem não sabe, era o ministro que antes da viagem da rainha Catarina da Rússia à Crimeia mandou armar cenários pelas aldeias por onde ela passaria, de modo a impressioná-la com a beleza e a prosperidade da nova conquista de seu império. É fácil armar um esquema policial-militar que garanta a tranquilidade por três semanas, mas é também uma vergonha. É contemplar os estrangeiros com uma fantasia e os nativos, condenados à volta da rotina selvagem assim que o evento termina, com um desafio.

O prazo que o Rio ganhou é estreito a ponto de exigir ação imediata, mas largo o suficiente para o cumprimento dos objetivos. Um inimigo é a retórica, que tão brasileiroamente considera que um problema está sendo enfrentado tão logo se começa a fazer discurso dizendo que está sendo enfrentado. Outro é a condescendência, tanto das autoridades quanto de eminentes cariocas, quando se refugiam no argumento de que outras cidades conhecem tanta ou mais violência, ou de que só partes da cidade são afetadas.

\*\*\*

Woody não é na verdade o novo chefe do tráfico; só finge sê-lo. De dentro, empreende o trabalho de dismantelar a quadrilha. Alia-se ao governador Sérgio Cabral e também tem papel decisivo na denúncia e desestruturação da corrupção policial. Aqui a história se interrompe e aparece o aviso: "Sete anos depois...". Sete anos depois, ei-lo de volta ao Rio para a Olimpíada. A cidade não está apenas tranquila. Também se civilizou. Ninguém estaciona nas calçadas e respeitam-se as faixas de pedestres. Woody confessa que, como o diretor cego de *Dirigindo no Escuro*, que simulava construir cenas que na verdade lhe eram sopradas, não teve nenhum papel na regeneração da cidade. Foi tudo obra de brasileiros, enfim honestos, sérios e devotados com vigor a uma causa. Em seus filmes, Woody Allen frequentemente faz a mocinha ficar com ele no final. Neste, ele conhece uma turista espanhola (Penélope Cruz) e o resto da história é a câmera mostrando o casal a beijar-se no alto do Corcovado, a discutir a relação enquanto caminha no calçadão de Ipanema, a confessar suas inseguranças enquanto circunda de bicicleta a Lagoa Rodrigo de Freitas, e não se sabe o que mais admirar – se os personagens, os diálogos ou a cidade. The end.

(VEJA, Edição 2137, 4 de novembro de 2009)

(48)

**Em defesa do Muro de Berlim**

**"Sem sua derrubada, onde as cores, onde o movimento, onde a emoção de que carecem os grandes eventos da história - o assassinato de César, a queda da Bastilha?"**

Que bom que o Muro de Berlim foi construído. Se não tivesse sido construído, não teria sido destruído. E, se não tivesse sido destruído, como assinalar no curso da história, da maneira vistosa e dramática que merece, esse evento capital que foi o desmoronamento do mundo comunista? Com que cenário? Com que povo? Com que artefato, concreto como um muro, contra o qual investir? Ainda bem que existem os eventos simbólicos a marcar a marcha da história. Sem eles, estaríamos condenados aos "processos", essas fluidas cadeias de circunstâncias políticas, relações sociais, estados psicológicos, oscilações econômicas, percepções e acidentes que, temperadas por inevitáveis doses de acaso, conduzem a corrente da história, de forma frequentemente misteriosa, para este ou aquele leito. Atos como a derrubada do muro que dividia a antiga capital do Reich dão visibilidade à história. Servem de farol contra a falta de rosto, de cor e de volume dos "processos".

A derrubada do Muro de Berlim é evento da mesma natureza da queda da Bastilha. Claro que não foi a investida contra a mal-afamada fortaleza da Rua Saint-Antoine, em Paris, ainda mais que àquela altura já andava meio desativada, como prisão, e não continha senão sete escassos prisioneiros, que determinou a Revolução Francesa. Mas, sem o episódio da Bastilha, como dar corpo e - de fundamental importância - como dar uma data ao conjunto de transformações ocorrido naquele período da vida francesa? A própria história brasileira contém um exemplo similar - o "independência ou morte" das margens do Ipiranga. O evento salvou o advento da independência do destino de, submerso num mar de "processos", apresentar-se sem corpo e sem data. Os atos simbólicos têm o efeito de agarrar o tempo e forçá-lo a uma parada, majestosa e densa como uma escultura. Eles dão inteligibilidade à história da mesma forma como a sucessão das estações dá inteligibilidade ao ano.

A queda do Muro de Berlim, no dia 9 de novembro de 1989, permitiu que, na semana passada, houvesse uma festa na capital alemã e comemorações pelo mundo afora, pelos vinte anos da data. Sem ela, como comemorar a derrocada do império soviético e as tiranias do Leste Europeu? Uns indicariam as greves conduzidas na Polônia pelo movimento Solidariedade de Lech Walesa. Outros se inclinariam para as manifestações que compuseram a "Revolução de Veludo" da Checoslováquia. Mas qual das greves e qual das manifestações, se foram várias? Mais seguro seria apontar para o dia da ascensão de Mikhail Gorbachev à secretaria-geral do Partido Comunista - 11 de março de 1985. Mas, se foi possível a Gorbachev ascender ao mais alto cargo da hierarquia soviética, e junto com ele o impulso reformista que fermentava no interior do regime, é porque algum tipo de fissura já minava a carapaça do poder comunista.

E minava mesmo. A União Soviética já não tinha fôlego para sustentar a corrida armamentista imposta pela concorrência com os Estados Unidos. Além disso, via-se num atoleiro sem saída em seu envolvimento militar contra os talibãs do Afeganistão. Além disso, já ficara irremediavelmente para trás do Ocidente nas conquistas tecnológicas. Além disso, seu sistema econômico mostrava-se pateticamente incompetente no provimento dos bens de consumo de que carecia a população. Pronto. Estamos no emaranhado de fios que tecem os "processos", e tantos fios acharemos quanto mais nos detivermos a procurá-los. O historiador inglês Timothy Garton Ash lembrou a "lei da cornucópia infinita", formulada por outro historiador, o polonês Leszek Kolakowski. Para qualquer evento, segundo a lei de Kolakowski, é possível encontrar um número infinito de explicações.

Onde, se nos atemos aos processos, a cenografia, onde as cores, onde o movimento, onde a emoção de que carecem os grandes eventos da história - o assassinato de César, o martírio de Joana d'Arc, a batalha de Waterloo? Precisamos de teatro, esta é que é a verdade, como de ar para respirar. Dai-nos uma cena e com ela marcaremos o tempo, de forma a tirá-lo da uniformidade sem graça e sem sentido de seu fluxo contínuo. No campo das miudezas cotidianas, o momento do "parabéns a você" é o teatro que assinala a passagem de mais um ano de vida. No campo das grandiosidades históricas, o muro forneceu o cenário, e as pessoas que trepavam em cima dele, dançavam e lhe arrancavam pedaços, num misto de levante e festa popular, compuseram a dramaturgia de que carecia um evento do porte da queda da fortaleza comunista.

(VEJA, Edição 2139, 18 de novembro de 2009)

(49)

### Os kebabs da discórdia

**"Na Rússia, como nos regimes autoritários em geral, o patriotismo, esse conhecido último refúgio dos canalhas, é invocado para a promoção dos interesses do poder"**

Assim como o Custódio, Aleksander Vanin deu-se mal quando a política bateu de frente com a tabuleta de seu estabelecimento comercial. O Custódio, protagonista de um famoso episódio do *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis, era dono de uma casa, na Rua do Catete, chamada Confeitaria do Império. Aí veio a proclamação da República e... que fazer, para evitar a sanha dos novos donos do poder? Mudar a tabuleta para Confeitaria da República era a solução mais óbvia, mas e se sobreviesse outra reviravolta? Ia ficar a mudá-la toda hora, com prejuízo da identificação do estabelecimento e perda do dinheiro investido nas tabuletas? O russo Aleksander Vanin é dono de um restaurante especializado em kebabs na Leningrad Prospect, no coração de Moscou. O restaurante fica em frente do Hotel Soviético, velho de mais de cinquenta anos, muito conhecido dos moscovitas e dos homens de negócios estrangeiros, e, por isso, por ficar bem do outro lado da rua, ganhou o apelido de "Antissoviético". Vanin gostou do apelido e três meses atrás o oficializou, inaugurando sobre a porta do restaurante um colorido letreiro com o nome "Antissoviético".

Incauto Vanin. Seu letreiro, tão inocente na aparência quanto a tabuleta do Custódio, transformou-se, nas semanas seguintes, no epicentro de um terremoto político. A Associação dos Veteranos de Guerra exigiu da prefeitura de Moscou providências contra um nome que fazia pouco dos heróis da Grande Guerra Patriótica, como é conhecida no país a parte que lhe coube na II Guerra Mundial, e do passado soviético em geral. Em resposta, o jornalista Alexander Podrabinek, combativo dissidente do antigo regime, acusou a Associação dos Veteranos, na qual se escondem servidores de vários tipos do período comunista, inclusive carcereiros dos famigerados gulags, de pintar a União Soviética como "um lugar de astronautas e safras agrícolas recordes", esquecendo-se das "centenas de milhares de assassinatos" e dos "milhões de torturados". Próxima a se pôr em campo, a Nashi (Nós), um grupo juvenil que conta com as bênçãos do governo e tem por método o uso da violência e da intimidação, cercou a casa de Podrabinek e passou a exigir, nada menos, que ele fosse expulso do país. Tudo isso, e muito mais – como abaixo-assinado de intelectuais em favor de Podrabinek e reação da Nashi "denunciando" que grande parte dos signatários eram judeus –, por causa do nome de um restaurante.

Ou melhor: por causa das proporções que certas miudezas são capazes de assumir, quando desencadeadas no momento certo e em terreno propício. Na Rússia de hoje, um governo autoritário alia-se às sombras do passado para justificar-se na história. Uma estação de metrô recentemente reformada tem agora a adorná-la, em grandes letras, uma linha do antigo *Hino Nacional*: "Stalin nos educou para ser leais à nação, ele nos inspira no trabalho e nos grandes feitos". O patriotismo, esse conhecido último refúgio dos canalhas, é invocado para a promoção dos interesses do poder. Com a Associação dos Veteranos de um lado e a Nashi de outro, ou seja, a velha-guarda atacando por um flanco e a mocidade aloprada pelo outro, configura-se um movimento de pinça agudo o bastante para fechar-se ao mesmo tempo tanto sobre um restaurante de kebabs quanto sobre um jornalista dissidente. O jornalista, depois de semanas de seguidos constrangimentos e ameaças físicas, intensos a ponto de o governo francês lhe ter oferecido asilo, foi deixado em paz. Quanto ao letreiro do restaurante...

Vanin perdeu. Teve de renunciar à lustrosa placa que anunciava o kebab como "Antissoviético", por pressão da prefeitura de Moscou. O Custódio de Machado de Assis recebeu de seu mentor, o Conselheiro Aires, a sugestão de adotar o nome "Confeitaria do Governo", para escapar da dicotomia entre Império e República. Rejeitou-a. A um governo sempre corresponde uma oposição, argumentou, e a oposição poderia implicar com ele. O episódio termina com o angustiado comerciante indeciso entre duas outras sugestões: a de emendar a palavra "império" da tabuleta com a expressão "da lei", de modo a se tornar o judicioso proprietário de uma "Confeitaria do Império da Lei", e a de socorrer-se do próprio nome e contentar-se com uma mais modesta "Confeitaria do Custódio". Vanin fez pior. Tirou o "anti" do letreiro e ficou com o "Soviético". Os kebabs ganharam significado oposto ao anterior. E a Leningrad Prospect ficou com um Hotel Soviético de um lado e um Restaurante Soviético do outro, uma solução bem a gosto do regime.

(VEJA , Edição 2141, 2 de dezembro de 2009)

(50)

## Brasilienses

**"É como se a moçada do Plano Piloto, gente de 'mente aberta' e acesso a uma boa universidade, dissesse aos emergentes da Uniban: 'Viram? Nós podemos. Vocês não'"**

Não se trata de um recorde apenas brasileiro. No mundo todo, nunca antes o público ganhara igual oportunidade de contemplar a arte da corrupção em tal esplendor. Entre os itens da rica coleção de filmes estrelada pelo governador Arruda e sua turma, cada um terá suas próprias preferências. A deste colunista é a seguinte:

Medalha de bronze, empatados: 1) Aquele em que o governador, escarrapachado no sofá, é despertado da sonolência pela mão amiga que lhe estende os maços de dinheiro. "Ah, ótimo", ele diz. Justificativa do prêmio: a naturalidade com que o governador saúda a oferta, embalada por um "ah, ótimo" tão protocolar como o que saudasse a chegada do cafezinho. 2) Aquele em que a deputada entra na sala, recebe o dinheiro, abre a bolsa, guarda o dinheiro e se vai. Justificativa: a simplicidade do ato.

Medalha de prata: o filme da oração, em que três dos propineiros se abraçam e agradecem ao Senhor a graça concedida. Justificativa: a força da fé, mesmo em circunstância em que o comum das pessoas não esperaria sua presença.

Medalha de ouro: o filme em que o presidente da Assembleia de Brasília, sentado diante do distribuidor da propina, recebe os maços e os vai alocando, primeiro, nos diferentes bolsos do paletó, depois nas meias. Justificativa: a didática exposição do caráter clandestino da propina, mas não apenas isso. O filme leva a palma também por seus valores estéticos. O personagem está bem vestido, exibe uma silhueta esguia, e os movimentos que executa, primeiro com os braços, conduzindo as mãos aos bolsos, em seguida com as pernas, levantando uma, depois a outra, para alcançar as meias, mostram flexibilidade e boa coordenação. É o estilo a serviço da corrupção.

Ainda falta acrescentar um detalhe, uma nota de rodapé, ao episódio em que a moça de minissaia foi escorraçada pelas hordas de trogloditas da universidade Uniban, em São Paulo. O detalhe, que talvez não seja tão detalhe assim, foi a manifestação encenada na Universidade de Brasília por algumas dezenas de estudantes, homens e mulheres, alguns em roupas íntimas, outros sem roupa alguma, em protesto contra o ocorrido. Duas moças de peitos de fora escreveram na pele: "O corpo é meu". Um grupo de meninas entoava: "Eu uso o que quiser / eu sou mulher".

Não foi noticiado se, como usam, ou *não* usam, o que bem entendem, os estudantes costumam assistir às aulas pelados. Presume-se que não. Mas naquele dia puderam, sim, exhibir-se pelados no câmpus. Em si o fato não seria tão relevante se não revelasse... falar nisso é chato, é quase proibido, mas vá lá... se não revelasse uma questão de classe. É como se a juventude dourada do Plano Piloto, abençoada, entre outras coisas, com o acesso a uma boa universidade e a um meio de hábitos livres e "mente aberta", dissesse aos emergentes da Uniban, condenados a uma universidade ruim e a um meio de hábitos não tão livres e mentes não tão abertas: "Viram, seus basbaques? Nós podemos. Vocês não". Acrescente-se que a moçada do Plano Piloto cursa uma universidade gratuita, enquanto a Uniban cobra caro de sua clientela classe C, e tem-se um retrato que, para além dos costumes, flagra a perversidade do sistema brasileiro de ensino superior em seu coração.

O Ministério das Cidades lançou uma campanha em que ensina aos pedestres que só devem atravessar a rua na faixa – e depois de esperar que os carros parem. Que é isso, Ministério das Cidades?! O alvo está invertido. É o motorista que tem de ser instruído a parar, assim que avista um pedestre na faixa. Essa é a questão central.

Esclareça-se desde logo que o que está em pauta é a faixa de pedestres sem semáforo. Com semáforo as coisas se simplificam: o sinal fecha, os carros param. Nesses locais nem precisaria haver faixa zebra. Bastaria uma linha sinalizando o ponto em que os carros devem parar. O que os motoristas brasileiros não compreendem é que, à vista de uma faixa de pedestres onde não há semáforo, já ocupada ou em via de ser ocupada por pedestres, devem também obrigatoriamente parar. (Uma exceção surpreendente são os motoristas de Brasília: depois de uma série de atropelamentos, uma campanha de imprensa e multas que passaram a ser aplicadas, mais de dez anos atrás, aprenderam a respeitar a faixa.)

A faixa de pedestres é um marco civilizatório. Os países se dividem entre aqueles cujos motoristas a respeitam e os que não. O Brasil já conseguiu a capa da *Economist* e o *investment grade* das agências de risco. Falta a promoção no quesito respeito à faixa de pedestres.

(VEJA, Edição 2143, 16 de dezembro de 2009)